

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis	1
---	---

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	2
2.3 - Outras informações relevantes	4

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	5
3.2 - Medições não contábeis	6
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	7
3.4 - Política de destinação dos resultados	8
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	11
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	12
3.7 - Nível de endividamento	13
3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento	14
3.9 - Outras informações relevantes	15

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	16
4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco	28
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	29
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	32
4.5 - Processos sigilosos relevantes	33
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	34
4.7 - Outras contingências relevantes	35
4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	36

5. Risco de mercado

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado	37
--	----

Índice

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado	40
5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado	44
5.4 - Outras informações relevantes	45

6. Histórico do emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	48
6.3 - Breve histórico	49
6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas	52
6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	60
6.7 - Outras informações relevantes	61

7. Atividades do emissor

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas	62
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	65
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	66
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	74
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	75
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	85
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	86
7.8 - Relações de longo prazo relevantes	87
7.9 - Outras informações relevantes	88

8. Grupo econômico

8.1 - Descrição do Grupo Econômico	93
8.2 - Organograma do Grupo Econômico	102
8.3 - Operações de reestruturação	103
8.4 - Outras informações relevantes	104

9. Ativos relevantes

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	105
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	107

Índice

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia	108
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	109
9.2 - Outras informações relevantes	124

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	125
10.2 - Resultado operacional e financeiro	143
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	147
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	149
10.5 - Políticas contábeis críticas	153
10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor	154
10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	155
10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	156
10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	157
10.10 - Plano de negócios	158
10.11 - Outros fatores com influência relevante	159

11. Projeções

11.1 - Projeções divulgadas e premissas	160
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	162

12. Assembleia e administração

12.1 - Descrição da estrutura administrativa	163
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	172
12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76	175
12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	176
12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	177
12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	178
12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração	184
12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	186

Índice

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	187
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	188
12.12 - Outras informações relevantes	189

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	190
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	193
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	196
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	199
13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	202
13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	203
13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	204
13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	205
13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções	206
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	207
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	208
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	209
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	210
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	211
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	212
13.16 - Outras informações relevantes	213

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos	214
14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	216
14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	217

Índice

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	219
--	-----

15. Controle

15.1 / 15.2 - Posição acionária	220
15.3 - Distribuição de capital	262
15.4 - Organograma dos acionistas	263
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	264
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	267
15.7 - Outras informações relevantes	268

16. Transações partes relacionadas

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	269
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	270
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	283

17. Capital social

17.1 - Informações sobre o capital social	285
17.2 - Aumentos do capital social	286
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	290
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	291
17.5 - Outras informações relevantes	292

18. Valores mobiliários

18.1 - Direitos das ações	293
18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	295
18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	296
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	297
18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos	299
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	302

Índice

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	303
18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	304
18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	305
18.10 - Outras informações relevantes	306
19. Planos de recompra/tesouraria	
19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	307
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	308
19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social	309
19.4 - Outras informações relevantes	310
20. Política de negociação	
20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	311
20.2 - Outras informações relevantes	313
21. Política de divulgação	
21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	314
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	316
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	317
21.4 - Outras informações relevantes	318
22. Negócios extraordinários	
22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor	319
22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	320
22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	321
22.4 - Outras informações relevantes	322

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Pedro Villas Boas Pileggi

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Carlos Mathias Aloysius Becker Neto

Cargo do responsável

Diretor Presidente

Os diretores acima qualificados, declaram que:

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM		
Código CVM	418-9		
Tipo auditor	Nacional		
Nome/Razão social	KPMG Auditores Independentes		
CPF/CNPJ	57.755.217/0001-29		
Período de prestação de serviço	21/01/2008 a 30/06/2012		
Descrição do serviço contratado	Revisão completa das demonstrações contábeis da Renova Energia e suas controladas e coligadas.		
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração dos auditores independentes relativa ao exercício social findo em 31/12/2011, corresponde ao montante de R\$ 340.000,00 e refere-se somente a serviços de auditoria prestados, uma vez que não foram prestados serviços de outras naturezas.		
Justificativa da substituição	Tendo em vista a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica de Auditoria – NBC TA 600, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade em 27 de novembro de 2009, que torna o auditor responsável por todas as informações consolidadas do grupo econômico, conjugada com a Instrução CVM nº 308/99, Artigo 31, que dispõe sobre a rotatividade dos auditores independentes a cada 5 (cinco) anos, sendo assim a mudança de auditores realizada pelos principais acionistas controladores da Companhia foi o fator que motivou a alteração de auditores da Companhia e de suas controladas.		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor			
Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
José Luiz Ribeiro de carvalho	01/01/2011 a 30/06/2012	007.769.948-32	Rua Dr. Renato Paes de Barros, 33, Itaim, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04530-904, Telefone (11) 21833000, Fax (11) 21833001, e-mail: jcarvalho@kpmg.com.br

Possui auditor?	SIM		
Código CVM	385-9		
Tipo auditor	Nacional		
Nome/Razão social	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes		
CPF/CNPJ	49.928.567/0004-64		
Período de prestação de serviço	01/07/2012		
Descrição do serviço contratado	Auditoria das demonstrações financeiras anuais de 31/12/2012– CPC/IFRS, da Renova Energia e suas controladas		
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração dos auditores independentes relativa ao ultimo exercício social, findo em 31/12/2012, corresponde ao montante de R\$229.191,00 e refere-se somente a prestação de serviços de auditoria, uma vez que não foram prestados serviços de outra natureza.		
Justificativa da substituição			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor			
Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
José Luiz Santos Vaz Sampaio	01/07/2012	399.500.505-53	Avenida Tancredo Neves, 450, 29 andar, Pituba, Salvador, SP, Brasil, CEP 41820-020, Telefone (71) 21039431, Fax (71) 21039440, e-mail: jsampaio@deloitte.com

2.3 - Outras informações relevantes

O parecer da auditoria da Deloitte relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 contém parágrafo de ênfase acerca do fato da Companhia elaborar suas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

O parecer de auditoria da KPMG relativo aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009 também contém parágrafo de ênfase acerca do fato da Companhia elaborar suas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

No caso da Renova Energia S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável as demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo, e pela opção pela manutenção do saldo de ativo diferido, existentes em 31 de dezembro de 2008, que vem sendo amortizada.

Também no parecer da Deloitte relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, a auditoria enfatizou que à medida que novas informações ou decisões do órgão regulador ou do poder concedente sejam conhecidas, o atual prazo de depreciação dos ativos poderá ou não ser alterado. Hoje os bens do imobilizado da atividade de geração de energia, no regime de produção independente são depreciados pelo seu prazo estimado de vida útil. O parecer da Deloitte não contém ressalvas.

Em março de 2012, a KPMG emitiu um relatório de auditoria sem modificação sobre as Demonstrações financeiras da Renova Energia S.A individual e consolidado levantadas em 31 de dezembro de 2011. Conforme escrito em nota explicativa publicada, as demonstrações financeiras foram alteradas e reapresentadas para refletir os impactos necessários conforme o CPC 10.

Em função da troca dos auditores, a Companhia reapresentou as demonstrações financeiras de 2011 com aprimoramentos em março de 2013. O parecer da KPMG não apresentou ressalvas e não alterou o conteúdo publicado em março de 2012.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2012)	Exercício social (31/12/2011)	Exercício social (31/12/2010)
Patrimônio Líquido	991.397.821,82	681.954.305,04	288.584.118,80
Ativo Total	2.678.039.370,96	1.614.581.413,64	431.537.262,17
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	115.639.465,13	36.552.900,23	35.485.895,68
Resultado Bruto	66.821.488,53	25.663.016,72	24.983.536,31
Resultado Líquido	-6.017.307,58	-12.060.809,10	1.497.757,80
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	229.914.529	195.596.248	140.763.600
Valor Patrimonial de Ação (Reais Unidade)	4,312028	3,486541	2,050133
Resultado Líquido por Ação	-0,026172	-0,061662	0,010640

3.2 - Medições não contábeis

a) Medições não contábeis

EBITDA

O EBITDA consiste no lucro líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro (IR e CS), das despesas financeiras, da depreciação e do estorno das receitas financeiras. A Companhia calcula e divulga o cálculo de seu EBITDA de acordo com as disposições da Instrução CVM 527, de 4 de outubro de 2012.

O EBITDA não é medida de desempenho financeiro elaborada segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, IFRS ou US GAAP, e tampouco deve ser considerado como uma alternativa ao lucro líquido, um indicador do desempenho operacional, uma alternativa aos fluxos de caixa ou como indicador de liquidez.

b) Conciliação entre o EBITDA e os valores das demonstrações financeiras

Renova Energia S.A			
(Valores em R\$ mil)	2012	2011	2010
Receita operacional líquida (ROL)	115.639	36.553	35.486
Lucro líquido	(6.017)	(12.061)	1.498
(+) IR e CS	6.129	2.673	1.712
(+) Depreciação	33.723	6.857	5.871
(+) Despesas financeiras	49.994	14.910	12.522
(-) Receitas financeiras	(27.423)	(20.078)	(5.629)
EBITDA	56.406	(7.699)	15.974
Margem EBITDA ¹	48,8%	-21,1%	45,0%

¹ Representa o EBITDA dividido pela receita líquida no período indicado.

c) Motivo pelo qual se entende que tal medição é apropriada para a correta compreensão da condição financeira e do resultado das operações da Companhia

O EBITDA é uma medida útil de desempenho, que é amplamente utilizada por investidores e analistas para avaliar desempenho e comparar companhias.

Em razão de não serem consideradas para o seu cálculo as despesas e receitas financeiras, o IR e a CS e a depreciação e a amortização, o EBITDA funciona como um indicador de desempenho econômico geral, que não é afetado por flutuações nas taxas de juros, alterações de carga tributária dos impostos ou alterações nos níveis de depreciação e amortização da Companhia.

Consequentemente, o EBITDA permite uma melhor compreensão do desempenho financeiro, como também da capacidade de cumprir as obrigações passivas e obter recursos para despesas de capital e capital de giro. No entanto, o EBITDA apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes dos negócios, que poderiam afetar de maneira significativa os lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Não houve eventos subsequentes às demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2012.

3.4 - Política de destinação dos resultados

Os itens abaixo são válidos para os anos de 2010, 2011 e 2012.

a) Regras sobre retenção de lucros

Antes de cada Assembleia Geral Ordinária, a administração da Companhia deverá preparar uma proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício e do exercício social anterior, se existente, que será objeto de deliberação pelos acionistas. Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, o lucro líquido é definido como o resultado do exercício deduzidos os prejuízos acumulados de exercícios sociais anteriores, a provisão para o imposto sobre a renda, a provisão para contribuição social sobre o lucro líquido e quaisquer valores destinados ao pagamento de participações estatutárias de empregados e administradores.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o lucro líquido poderá ser destinado à reserva de lucros e ao pagamento de dividendos.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido apurado em cada exercício social será destinado sucessivamente e nesta ordem, observado o disposto no Capítulo XVI da Lei das S.A.:

- (i) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social;
- (ii) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração e mediante deliberação da Assembleia Geral, poderá ser destinada à formação de Reservas para Contingências, na forma prevista no art. 195 da Lei das S.A.;
- (iii) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo obrigatório aos acionistas, em percentual correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, conforme previsto no art. 52 do Estatuto Social da Companhia;
- (iv) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembléia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de Reserva de Lucros a Realizar, observado o disposto no art. 197 da Lei das S.A.;
- (v) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração e mediante deliberação da Assembleia Geral, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado pela Assembleia Geral, nos termos do art. 196 da Lei das S.A.;
- (vi) o lucro remanescente, por proposta dos órgãos de administração, será totalmente destinado à constituição da Reserva de Investimentos, observado o disposto no Parágrafo Único, do art. 51 do Estatuto Social da Companhia e no art. 194 da Lei das S.A.

A reserva de investimentos tem a finalidade de preservar a integridade do patrimônio social, a capacidade de investimento da Companhia e a manutenção da participação da Companhia em suas controladas e coligadas, deve observar o limite previsto no art. 199 da Lei das S.A. e poderá ser utilizada para pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio aos acionistas.

b) Valores das retenções de lucros

3.4 - Política de destinação dos resultados

A Companhia não apresentou lucro nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2012. Com relação ao resultado positivo em 2010, a Companhia compensou o lucro do exercício com os prejuízos acumulados na forma da lei, e portanto, não realizou distribuições de resultados no referido período.

c) Regras sobre distribuição de dividendos

Os acionistas terão o direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido, conforme o caso, dos valores destinados à constituição da Reserva Legal e da Reserva para Contingências, bem como da reversão dessa reserva formada em exercícios anteriores. As ações preferenciais de emissão da Companhia participam na distribuição de resultados em igualdade de condições com as ações ordinárias.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais de emissão da Companhia não têm prioridade no recebimento de dividendos, o que exclui a possibilidade de virem a adquirir o direito de voto mesmo na hipótese de não pagamento de dividendos no período de três exercícios sociais consecutivos.

d) Periodicidade das distribuições de dividendos

Por determinação do Conselho de Administração, a Diretoria poderá levantar balanços semestrais, intermediários ou intercalares da Companhia. O Conselho de Administração, *ad referendum* da Assembléia Geral, poderá declarar dividendos ou juros sobre capital próprio à conta de lucros apurados em tais balanços, ou à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes. A critério do Conselho de Administração, os dividendos e os juros sobre o capital próprio pagos aos acionistas poderão ser considerados antecipação e imputados ao dividendo obrigatório.

e) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010, 2011 e 2012 não foram declarados dividendos pela Companhia.

De acordo com a escritura da segunda emissão de debêntures da Companhia, as debêntures poderão ter vencimento antecipado caso haja distribuição de recursos na forma de dividendos, juros sobre capital próprio, redução de capital social, partes beneficiárias, amortização de ações, bonificações em dinheiro ou qualquer outra modalidade de remuneração que seja devida aos acionistas, cujo valor, isoladamente ou em conjunto, exceda o percentual de 25% do lucro líquido em cada exercício social, sem que haja anuência prévia dos titulares das debêntures representando 75% das debêntures em circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim. Fica admitida a distribuição de dividendos até o limite de 75% do lucro líquido desde que: (i) comprovada a capitalização mínima de R\$250,0 milhões na Companhia; (ii) atingido o ICSD determinado na escritura de emissão de debêntures (iii) a Companhia esteja adimplente quanto às obrigações assumidas na referida escritura de emissão.

3.4 - Política de destinação dos resultados

Para maiores informações, vide item 18.5 deste Formulário de Referência.

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010, 2011 e 2012 não foram declarados dividendos pela Companhia.

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010, 2011 e 2012 não foram declarados pela Companhia dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores. Para maiores informações, veja item 3.4 deste Formulário de Referência.

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Montante total da dívida, de qualquer natureza	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2012	1.686.640.756,18	Índice de Endividamento	1,69101046	

3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento

Exercício social (31/12/2012)					
Tipo de dívida	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Garantia Real	197.112.529,53	249.305.822,77	198.798.000,00	857.217.000,00	1.502.433.352,30
Quirografárias	173.269.140,88	10.938.263,00	0,00	0,00	184.207.403,88
Total	370.381.670,41	260.244.085,77	198.798.000,00	857.217.000,00	1.686.640.756,18
Observação As informações prestadas neste item se referem às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. Todas as dívidas que possuem garantia real são de empréstimos e financiamentos contratados junto ao BNB e BNDES e as debêntures de emissão da Companhia. As demais contas do passivo circulante e não circulante não possuem garantia, sendo assim foram classificadas como quirografárias.					

3.9 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

a) com relação à Companhia

Os parques eólicos da Companhia em implantação estão sujeitos a riscos financeiros e operacionais.

Dentre as significativas incertezas e riscos em relação aos seus parques eólicos em implantação, a Companhia está exposta aos riscos financeiros associados à diferença entre a energia a ser gerada e a energia contratada, cujos eventuais desvios serão por ela assumidos. Tal diferença poderá decorrer de uma série de fatores, especialmente: (i) ocorrência de ventos em intensidade diversa daquela considerada em estudos realizados na fase de projeto; (ii) entrada em operação comercial dos parques eólicos em implantação em datas posteriores às previstas nos contratos de energia; e (iii) indisponibilidade de aerogeradores em nível superior aos índices de desempenho de referência.

Os parques eólicos da Companhia em implantação devem também, de acordo com os editais dos leilões LER 2010, LEN A-3 2011 e LEN A-5 2012, atender a um cronograma de entrada em operação, bem como aos atos autorizativos do poder concedente e nos CER e CCEAR celebrados. No caso de descumprirmos o cronograma, a ANEEL poderá aplicar penalidades e, em caso extremo, poderá ainda revogar a autorização outorgada.

De acordo com as disposições do Contrato de Energia de Reserva ("CER") e do Contrato de Compra de Energia no Ambiente Regulado ("CCEAR"), alguns eventos constantes do cronograma, tais como o não início da operação comercial dos parques eólicos da Companhia em implantação até no máximo 1 (um) ano após a data prevista, poderão gerar, ainda, rescisão dos contratos.

Caso ocorra atraso no início da operação comercial dos parques eólicos referentes ao LEN A-3 2011 ou LEN A-5 2012, a Companhia será obrigada a repor energia aos compradores dos CCEAR por meio de contratos bilaterais de compra de energia, o que poderá causar um efeito material adverso nos resultados e no valor de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia.

Caso ocorra atraso no início da operação comercial dos parques eólicos referentes ao LEN A-3 2011 ou LEN A-5 2012, a Companhia será obrigada a repor energia aos compradores dos CCEAR por meio da Garantia Física de usinas de sua titularidade ou por meio de contratos bilaterais de compra de energia, o que poderá causar um efeito material adverso nos resultados e no valor de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia.

Após a entrada em operação comercial, o descumprimento da obrigação de entrega de energia será tratado como ressarcimento que ocorrerá anualmente ou quadrienalmente.

A geração anual abaixo de 90% da energia contratada sujeita a Companhia a ressarcir os compradores ao máximo preço do contrato e o PLD médio do ano. Caso a geração quadrienal fique entre 90% e 100% do saldo da energia contratada a Companhia deverá ressarcir o déficit ao máximo do valor do PLD para quatro anos e o preço vigente.

Nos contratos no mercado livre, caso a Companhia não gere a energia contratada terá que comprar a energia no mercado livre, sujeita aos preços praticados.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

O crescimento dos negócios e operações da Companhia podem ser adversamente afetados no caso de não obtenção de novos contratos de compra e venda de energia, tanto no Ambiente de Contratação Regulada ("ACR") quanto no Ambiente de Contratação Livre ("ACL").

O plano de negócios da Companhia tem como um dos meios de crescimento a participação em leilões de contratação de energia no ACR. Se o Governo Federal não realizar novos leilões ou se, por qualquer motivo, a Companhia não for vencedora desses leilões, sua estratégia de crescimento poderá ser negativamente impactada, o que poderá afetar de forma significativa e adversa seus resultados e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão.

Outro meio de crescimento da Companhia é a venda de energia no mercado livre. Caso a Companhia não obtenha novos contratos no ACL, o crescimento pode ser negativamente impactado.

A estratégia de negócios da Companhia poderá ser afetada de modo adverso por vários fatores.

A capacidade da Companhia de crescimento e de apresentar resultados atrativos está condicionada ao desempenho dos empreendimentos em operação, à conclusão de seus parques eólicos em implantação e na maturação do portfólio de energia renovável da Companhia.

Além disso, os resultados futuros da Companhia estão sujeitos a incertezas, contingências e riscos no âmbito econômico, concorrencial, regulatório e operacional. Essas incertezas decorrem, dentre outros fatores, do caráter cíclico de preços de (i) insumos típicos da atividade de construção civil, inclusive para a construção de centrais geradoras de energia eólica, PCHs e solar (ii) bens de capital necessários para tais projetos e (iii) outras fontes de energia, incluindo preços de petróleo e gás. Assim, a Companhia pode enfrentar fatores e circunstâncias imprevisíveis que gerem um efeito adverso relevante sobre a Companhia, seus resultados e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão.

O nível de endividamento e a estrutura de financiamento da Companhia poderão afetá-la adversamente.

Para a construção de novos empreendimentos de geração de energia é necessário alto volume de investimento, o que poderá levar a Companhia a um alto nível de endividamento. Com relação ao alto volume de investimento, variações adversas significativas nos indexadores dos financiamentos futuros da Companhia poderão reduzir seu lucro líquido e, consequentemente, os valores disponíveis para distribuição aos seus acionistas na forma de dividendos e/ou outros proventos, o que pode afetar o valor de mercado das ações e *Units* emitidas pela Companhia.

Além disso, a estrutura de financiamento dos projetos que a Companhia desenvolve inclui, usualmente, a criação de um pacote de garantias que inclui a criação de ônus sobre: (i) recebíveis do projeto; (ii) das ações de sociedades controladas de propósito específico que desenvolvem o respectivo projeto; e (iii) dos imóveis onde eles se localizam, dentre outras garantias. Em caso de inadimplemento de obrigações financeiras da Companhia, tais garantias podem ser

4.1 - Descrição dos fatores de risco

executadas, o que pode ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia, seus resultados e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão.

Por fim, alguns dos contratos de financiamento da Companhia podem incluir restrições aplicáveis à Companhia e às suas controladas quanto ao pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio, o que pode comprometer sua habilidade de fazer distribuições para os acionistas da Companhia, o que pode afetar o valor de mercado das ações e *Units* de sua emissão.

A implantação da estratégia de negócios da Companhia, bem como seu crescimento futuro, exigirão capital adicional, que talvez não esteja disponível ou, caso disponível, poderá não estar disponível em condições favoráveis.

A implantação da estratégia de negócios da Companhia, bem como seu crescimento futuro, exige quantidade significativa de investimento em capital fixo, superior à capacidade atual de geração de caixa da Companhia. Será necessário que a Companhia busque capital adicional, quer mediante a emissão de títulos de dívida ou tomada de empréstimos, quer mediante a emissão de ações ou *Units*. A capacidade futura da Companhia de captação de caixa dependerá, dentre outros fatores, de sua rentabilidade futura, bem como da conjuntura política e econômica brasileira e mundial, que são afetadas por fatores fora do controle da Companhia. É possível que capital adicional não esteja disponível ou, caso disponível, poderá não estar disponíveis em condições favoráveis para a Companhia. Se a Companhia financiar suas atividades por meio de empréstimos, é provável que valores mobiliários ou linhas de crédito sejam regidos por instrumentos contendo obrigações que restrinjam sua flexibilidade operacional. Ademais, caso a Companhia incorra em endividamento adicional, os riscos associados à sua alavancagem financeira poderão aumentar, tais como a possibilidade de a Companhia não conseguir gerar caixa suficiente para pagar o principal, juros e outros encargos relativos à dívida. A ocorrência de qualquer dos eventos indicados acima poderá ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia, seus resultados e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão.

A Companhia poderá ser responsável por perdas e danos causados a terceiros, inclusive danos ambientais, sendo que os seguros contratados podem ser insuficientes para cobrir tais perdas e danos.

A Companhia poderá ser responsabilizada por perdas e danos causados a terceiros. A Companhia não pode garantir que suas apólices de seguro serão suficientes em todas as circunstâncias ou contra todos os riscos. A ocorrência de um sinistro significativo não segurado ou indenizável, parcial ou integralmente, ou a não observância por subcontratados em cumprir obrigações indenizatórias assumidas perante a Companhia ou em contratar seguros, pode ter um efeito adverso para a Companhia. Além disso, a Companhia não pode assegurar que será capaz de manter apólices de seguro a taxas comerciais razoáveis ou em termos aceitáveis no futuro.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Ademais, as atividades do setor de energia podem causar significativos impactos e danos ao meio ambiente. A legislação federal impõe responsabilidade objetiva àquele que, direta ou indiretamente, causar degradação ambiental gerando, portanto, o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados independente de dolo ou culpa. O pagamento de indenizações ambientais substanciais ou despesas relevantes incorridas para custear a recuperação do meio ambiente poderá impedir a Companhia, ou levá-la a retardar ou redirecionar planos de investimento em outras áreas.

A ocorrência de qualquer dos eventos indicados acima poderá ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia, seus resultados e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão.

A Companhia poderá não ser capaz de comercializar toda a energia dos projetos eólicos de seu portfólio incluídos em seu plano de negócios.

As autorizações que a Companhia detém para projetos já registrados na ANEEL, sem contar com seus parques eólicos em operação e implantação e suas três PCHs em operação, não lhe confere qualquer garantia presente ou futura de mercado consumidor para sua produção de energia elétrica, no todo ou em parte. As vendas de energia elétrica da Companhia, além dos contratos já firmados, estão sujeitas à existência de demanda suficiente do mercado consumidor e condições de mercado que viabilizem a implantação de novos empreendimentos.

Os investimentos da Companhia em projetos de geração de energia elétrica são e serão baseados na expectativa de aumento da demanda no Brasil por energia elétrica nos próximos anos, conforme estimativas divulgadas pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Contudo, esse aumento da demanda poderá não ocorrer ou ser inferior ao inicialmente estimado pela Companhia.

Além disso, um eventual aumento da demanda, seja ela inferior, igual ou superior ao aumento estimado pela Companhia, poderá ser atendido por outros projetos de geração de energia elétrica, tais como geração térmica, grandes hidrelétricas, dentre outros, que possuam preços de venda de energia mais competitivos que aqueles que a Companhia pode oferecer.

Caso a Companhia não seja capaz de comercializar a totalidade da energia dos projetos do seu portfólio eólico, o crescimento poderá ser negativamente impactado.

A Companhia não é proprietária dos imóveis nos quais serão instalados seus parques eólicos, inclusive seus parques eólicos em implantação, e, assim, firma contratos de arrendamento desses imóveis, com relação aos quais está sujeita a certos riscos.

A Companhia não é proprietária dos imóveis nos quais são instalados seus parques eólicos, inclusive seus parques eólicos em implantação, e, assim, firma contratos de arrendamento com diversos detentores desses imóveis. Em vista disso, a propriedade de qualquer dos imóveis arrendados pela Companhia pode ser questionada, o que pode causar um efeito adverso

4.1 - Descrição dos fatores de risco

relevante sobre a Companhia, seus resultados e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão.

O crescimento da Companhia depende de sua capacidade de atrair e manter pessoal técnico e administrativo altamente qualificado.

A Companhia depende altamente dos serviços de pessoal técnico na execução de sua atividade de desenvolvimento de projetos, na prospecção, implantação e comercialização de energia. Se a Companhia perder os principais integrantes desse quadro de pessoal (ou se precisar ampliá-lo em decorrência de novos projetos ou da expansão de projetos existentes), terá de atrair e treinar pessoal adicional para sua área técnica, o qual pode não estar disponível no momento em que se tornar necessário ou, se disponível, poderá representar um custo elevado adicional para a Companhia. A demanda por pessoal técnico tem aumentado nos últimos anos e a Companhia concorre por esse tipo de mão-de-obra em um mercado global desses serviços. Se a Companhia não conseguir atrair e não manter o pessoal essencial de que precisa para a manutenção, o desenvolvimento e a expansão de suas operações, poderá ser incapaz de administrar seus negócios de modo eficiente, o que pode ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia, seus resultados e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão.

b) com relação ao seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle.

Os interesses dos acionistas controladores da Companhia podem ser conflitantes com os interesses dos seus investidores.

Os acionistas controladores da Companhia têm poderes para, entre outras matérias, eleger a maioria dos membros do seu Conselho de Administração e, exceto por situações específicas previstas na Lei das Sociedades por Ações e observada a disciplina do conflito de interesses no exercício do direito de voto, determinar o resultado de qualquer deliberação que exija aprovação de acionistas, inclusive nas operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, alienações, parcerias e a época do pagamento de quaisquer dividendos futuros, observadas as exigências de pagamento do dividendo obrigatório, impostas pela Lei das Sociedades Anônimas. Os acionistas controladores da Companhia poderão ter interesse em realizar aquisições, alienações, parcerias, buscar financiamentos ou operações similares que podem entrar em conflito com os interesses dos investidores, e, mesmo em tais casos, o interesse de tais acionistas controladores pode prevalecer.

c) com relação aos seus acionistas

As ações preferenciais de emissão da Companhia não virão a ter direito de voto caso não sejam pagos dividendos

Conforme previsto no § 1º do artigo 111 da Lei das Sociedades Anônimas, ações preferenciais sem direito a voto e com direito a dividendo prioritário fixo ou mínimo, adquirem o exercício a

4.1 - Descrição dos fatores de risco

este direito se a companhia emissora, pelo prazo máximo de 3 exercícios consecutivos, deixar de pagar os dividendos fixos ou mínimos a que tais ações tenham direito.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, os dividendos atribuídos às ações preferenciais de sua emissão não são dividendos prioritários fixos ou mínimos, o que as exclui da possibilidade de voto em caso de não pagamento de dividendos. Neste sentido, o Estatuto Social da Companhia exclui expressamente o direito de voto das ações preferenciais (ressalvadas determinadas matérias específicas), mesmo no caso de não pagamento de dividendos. Assim, as ações preferenciais de emissão da Companhia não virão a ter direito de voto em caso de não pagamento de dividendos.

A Companhia pode vir a precisar de capital adicional no futuro, através da emissão de ações ou Units, o que poderá resultar em uma diminuição no valor de suas Units e na diluição da participação do investidor no seu capital social.

A Companhia pode vir a necessitar de recursos adicionais no futuro, e esta necessidade poderá ser atendida mediante operações de emissão pública ou privada de ações, *Units* ou valores mobiliários conversíveis em ações. Qualquer captação de recursos através da distribuição pública de ações, *Units* ou valores mobiliários conversíveis em ações de emissão da Companhia pode ser realizada com a exclusão do direito de preferência dos acionistas da Companhia, o que pode afetar o valor de mercado das ações e *Units* de emissão da Companhia e resultar na diluição da participação do investidor no seu capital social.

Os detentores das ações de emissão da Companhia (inclusive representadas por Units) podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio ou receber dividendos inferiores ao mínimo obrigatório.

De acordo com seu Estatuto Social, a Companhia deve pagar a seus acionistas, no mínimo, 25% de seu lucro líquido anual, calculado e ajustado nos termos da Lei das Sociedades Anônimas, sob forma de dividendos ou juros sobre capital próprio. Em determinadas circunstâncias, contudo, a Companhia pode não ser capaz de distribuir dividendos ou distribuí-los em valor inferior ao do dividendo obrigatório. Dentre elas:

- caso o lucro líquido seja utilizado para compensar prejuízo ou retido nos termos da Lei das Sociedades Anônimas;
- caso o Conselho de Administração da Companhia informe à Assembleia geral ordinária que a distribuição é incompatível com a situação financeira da Companhia, suspendendo a distribuição obrigatória de dividendos em determinado exercício social;
- caso o fluxo de caixa e os lucros de suas controladas, bem como a distribuição desses lucros para a Companhia sob a forma de dividendos, inclusive dividendos sob a forma de juros sobre o capital próprio, não ocorra, fazendo com que o dividendo obrigatório ultrapasse a parcela realizada do lucro líquido do exercício; e/ou

4.1 - Descrição dos fatores de risco

- a existência atual ou no futuro de restrições em contratos de financiamento à distribuição de dividendos.

Dessa forma, detentores de ações ou *Units* de emissão da Companhia podem não receber dividendos ou juros sobre capital próprio em tais circunstâncias ou receber dividendos inferiores ao mínimo obrigatório.

d) com relação à suas controladas e coligadas

Os riscos relacionados às controladas diretas/indiretas da Companhia são substancialmente os mesmos relacionados às atividades da Companhia. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia não tinha qualquer coligada.

e) com relação a seus fornecedores

A Companhia utiliza prestadores de serviços terceirizados para a construção, operação e manutenção de suas centrais geradoras de energia elétrica. Caso estes serviços não sejam adequadamente executados, os resultados da Companhia poderão ser afetados adversamente.

A Companhia celebra contratos de prestação de serviços de construção e serviços de operação e manutenção de suas centrais geradoras de energia elétrica com prestadores de serviço que acredita terem elevada reputação e capacidade técnica no setor elétrico. A incapacidade ou indisposição desses terceiros em prestar os serviços contratados com a qualidade prevista em contrato, poderá: (i) provocar inadimplemento em obrigações regulatórias da Companhia, (ii) colocar em risco a preservação de suas centrais geradoras, (iii) reduzir temporariamente a disponibilidade/capacidade de geração de energia elétrica de suas centrais aerogeradoras e hidrogeradoras, consequentemente sujeitando as controladas da Companhia a uma redução em suas receitas de vendas e ao pagamento de multas e penalidades previstas em seus contratos de longo prazo de compra e venda de energia elétrica. Ademais, a rescisão desses contratos de construção ou operação e manutenção, ou a incapacidade da Companhia de renová-los ou de negociar novos contratos com outros prestadores de serviço igualmente qualificados, tempestivamente e com preços similares, poderá causar um efeito adverso sobre a Companhia. A ocorrência de qualquer dos eventos indicados acima poderá ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia, seus resultados e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão.

Decisões judiciais contrárias à terceirização de alguma atividade da Companhia atualmente desempenhadas por prestadores de serviços poderão causar efeito adverso para a Companhia.

A Companhia e suas controladas podem vir a ser consideradas subsidiariamente responsáveis por obrigações trabalhistas e previdenciárias não devidamente quitadas por seus prestadores de serviços terceirizados. Ademais, caso as suas prestadoras de serviço causem algum dano

4.1 - Descrição dos fatores de risco

ambiental, a Companhia e suas controladas podem ser também solidariamente responsabilizadas por sua reparação na esfera civil. Por fim, a Companhia não pode garantir que empregados dos prestadores de serviços terceirizados não tentarão obter em juízo o reconhecimento do vínculo empregatício com a Companhia e suas controladas. A ocorrência de qualquer dos eventos indicados acima poderá ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia, seus resultados e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão.

f) com relação a seus clientes

A atual receita operacional da Companhia depende dos contratos de compra e venda de energia celebrados com a Eletrobrás e a CCEE no Mercado Regulado e com clientes diversos no Mercado Livre.

No Mercado Regulado, a receita operacional da Companhia depende de seus contratos celebrados com a Eletrobrás, cujo objeto é a venda, no âmbito do PROINFA, da energia elétrica gerada por suas 3 PCHs em operação pelo prazo de 20 anos contados da data de suas respectivas entradas em operação comercial e também de contratos celebrados com a CCE no LER 2009. Caso (i) a Eletrobrás e/ou a CCE deixe de cumprir com sua obrigação de pagamento com relação a tais contratos; ou (ii) tais contratos sejam rescindidos em hipóteses que não ensejem reparação dos valores devidos à Companhia e a Companhia não seja capaz de vender tal energia a terceiros, sua atual receita operacional será afetada, o que pode afetar adversamente sua capacidade de adimplir suas atuais obrigações financeiras.

No Mercado Livre a Companhia celebra contratos com compradores da energia gerada. Caso (i) algum cliente descumpra termos do respectivo contrato; ou (ii) algum cliente se torne inadimplente e a Companhia não seja capaz de vender tal energia a terceiros, sua receita operacional será afetada, o que pode afetar adversamente sua capacidade de adimplir suas atuais obrigações financeiras. Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia não possuía receita operacional decorrente de contratos no mercado livre, uma vez que os contratos firmados preveem energia e consequentemente, receita a partir de 2015.

A ocorrência de qualquer dos eventos indicados acima poderá ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia, seus resultados e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão.

g) com relação aos setores de atuação

A Companhia poderá incorrer em custos significativos para cumprir com eventuais alterações na regulação ambiental.

A Companhia procura cumprir integralmente com todas as disposições de leis e regulamentos atualmente aplicáveis às suas atividades e observar os termos de todas as licenças ambientais necessárias para o desenvolvimento de suas atividades. No entanto, qualquer incapacidade de cumprir com qualquer dessas disposições poderá sujeitar a Companhia à imposição de penalidades, desde advertências até sanções relevantes, ao pagamento de indenizações em

4.1 - Descrição dos fatores de risco

valores significativos, à revogação de licenças ambientais ou à suspensão da atividade comercial de usinas geradoras sob seu controle, o que poderá causar um efeito adverso sobre a Companhia. Além disso, o Governo Federal e os governos dos Estados onde a Companhia atua poderão, no futuro, adotar regras mais estritas aplicáveis às atividades da Companhia. Por exemplo, essas regras poderão, no limite, exigir investimentos adicionais na mitigação do impacto ambiental da atividade da Companhia, bem como, na recomposição de elementos dos meios bióticos e/ou geológicos das regiões onde ela atua, levando-a a incorrer em custos significativos para cumprir com tais regras. A ocorrência de qualquer dos eventos indicados acima poderá ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia, seus resultados e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão.

A estratégia de crescimento da Companhia poderá ser prejudicada pela crescente concorrência no setor de energia elétrica brasileiro.

A estratégia de crescimento da Companhia envolve a expansão de seus negócios em novos empreendimentos de geração, submetidos ao processo de autorização outorgada pela ANEEL. Esta atividade poderá ser prejudicada pela crescente concorrência na realização de estudos e solicitação de autorização para execução de projetos de geração de energia por fontes renováveis. Além disso, é impossível assegurar que a Companhia terá sucesso em aproveitar quaisquer dessas oportunidades de crescimento, uma vez que ela enfrenta uma crescente concorrência na indústria de geração de energia elétrica por parte de empresas estatais e privadas. Considerando que a obtenção desses novos negócios depende de fatores alheios ao controle da Companhia, é impossível assegurar o sucesso em todas as oportunidades de crescimento que a Companhia procurará explorar neste segmento. A eventual incapacidade da Companhia de implantar sua estratégia de crescimento poderá causar um efeito adverso sobre a Companhia, seus resultados e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão.

h) com relação à regulação do setor de atuação

A Companhia atua em um ambiente altamente regulado, que concede ampla discricionariedade ao poder concedente.

A implantação da estratégia de crescimento e a condução das atividades da Companhia podem ser afetadas de forma adversa por ações governamentais, incluindo:

- descontinuidade e/ou mudanças nos critérios para concessão de autorizações para exploração de potenciais eólicos e hidrelétricos;
- descontinuidade e/ou mudanças nos critérios para concessão de licenças ambientais por parte dos governos federal ou estadual, conforme o caso;
- descontinuidade e/ou mudanças nos critérios para aquisição de energia elétrica nos ambientes de contratação regulado e livre, entre outras alterações de natureza regulatória; e
- alterações a outras normas aplicáveis aos negócios da Companhia.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Adicionalmente, a Companhia não pode assegurar as ações que serão tomadas pelo governo federal e estaduais no futuro com relação ao desenvolvimento do sistema energético brasileiro, e em que medida tais ações poderão afetá-la adversamente.

Qualquer medida regulatória significativa por parte das autoridades competentes poderá impor um ônus relevante sobre as atividades da Companhia. Na medida em que a Companhia não for capaz de repassar aos seus clientes os custos decorrentes da edição de novas leis e regulamentos, seus resultados e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão podem ser adversamente afetados.

A resolução nº 3 do CNPE de 06 de março de 2013 determina que também as geradoras arquem com parcela do pagamento do custo de despacho de usinas termelétricas por meio de encargos de serviços de sistema. O impacto que a resolução pode vir a causar ainda está em análise, tendo em vista que não há regulamentação definitiva sobre o assunto. No entanto, caso a ANEEL venha de fato a determinar a cobrança do referido custo, poderá impactar negativamente o faturamento das geradoras, uma vez que as geradoras conseguirão repassar os custos em questão. O projeto de reforma das agências reguladoras em tramitação no Congresso Nacional pode afetar a competência da ANEEL, o que poderá afetar adversamente à Companhia.

Tramita também outro Projeto de Lei (PLS 495/09), que, caso aprovado resultará na criação de nova agência.

A Agência Nacional de Energias Renováveis, que terá como objetivo institucional a coordenação do processo de transição do uso intensivo de energias não renováveis para formas renováveis, bem como o estudo e a elaboração de políticas públicas para apoiar o aprimoramento da matriz energética nacional, visando o desenvolvimento sustentável. Neste caso também não há como garantir que as alterações a serem eventualmente aprovadas não afetarão adversamente as empresas geradoras de energia elétrica, inclusive a Companhia.

O Poder Concedente possui discricionariedade para determinar alterações unilaterais nos termos e condições aplicáveis às autorizações para exploração de centrais hidrelétricas, termelétricas e eólicas, de modo que estamos sujeitos a aumentos imprevistos em nossos custos ou diminuição da nossa receita projetada e caso não tenhamos capacidade de cumprir com as novas condições impostas, poderemos ser penalizados.

As autorizações para exploração de centrais hidrelétricas, termelétricas e eólicas são outorgadas pela União Federal. Atualmente, essas autorizações concedem o direito de exploração de potenciais hidráulicos, eólico e biomassa por prazo determinado, limitado a até 35 anos, com a possibilidade de prorrogação sob determinadas condições, bem como estabelecem direitos e obrigações do autorizatário, incluindo, entre outros, o dever de o beneficiário observar os prazos para a execução das obras e implantação das usinas, incluindo a realização dos estudos ambientais, obtenção das licenças ambientais, construção e operação das usinas. Porém, as autorizações são outorgadas a título precário não oneroso, ou seja, nossas autorizações podem ser revogadas a qualquer tempo pela autoridade competente quando o interesse público assim o exigir.

Em caso de descumprimento de qualquer disposição legal ou regulamentar decorrente da exploração das usinas autorizadas, tais como (i) se a Companhia deixar de prestar serviços por

4.1 - Descrição dos fatores de risco

mais de 30 dias consecutivos, não tendo apresentado uma alternativa aceitável pela ANEEL e pelo ONS ou, ainda, (ii) se tiver sido decretada a falência ou dissolução da Companhia, a ANEEL poderá impor penalidades que variam de acordo com a gravidade do descumprimento e vão desde advertências até a imposição de multas ou mesmo extinção das autorizações.

Além disso, a autorização estabelece a obrigação de o autorizatário se sujeitar à fiscalização da ANEEL, pagando taxa por tal fiscalização e outros possíveis encargos setoriais definidos em regulamentação específica, além de se sujeitar a regulamentações futuras da ANEEL e de autoridades responsáveis pelos licenciamentos ambientais. Estas características do ato de outorga são determinadas com algum nível de discricionariedade pelo Poder Concedente e este pode alterar unilateralmente custos de fiscalização, regras para comercialização futura da energia elétrica, aplicação de custos e encargos, bem como, despesas relacionadas a temas ambientais, entre outros.

A extinção antes do prazo final de quaisquer autorizações, bem como a imposição de multas ou quaisquer outras penalidades pela ANEEL poderão causar um efeito adverso na Companhia.

A Companhia poderá ser afetada de maneira adversa em caso de revogação dos incentivos fiscais atualmente concedidos pelas autoridades públicas competentes.

A Companhia é beneficiária de incentivos fiscais concedidos, como a isenção de IPI sobre equipamentos eólicos, o REIDI que isenta PIS e COFINS e a extensão de convênios do CONFAZ que confere isenção de ICMS para operações com equipamentos e componentes para o aproveitamento de energia eólica. Adicionalmente alguns parques da Companhia foram qualificados para obtenção do incentivo fiscal “Desenvolve” (Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia) o qual consiste na concessão de dois benefícios fiscais: (i) dilação do prazo de pagamento, de até 90% do saldo devedor mensal do ICMS normal, limitada a 72 meses; e (ii) diferimento do lançamento e pagamento do ICMS devido.

Os referidos incentivos podem ser revogados, ter sua vigência suspensa ou ser contestados judicialmente. Eventual revogação, suspensão ou questionamento pode implicar a perda do referidos incentivos, afetando de maneira adversa a situação financeira da Companhia.

Os negócios e operações da Companhia podem ser adversamente afetados caso não ocorram ou a Companhia não seja vencedora de novos leilões para comercialização de energia por fontes renováveis.

O Plano de Negócios da Companhia tem como um dos meios de crescimento a participação em leilões de contratação de energia no Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”). Se o Governo Federal não realizar novos leilões ou se, por qualquer motivo, não a Companhia for vencedora desses leilões, sua estratégia de crescimento poderá ser negativamente impactada, o que pode provocar efeitos adversos relevantes sobre seus resultados e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

i) com relação aos países estrangeiros

Não aplicável, uma vez que a atuação da Companhia é restrita ao Brasil.

4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco

A Companhia monitora constantemente os riscos internos, regulatórios, de mercado e outros relacionados a suas operações que possam impactar de forma adversa suas operações e seus resultados, inclusive mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar suas atividades, analisando índices de preços e de atividade econômica, assim como a oferta e demanda de energia elétrica e aspectos regulatórios envolvidos. A Companhia administra de forma conservadora sua posição de caixa e seu capital de giro considerando, dentre outros fatores, tais riscos. Atualmente, a Companhia não identifica cenário de aumento ou redução da exposição aos riscos mencionados acima.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Descrição dos processos judiciais, administrativos e arbitrais em que a Companhia ou suas controladas são partes, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros: i) que não estão sob sigilo, e ii) são relevantes para os negócios da Companhia ou de suas controladas:

A Companhia é parte em 04 processos administrativos junto a órgãos ambientais da esfera estadual e federal. Suas provisões para contingências estão registradas nas demonstrações financeiras pelo valor total das perdas consideradas prováveis. Em 31 de dezembro de 2012, o valor total dos processos envolvendo contingências passivas era de R\$84 mil, e este valor encontrava-se integralmente provisionado, uma vez que tais processos foram considerados de perda provável, segundo avaliação da Companhia, com base na opinião de suas assessorias jurídicas, conforme abaixo detalhado:

Processo nº 2009-013668/TEC/AIIN-0053	
a. juízo	Instituto do Meio Ambiente - IMA
b. instância	N/A
c. data de instauração	14.04.2009
d. partes no processo	Renova Energia S.A. X Instituto do Meio Ambiente - IMA
e. valores, bens ou direitos envolvidos	N/A
f. principais fatos	Trata-se de auto de infração em campo por supressão de vegetação nativa de Cerrado em APP do Rio das Ondas sem necessárias anuências, autorizações ou licenças ambientais ou registros ou em desacordo com os mesmos.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Provável
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Possibilidade de perda do direito de uso do local para estudos.
i. valor provisionado (se houver provisão)	R\$ 2.000,00

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Processo nº 2009-013673/TEC/AIMU-0222	
a. juízo	Instituto do Meio Ambiente - IMA
b. instância	N/A
c. data de instauração	17.04.2009
d. partes no processo	Renova Energia S.A. X Instituto do Meio Ambiente - IMA
e. valores, bens ou direitos envolvidos	N/A
f. principais fatos	Trata-se de auto de infração de multa devido à intervenção de supressão de vegetação nativa do Cerrado (picadas) em fração de hectare em APP do Rio das Ondas, sem licença ou autorização de órgão ambiental competente ou em desacordo com a obtida conforme determina as normas legais e regulamentos pertinentes, com efetivo impacto ao meio ambiente local.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Provável
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Possibilidade de perda do direito de uso do local para estudos.
i. valor provisionado (se houver provisão)	R\$ 57.670,36

Processo nº 02029.000509/2009-14	
a. juízo	Instituto do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
b. instância	N/A
c. data de instauração	05.05.2009
d. partes no processo	Renova Energia S.A. X Instituto do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
e. valores, bens ou direitos envolvidos	N/A
f. principais fatos	Trata-se de auto de infração sob o fundamento de realizar pesquisa e intervenções físicas em desacordo com os objetivos da Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins e seus regulamento.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Provável
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Possibilidade de perda do direito de uso do local para estudos.
i. valor provisionado (se houver provisão)	R\$ 10.473,76

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Processo nº 02029.000510/2009-31	
a. juízo	Instituto do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
b. instância	N/A
c. data de instauração	05.05.2009
d. partes no processo	Renova Energia S.A. X Instituto do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
e. valores, bens ou direitos envolvidos	N/A
f. principais fatos	Trata-se de auto de infração de sob o fundamento de causar dano à Unidade Conservadora Federal de Proteção Integral Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins por realizar supressão da cobertura vegetal e perfuração de solo.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Provável
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Possibilidade de perda do direito de uso do local para estudos.
i. valor provisionado (se houver provisão)	R\$ 5.818,76

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Não há nenhum processo judicial, administrativo ou arbitral que não estejam sob sigilo, em face da Companhia ou suas controladas que as partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas.

4.5 - Processos sigilosos relevantes

A Companhia e suas controladas não são partes em quaisquer processos sigilosos relevantes e que não tenham sido divulgados nos itens anteriores.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto**a) Valores envolvidos**

A Companhia e suas controladas não são partes em processos judiciais, administrativos e arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes.

b) Valor provisionado, se houver

A Companhia e suas controladas não são partes em processos judiciais, administrativos e arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes.

c) Prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência

A Companhia e suas controladas não são partes em processos judiciais, administrativos e arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes.

4.7 - Outras contingências relevantes

Não existem outras contingências relevantes envolvendo a Companhia.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

A Companhia não possui valores mobiliários custodiados em outros países.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

O Poder Concedente possui discricionariedade para determinar os termos e condições aplicáveis às futuras autorizações para exploração de novos empreendimentos de geração de energia que são necessárias para a realização dos investimentos da Companhia. Assim, é possível que a Companhia tenha que se sujeitar a aumentos não previstos em seus custos. Atualmente, as autorizações concedidas pelo poder público para construção e operação de empreendimentos de geração de energia, concedem o direito de exploração por prazo determinado, limitado a até 30 ou 35 anos (no caso de empreendimentos eólicos), bem como estabelecem direitos e obrigações do autorizado incluindo, entre outros, o dever de o beneficiário observar os prazos para a execução das obras de implantação das instalações de geração, incluindo a realização dos estudos ambientais e obtenção das licenças ambientais, construção e operação das instalações de geração. Além disso, a autorização estabelece a obrigação do autorizado se sujeitar à fiscalização da ANEEL, pagando taxa por tal fiscalização e outros possíveis encargos setoriais definidos em regulamentação específica, além de se sujeitar a regulamentações futuras da ANEEL e de autoridades responsáveis pelos licenciamentos ambientais. Estas características do ato de outorga permitem algum nível de discricionariedade para alterar unilateralmente certas condições das autorizações concedidas, incluindo custos de fiscalização, regras para comercialização futura da energia elétrica, aplicação de custos e encargos, bem como, despesas relacionadas a temas ambientais, entre outros. Os custos da Companhia poderão ser aumentados como resultado de alteração unilateral dos termos de autorização, o que poderia afetar significativa e adversamente a Companhia, seus resultados e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão. A Companhia não tem como quantificar o risco envolvido, dada a discricionariedade e unilateralidade referente à decisão de tais eventos.

A ANEEL poderá não conceder à Companhia as autorizações necessárias para desenvolver seus projetos e, nas situações em que a Companhia obtiver as autorizações, poderá ser penalizada pela ANEEL em caso de descumprimento das disposições de tais autorizações. As atividades de geração da Companhia são realizadas de acordo com termos de autorizações firmados com o Poder Concedente, os quais têm prazo definido de 30 ou 35 anos (no caso de empreendimentos eólicos) após a publicação de cada autorização e cuja outorga ou renovação são feitas a critério da ANEEL, mediante solicitação da Companhia. Com base nas disposições dos termos de autorizações e na legislação aplicável, a ANEEL poderá não outorgar à Companhia as autorizações necessárias para desenvolver seus projetos ou, em caso de descumprimento de qualquer disposição de referidos termos de autorizações, esta poderá impor à Companhia penalidades que, dependendo da gravidade do descumprimento, poderão incluir: advertências, multas, interdição das instalações, embargos à construção de novas instalações ou aquisição de novos equipamentos, restrições à operação de instalações e equipamentos existentes, suspensão temporária de obtenção de novas autorizações ou revogação da autorização.

A não outorga das autorizações necessárias para desenvolver projetos da Companhia, a extinção antes do prazo final de quaisquer de suas autorizações, a imposição de multas ou penalidades pela ANEEL poderão causar um efeito adverso sobre a Companhia, seus resultados e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão. A Companhia não tem como quantificar o risco envolvido em eventual penalidade.

Novas regras para a comercialização de energia elétrica e condições de mercado poderão, no futuro, afetar os preços de venda de energia elétrica praticados pela Companhia.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

Segundo a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, as geradoras da Companhia deverão vender eletricidade no Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”), por meio de leilões públicos conduzidos pela ANEEL, ou no Ambiente de Contratação Livre, ou ACL. A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico permite às distribuidoras adquirentes de eletricidade negociada pelas geradoras no Ambiente de Contratação Regulada, reduzir o montante de energia contratada nos seguintes casos: (i) compensação pela saída de Consumidores Potencialmente Livres do Mercado Regulado para o Mercado Livre; (ii) desvios das estimativas de demanda elaboradas pelas distribuidoras, após dois anos da declaração de demanda inicial, sendo que neste caso a redução poderá atingir até 4% por ano do montante inicialmente contratado; e (iii) aumento dos montantes de energia adquiridos por meio de contratos firmados antes de 17 de março de 2004. Caso as distribuidoras que venham a ter contratos de fornecimento de energia com a Companhia decidam reduzir o montante de energia contratada, a Companhia, seus resultados e o valor de mercado de suas ações poderão ser significativamente e adversamente afetados. A Companhia não tem como quantificar o risco envolvido.

Caso ocorram alterações nas regras de venda de energia elétrica, alterações de condições de mercado ou outros fatores relacionados, em que a Companhia não possa negociar a venda de toda a sua capacidade geradora nos leilões do ACR ou no ACL, a Companhia poderá ser compelida a vender sua capacidade excedente no mercado à vista, onde os preços estão sujeitos a uma volatilidade significativa. Se isso ocorrer em períodos em que os preços no mercado à vista estejam em baixa, a Companhia, seus resultados e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão poderão sofrer um efeito adverso relevante. A Companhia não tem como quantificar o risco envolvido.

Novas regras ou condições para aquisição, utilização ou financiamento de equipamentos relacionados à implantação de projetos de geração de energia poderão, no futuro, afetar negativamente os negócios da Companhia.

Atualmente, os aerogeradores e outros equipamentos adquiridos para implantação de parques eólicos foram ou são passíveis de financiamento FINAME junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, o qual apresenta condições e custos favoráveis comparados a outros financiamentos disponíveis no mercado. Caso os fornecedores de tais equipamentos sejam descredenciados desta linha de financiamento, os novos equipamentos disponíveis no mercado não atinjam os requisitos mínimos de elegibilidade para tal financiamento, como índice mínimo de nacionalização, ou qualquer outra medida regulatória ou governamental crie requisitos adicionais para a aquisição, financiamento e/ou utilização de equipamentos de geração de energia elétrica em projetos nacionais, incluindo mas não se limitando a maiores índices de nacionalização ou outras medidas destinadas a fomentar a indústria nacional, os custos de implantação de novos projetos eólicos poderão ser majorados e afetar negativamente a Companhia, seus resultados e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão. Não temos como quantificar o risco envolvido, dado o desconhecimento da Companhia, do tamanho do impacto de potenciais mudanças nas condições de financiamento de equipamentos dentro da cadeia produtiva de projetos eólicos.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

Riscos relacionados à inflação e à taxa de juros

No passado, o Brasil registrou altos índices de inflação. A inflação e algumas medidas tomadas pelo governo brasileiro no intuito de controlá-la, combinada com a especulação sobre eventuais medidas governamentais a serem adotadas, tiveram efeitos negativos significativos sobre a economia brasileira, contribuindo para a incerteza econômica existente no Brasil e para o aumento da volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro. Mais recentemente, a taxa anual de inflação medida pelo Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M caiu de 20,1% em 1999 para 5,1% em 2011, e o Índice Nacional de Preços ao consumidor Amplo - IPCA caiu de 8,9% em 1999 para 6,50% em 2011. Entre 2007 e 2012 as taxas de juros foram de 11,25%, 13,75%, 8,75%, 10,75%, 11,00%, e 7,25% ao ano, respectivamente, conforme estabelecido pelo COPOM. Qualquer aumento da taxa de juros poderia afetar negativamente os resultados da Companhia (e, conseqüentemente, o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão), na medida em que aumente o custo associado ao financiamento de suas operações.

Eventuais futuras medidas do Governo Federal, incluindo a redução das taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e medidas para ajustar ou fixar o valor do real, poderão desencadear aumentos de inflação. Se o Brasil experimentar inflação elevada no futuro, o mecanismo de reajuste anual das receitas das controladas da Companhia com base na inflação, previsto em seus respectivos contratos de concessão, poderá não ser suficiente para protegê-las inteiramente contra os efeitos do aumento de inflação.

Além disso, na hipótese de aumento de inflação, o Governo Federal poderá optar por elevar significativamente as taxas de juros oficiais. A alta das taxas de juros poderá impactar no custo de captação de empréstimos pela Companhia e por suas controladas, como também no custo do endividamento atual de suas controladas, vindo a causar aumento de suas despesas financeiras. Este aumento, por sua vez, poderá afetar adversamente a capacidade de pagamento de obrigações assumidas pela Companhia, na medida em que reduzirá sua disponibilidade de caixa.

Em 31 de dezembro de 2012, as dívidas consolidadas em reais da Companhia eram atreladas principalmente à taxa de juros associadas ao CDI ou TJLP, e totalizavam R\$ 307,3 milhões e R\$ 1.208,4 milhões, respectivamente.

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

a) riscos para os quais se busca proteção;

A Renova Energia opta pela contratação do seguro garantia de concorrência e fiel cumprimento para atender os requisitos de garantia nos leilões promovidos pela Aneel, garantindo as obrigações contratuais a um menor custo quando comparado com as outras opções disponíveis.

Durante o período de obras para cobertura de possíveis acidentes é contratado a apólice de riscos de engenharia. Em 31 de dezembro de 2012, o valor declarado para danos materiais é R\$1.298 milhões e ALOP (Lucros esperados) no valor de R\$159 milhões.

Para segurar os bens transportados para as obras, a Renova contratou o seguro de transporte Nacional com a cobertura adicional de Atraso no Início das Operações (D.S.U – *Delay on start-up*) a importância segurada para o período da apólice vigente em 31 de dezembro de 2012 é de R\$801 milhões.

Em 31 de dezembro de 2012, a Renova Energia possuía apólices de seguros abrangentes de riscos operacionais com valor declarado para danos materiais de R\$1.287 milhões no consolidado, e para lucro cessante de R\$167 milhões no consolidado.

Além destas coberturas, a Companhia possui apólices de responsabilidade civil com cobertura em 31 de dezembro de 2012 no valor de R\$70 milhões para os projetos LER 2009, LER 2010, LEN 2011 e ESPRA e apólice de Responsabilidade Civil para Administradores (“D&O”).

Para um melhor bem estar dos funcionários da Renova o seguro saúde e de vida são fornecidos.

b) estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

A Companhia financia seus projetos por meio de *Project Finance* com o BNDES para os projetos eólicos e BNB para as PCHs. Em 31 de dezembro de 2012, o valor total dos financiamentos sob essa modalidade era de R\$ 992,6 milhões. Dessa forma a Companhia não possui o risco de moeda em seu balanço e por isso não realiza *hedge* cambial no momento.

No que diz respeito ao risco de taxa de juros da Companhia, este decorre substancialmente de debêntures e financiamentos para os projetos. Tais instrumentos financeiros são subordinados principalmente à taxa de juros vinculadas aos indexadores TJLP e CDI. A Companhia não possui instrumentos para *hedge* da taxas de juros.

Adicionalmente os contratos de compra e venda de energia eólica são indexados pelo índice IPCA e de energia proveniente das PCH's são indexados pelo IGPM. A Companhia não possui instrumentos para *hedge* da taxas de inflação.

c) instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

A Companhia não faz uso de instrumentos financeiros de proteção patrimonial.

d) parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

Cada operação de venda é avaliada, quanto à sua adequação à política de comercialização da Companhia, em termos de margem, risco de crédito e limites de responsabilidades.

e) se a Companhia opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos

A Companhia não faz uso de instrumentos financeiros de proteção patrimonial ou para finalidades especulativas.

f) estrutura organizacional de controle de gerenciamento desses riscos

A Companhia gerencia seus riscos de forma contínua, avaliando se as práticas adotadas na condução das suas atividades estão em linha com as políticas preconizadas pela administração visando mitigar os riscos inerentes ao negócio, inclusive riscos de mercado, por meio de auditoria e acompanhamento da implementação de ações necessárias para minimização desses riscos.

Para assessorar o Conselho de Administração no gerenciamento dos riscos descritos acima, a Companhia possui Comitês de Assessoramento, quais sejam, Comitê de Talentos e Remuneração, Comitê Financeiro, Comitê de Gestão, Comitê de Implantação, Comitê de Auditoria e *Compliance* e Comitê de Novas Tecnologias e Prospecção.

O Comitê de Auditoria e *Compliance* tem como função, entre outras:

- (i) Assessorar o Conselho de Administração nas atividades de avaliação e controle das auditorias independente e interna;
- (ii) revisar e opinar, previamente à sua aprovação, acerca das demonstrações contábeis trimestrais e anuais da Companhia, inclusive acerca de suas notas explicativas, relatório da Administração e parecer da auditoria externa;
- (iii) avaliar a efetividade e qualidade dos controles internos e da auditoria independente, inclusive no que tange à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e políticas internas;
- (iv) assegurar o cumprimento e a correta aplicação dos princípios e normas contábeis nos termos da legislação em vigor e de acordo com as diretrizes dos órgãos reguladores locais;
- (v) avaliar e reportar ao Conselho de Administração o cumprimento, pela Administração da Companhia, das recomendações feitas pela auditoria independente;
- (vi) reunir-se periodicamente com auditores internos e externos para entender os controles realizados e aprofundar questões relevantes;
- (vii) avaliar e recomendar objetivos e atividades principais, tanto para a área contábil (auditoria externa) como para a área de auditoria interna;
- (viii) recomendar à Diretoria da Companhia a correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos no âmbito de suas atribuições; e

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

O Comitê Financeiro tem como função, entre outras:

- (i) analisar as necessidades financeiras da Companhia e sugerir mecanismos para satisfazê-las;
- (ii) monitorar os principais indicadores financeiros da Companhia;
- (iii) analisar a estrutura financeira da Companhia e recomendar ações corretivas, se necessário;

O Comitê de Gestão tem como função:

- (i) propor estratégia de atuação da Companhia, com base em diretrizes estratégicas e orçamentárias, metas gerais e específicas, indicadores, perspectivas e métricas;
- (ii) monitorar o desempenho operacional da Companhia, analisando e sintetizando matérias técnico-operacionais;
- (iii) sugerir ao Conselho de Administração metas a serem cumpridas pela Administração e verificar o seu cumprimento;
- (iv) monitorar riscos de mercado e propor iniciativas para minimizá-los;
- (v) propor e monitorar as estratégias de longo prazo da Companhia;
- (vi) auxiliar na definição das métricas e diretrizes do orçamento da Companhia; e
- (vii) discutir com a Diretoria a viabilidade de cumprimento das metas estabelecidas e sugerir ao Conselho de Administração medidas para corrigir desvios.

O Comitê de Talentos e Remuneração tem como função, entre outras:

- (i) orientar o planejamento estratégico da gestão de pessoas e a política de remuneração da Companhia;
- (ii) avaliar e supervisionar as práticas e processos de sucessão em todos os níveis hierárquicos da Companhia;

O Comitê de Implantação tem como função:

- (i) acompanhar e elaborar parecer ao Conselho na contratação de fornecedores para obras da Companhia;
- (ii) monitorar o desempenho das equipes internas e externas no desenvolvimento de obras da Companhia;
- (iii) acompanhar a execução dos contratos de fornecimento para obras da Companhia;
- (iv) auxiliar na definição de estratégias e de planos de ação para questões envolvendo o andamento de obras da Companhia;
- (v) monitorar riscos de construção e propor iniciativas para minimizá-los;
- (vi) acompanhar e reportar ao Conselho o atingimento de marcos do cronograma físico-financeiro das obras da Companhia; e
- (vii) acompanhar, reportar ao Conselho e recomendar soluções para eventuais desvios do orçamento da Companhia para uma respectiva obra.

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

O Comitê de Novas Tecnologias e Prospecção tem como função:

- (i) Propor e acompanhar o desenvolvimento e o estudo de novas tecnologias e novos modelos de negócios; e
- (ii) Propor e acompanhar o *pipeline* de projetos eólicos que estiverem em desenvolvimento.

g) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

As áreas da Companhia que estão expostas aos riscos de mercado são monitoradas de forma contínua, conforme mencionado anteriormente no item “f” acima.

Embora a Companhia não possua uma política específica de gerenciamento de riscos, a Companhia acredita que sua estrutura operacional e controles internos são adequados para a verificação da efetividade da prática de gerenciamento de riscos.

5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado

Em 28 de março de 2013, a Companhia celebrou contrato de parceria de longo prazo com a Alstom que prevê a instalação de 1,2 GW de capacidade instalada e valor aproximado de R\$ 2,6 bilhões. Este contrato mitiga o risco de falta de fornecimento de equipamento e potencial aumento de preço dos mesmos.

Excluindo o contrato com a Alstom indicado acima, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado, bem como no monitoramento de riscos adotado pela Companhia.

5.4 - Outras informações relevantes

Riscos Relacionados ao Brasil

A instabilidade cambial pode prejudicar a economia brasileira, bem como os os negócios da Companhia.

Em decorrência de diversas pressões, a moeda brasileira tem sofrido desvalorizações recorrentes com relação ao dólar e outras moedas fortes ao longo das últimas quatro décadas. Durante todo esse período, o governo brasileiro implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variou de diária a mensal), sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo. De tempos em tempos, houve flutuações significativas da taxa de câmbio entre o real e o dólar e outras moedas.

Por exemplo, o real desvalorizou 18,7% em 2001 e 52,3% em 2002 frente ao dólar, embora o real tenha valorizado 11,8%, 8,7% e 17,2% com relação ao dólar em 2005, 2006 e 2007, respectivamente. Em 2008, em decorrência do agravamento da crise econômica mundial, o real se desvalorizou 32% frente ao dólar, tendo fechado em R\$2,336 por US\$1,00 em 31 de dezembro. Em 31 de dezembro de 2009, com a recuperação do país frente a crise, observou-se a valorização de 25,3% da moeda brasileira frente ao dólar, cuja taxa passou a R\$1,7412 por US\$1,00. Em 31 de março de 2010, a taxa de câmbio entre o real e o dólar era de R\$1,7810 por US\$1,00, em 31 de março de 2011 a taxa de câmbio era de R\$1,6270. Em 31 de dezembro de 2011, a taxa de câmbio entre o real e o Dólar era de R\$1,88 por U\$1,00. A Companhia não pode garantir que o real não sofrerá depreciação ou não será desvalorizado em relação ao dólar novamente.

As desvalorizações do real com relação ao dólar podem criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo, bem como afetar significativa e adversamente a Companhia, seus resultados e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão.

O governo brasileiro exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e política brasileira, podem afetar adversamente a Companhia.

O Governo Federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. O governo brasileiro poderá intervir na economia nacional e realizar modificações significativas em suas políticas e normas monetárias, fiscais, creditícias e tarifárias. As medidas tomadas no passado pelo governo brasileiro para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, implicaram aumento das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de salários e preços, bloqueio ao acesso a contas bancárias, desvalorização cambial, controle de capital e limitação às importações, entre outras medidas. A Companhia não tem controle sobre quais medidas ou políticas o governo brasileiro poderá adotar no futuro, e não pode prevê-las. Os negócios, a situação financeira, o resultado das operações e as perspectivas da Companhia poderão ser prejudicados de maneira

5.4 - Outras informações relevantes

significativa por modificações relevantes nas políticas ou normas que envolvam ou afetem fatores, tais como:

- instabilidade social e política;
- expansão ou contração da economia global ou brasileira;
- controles cambiais e restrições a remessas para o exterior, tais como as que foram impostos em 1989 e no início de 1990;
- flutuações cambiais;
- alterações no regime fiscal e tributário;
- alterações das normas trabalhistas
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- taxas de juros;
- inflação;
- política monetária;
- política fiscal;
- racionamento de energia; e
- outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do governo brasileiro nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado brasileiro de valores mobiliários e dos valores mobiliários emitidos no exterior por companhias brasileiras. Tais incertezas e outros acontecimentos futuros na economia brasileira poderão afetar adversamente a Companhia, na forma descrita acima.

Acontecimentos e a percepção de riscos em outros países, sobretudo em países de economia emergente e nos Estados Unidos, podem prejudicar o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros, inclusive o preço de mercado das Units da Companhia.

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, incluindo países da América Latina, outros países de economia emergente e os Estados Unidos. Embora a conjuntura econômica desses países seja significativamente diferente da conjuntura econômica do Brasil, a reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras.

5.4 - Outras informações relevantes

Crises nesses países podem reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários das companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários de emissão da Companhia.

No passado, o desenvolvimento de condições econômicas adversas em outros países do mercado emergente resultou, em geral, na saída de investimentos e, conseqüentemente, na redução de recursos externos investidos no Brasil. A crise financeira originada nos Estados Unidos no terceiro trimestre de 2008 resultou em um cenário recessivo em escala global, com diversos reflexos, que, direta ou indiretamente, afetaram, e afetam, de forma negativa o mercado acionário e a economia do Brasil, tais como oscilações nas cotações de valores mobiliários de companhias abertas, falta de disponibilidade de crédito, redução de gastos, desaceleração generalizada da economia mundial, instabilidade cambial e pressão inflacionária.

Qualquer dos acontecimentos acima mencionados poderá prejudicar o preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia, além de dificultar seu acesso ao mercado de capitais e ao financiamento de suas operações no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	06/12/2006
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade por Ações
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	20/08/2008

6.3 - Breve histórico

Constituição do Consórcio Enerbrás & WM

Em 2001, Ricardo Lopes Delneri e Renato do Amaral Figueiredo constituíram a Enerbrás Comercializadora de Energia Ltda., atualmente denominada Enerbrás Centrais Elétricas S.A. ("Enerbrás"), dando início à sua atuação em aproveitamentos hidrelétricos.

Em 2003, a Enerbrás constituiu consórcio para implantação, desenvolvimento e construção das 03 Pequenas Centrais Hidrelétricas ("PCH's") da Companhia, localizadas na região do extremo sul da Bahia, entre os Municípios de Itamaraju, Vereda e Jucuruçu.

Em 2004, o referido consórcio foi transformado em uma sociedade por ações denominada Energética Serra da Prata S.A. ("Espra"), cuja finalidade era deter a autorização de geração de energia por meio das três PCH's.

Em 2005 a Enerbrás e Ricardo Delneri tornaram-se detentores de 99,99% e 0,000001%, respectivamente, das ações da Espra. Hoje, Enerbrás e Renovapar detêm, respectivamente, 99,99% e 0,000001% das ações da Espra.

Constituição da Companhia

Em 06 de dezembro de 2006, a Renova foi constituída, como parte de uma reorganização societária implementada pelos atuais controladores indiretos da Renova, Ricardo Lopes Delneri e Renato do Amaral Figueiredo.

A Companhia tem prazo de duração indeterminado e tinha por objeto social (i) a geração e comercialização de energia elétrica em todas as suas formas; (ii) produção de combustíveis a partir de fontes naturais e renováveis; (iii) a prestação de serviços de apoio logístico a empresas ou companhias de consultoria ambiental; e (iv) a participação no capital social de outras sociedades.

Aquisição do Controle Societário da Enerbrás

Em 12 de dezembro de 2006, a Companhia adquiriu o controle societário da Enerbrás.

Registro de Companhia Aberta e Oferta Pública de Ações

Em maio de 2008, a Renova protocolizou pedido de registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, o qual foi concedido em agosto de 2008.

Em 13 de julho de 2010, a Renova realizou Oferta Pública Primária de Distribuição de Certificados de Depósito de Ações ("Units"), representativas, cada uma, de 1 ação ordinária nominativa e 2 ações preferenciais nominativas, com a distribuição pública primária de 10.713.800 Units, tornando-se, desta forma, a única empresa dedicada de energia renovável do Brasil a ter suas ações listadas no Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA.

Comercialização de Energia no Mercado Regulado

Em 14 de dezembro de 2009, a Companhia comercializou no Leilão de Energia de Reserva ("LER") 2009 127,0 MW médios de energia para a geração por 14 parques eólicos localizados no interior da Bahia ("Complexo Eólico Alto Sertão I").

6.3 - Breve histórico

Em 26 de agosto de 2010, a Companhia comercializou no LER 2010 78,0 MW médios de energia para a geração por 6 parques eólicos localizados no interior da Bahia ("Complexo Eólico Alto Sertão II").

Em 18 de agosto de 2011, a Companhia comercializou no Leilão de Energia Nova ("LEN") 2011 103,6 MW médios de energia para a geração por 9 parques eólicos no Complexo Eólico Alto Sertão II.

Em 14 de dezembro de 2012, a Companhia comercializou no LEN 2012 10,2 MW médios de energia para a geração por um parque eólico localizado no interior da Bahia.

Aumento de Capital Social para Ingresso da Light Energia no Bloco de Controle da Companhia

Em 17 de agosto de 2011, vislumbrando um potencial crescimento da Renova em geração de energia renovável e acreditando em seu modelo organizacional, a Light Energia S.A. ("Light Energia"), subsidiária integral da Light S.A., em acordo de investimento firmado com a RR Participações S.A., então controladora da Companhia, ingressou no capital da Renova aportando cerca de R\$360,0 milhões, mediante a emissão de 53.108.330 ações ordinárias.

Em 25 de outubro de 2011, ocorreu a homologação do aumento de capital no valor de R\$376,0 milhões, considerando o aporte da Light e o exercício do direito de preferência dos demais acionistas da Companhia.

Comercialização de Energia no Mercado Livre

Com o ingresso da Light Energia no bloco de controle da Companhia, foi acordado contrato de compra e venda de energia entre a Light Energia e Renova de 400 MW de capacidade instalada para comercialização no Mercado Livre.

Adicionalmente, em 2012, foram celebrados dois acordos para venda de energia no Mercado Livre de 61,0 MW médio.

Conclusão das Obras do Complexo Eólico Alto Sertão I

Em 1º de julho de 2012, a Companhia, por meio de suas Sociedades de Propósito Específico ("SPE's"), concluiu as obras do Complexo Eólico Alto Sertão I, composto por quatorze parques com 184 aerogeradores de potência nominal de 1,6 MW.

Em outubro de 2012, a ANEEL publicou despachos atestando que os 14 parques eólicos do Complexo Eólico Alto Sertão I, estavam aptos a operar.

Aumento de Capital Social para Ingresso da BNDESPAR no Capital Social da Companhia

Com o objetivo de contribuir na elaboração da estratégia da Companhia, visando ao seu crescimento com rentabilidade, em 13 de julho de 2012, a BNDES Participações S.A., subsidiária integral do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, ingressou no capital da Renova. O investimento da BNDESPAR foi de R\$260,7 milhões mediante a emissão de 23.059.239 ações ordinárias e 4.875.036 ações preferenciais.

Em 02 de outubro de 2012, ocorreu a homologação do aumento de capital no valor de R\$314,7 milhões, considerando o aporte da BNDESPAR e o exercício do direito de preferência dos demais acionistas da Companhia.

6.3 - Breve histórico

Complementação do Objeto Social da Companhia

Em 22 de agosto de 2012, foi realizada Assembleia Geral de acionistas que deliberou sobre a complementação do objeto social da Companhia para a inclusão das seguintes atividades adicionais: (i) a prestação de consultoria em soluções energéticas relativas à geração, comercialização, transmissão e demais negócios envolvendo eficiência energética; (ii) a prestação serviços de engenharia, construção, logística, desenvolvimento de estudos e projetos relacionados a usinas de geração de energia em todas as suas formas e seus sistemas, bem como a sua implantação, operação, manutenção e exploração; (iii) a fabricação e comercialização de peças e equipamentos para a geração, transmissão e distribuição de energia; (iv) a atuação no mercado de geração de energia elétrica por meio de equipamentos de geração de energia solar, incluindo, mas não se limitando, a comercialização de energia gerada por fonte solar, a comercialização de equipamentos para a geração, transmissão e distribuição de energia por fonte solar, beneficiamento de polisilício, lingotes, *wafers*, células, painéis, módulos e inversores; e (v) a comercialização, arrendamento, aluguel ou qualquer outra forma de disponibilização de ativos de geração de energia.

Início de Operação da Primeira Planta Solar da Companhia

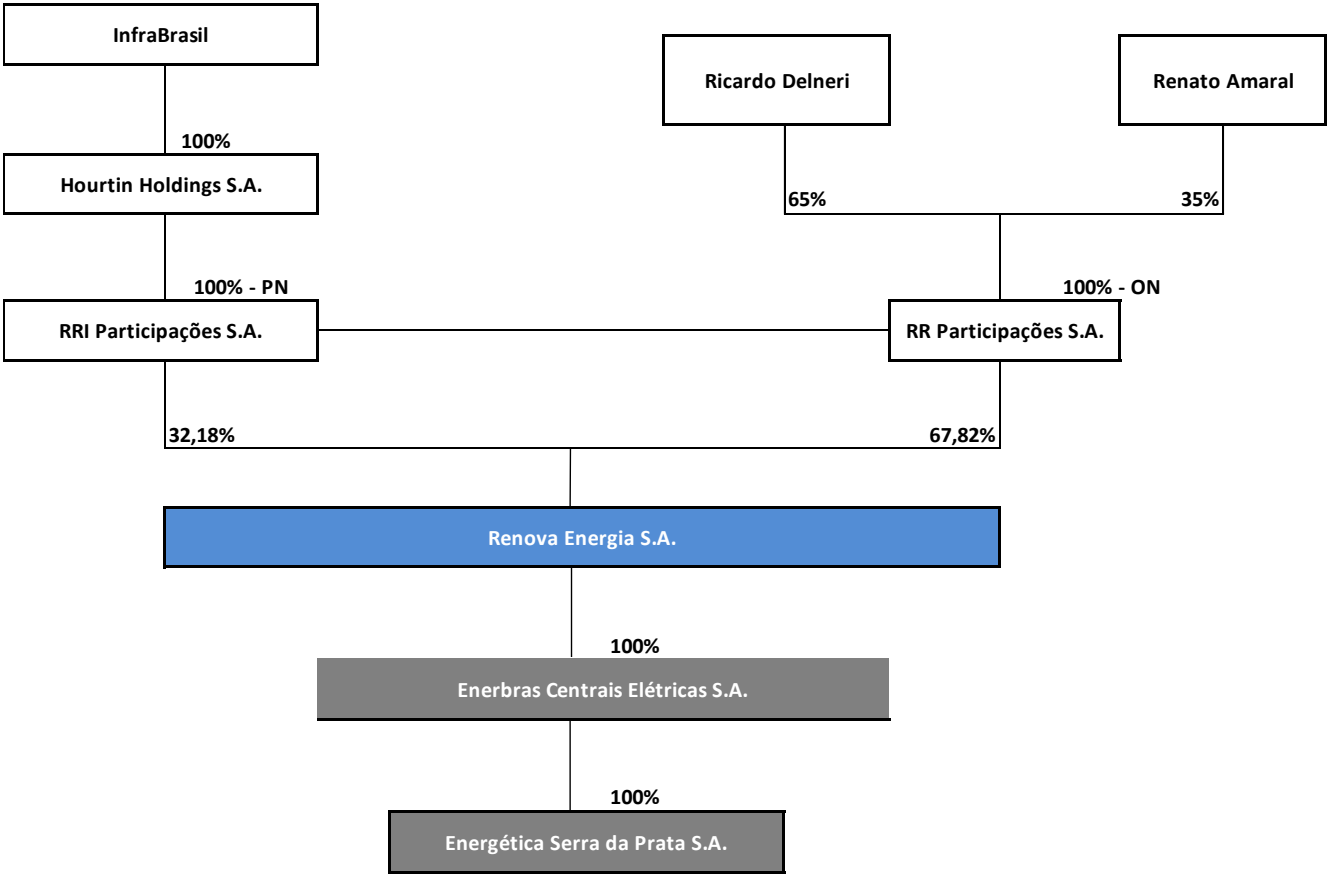
Em 20 de fevereiro de 2013, teve início a operação da primeira planta solar da Companhia localizada em Goiás, no modelo de geração distribuída, com capacidade instalada de 25,65 kWp.

A planta solar irá abastecer as operações da mineradora de ouro Yamana Gold e permitirá à mineradora gerar energia elétrica para o próprio abastecimento utilizando módulos fotovoltaicos com tecnologia silício monocristalino. A Yamana Gold está localizada na cidade de Pilar de Goiás, aproximadamente 250 km de Goiânia, local onde está situada a unidade abastecida com energia solar.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

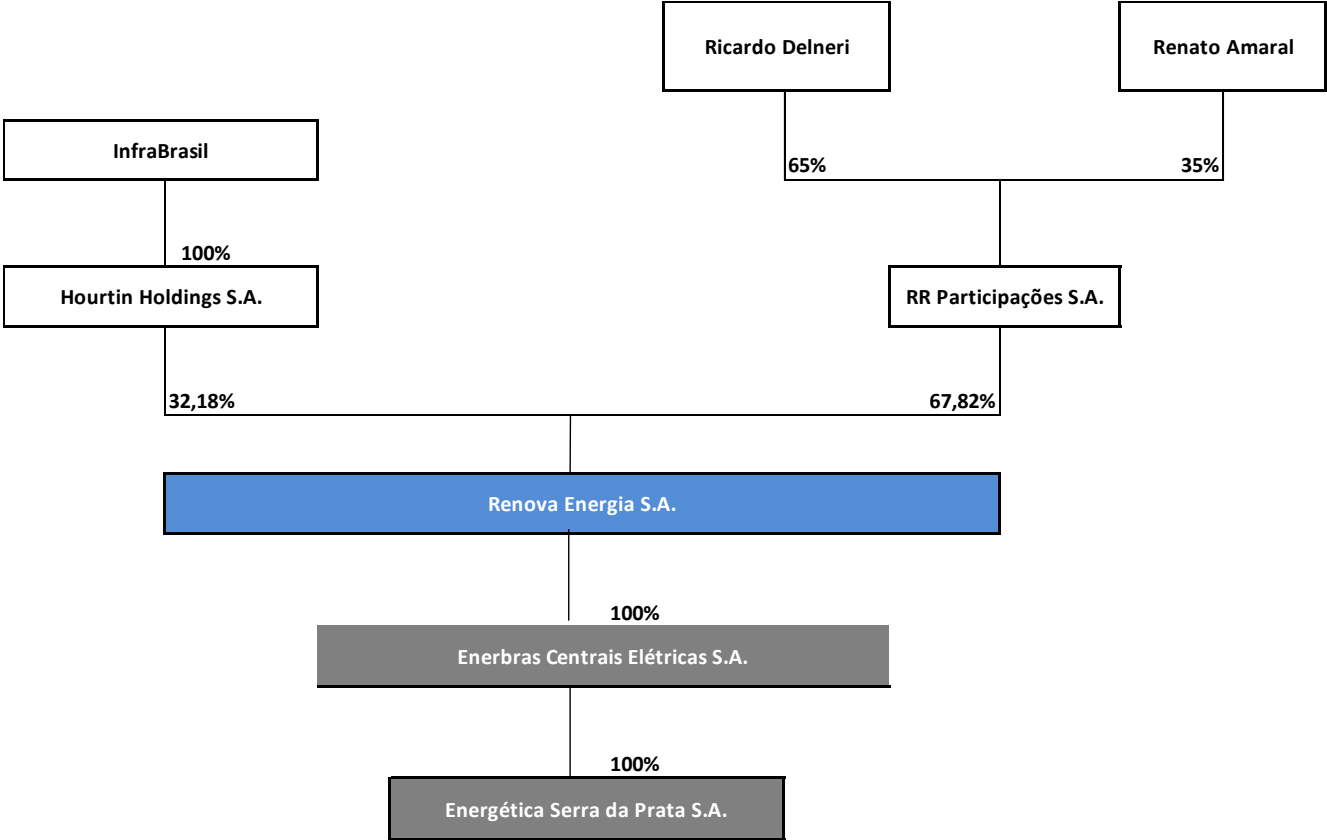
Incorporação RRI e Hourtin Holdings

Em 29 de maio de 2009, foi aprovada a incorporação da RRI Participações S.A. (“RRI”) pela Companhia. Antes da incorporação da RRI, a estrutura societária da Renova era a seguinte:

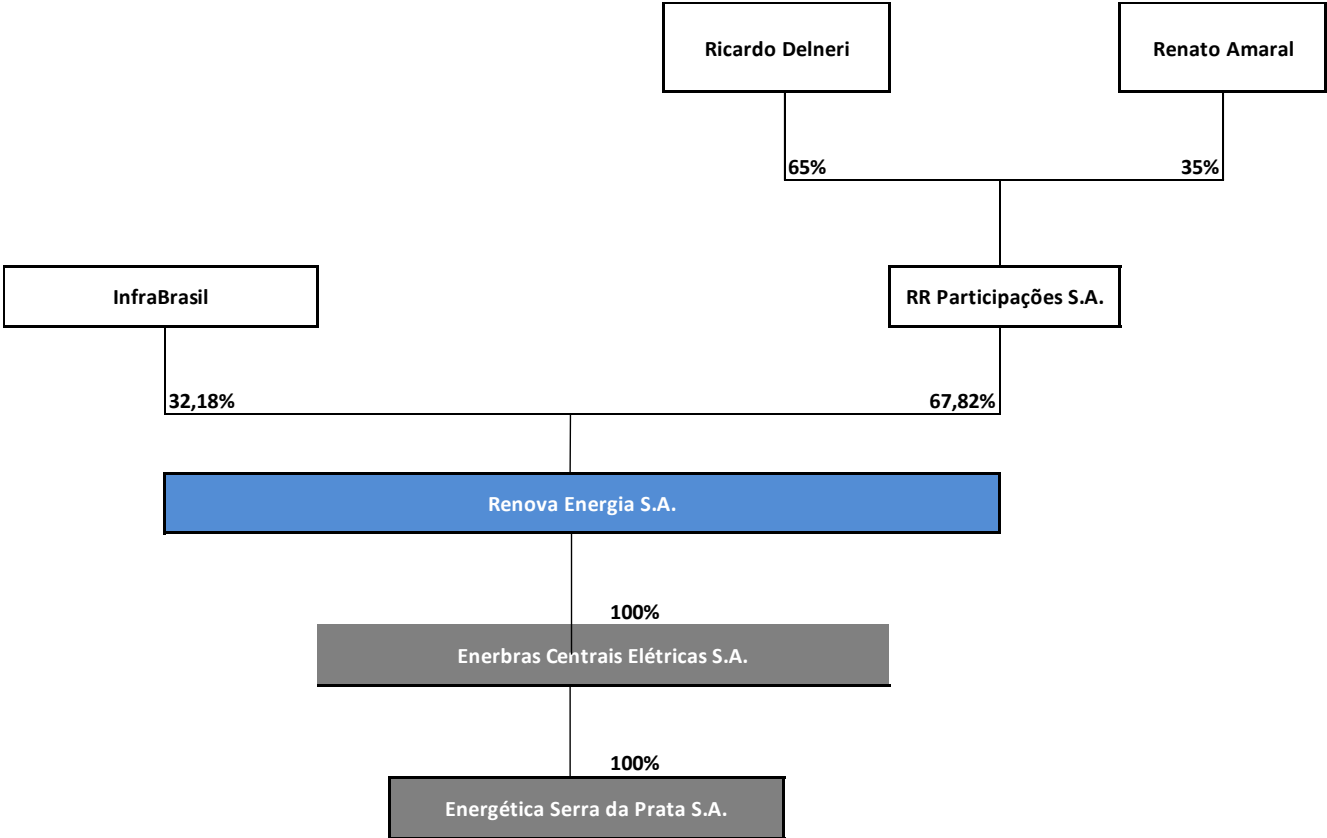


Após a incorporação da RRI, a estrutura do capital da Companhia ficou a seguinte:

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas



Em 15 de janeiro de 2010, foi aprovada a incorporação, pela Companhia, de sua controladora direta Hourtin Holdings S.A. (“Hourtin”), de forma que o InfraBrasil Fundo de Investimento em Participações passou a deter participação direta no capital social da Companhia. Com a incorporação da Hourtin, a estrutura modificou-se da seguinte forma:



6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Reorganização Societária LER 2009

Considerando o sucesso da Companhia no LER 2009 com quatorze parques eólicos, foram constituídas as seguintes SPE's sob o controle direto da Companhia para deterem as autorizações de geração de energia: Centrais Eólicas Alvorada Ltda., Centrais Eólicas Candiba Ltda., Centrais Eólicas Guirapá Ltda., Centrais Eólicas Guanambi Ltda., Centrais Eólicas Ilhéus Ltda., Centrais Eólicas Igaporã Ltda., Centrais Eólicas Licínio de Almeida Ltda., Centrais Eólicas Nossa Senhora Conceição Ltda., Centrais Eólicas Pajeú do Vento Ltda., Centrais Eólicas Planaltina Ltda., Centrais Eólicas Pindaí Ltda., Centrais Eólicas Porto Seguro Ltda., Centrais Eólicas Rio Verde Ltda. e Centrais Eólicas Serra dos Saltos Ltda (todas as SPE's acima foram transformadas em sociedades por ações em 08 de setembro de 2010).

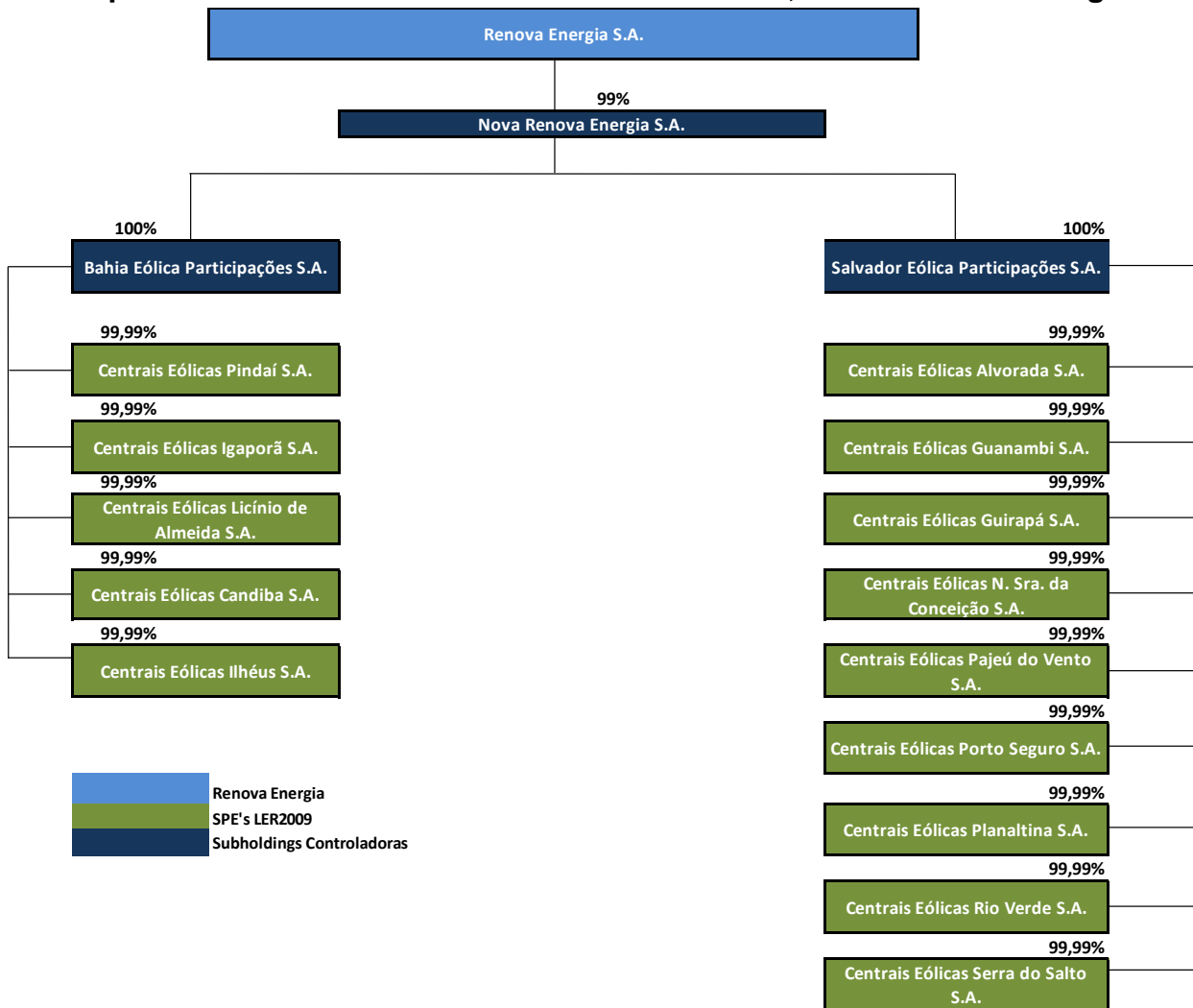
Para implementação dos parques eólicos vencedores do LER 2009, foram contratados financiamentos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES ("BNDES"). Para melhor adequar tais estruturas financeiras, foi realizada uma reestruturação societária visando à segregação das SPE's financiadas, conforme abaixo mencionado.

A reestruturação iniciou-se em 08 de setembro de 2010 quando houve a transformação das quatorze SPE's de sociedades limitada para sociedades por ações. Ainda, em 08 de novembro de 2010, houve a transformação da SPE Centrais Elétricas Sertão Ltda. em sociedade por ações, alterando também sua denominação social para Nova Renova Energia S.A. ("Nova Renova").

Em 02 de março de 2011, a Nova Renova adquiriu da Companhia o controle societário da Salvador Eólica Participações S.A. ("Salvador Eólica") e Bahia Eólica Participações S.A. ("Bahia Eólica").

Dentro do escopo da reestruturação, em 15 de março de 2011, foi transferido o controle societário das quatorze SPE's para Bahia Eólica e Salvador Eólica, permanecendo a estrutura societária da seguinte forma:

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas



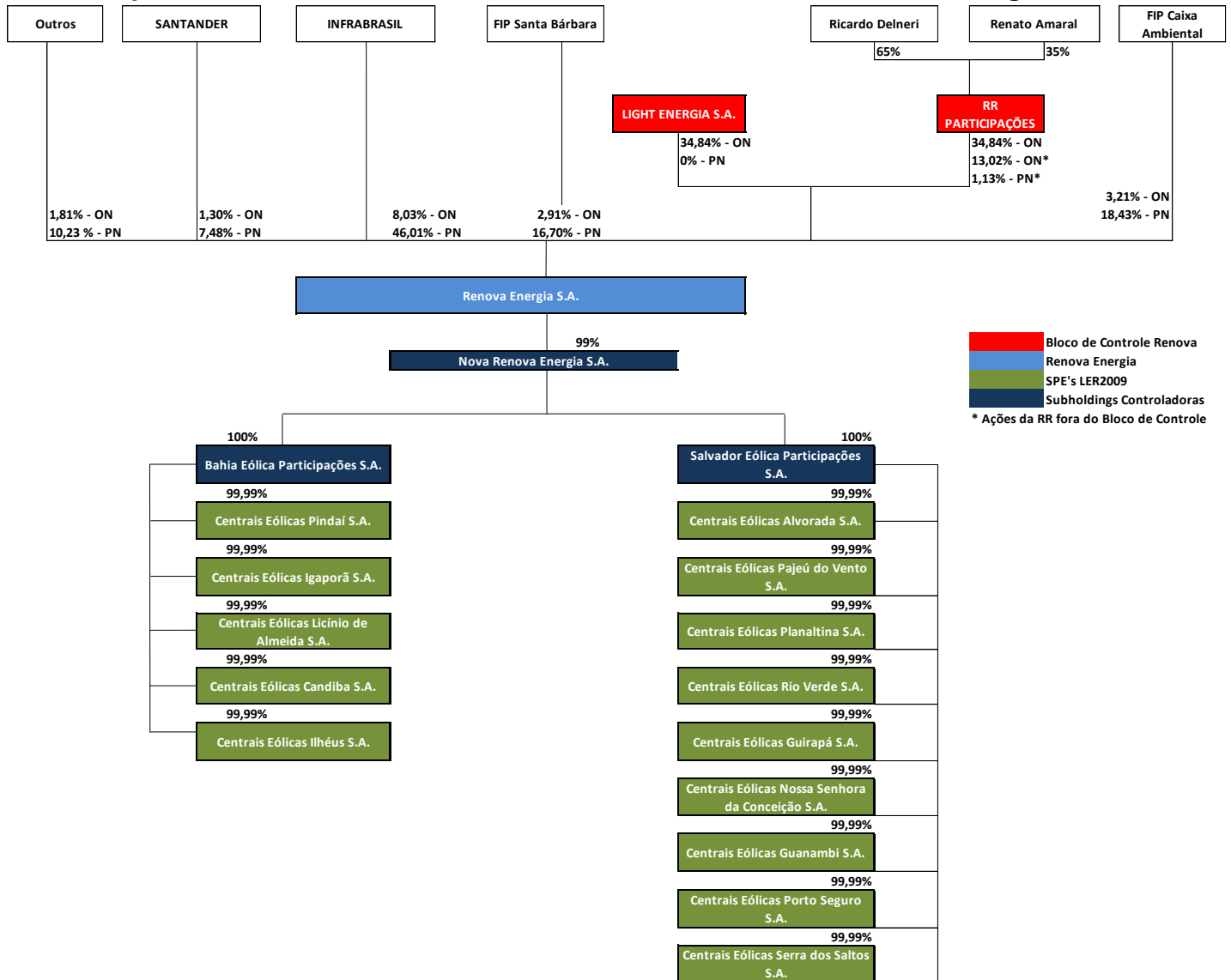
Nova Acionista da Renova – Light Energia S.A.

No dia 17 de agosto de 2011, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia um aumento de capital mediante emissão de 53.108.330 ações ordinárias, nominativas, escriturais, pelo preço de emissão por ação de R\$7,12. Tal aumento permitiu à Light Energia S.A., por meio da cessão do direito de preferência dos principais acionistas da Companhia, sendo: RR Participações S.A., Banco Santander (Brasil) S.A., Fundo de Investimentos em Participações InfraBrasil, Fundo de Investimento em Participações Caixa Ambiental e Fundo de Investimento em Participações Santa Bárbara, a subscrição e integralização de 50.561.797 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal no valor de R\$360,0 milhões.

Em 25 de outubro de 2011, ocorreu a homologação do aumento de capital no valor de R\$376,0 milhões, considerando o aporte da Light, o exercício do direito de preferência dos demais acionistas da Companhia e o cancelamento de sobras de ações.

Desta forma, a estrutura societária ficou a seguinte:

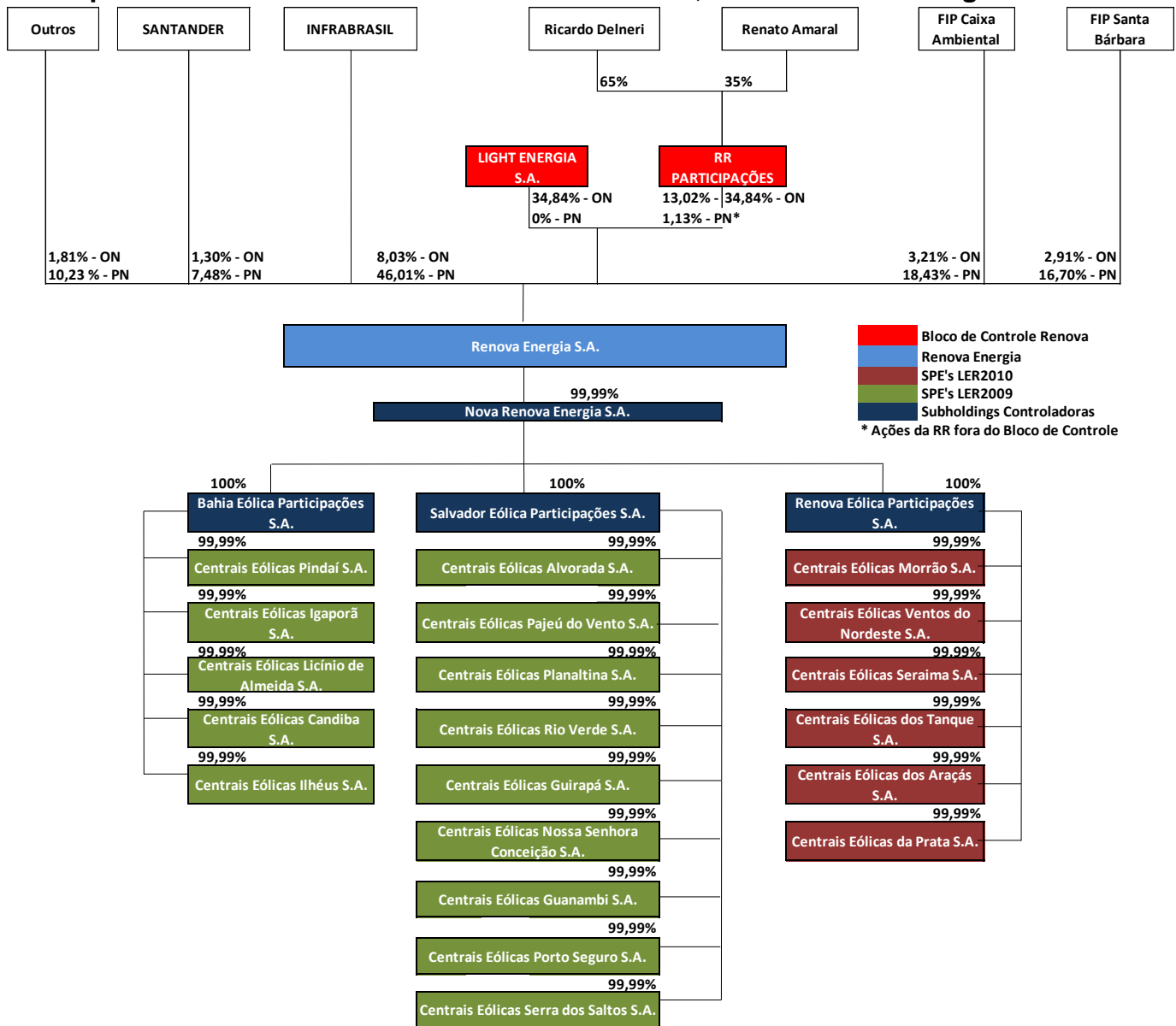
6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas



Reorganização Societária LER 2010

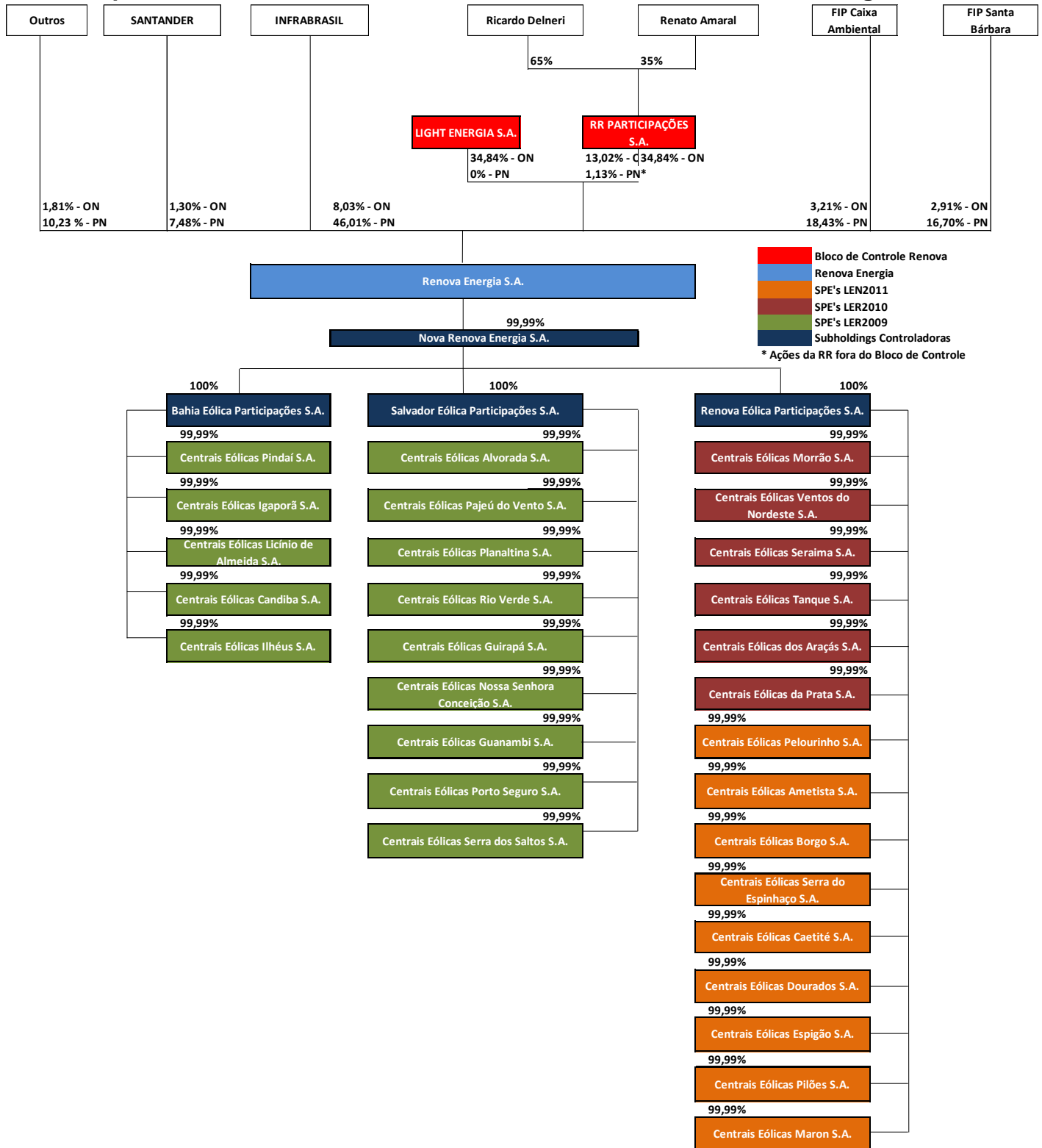
Além do LER 2009, a Companhia obteve sucesso no LER 2010 com 6 parques eólicos. Para deterem as autorizações de geração de energia, foram constituídas as seguintes SPE's sob o controle direto da Renova: Centrais Eólicas dos Araçás Ltda., Centrais Eólicas da Prata Ltda., Centrais Elétricas Morrinhos Ltda. (atualmente denominada Centrais Elétricas Morrão Ltda.), Centrais Elétricas Seraima Ltda., Centrais Elétricas Tanque Ltda. e Centrais Eólicas Ventos do Nordeste Ltda.

Vislumbrando futura contratação de financiamento de longo prazo para construção dos parques eólicos, em 16 de março de 2012, referidas SPE's tiveram seu controle societário transferido para a empresa Renova Eólica Participações S.A. ("Renova Eólica"), sociedade controlada indiretamente pela Companhia. Em 31 de maio de 2012 as SPE's acima foram transformadas em sociedades por ações. Após esta reorganização, a estrutura societária da Companhia, passou a ser a seguinte:

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas**Reorganização Societária LEN 2011**

Tendo em vista o sucesso no LEN A-3 de 2011 ("LEN2011") com 9 parques eólicos, foram constituídas as seguintes empresas: Centrais Eólicas Ametista Ltda., Centrais Elétricas Borgo Ltda., Centrais Eólicas Caetité Ltda., Centrais Elétricas Dourados Ltda., Centrais Eólicas Espigão Ltda., Centrais Eólicas Pilões Ltda., Centrais Eólicas Pelourinho Ltda., Centrais Elétricas Maron Ltda. e Centrais Elétricas Serra do Espinhaço Ltda.

A fim de adquirir financiamento para construção dos parques eólicos, em 1º de junho de 2012, as referidas empresas tiveram seu controle societário transferido para a Renova Eólica e em 31 de outubro de 2012 tiveram seu tipo societário transformado para sociedade por ações. Após esta reorganização, a estrutura societária da Companhia passou a ser a seguinte:

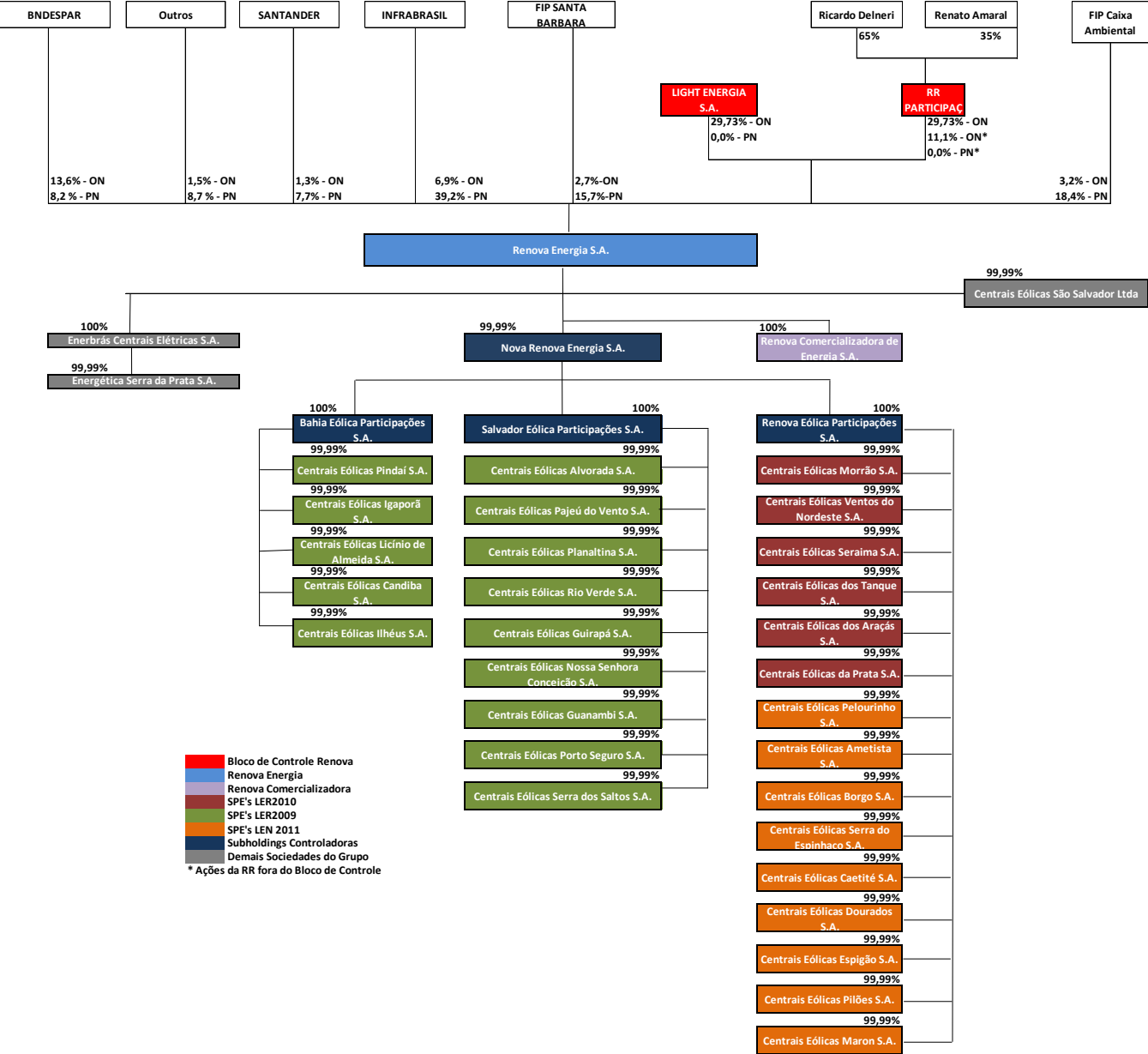
6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Tendo em vista a comercialização de energia no LEN 2012, foi outorgada a autorização de geração de energia para as Centrais Eólicas São Salvador Ltda., SPE sob o controle direto da Companhia.

Em 15 de outubro de 2012, foi constituída a Renova Comercializadora de Energia S.A., com a finalidade de oferecer suporte às atividades de gestão de energia da Companhia.

A estrutura societária da Companhia passou a ser a seguinte:

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas



6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Não existe pedido de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

6.7 - Outras informações relevantes

Além das empresas citadas nos itens 6.3 e 6.5, a Companhia possui ainda controle societário das empresas (i) não operacionais: Centrais Eólicas Santana Ltda., Centrais Eólicas Arapuã Ltda., Centrais Eólicas Conquista Ltda., Centrais Eólicas Cedro Ltda., Centrais Eólicas Recôncavo I Ltda., Centrais Eólicas Bela Vista I Ltda., Centrais Eólicas Lençóis Ltda., Centrais Eólicas Riacho de Santana Ltda. e Centrais Eólicas Coxilha Alta Ltda., Centrais Elétricas Botuquara Ltda., Centrais Elétricas Itaparica Ltda., Renova PCH Ltda. e Renovapar S.A e Enerbrás Centrais Elétricas S.A.; e (ii) operacional: Energética Serra da Prata S.A.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

A Companhia foi constituída em 06 de dezembro de 2006, é regida por seu Estatuto Social, e tem por objeto social as seguintes atividades:

- (i) geração e comercialização de energia elétrica em todas as suas formas;
- (ii) produção de combustíveis a partir de fontes naturais e renováveis;
- (iii) a prestação de serviços de apoio logístico a empresas ou companhias de consultoria ambiental;
- (iv) comercialização de créditos de carbono;
- (v) a prestação de consultoria em soluções energéticas relativas à geração, comercialização, transmissão e demais negócios envolvendo eficiência energética;
- (vi) a prestação serviços de engenharia, construção, logística, desenvolvimento de estudos e projetos relacionados a usinas de geração de energia em todas as suas formas e seus sistemas, bem como a sua implantação, operação, manutenção e exploração;
- (vii) a fabricação e comercialização de peças e equipamentos para a geração, transmissão e distribuição de energia;
- (viii) a atuação no mercado de geração de energia elétrica por meio de equipamentos de geração de energia solar, incluindo, mas não se limitando, a comercialização de energia gerada por fonte solar, a comercialização de equipamentos para a geração, transmissão e distribuição de energia por fonte solar, beneficiamento de polisilício, lingotes, wafers, células, painéis, módulos e inversores; e
- (ix) a comercialização, arrendamento, aluguel ou qualquer outra forma de disponibilização de ativos de geração de energia; e
- (x) participação no capital social de outras sociedades.

A Companhia acredita ser líder na implementação de projetos de energia eólica contratada no Brasil e atua de forma integrada na prospecção, desenvolvimento, implantação e operação dos empreendimentos de geração de energia por fontes alternativas, o que lhe confere vantagens competitivas e retornos atrativos em seus projetos.

Os empreendimentos de geração de energia elétrica por fontes alternativas (parques eólicos, PCHs, usinas térmicas de biomassa e de energia solar), além de serem fontes limpas de geração de energia elétrica e contarem com forte demanda no mercado, gozam de uma série de benefícios em comparação a outros tipos de projetos de energia, tais como: (i) desconto de 50% a 100% nas tarifas de transmissão e distribuição; (ii) possibilidade de consumidores especiais (consumidores com demanda contratada acima de 0,5MW) comprarem exclusivamente energia gerada por fontes alternativas; (iii) menor dificuldade para o licenciamento ambiental; (iv) receitas potenciais com os créditos de carbono, uma vez que são elegíveis para obtenção de tais créditos, por meio do MDL (mecanismo de desenvolvimento limpo), no âmbito do Protocolo de Kyoto; (v) são projetos de infraestrutura e portanto elegíveis ao REIDI (Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura).

A Companhia faz prospecção em todas as regiões do país e atua, por meio de parques eólicos, PCHs e usinas solares, nas regiões nordeste e centro oeste do Brasil.

Parques Eólicos:

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Mercado Regulado:

A Companhia possui 14 parques eólicos operacionais e 15 parques eólicos em implantação no estado da Bahia, contratados em leilões de energia do mercado regulado promovidos pela ANEEL.

Desde 2009 a Companhia participou de todos os leilões que contaram com a participação da fonte eólica promovidos pelo governo e comercializou energia conforme quadro a seguir.

Leilão	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW méd.) ⁽¹⁾	Energia Contratada (MW méd.)
LER 2009	294,4	134,0	127,0
LER 2010	167,7	83,2	78,0
A-3 2011	218,4	108,1	103,6
A-5 2012	22,4	10,6	10,2
TOTAL ACR	702,9	335,9	318,8

(1) Garantia física estabelecida pelo MME

(2) Ambiente de Comercialização Regulado

Mercado Livre:

Em 2011, a Renova iniciou sua atuação também no mercado livre de energia, através da comercialização com a Light de 400,0 MW de potência instalada provenientes de fonte eólica, a partir de geradores que entrarão em operação até 2016.

Em 2012, a Companhia fechou dois contratos de energia no mercado livre totalizando 61,0 MW médios.

Ainda no âmbito do mercado livre de energia, em 2013, a Companhia comercializou 15 MW médios de energia.

Todos os projetos que comercializaram energia no mercado livre de energia serão instalados no interior da Bahia, mesma região onde está em operação o Alto Sertão I.

Além dos 1,2 GW de capacidade instalada de energia eólica contratada nos mercados livre e regulado, a Companhia possui potencial estimado de 12,2 GW de capacidade em terras já arrendadas, sendo 993,6 MW de capacidade com licença de localização ambiental e certificação independente, que comprova a alta competitividade do portfólio.

Em 31 de março de 2013, a Companhia contava com 42 torres anemométricas, sendo que 22 adicionais estão em processo de instalação para comprovação da qualidade do vento nas regiões. Em adição aos estudos próprios, a Renova conta com certificações de vento das

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

seguintes consultorias, consideradas extremamente experientes por sua administração: Garrad Hassan, Dewi, Camargo Schubert e Inova.

A Renova continua investindo na ampliação do complexo eólico no interior da Bahia, onde estão situados todos os projetos com energia comercializada, e tem investido em outros estados como: Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Minas Gerais. Para maiores informações, veja o item 10 deste Formulário de Referência.

Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs):

A Renova possui 3 PCHs em operação desde 2008 no estado da Bahia que, em conjunto, possuem capacidade instalada de 41,8MW.

Além das PCHs operacionais, a Companhia conta com um portfólio de projetos de PCHs com potencial de capacidade instalada de 161,8 MW em projetos básicos e 420,8 MW em inventários.

Usina Solar:

Em 20 de fevereiro de 2013 teve início a operação da primeira planta solar da Companhia, em Goiás, no modelo de geração distribuída, com capacidade instalada de 25,65 kWp.

A usina solar irá abastecer as operações da mineradora de ouro Yamana Gold e permitirá à mineradora gerar energia elétrica para abastecimentos próprio utilizando módulos fotovoltaico com tecnologia silício monocristalino.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

a) Produtos e Serviços Comercializados

A Companhia apresenta quatro segmentos reportáveis que são suas unidades de negócios estratégicas. Tais unidades oferecem diferentes fontes de energia renovável e são administradas separadamente, pois exigem diferentes tecnologias, desenvolvimentos e características operacionais. A seguir a Companhia apresenta um resumo das operações em cada um dos segmentos reportáveis da Companhia. A diferença entre os segmentos e o consolidado refere-se às atividades administrativas desenvolvidas pela Controladora:

a) PCH – Este segmento é responsável pelo desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes hídricas. Este segmento inclui o desenvolvimento de estudos de inventários e projetos básicos e Geração de energia. Este segmento já se encontra em fase de operação para comparabilidade dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010.

b) Eólico – Este segmento é responsável pelo desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes eólicas. Inclui a medição de ventos, arrendamento de terras, implantação e geração de energia. Os parques vencedores do LER 2009 tiveram início de faturamento no segundo semestre de 2012. Os parques vencedores do LER 2010, LEN 2011 e LEN 2012 estão em fase de implantação.

c) Solar – Este segmento é responsável pelo desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fonte solar. Inclui medições, desenvolvimento de projetos solares de geração em larga escala e de geração distribuída e também na venda de mercadorias e serviços.

d) Comercialização – Este segmento é responsável pela comercialização de energia em todas as suas formas.

b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

Renova Energia S.A.						
(Valores em R\$ mil)	2010		2011		2012	
	Valor	% do total	Valor	% do total	Valor	% do total
Receita líquida - PCHs	36.830	2.458,6%	36.553	-303,1%	38.725	-643,6%
Receita líquida - Eólicas	0	0,0%	0	0,0%	76.773	-1.275,9%
Receita líquida - Solar	0	0,0%	0	0,0%	141	-2,3%
Comercialização	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Receita operacional líquida (ROL)	36.830	2.458,6%	36.553	-303,1%	115.639	-1.921,9%

c) Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

Renova Energia S.A.						
(Valores em R\$ mil)	2010		2011		2012	
	Valor	% do total	Valor	% do total	Valor	% do total
Lucro líquido - PCHs	11.627	776,2%	14.060	-116,6%	16.937	-281,5%
Lucro líquido - Eólicas	-126	-8,4%	-2.568	21,3%	5.132	-85,3%
Lucro Líquido - Solar	0	0,0%	0	0,0%	44	-0,7%
Custos Comercialização e outros	-10.003	-667,8%	-23.553	195,3%	-28.130	467,5%
Lucro (prejuízo) total	1.498	100,0%	-12.061	100,0%	-6.017	100,0%

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

a) Características do Processo de Produção

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía em operação uma capacidade instalada de 336,2 MW. A capacidade total contratada da Renova é de 1.260,7 MW. Da capacidade total contratada, 41,8 MW são provenientes de pequenas centrais hidrelétricas (PCH's) e 1.218,9 MW são provenientes de parques eólicos. Da energia eólica, 702,9 MW foram comercializadas no mercado regulado de energia e 516,0 MW no mercado livre.

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações financeiras e, portanto, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

O quadro a seguir apresenta os principais valores em risco com coberturas de seguros:

Riscos de Geração, construção e transmissão:

Objeto da Garantia	Operação	Vigência		Segurado
		Início	Fim	
Riscos Operacionais - LER 2009	R\$ 1.287.348	11/06/2012	01/07/2013	Renova Energia
Responsabilidade Civil – Operacional LER 2009	R\$ 10.000	28/06/2012	28/06/2013	Renova Energia
Garantia - Obrigações Contratuais	R\$ 183	08/09/2012	08/09/2013	COELBA
Riscos Operacionais	R\$ 185.304	25/09/2012	25/09/2013	ESPR
Responsabilidade Civil	R\$ 20.000	25/09/2012	25/09/2013	ESPR

As características de cada fonte de geração de energia renovável que a Companhia utiliza está listada abaixo:

Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs)

As Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs são caracterizadas por possuírem potência instalada superior a 1 MW e igual ou inferior a 30 MW, destinadas à produção independente, autoprodução ou produção independente autônoma.

A atratividade destas usinas fundamenta-se, principalmente, por suas características de menor impacto ambiental, menor volume de investimentos, prazo de maturação mais curto e tratamento incentivado pela regulamentação vigente. Nesse sentido, uma característica da PCH é a dispensa de licitação para obtenção da concessão, bastando ao empreendedor obter autorização da ANEEL.

Apesar de possuir menor porte, seu preço é competitivo em relação ao das hidrelétricas tradicionais, tendo em vista os seguintes incentivos: (i) a possibilidade de utilização de regime fiscal em lucro presumido; (ii) maior facilidade na obtenção de licenciamento ambiental, (iii) isenção de pagamento de UBP, (iv) isenção do pagamento dos Encargos de P&D; (v) menor prazo de implementação e manutenção do investimento e (vi) isenção do pagamento da compensação financeira pelo uso dos recursos hídricos; (vii) possibilidade de comercializar de imediato a energia elétrica produzida com consumidores cuja carga seja maior ou igual a 500 kW; (viii) a possibilidade de sub-rogação da CCC para empreendimentos instalados nos sistemas isolados;

Adicionalmente, a comercialização de energia gerada por PCHs no mercado livre é beneficiada devido à regulamentação da contratação incentivada, a qual prevê redução nas tarifas de

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

distribuição/transmissão dos geradores e dos respectivos consumidores dessa energia. De acordo com a Lei 9.427/1996, fontes alternativas (PCH, biomassa, eólica e solar) têm direito a um desconto de no mínimo 50% nas tarifas de uso dos sistemas de transmissão e distribuição associados. O direito a esse desconto é estendido também aos consumidores desta energia limpa, a chamada “energia incentivada”.

O desenvolvimento deste mercado apresenta vantagens, como (i) a possibilidade de combinar a produção desses geradores com a produção de outros geradores, de modo a compensar períodos de baixa produção; (ii) a possibilidade do uso de comercializadores para comercializar a energia incentivada, sem que o consumidor adquirente perca o benefício do desconto a que faz jus ao contratar com o comercializador, o que implica oportunidades de venda de energia relevantes, uma vez que garante acesso a um segmento de mercado atualmente cativo que não tem possibilidade de se tornar livre a menos que adquira energia de geradores incentivados.

Em termos de desenvolvimento socioambiental, as PCHs promovem geração a ser distribuída de forma local, aumentando a oferta de energia elétrica nas regiões em que estão instaladas, diferente das grandes hidrelétricas e das usinas termelétricas, onde tal distribuição local não ocorre. Os maiores aproveitamentos hidrelétricos são concentrados na maioria em regiões isoladas, tornando os pequenos empreendimentos importantes, em vista especialmente da redução dos custos de transmissão que proporcionam.

A capacidade instalada das PCHs da Companhia é de 41,8 MW.

Parques Eólicos

A também denominada energia dos ventos pode ser explicada, em termos físicos, como a energia cinética gerada pela migração das massas de ar provocada pelas diferenças de temperatura existentes na superfície do planeta. Seu aproveitamento é feito por meio da conversão da energia cinética de translação em energia cinética de rotação. Para a produção de energia elétrica, são utilizadas turbinas eólicas, também conhecidas como aerogeradores.

De acordo com o Atlas de Energia Elétrica do Brasil, os ventos do Brasil são duas vezes superiores à média mundial e possuem volatilidade de 5% (oscilação da velocidade), o que dá maior previsibilidade ao volume a ser produzido. Além disso, como a velocidade costuma ser maior em períodos de estiagem, existe a grande vantagem de operar as usinas eólicas de forma complementar às usinas hidrelétricas, preservando a água dos reservatórios em períodos de poucas chuvas.

De 2005 à 2011, a capacidade instalada de parques eólicas cresceu 36 vezes, passando de 74MW à 2.705 MW – um crescimento anual médio de 82%, segundo os dados do Balanço Energético Nacional, produzido pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

As regiões com maior potencial medido são Nordeste, principalmente no litoral (75GW), Sudeste, particularmente no Vale do Jequitinhonha (29,7GW) e Sul (22,8GW), região em que está instalado um dos maiores parques eólicos do país, o de Osório, no Rio Grande do Sul, com 150MW de potência.

Destacamos ainda que flutuações na geração de energia em função da variabilidade dos ventos, uma característica da geração eólica, não foi identificada no Brasil. Outro obstáculo enfrentado por projetos eólicos é a necessidade de construir extensas redes de transmissão, que está sendo mitigada com a licitação de novas ICG (linha de transmissão para conexão compartilhada).

Por fim no Brasil, onde o leque de opções para a expansão das fontes renováveis é amplo, a tarifa da energia é um componente importante na política energética e essencial para viabilizar

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

a inserção competitiva desta fonte. Dado ao potencial eólico brasileiro o desafio se concentra no custo desta energia desta fonte comparado ao das demais opções de expansão.

Outro benefício desta fonte renovável, que pode vir no futuro a contribuir para viabilizar estes projetos, refere-se à perspectiva de venda de créditos de carbono por ser uma tecnologia de geração limpa de energia.

O ano de 2009 foi um marco para a energia eólica no Brasil. No dia 14 de dezembro de 2009 ocorreu o segundo leilão de energia de reserva, tendo esse leilão se destinado exclusivamente à contratação de usinas eólicas. Os resultados do leilão surpreenderam em dois aspectos: (i) a elevada capacidade contratada; e (ii) os preços praticados, abaixo das estimativas de mercado e em níveis competitivos com outras fontes tidas como mais baratas, como termelétricas.

Os preços praticados neste primeiro leilão representam uma quebra de paradigma no setor, onde havia a crença da necessidade de preços acima de R\$ 200,00 por MWh para viabilizar projetos de geração de fonte eólica, em linha com as tarifas praticadas no Proinfa, situadas na faixa de R\$ 250,00 a R\$ 270,00 por MWh. Os principais fatores que possibilitaram essa importante redução de custos na indústria podem ser listados como segue:

- (i) Alto Fator de Capacidade dos Parques Vencedores: Os parques eólicos vencedores do certame possuíam em média 41,7% de fator de capacidade, já descontados os arredondamentos dos lotes inteiros, sendo que alguns parques chegavam a ter fato de capacidade acima de 50%, o que implica em uma elevada produção de energia anual, em níveis extremamente altos se comparado com os padrões internacionais, o que demonstra o grande potencial eólico brasileiro;
- (ii) Maturação da Indústria de Suprimento de Equipamentos Eólicos: Com o forte crescimento de programas de apoio à energia eólica em países como Estados Unidos, China e Índia, bem como na Comunidade Europeia, pioneira neste setor, grandes fabricantes de equipamentos, tais como General Electric, Siemens e Alstom, ingressaram no setor nos últimos anos por meio de aquisições e usaram sua capacidade financeira e técnica para ampliar os volumes produzidos e o tamanho individual dos equipamentos, o que trouxe expressivos ganhos de escala no setor e a consequente redução dos custos unitários;
- (iii) Incentivos Fiscais na Indústria: A isenção do IPI sobre equipamentos eólicos, o REIDI, que isenta o PIS e COFINS, e a extensão de convênios do CONFAZ que prorrogou até o dia 31 de dezembro de 2012 a isenção do ICMS para operações com equipamentos e componentes para o aproveitamento de energia eólica, possibilitaram a desoneração fiscal sobre os equipamentos, assim como a liberação de importação para equipamentos de potência unitária acima de 1,5 MW, o que acirrou a competição com os fabricantes de equipamentos locais e propiciou melhores condições para os empreendedores. Adicionalmente alguns parques da Companhia foram qualificados para obtenção do incentivo fiscal “Desenvolve” (Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia) o qual consiste na concessão de dois benefícios fiscais: (i) dilação do prazo de pagamento, de até 90% do saldo devedor mensal do ICMS normal, limitada a 72 meses; e (ii) diferimento do lançamento e pagamento do ICMS devido, e;
- (iv) Crise Financeira Internacional: A crise financeira internacional, que vem afetando mais fortemente os países desenvolvidos e com grande impacto na oferta de crédito nesses países que são o *core market* dos grandes fabricantes de equipamentos eólicos, incentivou esses fabricantes a buscar novas alternativas de mercado para vender sua

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

produção, aumentando, assim, a oferta de equipamentos eólicos no país e fortalecendo o poder de negociação dos projetos com altos fatores de capacidade e escala, e consequentemente grandes chances de êxito no leilão.

Em agosto de 2010 ocorreu outro leilão de energia de reserva, o LER 2010, onde a Renova Energia comercializou energia proveniente de 6 empreendimentos eólicos.

Em agosto de 2011 ocorreu o 12º Leilão de Energia Nova (A-3), onde a Renova comercializou energia proveniente de 9 empreendimentos eólicos.

Por fim, em dezembro de 2012 ocorreu o 15º Leilão de Energia Nova (A-5), onde a Renova comercializou energia proveniente de 1 empreendimento eólico.

Somando os leilões descritos acima, a Companhia possui 702,9 MW de capacidade instalada comercializada no mercado regulado. Adicionalmente, a Companhia possui 516,0 MW de capacidade instalada comercializada no mercado livre.

Energia solar

A energia solar é o recurso renovável de maior abundância no planeta Terra, sendo que, a cada ano recebemos cerca de 23.000 TWh de energia solar, quantidade significativamente maior que a demanda mundial de 16 TWh por ano.

Existem duas maneiras principais de se realizar a conversão da energia solar em energia elétrica. A primeira delas é usufruindo do efeito fotovoltaico, descoberto em 1.839 por Edmond Becquerel, que consiste no aproveitamento das características fotocondutoras de alguns elementos como por exemplo o Silício. Nesse caso, a incidência de recurso solar em um módulo fotovoltaico, que utiliza como insumo o Silício purificado, converte em um estágio único a energia solar em energia elétrica.

Um segundo modelo de aproveitamento é caracterizado pela utilização de espelhos refletores que, uma vez focalizados em um fluido térmico, aquecem o mesmo que por conseguinte é utilizado para geração de vapor. Deste passo em diante, a usina se assemelha a uma usina térmica tradicional.

O Brasil é um dos países com as melhores condições de recurso solar no mundo, especialmente nos estados do Nordeste, tais quais a Bahia e Pernambuco. Ao mesmo tempo, em se tratando de medições anuais, a volatilidade do recurso se mostra diminuta.

Dado os incentivos em diversos países do mundo como Alemanha, Espanha, Estados Unidos, a cadeia de suprimentos da energia solar se desenvolveu rapidamente, assim como sua eficiência, o que proporcionou uma redução de custo significativa ao longo dos últimos anos, proporcionando uma evolução exponencial da fonte. Apenas em 2012, 28,4 GW de potência solar foram instalados, sendo que a capacidade instalada acumulada mundial já superou o patamar dos 100 GW.

Hoje o Brasil possui mais de 2.7 GW com Despacho de Requerimento de Outorga na ANEEL, e outros 700 em vias de obtenção do mesmo.

Grande parte desse movimento deu-se pelos incentivos que foram criados ao longo do ano de 2012, entre eles (i) a ampliação do desconto de 50% para 80% no uso das tarifas de distribuição/transmissão para os primeiros 10 anos desses empreendimentos; (ii) a criação e um fundo setorial pelo BNDES ("Fundo Clima") para incentivar a cadeia fotovoltaica, desde o

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

downstream na fabricação de equipamentos até o *upstream* em projetos para comercialização (leilão e mercado livre); (iii) o estabelecimento da Resolução 428/2013 para criação do sistema de compensação de energia ("net metering") para sistema de até 1 MW no contexto da geração distribuída; (iv) a criação da Chama Estratégica #13 de P&D da ANEEL para desenvolver projetos comerciais e criar o conhecimento necessário para implantação em larga escala destes projetos.

Atualmente, os agentes governamentais competentes estudam a criação de um leilão específico para a energia solar vislumbrando a criação deste mercado para grandes projetos. No contexto da geração distribuída, o mercado está em sua fase inicial, e já apresenta competitividade na maioria das regiões brasileiras.

b) Características do Processo de Distribuição

No processo de distribuição de energia gerada pelos parques eólicos, PCHs e usinas solares não são utilizadas empresas controladas, coligadas, controladoras diretas ou indiretas ou de propriedade do acionista controlador da Companhia. A Companhia é responsável pela geração da energia e a transmissão é de responsabilidade de empresas terceiras.

Dos contratos de venda de energia eólica firmados pela Companhia, 57,7% foram negociados no mercado regulado (ACR) e 44,8% no mercado livre (ACL). A Companhia continuará a investir nos dois mercados.

c) Características dos Mercados de Atuação, em especial: i) Participação em cada um dos mercados; e ii) Condições de competição nos mercados

O sistema brasileiro de geração de energia elétrica é composto predominantemente por usinas hidrelétricas detidas por diversos proprietários, havendo um aumento significativo de outras fontes na matriz energética. Estima-se que o Brasil apresentava em 2003 potencial de geração de energia hidrelétrica ainda não explorado de aproximadamente de 258.853MW, dos quais apenas 30% foram aproveitados de acordo com a Empresa de Pesquisa Energética, ou EPE. Especificamente para Pequenas Centrais Hidrelétricas, foi identificado um potencial da ordem de 15.000MW a ser aproveitado em pequenas centrais, com capacidade até 30MW.

O planejamento da expansão da oferta de energia é regido pelo Conselho Nacional de Política Energética – CNPE, que determina, como critério econômico, a igualdade entre o Custo Marginal de Operação – CMO e o Custo Marginal de Expansão – CME, para cada ano no período, e, como critério de segurança, o limite para o risco de insuficiência da oferta de energia elétrica, ou risco de déficit, em 5% dos cenários hidrológicos, em cada subsistema do Sistema Interligado Nacional (SIN).

Foram selecionados como candidatos a constar do plano os empreendimentos de geração com viabilidade técnica, econômica e socioambiental, com os prazos necessários ao desenvolvimento dos projetos compatíveis com a previsão de início de operação no horizonte do estudo.

De acordo com dados do Banco de Informações de Geração – BIG/ANEEL, a capacidade instalada total do sistema elétrico brasileiro é de cerca de 117.000 MW (Dez/2011). Observe-se que este total engloba as unidades geradoras instaladas nos sistemas isolados, bem como a autoprodução (geração de energia elétrica instalada no local do consumo).

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Em conformidade com a Lei 10.848 de 2004, para concretizar a expansão do SIN são realizados leilões para compra de energia com três (A-3) e cinco (A-5) anos de antecedência. Este processo faz com que haja um parque de geração já totalmente contratado e em implantação com usinas que deverão entrar em operação entre 2012 e 2014, além de um parque parcialmente contratado entre 2015 e 2016, oriundo dos leilões ocorridos em 2010 e 2011 – os leilões A-5 e o leilão específico para a compra da energia da UHE Belo Monte.

Destaca-se que a composição deste parque gerador, contratado e em implantação, é o resultado da real possibilidade de oferta que se tinha à época da realização dos leilões, tanto pela disponibilidade de projetos e de equipamentos, quanto pelo fato de terem obtido as necessárias licenças ambientais, sem as quais nenhum empreendimento de geração pode participar dos leilões de compra de energia elétrica previstos em lei.

Os empreendimentos contratados no PROINFA também foram inseridos de acordo com o cronograma do CMSE.

Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA)

Em 2002, o PROINFA foi estabelecido pelo governo para criar incentivos para o desenvolvimento de fontes alternativas de energia, tais como projetos de energia eólica, PCHs e projetos de biomassa. Nos termos do PROINFA, a Eletrobrás compra a energia gerada por estas fontes alternativas por um período de 20 anos que é paga através de encargo e alocada aos consumidores finais. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES aprovou a abertura de uma linha de crédito para específica para projetos incluídos no PROINFA, podendo financiar até 80% dos itens financiáveis de construção das usinas inseridas no programa.

São consideradas energia renovável (alternativa) a energia produzida por PCHs, parques eólicos e solar ou biomassa.

Embora as PCHs estejam presentes no país há muito tempo, foi nas duas últimas décadas onde aconteceu a maioria das instalações, em especial após reforma do setor energético brasileiro. Com a abertura do mercado para empresas privadas, um grande número de projetos foram desenvolvidos.

Já o mercado eólico, mais recente, começou a ficar competitivo nos últimos 5 anos com a instalação de leilões, organizados pelo governo, exclusivos para esse fonte de energia. Após meados de 2011, a energia eólica passou a competir no mercado regulado com outras fontes de energia.

Surgido no contexto no Novo Modelo do Setor Elétrico de 2004, o mercado livre é formado por agentes de geração, comercializadores, importadores e exportadores de energia elétrica e consumidores livres. Neste ambiente ocorre a livre comercialização de energia para consumidores livres e especiais, formalizada através de contratos bilaterais estabelecidos entre as partes.

Atualmente, o governo brasileiro, através da ANEEL, oferece uma série de incentivos à instalação de empreendimentos de energia renovável no país (PCHs, Parques Eólicos e Solar e Usinas Termelétricas à Biomassa).

Dentre estes incentivos, os principais são:

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

- Empreendimentos recebem autorização emitida pela ANEEL, não estando sujeitos aos requerimentos do regime de concessão (ex: os projetos não são leiloados e a autorização é concedida ao desenvolvedor do mesmo);
- Desconto de 50% nas tarifas de transmissão e distribuição, tanto para agentes geradores quanto para consumidores; e especificamente para projetos solares, 80% nos 10 primeiros anos, e 50% no período subsequente.
- “Reserva de Mercado”: consumidores com demanda entre 0,5 MW e 3,0 MW podem tornar-se consumidores livres com a condição de adquirirem sua energia de fontes renováveis (ex.: Parques Eólicos e Usinas Termelétricas a Biomassa);
- Isenção do pagamento de tarifas setoriais como Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (“CFURH”), Uso do Bem Público (“UBP”) e Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (“P&D”); e
- Linhas de financiamento com taxas e prazos atrativos concedidos pelo BNDES.

Além disso, a Companhia possui os benefícios fiscais citados no item 7.3 a (iii) acima.

i) Participação em cada um dos mercados

A Renova possui contratos de 1.260,7 MW de energia contratada. Desse valor: (i) 41,8 MW de PCHs; (ii) 702,9 MW comercializados no mercado regulado e (iii) 545,7 MW comercializados no mercado livre de energia.

ii) Condições de competição nos mercados

A competição por projetos de PCH pode acontecer entre empreendedores que querem explorar o mesmo local. Nesse caso, a competição se dá em processo formal regido pelo ANEEL.

A comercialização de energia elétrica no mercado regulado é realizada por meio de leilões públicos. Nesse caso, a Companhia concorre com todas as geradoras qualificadas para cada leilão.

No mercado livre, a comercialização de energia elétrica ocorre por meio da livre negociação de preços e condições de contratação entre as partes. Nesse caso, a competição é entre as geradoras e os consumidores autorizados a negociar a aquisição de energia no mercado livre. Para os consumidores livres com consumo entre 0,5 MW e 3,0 MW, é mandatória a contratação no mercado livre de energia gerada através de fontes renováveis.

Especificamente para solar, em termos de modelo de negócio, há uma distinção a ser realizada dada a possibilidade de modularização das unidades geradoras.

Os projetos de energia solar podem ser desenvolvidos em larga escala e negociados no mercado regulado através de leilões ou mercado livre, de maneira análoga ao realizado por fontes eólicas, PCHs, ou UTEs a biomassa, e também podem ser comercializados no contexto da geração distribuída, através de unidades de pequeno porte descentralizadas, instaladas diretamente no ponto de consumo, onde os sistemas de geração são comercializados diretamente e bilateralmente, entre empresa e cliente final.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Os sistemas de geração distribuída não podem ultrapassar a potência instalada de 1 MW e por isto, se destinam a pequenos e médios clientes.

No mercado de geração distribuída a competição se dá principalmente pela competitividade da empresa em oferecer o menor preço de venda final ao consumidor.

d) Eventual Sazonalidade

Não há impacto de sazonalidade sobre as contas de resultado, uma vez que os contratos relevantes da Companhia são de longo prazo e garantem receita mensal.

e) Principais insumos e matérias primas: i) descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável; ii) eventual dependência de poucos fornecedores; iii) eventual volatilidade de seus preços.

Os principais insumos utilizados pela Companhia em suas atividades são materiais de construção civil, equipamentos de geração e transmissão de energia, notadamente turbinas para geração hídrica ou eólica e subestações de alta/média tensão, além de serviços de engenharia civil para a construção da infra-estrutura das centrais de geração, incluindo fundações para as torres dos aerogeradores de usinas eólicas e barragens para PCHs.

Em se tratando da energia solar, os principais insumos utilizados são os módulos fotovoltaicos (ou placas fotovoltaicas) os inversores, as estruturas metálicas de suporte, e os demais equipamentos elétricos de proteção do sistema. A Companhia realiza tratativas com os principais fornecedores mundiais destes equipamentos, e seleciona apenas aqueles regulamentados perante os órgãos de certificação brasileiros, tais quais, o INMETRO.

Após a implantação de suas usinas, a atividade operacional da Companhia passa a ser de manutenção de seus ativos, composta principalmente por peças de reposição e consumíveis.

A Companhia realiza contrato de longo prazo com os principais fornecedores. No início de 2013 a Companhia firmou um contrato de parceria com a Alstom que prevê a instalação de 1,2 GW de capacidade instalada em energia eólica. A parceria, uma das maiores no mercado mundial, irá propiciar: (i) ganhos de escala; (ii) desenvolvimento tecnológico diferenciado; (iii) economia e mitigação de riscos logísticos, já que os equipamentos serão produzidos no estado da Bahia, onde ficam os parques eólicos da Companhia; e (iv) alinhamento estratégico com um fornecedor de primeira linha pra suportar o plano de negócios da Renova.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

a) Montante total de receitas provenientes do cliente

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Eletrobrás Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ("Eletrobrás") foi responsável por 33,6% da receita líquida total da Companhia, e a CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") foi responsável por 66,4% da receita líquida total.

b) Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Os segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes de Eletrobrás e CCEE são PCHs e parques eólicos, respectivamente.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

a) **Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações**

Os empreendimentos de geração de energia por fontes alternativas atuam na modalidade de produtores independentes de energia elétrica (PIE) ou autoprodutores de energia elétrica, estando sujeitas ao regime jurídico da autorização para produção de energia elétrica. Ao contrário das concessões tradicionais de uso de bem público ou do regime de prestação de serviço público de geração de energia elétrica, as autorizações para exploração não requerem licitação prévia e são mais flexíveis e menos onerosas que as concessões, sendo outorgadas a título gratuito. As pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), ainda, são dispensadas do pagamento pelo uso do recurso hídrico (conforme § 4º do artigo 26 da Lei 9.427/96).

Os titulares das autorizações para exploração de PCHs, desde que arquem com os ônus das indenizações correspondentes, têm o direito de promover, em seu próprio nome, as desapropriações e instituir as servidões administrativas de bens declarados de utilidade pública pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), necessárias ou úteis à construção e posterior operação da usina em questão e suas instalações de transmissão de interesse restrito, ou seja, linhas que farão a conexão de nossas PCHs ao Sistema Interligado Nacional (SIN). No caso das usinas eólicas, poderão ser instituídas servidões administrativas às instalações de transmissão de interesse restrito.

De acordo com as autorizações, os atos que visem à modificação e ampliação do empreendimento, transferência a terceiros dos bens ou instalações e cessão dos direitos decorrentes das autorizações, requerem aprovação prévia pela ANEEL. A partir de agosto de 2012, para os projetos que tenham sido habilitados tecnicamente pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e que venderam energia em leilões de energia nova, de fontes alternativas ou de reserva, a ANEEL deverá instruir os processos e, encaminhá-los ao MME, para manifestação prévia, ouvida a EPE.

As autorizações para exploração de parques eólicos são válidas por 35 anos e as autorizações para exploração de PCHs são válidas por 30 anos, ambas podendo ser prorrogadas à critério da ANEEL. Os direitos decorrentes das autorizações, incluídos aqueles sobre a exploração de potencial hidrelétrico ou dos ventos, conforme o caso, podem ser cedidos para outra empresa ou consórcio de empresas, desde que mediante prévia autorização da ANEEL.

No Brasil, o PIE pode contratar livremente os preços (e não tarifas) de venda de energia elétrica, o que não seria possível se sua atividade econômica fosse regida pelas regras aplicáveis às concessionárias de serviços públicos.

A fim de permitir a utilização da energia produzida por fontes alternativas de energia, os titulares das autorizações têm o direito de acessar livremente os sistemas de transmissão e distribuição, mediante pagamento dos respectivos encargos de uso e conexão, quando devidos. Nos termos da Resolução ANEEL n.º 77 e da Lei n.º 9.427, os empreendimentos de geração de energia por fontes alternativas têm direito ao desconto mínimo de 50% nas tarifas de uso dos referidos sistemas.

Somos detentores de Autorizações outorgadas pela ANEEL para nos estabelecermos como produtores independentes de energia elétrica mediante a exploração dos potenciais hidrelétricos denominados PCH Cachoeira da Lixa, PCH Colino 1 e PCH Colino 2, localizados no Estado da Bahia, pelo prazo de 30 anos, podendo ser prorrogado se assim solicitarmos à ANEEL, que possui discricionariedade para aprovar tal renovação.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

A ANEEL nos outorgou autorizações para nos estabelecermos como produtores independentes de energia elétrica mediante a exploração dos 29 (vinte e nove) parques eólicos vencedores de leilões de energia do mercado regulado promovidos pela ANEEL, localizados no Estado da Bahia, pelo prazo de 35 anos, podendo ser prorrogado se assim solicitarmos à ANEEL, que possui discricionariedade para aprovar tal renovação.

As autorizações perdem a sua validade quando do término do prazo fixado pela ANEEL. No entanto, a ANEEL poderá extinguir nossas autorizações antes do prazo fixado, se: (i) comercializarmos energia em desacordo com as prescrições da legislação específica e das próprias autorizações; (ii) descumpriremos as obrigações decorrentes das autorizações e da legislação de regência; (iii) transferirmos à terceiros os bens e instalações sem prévia e expressa autorização da ANEEL; (iv) não recolhermos a multa decorrente de penalidade imposta por infração; (v) solicitarmos o término antecipado; ou (vi) desativarmos as centrais geradoras

Ao final do prazo das autorizações da Companhia, os bens e instalações relacionados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União, por meio de reversão, mediante o pagamento de indenização sobre os ativos não integralmente amortizados ou depreciados.

b) Política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

Para o desenvolvimento de atividades potencialmente poluidoras ou que utilizem recursos naturais, tais como a construção e operação de PCHs e empreendimentos de energia eólica, a Política Nacional do Meio Ambiente, instituída pela Lei n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981 e regulamentada pelo Decreto Federal n.º 99.274, de 06 de junho de 1990, estabelece a obrigação do prévio licenciamento ambiental. Trata-se de um procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente analisa a localização, instalação, ampliação e a operação dos empreendimentos, bem como estabelece as condições para o seu desenvolvimento.

De acordo com o mencionado Decreto Federal e com a Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997, o processo de licenciamento ambiental compreende três etapas, nas quais o órgão ambiental competente emite as seguintes licenças:

- Licença Prévia: concedida na fase preliminar de planejamento do projeto, aprovando sua localização e concepção. Contém requisitos básicos a serem atendidos com relação à localização, instalação e operação do empreendimento, observadas as normas de uso e ocupação do solo;
- Licença de Instalação: autoriza a instalação do empreendimento, de acordo com as especificações determinadas no projeto das obras a serem executadas e as ações de controle de impactos ambientais;
- Licença de Operação: solicitada na fase de início da operação do empreendimento, visando autorizar o início do funcionamento da atividade licenciada e dos sistemas de controle ambiental descritos durante o processo de licenciamento.

Para fins de licenciamento de empreendimentos cujos impactos sejam considerados significativos, exige-se a elaboração de Estudos de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental. Nesses casos, é obrigatória a realização de investimentos em unidades de conservação, a título de compensação ambiental, no valor definido pelo órgão ambiental competente com base no grau de impacto ambiental do empreendimento.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

O processo de licenciamento de empreendimentos elétricos com pequeno potencial de impacto ambiental foi disciplinado pela Resolução CONAMA nº. 279/01. Essa Resolução prevê que os empreendimentos de geração de energia elétrica de baixo impacto ambiental podem submeter-se ao procedimento simplificado de licenciamento ambiental, que consiste na realização de estudos relativos aos aspectos ambientais relacionados à localização, instalação, operação e ampliação de atividade ou empreendimento, apresentados como subsídio para a concessão da licença prévia, que conterá informações relativas ao diagnóstico ambiental da região de inserção do empreendimento, sua caracterização, a identificação dos impactos ambientais e das medidas de controle, de mitigação e de compensação. Trata-se do Relatório Ambiental Simplificado (RAS) que será apresentado pelo empreendedor ao requerer emissão de Licença Prévia.

No âmbito administrativo, as penalidades podem variar de simples advertência até aplicação de multa, que pode variar de R\$ 50,00 a R\$ 50 milhões, conforme a Lei nº 9.605/98. No âmbito criminal, esse mesmo instrumento legal destaca a figura da responsabilidade penal da pessoa jurídica, contemplada de forma independente à responsabilização das pessoas físicas que concorrem para a prática do crime ambiental, e que pode sujeitá-la ao pagamento de multa. No âmbito cível, o poluidor poderá ser obrigado a recuperar os danos causados independentemente da configuração da culpa.

A demora, ou eventualmente o indeferimento, por parte dos órgãos ambientais licenciadores, na emissão ou renovação das licenças ambientais, assim como a eventual impossibilidade da Companhia de atender às exigências estabelecidas por tais órgãos ambientais no curso do processo de licenciamento ambiental, poderão prejudicar, ou mesmo impedir, conforme o caso, a instalação e a operação dos empreendimentos da empresa.

Uso de Recursos Hídricos

A utilização de recursos hídricos depende de prévia autorização do competente órgão gestor dos recursos hídricos nos casos de (i) derivação ou captação; (ii) extração de aquífero para processo produtivo; (iii) lançamento de efluentes líquidos em corpo de água; (iv) aproveitamento hidrelétrico; e (v) outra que altere a quantidade ou qualidade da água em um corpo d'água.

Todas as PCHs do Complexo Hidrelétrico Serra da Prata obtiveram outorga de utilização de recursos hídricos, expedidas pela Secretaria de Recursos Hídricos, válidas até junho de 2016, autorizando a construção das barragens de nossos empreendimentos. No caso de projetos eólicos são solicitadas outorgas em projetos que utilizem água de poços subterrâneos na fase de implantação ou que necessite dos mesmos para a operação.

Reserva de disponibilidade hídrica

A reserva de disponibilidade hídrica (reserva da quantidade de água necessária à viabilidade do empreendimento hidrelétrico) é obtida junto aos órgãos estaduais gestores de recursos hídricos no caso de corpos hídricos de dominialidade dos estados ou junto à Agência Nacional de Águas, no caso de lagos e rios sob domínio federal. A obtenção da outorga é feita com base em estudos de usos múltiplos da água, de forma a garantir a disponibilidade de água compartilhada, mesmo para empreendimentos que operam a fio d'água, como é o caso das PCH.

Proteção da Flora

A implantação de PCHs e empreendimentos eólicos pode demandar a supressão de vegetação em áreas de preservação permanente ("APP"). As APPs, de acordo com o Código Florestal - Lei nº 12.651/2012, compreendem as áreas protegidas, cobertas ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas. São exemplos de APPs as margens de rios e os topos de morros, conforme identificadas no Código Florestal, onde muitos empreendimentos de geração de energia se encontram instalados ou em vias de instalação. As intervenções nessas áreas somente são permitidas em casos especiais, como por exemplo, nos casos de empreendimentos considerados de utilidade pública ou de interesse social. Os empreendimentos de geração de energia são considerados de utilidade pública, podendo ser instalados nessas áreas, mediante processo de licenciamento ambiental.

O Código Florestal determina também a necessidade de se instituir a Reserva Legal, definida como sendo uma área localizada no interior de propriedade ou posse rural, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural; de auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa. O Código Florestal define o percentual da propriedade rural que deve ser respeitado a título da Reserva Legal, que varia de acordo com as regiões ou biomas brasileiros.

Para a instalação das PCHs Cachoeira da Lixa, Colino 1 e Colino 2, situadas nos municípios de Vereda, Jucuruçu e Itamaraju, no Estado da Bahia, a supressão em Áreas de Preservação Permanente realizada foi devidamente autorizada pelo IBAMA.

Todavia, tivemos de revegetar uma área total de 148 hectares de Áreas de Preservação Permanente, referentes às PCHs Cachoeira da Lixa, Colino I e II.

Igualmente, a localização das áreas mantidas a título de Reserva Legal nas propriedades em que se encontram as PCHs Cachoeira da Lixa e Colino 1 foram devidamente aprovadas pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Bahia (SEMA).

Quanto aos empreendimentos eólicos, implantados e em fase de implantação no estado da Bahia, nos municípios de Guanambi, Caetité, Pindaí e Igaporã, a Renova Energia vem apoiando os arrendatários a viabilizarem a Reserva Legal dos seus imóveis rurais.

Responsabilidade Ambiental

A legislação ambiental estabelece padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados pelas fontes poluidoras, e que, se violados, podem sujeitar a empresa a sanções administrativas, civis e criminais.

Responsabilidade Administrativa

A Lei de Crimes Ambientais foi regulamentada pelo Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008. Toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente é considerada infração administrativa, resultando em sanções administrativas, que abrangem: (i) advertência; (ii) multa, que pode variar entre R\$50,00 e R\$50 milhões; (iii) apreensão de produtos; (iv) destruição ou inutilização de produtos; (v) suspensão de venda e fabricação de produtos; (vi) embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas; (vii) suspensão parcial ou total da atividade; (viii) demolição de obra; e/ou (ix) pena restritiva de direitos.

Responsabilidade Cível

A responsabilidade civil do poluidor é objetiva, de modo que sua configuração independe da verificação da culpa pelo dano causado, bastando, portanto, a comprovação do dano e a

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

demonstração do nexo de causalidade deste com a atividade desenvolvida pelo eventual poluidor.

Ademais, de acordo com a Política Nacional do Meio Ambiente, a responsabilidade civil ambiental é solidária, de modo que poluidor pode ser todo aquele responsável direta ou indiretamente por atividade causadora de degradação ambiental. Isso significa que a obrigação de reparação pode abranger todo aquele que contribuiu direta ou indiretamente para a ocorrência do dano, assegurado o direito de regresso proporcional em face dos demais corresponsáveis.

Consequentemente, a contratação de terceiros para proceder a qualquer intervenção nas operações, como por exemplo, a disposição final de resíduos, não exime o contratante da responsabilidade por eventuais danos ambientais causados pelos contratados.

Responsabilidade Criminal

Na esfera criminal, tanto as pessoas físicas (incluindo, entre outros, os diretores, administradores, gerentes e outras pessoas físicas que atuem como prepostos ou mandatários da Companhia e concorrem para prática de crimes ambientais, na medida de sua culpabilidade) como as pessoas jurídicas podem ser responsabilizadas por crimes ambientais.

As penas aplicáveis às pessoas físicas são: (i) multa, (ii) pena restritiva de direitos e (iii) prestação de serviços à comunidade.

As penas restritivas de direitos da pessoa jurídica, por sua vez, podem ser (i) suspensão parcial ou total da atividade, (ii) interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade e (iii) proibição de contratar com o Poder Público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações.

Geração de Créditos de Carbono

O mercado de créditos de carbono consiste na comercialização internacional de permissões de emissão e certificados de redução de emissões de gases de efeito estufa, denominados créditos de carbono. O Decreto Legislativo nº 144, de 20 de junho de 2002, ratificou o texto do Protocolo de Kyoto, que foi aberto à assinatura no Japão em 1997 e entrou em vigor em 16 de fevereiro de 2005.

Dentre as políticas e programas do Protocolo de Kyoto, merece destaque o mecanismo de flexibilização denominado Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL, descrito no seu art. 12. Trata-se de um instrumento adotado como alternativa aos países que não tenham condições de promover a necessária redução de gases do efeito estufa. Neste sistema cada tonelada métrica de carbono equivalente que deixa de ser emitida ou é retirada da atmosfera por um país em desenvolvimento, poderá ser negociada com países desenvolvidos que possuem metas de redução a serem alcançadas.

Dessa forma, com a introdução do MDL, as empresas que não conseguirem diminuir suas emissões de forma suficiente poderão comprar Redução Certificada de Emissões (RCEs) em países em desenvolvimento (que tenham gerado projetos redutores de emissão de gases de efeito estufa) e usar esses certificados para cumprir suas obrigações. Os países em desenvolvimento, por sua vez, devem utilizar o MDL para promover seu desenvolvimento sustentável, além de se beneficiar com o ingresso de divisas por conta das vendas de RCEs.

Projetos de Créditos de Carbono da Renova

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

As 3 PCHs em operação da Companhia fazem parte do PROINFA. De acordo com o Decreto nº 5.882/2006, eventuais créditos de carbono obtidos serão de titularidade da Eletrobrás, de modo que a Companhia não adota providências para obtenção de tais créditos.

Quanto aos projetos eólicos, a Renova iniciou o procedimento necessário para a comercialização dos RCEs nos projetos do LER 2009, LER 2010 e A-3 2011.

Princípios do Equador

Os Princípios do Equador são um conjunto de regras e diretrizes estabelecidas em 2003 por um grupo de bancos, juntamente com a International Finance Corporation - IFC, subsidiária do Banco Mundial, por meio das quais foram estabelecidos parâmetros socioambientais para a concessão de crédito.

Atualmente, estas regras são adotadas voluntariamente por instituições financeiras, que apenas concedem o crédito caso determinadas imposições socioambientais sejam respeitadas pelo empreendedor. Assim, além das exigências advindas da legislação de cada um dos países em que os empreendimentos estão localizados, as instituições financeiras submetem os projetos aos seus próprios requisitos de controle socioambiental, com vistas a garantir a sustentabilidade do empreendimento. Nesse contexto os Princípios do Equador assumem um importante papel de controle das atividades social ou ambientalmente impactantes.

Há forte tendência para que as instituições financeiras cada vez mais analisem detalhadamente cada empreendimento a ser financiado, a fim de evitar o risco potencial de sua responsabilização por eventuais danos ao meio ambiente, bem como evitar o próprio risco financeiro do crédito.

Inicialmente, tais princípios eram aplicados aos projetos de valor igual ou superior a US\$ 50,0 milhões. Em 2006, os princípios sofreram uma revisão e a exigência do seu cumprimento passou a ser aplicada a projetos de valor igual ou superior a US\$ 10,0 milhões.

A Companhia adota em suas atividades elevados padrões de gestão ambiental e sustentabilidade previstos nos Princípios do Equador.

Gerenciamento Ambiental da Companhia

As atividades da Companhia estão sujeitas a um conjunto de leis, decretos, regulamentos e resoluções federais, estaduais e municipais relativas à gestão ambiental e à proteção do meio ambiente. A inobservância dessas normas poderá resultar, independentemente da obrigação de reparar danos ambientais que eventualmente sejam causados, na aplicação de sanções de natureza penal e administrativa.

A Constituição Federal confere ao Governo Federal, aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios a responsabilidade comum de proteger o meio ambiente. Os entes da federação podem promulgar leis e emitir regulamentações que tratam da proteção ambiental, de forma concorrente, de modo que a legislação federal aborda questões gerais, de âmbito nacional, enquanto a legislação estadual trata de questões regionais. Os municípios, por sua vez, têm competência para promulgar leis e emitir regulamentações apenas com relação a assuntos de interesse local. A Lei Complementar nº 140/2011 foi editada, conforme previsão do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal de 1988, com o objetivo de disciplinar a cooperação entre a união, os estados, o Distrito Federal e os municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício dessa competência comum, quanto à proteção das paisagens naturais

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora.

Licenciamento Ambiental

A Companhia possui 3 PCHs instaladas na Bacia do rio Jucuruçu, localizada no estado da Bahia.

A PCH Cachoeira da Lixa, localizada nos municípios de Itamaraju e Jucuruçu, e as PCHs Colino 1 e Colino 2, localizadas nos municípios de Vereda e Jacuruçu, possuem licença de operação válidas, devidamente concedida pelo órgão ambiental do estado da Bahia, o Instituto do Meio Ambiente (IMA), atualmente denominado Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA).

No âmbito do processo de licenciamento esses empreendimentos foram objeto de EIA/RIMA. A localidade em que foram instaladas as PCHs Cachoeira da Lixa, Colino 1 e Colino 2 é caracterizada pela (i) baixa riqueza de espécies da flora e fauna; (ii) ausência de atividade minerária; (iii) ausência de fontes poluidoras; (iv) existência de barreiras naturais à atividade migratória da ictiofauna; e (v) reduzido número de propriedades e benfeitorias vizinhas.

A Companhia possui os seguintes projetos em seu portfólio: PCHs Juracitaba, Mascote, Santa Clara Jusante, Pedras, Cachoeira Grande e Vereda, também localizadas no estado da Bahia, já iniciaram os respectivos processos de licenciamento junto ao órgão estadual ambiental competente, a fim de obterem a Licença Prévia (que no estado da Bahia, antes da edição da Lei Estadual nº 12.377/2011 era anteriormente denominada de Licença de Localização (LL)) para os empreendimentos. Destas, já foram concedidas as Licenças de Localização para as PCHs Juracitaba e Santa Clara Jusante, estando o licenciamento dos demais empreendimentos sob análise no INEMA.

A Companhia possui dois empreendimentos já licenciados no estado de Minas Gerais, as PCHs Eixo B3 e Figueirinha 2, ambos de competência do órgão estadual. Com relação a estes empreendimentos, de acordo com a legislação estadual, a pedido do interessado e mediante avaliação do órgão ambiental, foi possível a emissão da Licença Prévia e a Licença de Instalação concomitantemente.

No âmbito da competência federal, sob a responsabilidade do IBAMA, a Renova possui um empreendimento, a PCH Taquarizinho, situado na divisa entre os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, que foi requerida a Licença Prévia ao órgão ambiental competente.

A Companhia obteve ainda a Licença Prévia para 12 PCHs no Estado do Tocantins, tendo sido realizado EIA/RIMA de acordo com o Termo de Referência expedido pelo órgão ambiental estadual, o Instituto Natureza do Tocantins (NATURATINS).

Nos casos dos empreendimentos de energia eólica a Renova possui projetos em três fases de licenciamento ambiental, sendo: 81 parques com Licença Prévia que totalizam 1.539,28 MW com capacidade projetada, 15 parques com Licença de Implantação que totalizam de 386,10 MW e 14 parques com Licença de Operação, que totalizam 294,40 MW.

Todos os empreendimentos eólicos da Renova estão situados no estado da Bahia, em sete municípios: Caetitê, Guanambi, Igaporã, Pindaí, Licínio de Almeida, Urandi e Riacho de Santana.

Gerenciamento Ambiental

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

A Companhia realiza um constante trabalho de monitoramento ambiental e adota uma série de medidas de prevenção, mitigação e compensação de eventuais impactos ambientais decorrentes de suas atividades.

A Renova implantou o sistema de acompanhamento dos requisitos legais de meio ambiente, saúde e segurança para os empreendimentos do Complexo Hidrelétrico Serra da Prata e para os empreendimentos eólicos, com o objetivo de evidenciar o cumprimento da legislação incidente sobre os seus empreendimentos. Além disso, se encontra em estruturação o Sistema de Gestão Integrada, para o gerenciamento dos empreendimentos eólicos, estruturando a organização para alcançar a melhoria de seus processos gerenciais, nas áreas de meio ambiente, saúde e segurança ocupacional.

A Renova assumiu o compromisso de melhoria contínua de seu desempenho ambiental por meio do atendimento à legislação ambiental aplicável e do estabelecimento de objetivos e metas. Nesse sentido, a política ambiental da Companhia tem como diretrizes:

- respeito e cumprimento à legislação ambiental vigente;
- utilização de técnicas que compatibilizem ganhos de qualidade e produtividade com o uso racional dos recursos naturais;
- sistema de gerenciamento ambiental estruturado para avaliar e controlar as atividades que causam impactos considerados significativos, estabelecer objetivos e metas, executar auditorias internas, efetuar análises críticas e revisões periódicas, visando a prevenção da degradação ambiental e a melhoria contínua; e
- transparência de suas atividades e ações.

Os objetivos e metas ambientais da Companhia, dentre outros:

- programas institucionais de educação ambiental;
- prevenção de acidentes e capacitação para combate à situação de emergência;
- redução de impactos por geração / disposição de resíduos sólidos;
- redução de impacto / alteração nos corpos hídricos; e
- redução de impactos ambientais na geração de energia elétrica.

A Companhia executa ainda uma série de programas ambientais na área de influência das PCHs Instaladas e dos empreendimentos eólicos implantados e em fase de implantação, tais como: programa de recuperação de áreas degradadas, programa de prospecção e resgate do patrimônio arqueológico, histórico e cultural, programas de educação ambiental e comunicação social voltados às comunidades próximas aos seus empreendimentos e programas de controle de processos erosivos.

Política de Sustentabilidade

A Companhia desenvolve suas atividades objetivando assegurar sustentabilidade a longo prazo, pois entende que esse é um dos pilares centrais para o bom curso de seus negócios. Assim, a Renova busca conscientizar seus colaboradores, fornecedores e comunidades nas quais atua no sentido de preservar o meio ambiente e utilizar racionalmente os recursos naturais. A geração de energia por usinas eólicas e PCHs é uma geração limpa, que reduz a dependência de consumo de combustíveis fósseis, sendo possível emitir créditos de carbono, que são certificados emitidos

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

por entidade internacional credenciada ao verificar-se a efetiva contribuição do projeto para a redução de emissão de gases do efeito estufa em consonância com a nova Política Nacional de Mudanças Climáticas e com as determinações da ONU.

A política de sustentabilidade da Companhia busca, portanto: (i) privilegiar, sempre que possível, o aproveitamento e a capacitação profissional de mão de obra dos locais onde os empreendimentos serão desenvolvidos, com a criação de empregos e geração de renda; (ii) buscar a redução contínua do impacto ambiental das atividades da Companhia; (iii) prevenir acidentes; e (iv) melhorar as relações com as entidades fiscalizadoras, comunidades envolvidas e demais partes interessadas.

A abordagem socioambiental é intrínseca ao negócio da Companhia, seja pela natureza e opção de negócio em geração de energia renovável, pela visão do componente de inovação e de diferenciação de mercado, pela composição do time de profissionais com formação e experiência específicas na área socioambiental ou pela existência de programas ambientais nas regiões onde são implantados os empreendimentos.

Outro aspecto importante a ser abordado é o modo transparente com que a Renova pratica suas atividades. Desde 2011 todas as informações sobre o desempenho econômico, ambiental e social são reunidas no Relatório de Sustentabilidade, publicado pela primeira vez no ano de 2012. O objetivo, que vai além de fornecer dados de gestão e indicadores-chave para os seus parceiros, é o de criar um momento de auto avaliação e identificação de oportunidades de ajuste e evolução dos processos.

Grande parte dos empreendimentos da Companhia em estudo ou em desenvolvimento situa-se em regiões de baixo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, o que maximiza os impactos positivos da atividade da Companhia, por meio da criação de emprego e geração de renda, bem como viabilizar investimentos em infraestrutura e capacitação profissional de mão de obra local, criando uma boa receptividade para a atividade da Companhia por parte das comunidades envolvidas e do Poder Público nas áreas de atuação da Renova.

Além disso, a Companhia pretende desenvolver continuamente seu modelo de gestão ambiental, que busca reduzir o impacto ambiental de suas atividades, inclusive com prevenção de acidentes e melhoria nas relações com entidades públicas fiscalizadoras, comunidades envolvidas e demais partes interessadas.

A Companhia entende que a definição de uma estratégia corporativa para a sustentabilidade e para a sua integração nos processos da organização são de extrema relevância para o sucesso de seus negócios. Essa estratégia de sustentabilidade permite atrair novos investidores cujo portfólio de investimentos privilegie empresas que buscam inserir nos novos negócios a sustentabilidade e a responsabilidade socioambiental, reduzindo riscos de incorrer em custos não previstos e/ou atrasos na execução do Plano de Negócios, mantendo bom relacionamento com órgãos governamentais e entidades da sociedade civil. Essa postura permite, ainda, que a Renova se consolide como referência em sustentabilidade no mercado, garantindo que a liderança e a equipe da organização estejam altamente alinhadas e motivadas com o tema.

Atuação Sustentável

A Renova Energia é líder na geração de energia eólica contratada do Brasil e a sustentabilidade é um dos pilares de sua estratégia de negócio. A empresa desenvolve suas atividades de forma empreendedora, criativa, social e ambientalmente responsável. A Companhia investe na valorização e no relacionamento com seus públicos de interesse: acionistas, comunidades, colaboradores, autoridades públicas, fornecedores, parceiros, enfim, todas as pessoas impactadas direta ou indiretamente por sua atuação.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Com o Programa Catavento, o investimento social privado em projetos socioambientais, alcança resultados relevantes para o desenvolvimento da região do semiárido baiano, especialmente nas cidades de Caetité, Guanambi e Igaporã. O programa Catavento já envolveu quase 10 mil pessoas dos três municípios.

c) Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

A Companhia não depende de nenhuma patente, marca, licença, concessão, franquia ou contrato de royalties relevante para o desenvolvimento de suas atividades.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

- a) Receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia**

A Companhia não auferiu receitas no exterior.

- b) Receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia**

A Companhia não auferiu receitas no exterior.

- c) Receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia**

A Companhia não auferiu receitas no exterior.

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

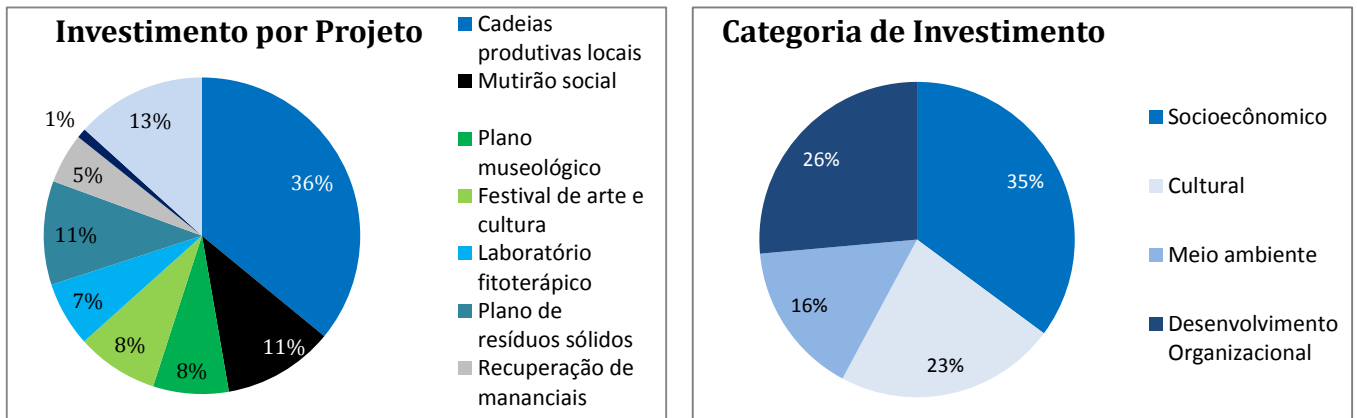
A Companhia não está sujeita à regulação estrangeira, uma vez que suas atividades são desenvolvidas apenas no Brasil.

7.8 - Relações de longo prazo relevantes

Em 23 de maio de 2012 foi lançado o programa Catavento. O programa é uma iniciativa espontânea de responsabilidade social da Companhia e conta com 20 projetos a serem executados nos municípios de Caetité, Guanambi e Igaporã, localizados no interior da Bahia, região onde foram implantados os quatorze parques eólicos que comercializam energia LER 2009.

O programa constitui uma oportunidade de investimento social planejado, que juntamente com a implementação dos projetos de geração de energia eólica é essencial na consolidação do desenvolvimento sustentável. O investimento total do Catavento é de R\$9,4 milhões, financiados pelo BNDES através de subcréditos específicos para desenvolvimento de política de atuação no entorno dos projetos.

Os recursos financiados à TJLP (sem *spread*) e deverão ser aplicados em etapas ao longo dos anos de 2012 e 2013. Os gráficos abaixo representam o investimento social por projeto e por categoria de investimento:



Em 08 de agosto de 2012, foi lançado o primeiro relatório de sustentabilidade da Companhia. O lançamento ocorreu no Sustenta2012, evento que propiciou apresentações e discussões de temas relacionados com o desenvolvimento sustentável no ambiente urbano.

No Sustenta2012, a Renova apresentou o *case* destacando a atuação da Companhia em projetos de responsabilidade socioambiental no entorno da região onde foi implantado o complexo eólico Alto Sertão I com a palestra “O vento a favor do desenvolvimento territorial”.

Para acessar o relatório de sustentabilidade, acesse <http://www.renovaenergia.com.br/pt-br/sustentabilidade/relatorio2011/paginas/default.aspx>

7.9 - Outras informações relevantes

Pontos Fortes

A Renova acredita que seus principais pontos fortes são os seguintes:

- ***Atuação exclusiva em projetos de energia renovável o que nos proporciona significativas vantagens em relação aos competidores da Companhia.***

No Brasil há uma crescente dificuldade na viabilização de grandes projetos de geração de energia elétrica, em decorrência dos elevados impactos sócio ambientais a eles associados, tais como o volume de emissões de gás carbono pela geração termelétrica ou alagamento de extensas áreas pelas grandes hidrelétricas. Esses impactos ambientais costumam tornar o licenciamento ambiental mais complexo e, por consequência, tornar a implementação desse tipo de projetos mais demorado. Já projetos de geração por fontes alternativas causam baixo impacto ambiental na sua implementação e operação. Assim, a Companhia acredita que seu portfólio composto exclusivamente de energia eólica, PCHs e solar proporciona consideráveis oportunidades de crescimento e vantagens competitivas no setor de geração de energia, em função de:

- (i) significativa redução no risco e maior rapidez na obtenção das necessárias licenças ambientais;
- (ii) maior rapidez na construção e início de operação dos empreendimentos, quando comparado com outras fontes de energia;
- (iii) isenção de determinadas taxas setoriais obrigatórias, alavancando o retorno financeiro;
- (iv) aumento da competitividade frente a geração termelétrica, à gás natural por exemplo, e de grandes hidrelétricas (em especial, em função do significativo desenvolvimento da indústria de equipamentos de energia eólica no mundo nos últimos anos);
- (v) as fontes alternativas não estarem expostas a flutuação de preços de combustíveis fósseis;
- (vi) potencial de valorização dos ativos da Companhia, tendo em vista a possibilidade de geração de créditos de carbono;
- (vii) perspectiva de crescimento da demanda dos consumidores do mercado livre pelas energias alternativas; e
- (viii) expectativa de continuação dos leilões para a aquisição de energia proveniente de fontes alternativas.

- ***Capacidade comprovada de identificação, desenvolvimento e implantação de projetos de geração de energia.***

Os profissionais da Companhia possuem ampla experiência e capacidade comprovada na identificação de potenciais projetos de geração de energia, seja eólica, solar ou hidrelétrica, e no desenvolvimento e implementação de projetos rentáveis. Para isso, a Companhia possui uma equipe multidisciplinar própria para a prospecção e desenvolvimento de projetos que inclui ambientalistas, engenheiros, geólogos, hidrólogos, bem como

7.9 - Outras informações relevantes

especialistas em análise de vento, radiação solar, regulação do setor elétrico e em direito ambiental, com ampla vivência no relacionamento com órgãos de controle e fiscalização da administração pública. Na área de engenharia e obras, a Companhia possui um quadro técnico com ampla experiência na negociação e gestão de contratos de engenharia. Tais aspectos conferem à Companhia:

- (i) agilidade no desenvolvimento e construção dos projetos;
- (ii) capacidade de contínua originação de projetos, com agregação de valor aos investimentos da Companhia; e
- (iii) significativa redução dos custos de implementação dos projetos.

A Renova acredita que esse conjunto de competências diferencia a Companhia da concorrência, o que foi demonstrado, por exemplo, no resultado dos leilões de energia em que participou, e permite que a captura de retornos atrativos em projetos de longo prazo e com baixo risco de operação.

- ***Custos reduzidos de implementação provenientes da escala do portfólio de projetos.***

O considerável número de projetos que a Companhia possui em seu portfólio proporciona ganhos de escala na contratação de obras e serviços de engenharia, bem como na compra de equipamentos e materiais, contribuindo para incrementar os retornos.

- ***Administração experiente e comprometida com altos padrões de Governança Corporativa.***

A Renova possui uma equipe de administradores com extensa experiência no setor e no desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica. Adicionalmente, a Companhia adota elevados padrões de governança corporativa em linha com as melhores práticas do mercado brasileiro e internacional, observando normas e padrões que promovem o desenvolvimento sustentável, o respeito ao meio ambiente e a adoção de um plano de negócios que acredita ser sólido e rentável. O conselho de administração possui 2 membros independentes, de um total de 7 membros. De acordo com o Estatuto Social da Companhia, todas as ações de sua emissão têm direito de 100% de *tag-along* e, além disso, também conta com a presença de comitês de assessoramento ao conselho de administração. Atualmente, além dos acionistas controladores RR Participações e Light Energia, a composição acionária da Renova conta com a participação de BNDESPAR, FIP InfraBrasil, Banco Santander, FIP Caixa Ambiental e FIP Santa Bárbara, cujos quotistas são grandes fundos de pensão e investidores brasileiros o que nos exige a dar continuidade e aprimorar as práticas de governança corporativa por nós adotadas.

Principais Estratégias

7.9 - Outras informações relevantes

O principal objetivo da Companhia é criar valor para os acionistas a partir do desenvolvimento e implantação de projetos de geração de energia elétrica por fontes de energia renováveis. Para alcançar esse objetivo, as principais estratégias são:

- ***Posicionar a Companhia como referência no setor de energia renovável.***

A Renova acredita que o setor de energia renovável ainda é incipiente frente a seu potencial, sendo predominantemente composto por um grande número de agentes de pequeno e médio porte, com capacidade financeira e operacional limitada. A Renova acredita, ainda, que para ter sucesso nesse setor, que requer vultosos investimentos, é preciso ter capacidade financeira e escala. A Companhia pretende utilizar seu portfólio de projetos de geração de energia renovável, aliado à experiência e agilidade para seu desenvolvimento e implantação, para consolidar a posição no setor de geração de energia elétrica e buscar a liderança na geração por meio de fontes alternativas. A Renova acredita que a sua *expertise* no desenvolvimento de projetos de geração de energia por fontes renováveis, combinado à capacidade financeira que possui permitirá acelerar o desenvolvimento do setor e se posicionar como um *player* de referência.

- ***Implementar e expandir o portfólio de projetos de energia renovável.***

A Renova pretende desenvolver, comercializar a energia e implementar os projetos que compõem o atual portfólio, bem como originar novos projetos que possuam retornos atrativos, ampliando sua participação no mercado de energia renovável, que apresenta altas taxas de crescimento anual se comparada à do mercado de fontes convencionais de energia elétrica. Adicionalmente, a Renova pretende acompanhar as oportunidades de mercado para explorar outras fontes de energia renováveis, e novas tecnologias, desde que se mostrem economicamente atrativas. Adicionalmente, a Companhia poderá adquirir empresas do segmento de energia renovável, dado o elevado grau de dispersão de agentes nesse setor, observando critérios de seleção técnica e econômico-financeira alinhados com a atuação da Renova na área de desenvolvimento de projetos. A Companhia pode, ainda, realizar alienações estratégicas de determinados projetos de seu portfólio para assegurar os recursos necessários à implementação de outros de seus projetos que se mostrem mais competitivos.

- ***Obter as melhores condições de comercialização da energia gerada pelo portfólio da Companhia.***

- Não estamos restritos à venda de energia em leilões e em mercados com preços regulados. Assim, pretendemos vender nossa produção de energia elétrica nos diversos âmbitos de comercialização de energia, priorizando aqueles com preços e prazos mais atrativos. Por exemplo, podemos vender energia no mercado livre, celebrando contratos bilaterais com grandes consumidores livres ou comercializadores de energia, em condições atrativas de preço. Podemos ainda acessar o mercado de consumidores especiais, cujo acesso ao mercado livre se dá através da aquisição de energia proveniente de fontes alternativas.

- ***Capturar valor de sinergias na construção, operação e manutenção de seus projetos.***

7.9 - Outras informações relevantes

A Companhia pretende maximizar as sinergias e ganhos de escala na construção, operação e manutenção de seu portfólio de geração de energia. A Renova pretende priorizar, sempre que possível, a proximidade geográfica entre seus projetos, criando *clusters* de usinas, como em seus parques eólicos em implantação e em operação no interior da Bahia e suas 3 PCHs em operação. Com isso, a Renova acredita que pode minimizar os custos de implementação de seus projetos e encargos de conexão à rede elétrica, incluindo (i) os valores pagos às construtoras e prestadores de serviços que nos auxiliarão na construção de empreendimentos, tendo em vista a concentração das atividades em áreas próximas; (ii) a mobilização e transporte de equipamentos pesados e de alto custo; e (iii) a adoção de soluções otimizadas de conexão à rede elétrica devido ao maior volume de energia a ser injetado na rede.

- ***Acessar ativamente o mercado de créditos de carbono.***

A geração de energia por meio de fontes renováveis, torna a Companhia elegível para emitir e negociar no mercado mundial créditos de carbono. Para que sejam comercializados, os créditos devem ser emitidos e certificados em consonância com o Protocolo de Kyoto e demais regras da UNFCCC – Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças no Clima. Como parte da estratégia, a Renova segue as regras exigidas pelo Protocolo de Kyoto e pela UNFCCC, para a obtenção da certificação de créditos de carbono. A venda desses certificados conferirá à Companhia uma fonte de receita adicional.

- ***Obter benefícios advindos da política de responsabilidade socioambiental.***

A Renova pretende se beneficiar da forte política de responsabilidade sócio ambiental para atrair novos investidores e clientes que privilegiem investimentos, serviços e produtos sócio ambientalmente responsáveis. A Renova acredita também, que os impactos positivos de sua atividade, por meio da criação de emprego e geração de renda, bem como investimentos em infraestrutura e capacitação profissional de mão de obra local, criam uma receptividade favorável à atividade da Companhia pelas comunidades envolvidas e pelo poder público nas áreas de atuação.

- ***Parcerias com fornecedores estratégicas e de primeira linha.***

No início de 2012, a Companhia firmou um contrato de parceria com a Alstom, que prevê a instalação de 1,2 GW de capacidade instalada. A parceria, uma das maiores no mercado mundial, irá propiciar: (i) ganhos de escala; (ii) desenvolvimento tecnológico diferenciado; (iii) economia e mitigação de riscos logísticos, já que os equipamentos serão produzidos no estado da Bahia, onde ficam os parques eólicos da Companhia; e (iv) alinhamento estratégico com um fornecedor de primeira linha pra suportar o plano de negócios da Companhia.

- ***Investimento em novas tecnologias e setores de atuação.***

7.9 - Outras informações relevantes

Atualmente a Companhia investe recursos próprios no desenvolvimento de novos negócios no segmento de energia solar, tanto no mercado de geração distribuída para consumidores residenciais, comerciais e industriais, quanto como para participar de futuros leilões específicos para a fonte.

Em 20 de fevereiro de 2013, teve início a operação da primeira planta solar desenvolvida pela Companhia, no modelo de geração distribuída, com capacidade instalada de 25,65 kWp em Goiás.

A planta solar irá abastecer as operações da mineradora de ouro Yamana Gold e permitirá a geração de energia elétrica para o próprio abastecimento utilizando módulos fotovoltaicos com tecnologia silício monocristalino. A Yamana Gold está localizada na cidade de Pilar de Goiás, aproximadamente 250 km de Goiânia, local onde está situada a unidade abastecida com energia solar.

O projeto é estratégico para a Companhia que vem investindo na fonte solar e já tem outros projetos em desenvolvimento, além de evidenciar a viabilidade comercial no modelo de geração distribuída. A Renova possui uma equipe dedicada ao desenvolvimento de novas tecnologias e aposta que a energia solar tende a tornar-se cada vez mais viável, na medida que receba incentivos e que sua cadeia produtiva se desenvolva, a exemplo do que aconteceu com a fonte eólica em 2009.

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

a) Controladores diretos e indiretos

Controladores Diretos da Companhia:

São controladores diretos da Companhia a Light Energia S.A. com 32,3% do capital votante e RR Participações S.A. com 32,3% do capital votante.

Controladores Indiretos da Companhia:

São controladores da RR Participações S.A. o Sr. Ricardo Lopes Delneri com 65,00% do capital social votante e o Sr. Renato do Amaral Figueiredo com 35,00% do capital social votante.

É controladora da Light Energia S.A. com 100,00% do capital social votante a Light S.A. A Light S.A. é uma companhia aberta, sendo que seus principais acionistas, conforme seu Formulário de Referência 2012 divulgado em 15 de maio de 2013, são: Companhia Energética de Minas Gerais S.A. (CEMIG) com 26,1% do capital da Companhia; BNDES Participações S.A. com 13,5%; Rio Minas Energia Participações S.A. com 13,0% e Luce Empreendimentos e Participações S.A. com 13,0%.

b) Controladas e coligadas

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía participação societária nas seguintes controladas diretas e indiretas, em operação, em fase de construção e pré-operacional:

- Enerbrás Centrais Elétricas S.A. (“Enerbrás”), controlada direta, subsidiária integral da Companhia, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social exclusivo participar no capital social da Energética Serra da Prata S.A., (“Espra”). Sediada no Estado da Bahia, a Enerbrás possui participação societária na controlada:

- Energética Serra da Prata S.A. (“Espra”), controlada indireta com 99,99% do capital social detido pela Enerbrás, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social exclusivo a geração e comercialização de energia elétrica do Complexo Hidrelétrico Serra da Prata, composto pelas PCHs Cachoeira da Lixa, Colino 1 e Colino 2, localizadas no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, no âmbito do PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica. A ESPRA entrou em operação em 2008.

- Nova Renova Energia S.A. (“Nova Renova”), controlada direta com 99,99% do capital social, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social a participação em outras sociedades que atuem, direta ou indiretamente na área de geração de energia elétrica por fonte eólica. Sediada no Estado de São Paulo, a Nova Renova possui participação societária nas seguintes controladas:

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

- Bahia Eólica Participações S.A. (“Bahia Eólica”), controlada indireta, subsidiária integral da Nova Renova, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social principal a participação em outras sociedades que atuem, direta ou indiretamente na área de geração de energia elétrica por fonte eólica. Sediada no Estado de São Paulo, as sociedades nas quais participam são:

- Centrais Eólicas Pindaí S.A. (“Pindaí”), controlada indireta com 99,99% do capital social detido pela Bahia Eólica, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico Pindaí, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, no âmbito do Leilão de Reserva – 2009 (LER 2009). O parque tornou-se apto a operar em 2012.

- Centrais Eólicas Igaporã S.A. (“Igaporã”), controlada indireta com 99,99% do capital social detido pela Bahia Eólica, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico Igaporã, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, no âmbito do Leilão de Reserva – 2009 (LER 2009). O parque tornou-se apto a operar em 2012.

- Centrais Eólicas Licínio de Almeida S.A. (“Licínio de Almeida”), controlada indireta com 99,99% do capital social detido pela Bahia Eólica, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico Licínio de Almeida, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, no âmbito do Leilão de Reserva – 2009 (LER 2009). O parque tornou-se apto a operar em 2012.

- Centrais Eólicas Candiba S.A. (“Candiba”), controlada indireta com 99,99% do capital social detido pela Bahia Eólica, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico Candiba, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, no âmbito do Leilão de Reserva – 2009 (LER 2009). O parque tornou-se apto a operar em 2012.

- Centrais Eólicas Ilhéus S.A. (“Ilhéus”), controlada indireta com 99,99% do capital social detido pela Bahia Eólica, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico Ilhéus, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a CCEE

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

– Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, no âmbito do Leilão de Reserva – 2009 (LER 2009). O parque tornou-se apto a operar em 2012.

- Salvador Eólica Participações S.A. (“Salvador Eólica”), controlada indireta, subsidiária integral da Nova Renova, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social principal a participação em outras sociedades que atuem, direta ou indiretamente na área de geração de energia elétrica por fonte eólica. Sediada no Estado de São Paulo, as sociedades nas quais participam são:

- Centrais Eólicas Alvorada S.A. (“Alvorada”), controlada indireta com 99,99% do capital social detido pela Salvador Eólica, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico Alvorada, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, no âmbito do Leilão de Reserva – 2009 (LER 2009). O parque tornou-se apto a operar em 2012.

- Centrais Eólicas Pajeú do Vento S.A. (“Pajeú do Vento”), controlada indireta com 99,99% do capital social detido pela Salvador Eólica, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico Pajeú do Vento, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, no âmbito do Leilão de Reserva – 2009 (LER 2009). O parque tornou-se apto a operar em 2012.

- Centrais Eólicas Planaltina S.A. (“Planaltina”), controlada indireta com 99,99% do capital social detido pela Salvador Eólica, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico Planaltina, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, no âmbito do Leilão de Reserva – 2009 (LER 2009). O parque tornou-se apto a operar em 2012.

- Centrais Eólicas Rio Verde S.A. (“Rio Verde”), controlada indireta com 99,99% do capital social detido pela Salvador Eólica, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico Rio Verde, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, no âmbito do Leilão de Reserva – 2009 (LER 2009). O parque tornou-se apto a operar em 2012.

- Centrais Eólicas Guirapá S.A. (“Guirapá”), controlada indireta com 99,99% do capital social detido pela Salvador Eólica, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico Guirapá, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, no âmbito do Leilão de Reserva – 2009 (LER 2009). O parque tornou-se apto a operar em 2012.

- Centrais Eólicas Nossa Senhora da Conceição S.A. (“Nossa Senhora”), controlada indireta com 99,99% do capital social detido pela Salvador Eólica, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico Nossa Senhora da Conceição, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, no âmbito do Leilão de Reserva – 2009 (LER 2009). O parque tornou-se apto a operar em 2012.

- Centrais Eólicas Guanambi S.A. (“Guanambi”), controlada indireta com 99,99% do capital social detido pela Salvador Eólica, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico Guanambi, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, no âmbito do Leilão de Reserva – 2009 (LER 2009). O parque tornou-se apto a operar em 2012.

- Centrais Eólicas Porto Seguro S.A. (“Porto Seguro”), controlada indireta com 99,99% do capital social detido pela Salvador Eólica, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico Porto Seguro, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, no âmbito do Leilão de Reserva – 2009 (LER 2009). O parque tornou-se apto a operar em 2012.

- Centrais Eólicas Serra do Salto S.A. (“Serra do Salto”), controlada indireta com 99,99% do capital social detido pela Salvador Eólica, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico Serra do Salto, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, no âmbito do Leilão de Reserva – 2009 (LER 2009). O parque tornou-se apto a operar em 2012.

- Renova Eólica Participações S.A. (“Renova Eólica”), controlada indireta, subsidiária integral da Nova Renova, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social principal a participação em outras sociedades que atuem, direta ou indiretamente na área de geração de energia elétrica por fonte eólica. Sediada no Estado de São Paulo, as sociedades nas quais participam são:

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

- Centrais Eólicas Morrão S.A. (“Morrão”), controlada indireta com 99,99% do capital social detido pela Renova Eólica, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico Morrão, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, no âmbito do Leilão de Reserva – 2010 (LER 2010). O parque eólico está em fase de construção.

- Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A. (“Ventos do Nordeste”), controlada indireta com 99,99% do capital social detido pela Renova Eólica, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico Ventos do Nordeste, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, no âmbito do Leilão de Reserva – 2010 (LER 2010). O parque eólico está em fase de construção.

- Centrais Eólicas Seraíma S.A. (“Seraíma”), controlada indireta com 99,99% do capital social detido pela Renova Eólica, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico Seraíma, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, no âmbito do Leilão de Reserva – 2010 (LER 2010). O parque eólico está em fase de construção.

- Centrais Eólicas Tanque S.A. (“Tanque”), controlada indireta com 99,99% do capital social detido pela Renova Eólica, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico Tanque, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, no âmbito do Leilão de Reserva – 2010 (LER 2010). O parque eólico está em fase de construção.

- Centrais Eólicas dos Araçás S.A. (“Araçás”), controlada indireta com 99,99% do capital social detido pela Renova Eólica, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico Dos Araçás, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, no âmbito do Leilão de Reserva – 2010 (LER 2010). O parque eólico está em fase de construção.

- Centrais Eólicas da Prata S.A. (“Prata”), controlada indireta com 99,99% do capital social detido pela Renova Eólica, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico Da Prata, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, no âmbito do Leilão de Reserva – 2010 (LER 2010). O parque eólico está em fase de construção.

- Centrais Eólicas Pelourinho S.A. (“Pelourinho”), controlada indireta com 99,99% do capital social detido pela Renova Eólica, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico Pelourinho, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com as distribuidoras que declararam demanda no Leilão de Energia Nova – 2011 (LEN 2011). O parque eólico está em fase de construção.

- Centrais Eólicas Ametista S.A. (“Ametista”), controlada indireta com 99,99% do capital social detido pela Renova Eólica, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico Ametista, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com as distribuidoras que declararam demanda no Leilão de Energia Nova – 2011 (LEN 2011). O parque eólico está em fase de construção.

- Centrais Eólicas Borgo S.A. (“Borgo”), controlada indireta com 99,99% do capital social detido pela Renova Eólica, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico Borgo, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com as distribuidoras que declararam demanda no Leilão de Energia Nova – 2011 (LEN 2011). O parque eólico está em fase de construção.

- Centrais Serra do Espinhaço S.A. (“Serra do Espinhaço”), controlada indireta com 99,99% do capital social detido pela Renova Eólica, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico Serra do Espinhaço, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com as distribuidoras que declararam demanda no Leilão de Energia Nova – 2011 (LEN 2011). O parque eólico está em fase de construção.

- Centrais Eólicas Caetité S.A. (“Caetité”), controlada indireta com 99,99% do capital social detido pela Renova Eólica, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico Caetité, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com as distribuidoras que declararam demanda no Leilão de Energia Nova – 2011 (LEN 2011). O parque eólico está em fase de construção.

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

- Centrais Eólicas Dourados S.A. (“Dourados”), controlada indireta com 99,99% do capital social detido pela Renova Eólica, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico Dourados, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com as distribuidoras que declararam demanda no Leilão de Energia Nova – 2011 (LEN 2011). O parque eólico está em fase de construção.

- Centrais Eólicas Espigão S.A. (“Espigão”), controlada indireta com 99,99% do capital social detido pela Renova Eólica, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico Espigão, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com as distribuidoras que declararam demanda no Leilão de Energia Nova – 2011 (LEN 2011). O parque eólico está em fase de construção.

- Centrais Eólicas Pilões S.A. (“Pilões”), controlada indireta com 99,99% do capital social detido pela Renova Eólica, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico Pilões, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com as distribuidoras que declararam demanda no Leilão de Energia Nova – 2011 (LEN 2011). O parque eólico está em fase de construção.

- Centrais Eólicas Maron S.A. (“Maron”), controlada indireta com 99,99% do capital social detido pela Renova Eólica, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico Maron, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com as distribuidoras que declararam demanda no Leilão de Energia Nova – 2011 (LEN 2011). O parque eólico está em fase de construção.

- Centrais Eólicas São Salvador Ltda. (“São Salvador”), controlada direta com 99,99% do capital social, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico São Salvador, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com as distribuidoras que declararam demanda no Leilão de Energia Nova - 2012.

- Centrais Eólicas Santana Ltda. (“Santana”), controlada direta com 99% do capital social, tem por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica através de fonte eólica. A empresa está em fase pré-operacional.

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

- Centrais Eólicas Arapuã Ltda. (“Arapuã”), controlada direta com 99% do capital social, tem por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica através de fonte eólica. A empresa está em fase pré-operacional.
- Centrais Eólicas Conquista Ltda. (“Conquista”), controlada direta com 99% do capital social, tem por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica através de fonte eólica. A empresa está em fase pré-operacional.
- Centrais Eólicas Cedro Ltda. (“Cedro”), controlada direta com 99% do capital social, tem por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica através de fonte eólica. A empresa está em fase pré-operacional.
- Centrais Eólicas Bela Vista I Ltda. (“Bela Vista”), controlada direta com 99% do capital social, tem por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica através de fonte eólica. A empresa está em fase pré-operacional.
- Centrais Eólicas Riacho de Santana Ltda. (“Riacho de Santana”), controlada direta com 99% do capital social, tem por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica através de fonte eólica. A empresa está em fase pré-operacional.
- Centrais Eólicas Lençóis Ltda. (“Santana”), controlada direta com 99% do capital social, tem por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica através de fonte eólica. A empresa está em fase pré-operacional.
- Centrais Eólicas Coxilha Alta Ltda. (“Coxilha Alta”), controlada direta com 99% do capital social, tem por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica através de fonte eólica. A empresa está em fase pré-operacional.
- Centrais Eólicas Recôncavo I Ltda. (“Recôncavo I”), controlada direta com 99% do capital social, tem por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica através de fonte eólica. A empresa está em fase pré-operacional.
- Centrais Elétricas Botuquara Ltda. (“Botuquara”), controlada direta com 99% do capital social, tem por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica através de fonte eólica. A empresa está em fase pré-operacional.

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

- Centrais Elétricas Itaparica Ltda. (“Itaparica”), controlada direta com 99% do capital social, tem por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica através de fonte eólica. A empresa está em fase pré-operacional.
- Renova PCH Ltda. (“Renova PCH”), controlada direta com 99% do capital social, tem por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica através de fonte hídrica. A empresa está em fase pré-operacional.
- Renova Comercializadora de Energia S.A. (“Renova Comercializadora”), controlada direta, subsidiária integral da Companhia, tem por objeto social principal a comercialização de energia elétrica em todas as suas formas. A empresa está em fase pré-operacional.

Nota: Para melhor visualização da estrutura societária, vide item 8.2.

c) Participações do emissor em sociedades do grupo

Em 31.12.2012, a Companhia não possuía participação direta em outras sociedades do grupo econômico em que se insere, além das participações nas Controladas descritas no item (b) deste item.

d) Participações de sociedades do grupo no emissor

As participações dos Controladores na Companhia estão descritas no item (a) deste item.

e) Sociedades sob controle comum

A controladora Light Energia possui participação nas seguintes empresas:

- Central Eólica São Judas Tadeu Ltda. (100%)
- Central Eólica Fontainha Ltda. (100%)
- Guanhães Energia S.A. (51%)

8.3 - Operações de reestruturação

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

As operações de reestruturação da Companhia estão descritas no item 6.5 deste Formulário de Referência.

8.4 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

Informações adicionais sobre os itens 9.1 a e 9.1 b deste Formulário.

(a) ativos imobilizados, inclusive aqueles objeto de aluguel ou arrendamento, identificando a sua localização

A Companhia possui 3 pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) já instaladas no Estado da Bahia, que são compostas por casa de força e barragem, e que compartilham uma subestação elevatória. A casa de máquinas de tais PCHs compreende todos os equipamentos mecânicos, incluindo as turbinas, bem como os equipamentos de natureza elétrica, tais como o grupo gerador e o transformador, dentre outros.

A Renova aluga as terras que foram alagadas em decorrência da instalação das suas 3 PCHs e as áreas utilizadas para reservatório. Esses ativos possuem vida útil prolongada e não demandam investimentos adicionais, além da sua manutenção. As 3 PCHs instaladas possuem licença ambiental de operação, concedida pelo IMA do Estado da Bahia.

A Companhia possui contratos vigentes com proprietários de imóveis em áreas a serem inundadas em virtude da instalação de algumas PCHs de seu portfólio, por meio dos quais foram outorgadas opções para a aquisição desses imóveis na hipótese de efetivo desenvolvimento dessas PCHs.

A Companhia também é parte em contratos de arrendamento que compreendem a totalidade das terras necessárias para a instalação dos Parques Eólicos em implementação.

A Companhia possuía em 31 de dezembro de 2012, quatorze parques eólicos em operação. Os parques formam o maior complexo eólico do país e foram inaugurados (aptos a operar) em 1º de julho de 2012. Os parques estão localizados no interior da Bahia, nos municípios de Caetité, Guanambi, Igaporã e Pindaí.

(b) patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia, informando: (i) duração; (ii) território atingido; (iii) eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tais ativos; e (iv) possíveis consequências da perda de tais direitos para o emissor

No Brasil, a propriedade de uma marca adquire-se somente pelo registro validamente expedido pelo INPI, órgão responsável pelo registro de marcas e patentes, sendo assegurado ao titular seu uso exclusivo em todo o território nacional por um prazo determinado de 10 anos, passível de sucessivas renovações.

Durante o processo de registro, o depositante tem apenas uma expectativa de direito para utilização das marcas depositadas aplicadas para a identificação de seus produtos ou serviços.

A Companhia é titular, perante o INPI, das marcas “Renova Energia” e “Renova Biodiesel”. Em adição, a controlada da Companhia, Enerbrás Centrais Elétricas S.A. tinha o registro da marca “Enerbrás” em seu nome. Porém, o INPI publicou a nulidade do registro da referida marca tendo em vista a apresentação do Pedido de Nulidade Administrativa interposto pela sociedade Enerbrás Materiais Elétricos Ltda., que alegou o uso anterior da marca. A Enerbrás Centrais

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

Elétricas S.A. está dentro do prazo para ingressar com ação de nulidade contra a decisão do INPI. A Companhia acredita que a Enerbrás Centrais Elétricas S.A. terá sucesso caso ingresse com a referida ação judicial em razão da distinção das classes do registro concedido a empresa Enerbrás Materiais Elétricos Ltda. e do registro pleiteado por referida controlada. Não obstante, em caso de eventual decisão judicial desfavorável à Enerbrás Centrais Elétricas S.A., tal fato não ocasionará efeitos adversos nas atividades da Companhia.

Foi publicado o pedido de registro da marca Catavento. Após a publicação do pedido, é facultada a terceiros a apresentação de oposição contra o mesmo. A Companhia está no aguardo dos trâmites para prosseguir com obtenção da marca.

A Companhia implementou uma política de proteção de marcas de sua titularidade, realizando o controle dos pedidos de registro de marcas depositados por terceiros, de maneira a assegurar seus direitos e interesses. Nesses casos, foram tomadas as providências cabíveis junto ao INPI para proteção das marcas, de maneira a não prejudicar as atividades da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas possuem domínios registrados no Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR, sendo eles: (i) renovaenergia.com.br, com prazo de vigência até 2015; e (ii) renovaftp.com.br, com prazo de vigência até 2015. Ressalta-se que os titulares de pedidos de marcas ou marcas registradas com nomes correlatos têm preferência no registro dos domínios, razão pela qual a Companhia acredita que não terá problemas para renová-los no futuro, consignando que eventual indeferimento do registro de algum domínio não trará efeitos adversos para nossas operações.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
PCH Cachoeira da Lixa	Brasil	BA		Própria
PCH Colino 1	Brasil	BA		Própria
PCH Colino 2	Brasil	BA		Própria
Parques Eólicos em Operação - LER 2009	Brasil	BA		Arrendada
Escritório São Paulo	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Escritório Salvador	Brasil	BA	Salvador	Alugada
Escritório Belo Horizonte	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
Escritório Caetité	Brasil	BA	Caetité	Alugada
Parques Eólicos em Construção - LER 2010	Brasil	BA		Arrendada
Parques Eólicos em Construção - A-3 2011	Brasil	BA		Arrendada

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Renova Energia	Brasil	definitivo	n/a	n/a
Marcas	Enerbrás	Brasil	definitivo	n/a	n/a
Marcas	Renova Biodiesel	Brasil	definitivo	n/a	n/a
Marcas	Catavento	Brasil	deinitivo	n/a	n/a

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
Bahia Eólica Participações S.A.	11.183.629/0001-30	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	Holding	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil 31/12/2012		173.259.109,65		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.								
Centrais Elétricas Borgo Ltda.	12.041.341/0001-94	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	Geração de energia elétrica	99,990000
				Valor mercado				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil 31/12/2012		7.126.154,55		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.								
Centrais Elétricas Dourados Ltda.	12.041.319/0001-44	-	Controlada	Brasil	SP	Salvador	Geração de energia elétrica	99,990000
				Valor mercado				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil 31/12/2012		10.607.278,42		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.								
Centrais Elétricas Maron Ltda.	12.041.214/0001-95	-	Controlada	Brasil	SP	Salvador	Geração de energia elétrica	99,990000
				Valor mercado				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil 31/12/2012		10.997.394,50		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emissor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.								
Centrais Elétricas Morrão Ltda.	12.049.829/0001-68	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	Geração de energia elétrica	99,990000
Valor mercado								
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2012	25.866.851,16		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.								
Centrais Elétricas Seraima Ltda.	12.047.526/0001-06	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	Geração de energia elétrica	99,990000
Valor mercado								
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2012	25.856.669,04		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.								
Centrais Elétricas Serra do Espinhaço Ltda.	12.049.958/0001-56	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	Geração de energia elétrica	99,990000
Valor mercado								
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2012	6.587.108,01		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.								
Centrais Elétricas Tanque Ltda.	12.048.059/0001-39	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	Geração de energia elétrica	99,990000

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
				Valor mercado				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2012	34.458.856,17		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.								
Centrais Eólicas Alvorada S.A.	11.349.807/0001-50	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.	99,990000
				Valor mercado				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2012	8.883.984,71		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.								
Centrais Eólicas Ametista S.A.	11.201.885/0001-03	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	Geração de energia elétrica	99,990000
				Valor mercado				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2012	10.828.726,31		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.								
Centrais Eólicas Arapuã S.A.	17.249.997/0001-10	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	geração de energia elétrica	99,990000
				Valor mercado				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2012	100,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.								
Centrais Eólicas Bela Vista I Ltda.	17.250.257/0001-02	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	geração de energia elétrica	99,000000
				Valor mercado				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil		31/12/2012	100,00	
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.								
Centrais Eólicas Botuquara Ltda.	12.048.083/0001-78	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	geração de energia elétrica	99,000000
				Valor mercado				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil		31/12/2012	10.027,54	
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.								
Centrais Eólicas Caetitê S.A.	11.201.767/0001-03	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	Geração de energia elétrica	99,990000
				Valor mercado				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil		31/12/2012	10.380.164,28	
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.								
Centrais Eólicas Candiba S.A.	11.349.756/0001-67	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	geração de engia elétrica	99,990000
				Valor mercado				

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2012	20.097.489,34		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.								
Centrais Eólicas Cedro S.A.	17.330.840/0001-15	-	Coligada	Brasil	BA	Salvador	geração de energia elétrica	99,000000
Valor mercado								
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2012	100,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.								
Centrais Eólicas Conquista Ltda.	17.250.972/0001-37	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	geração de energia elétrica	99,000000
Valor mercado								
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2012	100,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.								
Centrais Eólicas Coxilha Alta Ltda.	17.544.421/0001-86	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	geração de energia elétrica	99,000000
Valor mercado								
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2012	100,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.								

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
Centrais Eólicas da Prata Ltda.	11.366.231/0001-30	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	Geração de energia elétrica	99,990000
				Valor mercado				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil 31/12/2012		24.115.130,81		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.								
Centrais Eólicas dos Araçás Ltda.	11.201.833/0001-37	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	Geração de energia elétrica	99,990000
				Valor mercado				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil 31/12/2012		28.672.688,50		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.								
Centrais Eólicas Espigão Ltda.	11.197.321/0001-44	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	Geração de energia elétrica	99,990000
				Valor mercado				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil 31/12/2012		4.626.683,91		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.								
Centrais Eólicas Guanambi S.A.	11.350.499/0001-83	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	geração de energia elétrica	99,990000
				Valor mercado				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil 31/12/2012		22.045.452,95		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.								
Centrais Eólicas Guirapá S.A.	11.345.796/0001-30	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	geração de energia elétrica	99,990000
				Valor mercado				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2012	30.178.189,35		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.								
Centrais Eólicas Igaporã S.A.	11.366.011/0001-06	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	geração de energia elétrica	99,990000
				Valor mercado				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2012	50.037.793,97		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.								
Centrais Eólicas Ilhéus S.A.	11.366.468/0001-10	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	geração de energia elétrica	99,990000
				Valor mercado				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2012	22.897.401,09		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.								
Centrais Eólicas Itaparica Ltda.	12.050.083/0001-02	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	geração de energia elétrica	99,000000

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
				Valor mercado				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2012	10.027,52		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.								
Centrais Eólicas Lençóis Ltda.	17.552.917/0001-00	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	geração de energia elétrica	99,000000
				Valor mercado				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2012	100,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.								
Centrais Eólicas Licínio de Almeida S.A.	11.349.904/0001-43	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	geração de energia elétrica	99,990000
				Valor mercado				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2012	40.057.659,74		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.								
Centrais Eólicas Nossa Senhora da Conceição S.A.	11.371.340/0001-45	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	geração de energia elétrica	99,990000
				Valor mercado				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2012	30.882.848,91		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.

Centrais Eólicas Pajeú do Vento S.A.	11.365.985/0001-75	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	geração de energia elétrica	99,990000
--------------------------------------	--------------------	---	------------	--------	----	----------	-----------------------------	-----------

Valor mercado

31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2012	27.499.163,12
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00			
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.

Centrais Eólicas Pelourinho S.A.	12.048.031/0001-00	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	Geração de energia elétrica	99,990000
----------------------------------	--------------------	---	------------	--------	----	----------	-----------------------------	-----------

Valor mercado

31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2012	8.063.886,97
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00			
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.

Centrais Eólicas Pilões S.A.	11.201.797/0001-01	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	Geração de energia elétrica	99,990000
------------------------------	--------------------	---	------------	--------	----	----------	-----------------------------	-----------

Valor mercado

31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2012	25.230.679,58
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00			
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.

Centrais Eólicas Pindaí S.A.	11.350.542/0001-00	-	Controlada	Bra	BA	Salvador	geração de energia elétrica	99,990000
------------------------------	--------------------	---	------------	-----	----	----------	-----------------------------	-----------

Valor mercado

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emissor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2012	39.455.952,64		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.								
Centrais Eólicas Planaltina S.A.	11.363.327/0001-44	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	geração de energia elétrica	99,990000
Valor mercado								
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2012	29.222.456,57		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.								
Centrais Eólicas Porto Seguro S.A.	11.366.056/0001-80	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	geração de energia elétrica	99,990000
Valor mercado								
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2012	10.619.238,74		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.								
Centrais Eólicas Recôncavo I Ltda.	17.737.877/0001-62	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	geração de energia elétrica	99,000000
Valor mercado								
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2012	100,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.								

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emissor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
Centrais Eólicas Riacho de Santana Ltda.	17.305.829/0001-03	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	geração de energia elétrica	99,000000
				Valor mercado				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil 31/12/2012 100,00				
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.								
Centrais Eólicas Rio Verde S.A.	11.350.476/0001-79	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	geração de energia elétrica	99,990000
				Valor mercado				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil 31/12/2012 32.913.459,14				
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.								
Centrais Eólicas Santana Ltda.	17.250.513/0001-53	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	geração de energia elétrica	99,000000
				Valor mercado				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil 31/12/2012 100,00				
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.								
Centrais Eólicas São Salvador Ltda.	11.197.380/0001-12	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	geração de energia elétrica	99,990000
				Valor mercado				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil 31/12/2012 208.162,29				
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.								
Centrais Eólicas Serra do Salto S.A.	11.349.836/0001-12	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	geração de energia elétrica	99,990000
				Valor mercado				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2012	22.822.394,60		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.								
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A.	11.204.086/0001-90	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	geração de energia elétrica	99,990000
				Valor mercado				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2012	23.763.653,65		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.								
Enerbrás Centrais Elétricas S.A.	04.287.373/0001-46	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	Holding	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2012	107.626.180,33		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Geração de energia elétrica								
Energética Serra da Prata S.A.	05.982.449/0001-16	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	geração de energia elétrica	99,990000

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
				Valor mercado				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2012	117.355.752,99		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.								
Nova Renova Energia S.A.	12.041.313/0001-77	-	Coligada	Brasil	BA	Salvador	Holding	99,990000
				Valor mercado				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2012	652.234.247,26		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Geração de energia elétrica								
Renova Comercializadora de Energia S.A.	17.204.923/0001-68	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	comercialização de energia elétrica	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2012	100,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.								
Renova Eólica Participações S.A.	11.289.590/0001-30	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	geração de energia elétrica	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2012	25.760.678,56		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.								
Renova PCH Ltda.	12.044.208/0001-91	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	Holding	99,000000
				Valor mercado				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil 31/12/2012 19.548,10				
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Geração de energia elétrica								
Renovapar S.A.	17.667.090/0001-71	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Sociedade tem por objeto a participação em outras sociedades que tenham por objeto a exploração direta ou indireta em empreendimentos para a geração e comercialização de energia elétrica em todas as suas formas, a produção de combustíveis a partir de fontes naturais e renováveis, a prestação de serviços de apoio logístico a empresas ou companhias de consultoria ambiental, e/ou a comercialização de créditos de carbono.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil 31/12/2012 100,00				
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.								
Salvador Eólica Participações S.A.	11.283.084/0001-34	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	geração de energia elétrica	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil 31/12/2012 221.343.288,84				
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.

9.2 - Outras informações relevantes

Todas as informações referentes aos ativos relevantes da Companhia foram divulgadas no item 9.1 deste Formulário de Referência.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Todas as informações prestadas neste item são com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

a) condições financeiras e patrimoniais gerais:

A Companhia atua em um setor de capital intensivo e sua geração de caixa operacional, proveniente de projetos atualmente em operação, e consequentes dividendos pagos pelas Sociedades de propósito específico (“SPEs”) operacionais para a controladora Renova Energia S.A., não são suficientes para a execução de seus investimentos em novos ativos de geração com energia contratada nos mercados regulado e livre.

Nos exercícios encerrados em 2010, 2011 e 2012, a receita operacional líquida da Companhia foi de R\$35,4 milhões, R\$36,6 milhões e R\$115,6 milhões respectivamente, sendo composta durante os anos de 2010 e 2011 exclusivamente pelos contratos de compra e venda de energia das pequenas centrais hidrelétricas (“PCHs”) Cachoeira da Lixa, Colino 1 e Colino 2, e em 2012 pelo incremento de R\$75,6 milhões devido a entrada em operação do complexo eólico Alto Sertão I inaugurado em 1º de julho de 2012.

Para fazer frente aos investimentos necessários na construção e implantação dos novos ativos de geração, a Companhia utiliza operações de financiamento de longo prazo na modalidade *Project Finance*. Nesta modalidade, o volume de financiamento é dimensionado de acordo com o fluxo de receitas provenientes de contratos de venda de energia de longo prazo, adotando índices de cobertura de serviço da dívida adequados à capacidade de pagamento destes investimentos. Os financiamentos do BNDES da linha FINEM, destinados à construção de ativos de energia por fonte eólica, por exemplo, exigem um índice de cobertura de serviço da dívida mínimo de 1,3 durante o prazo total do financiamento (o índice de cobertura é calculado a partir da divisão da geração de caixa do ano somada ao saldo final do caixa do ano anterior pelo serviço da dívida, que é composto pela amortização do principal e pagamento de juros no ano). Ou seja, o financiamento é dimensionado para que possa ser servido integralmente pela geração de caixa do próprio ativo de geração. Consequentemente, este tipo de financiamento tipicamente varia entre 60% e 75% do total do investimento.

Em 31 de dezembro de 2012, o total contratado junto ao BNDES era de R\$1.099,8 milhões.

Na mesma data, o saldo financiado com o BNB para as PCHs era de R\$108,6 milhões.

Para complementar a geração de caixa operacional e os financiamentos na modalidade *Project Finance* para o investimento nos projetos de geração de energia, a Companhia buscou recursos da seguinte forma:

- (i) 2010: R\$160,7 milhões oriundos de sua oferta pública inicial de ações;
- (ii) 2011: (a) aumento de capital para investimento da Light no valor de R\$376,0 milhões, homologado pelo Conselho de Administração da Companhia em 25 de outubro de 2011, que fortaleceu a estrutura financeira da Companhia e a sua representatividade no setor, ao contar com um acionista estratégico de grande porte e (b) emissão de notas promissórias no valor de R\$150,0 milhões junto ao Banco Votorantim;

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(iii) 2012: (a) emissão de debêntures no valor de R\$301,8 milhões, liquidada em 11 de outubro de 2012 e (b) aumento de capital para investimento da BNDESPAR no valor de R\$314,7, homologado pelo Conselho de Administração da Companhia em 02 de outubro de 2012.

Em 31 de dezembro de 2012, a dívida líquida totalizava R\$895,4 milhões ao passo que atingiu R\$519,4 milhões em 2011 e R\$114,2 milhões em 2010, nas datas de encerramento dos respectivos exercícios sociais. A relação dívida líquida/patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010 foi de 0,90, 0,80 e 0,40, respectivamente.

O índice de liquidez corrente em 31 de dezembro de 2012 era de 1,81 (2,30 em dezembro de 2011 e 8,39 em 31 de dezembro de 2010), isto é, para cada R\$1,00 de passivo circulante, a Companhia possuía R\$1,80 de ativo circulante em 31 de dezembro de 2012, R\$2,30 de ativo circulante em 31 de dezembro de 2011 e R\$8,39 em 31 de dezembro de 2010.

Desta forma, considerando as informações acima, a Diretoria da Companhia entende que a Companhia, levando em consideração o estágio de desenvolvimento de seus projetos, apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para fazer frente ao seu plano de negócios. Em detalhe, estão equacionados os recursos de curto prazo necessários para finalizar a implantação dos 15 parques eólicos do Leilão de reserva de 2010 ("LER 2010") e Leilão de energia nova de 2011 ("A-3 2011"), que já tiveram financiamento *Project Finance* aprovado para complementar os recursos necessários para a sua implantação. A Companhia ainda precisará levantar os recursos necessários para os investimentos de seus projetos de venda de energia no mercado livre e do leilão de energia nova de 2012 ("A-5 2012"), sendo que estes deverão começar a ser desembolsados apenas no segundo semestre de 2014. No momento adequado, a Companhia buscará o financiamento *Project Finance* de longo prazo, além de outros financiamentos e/ou aumentos de capital.

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas:

A Diretoria entende que a atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação dívida líquida sobre patrimônio líquido, apresenta, na data deste Formulário de Referência, níveis de alavancagem satisfatórios e em linha com a prática de mercado.

O setor de geração de energia requer uso intensivo de capital. Os investimentos são tipicamente viabilizados pela existência de contratos de venda de energia de longo prazo que permitem relativa previsibilidade das receitas futuras, condição fundamental para que uma parcela importante do investimento possa ser financiado também no longo prazo por terceiros. Notadamente a modalidade de *Project Finance* permite que a Companhia financie tipicamente de 60% a 75% do investimento, o que explica a estrutura de capital ter uma parcela maior formada por capital de terceiros.

Fontes de recursos para investimentos	31/12/2012	AV %	31/12/2011* (Reapresentado)	AV %	31/12/2010	AV %
Capital de terceiros ¹	1.503.522	60,3%	909.215	57,1%	132.789	31,5%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Capital próprios ²	991.397	39,7%	681.954	42,9%	288.584	68,5%
Total	2.504.919	100,0%	1.591.169	100,0%	421.373	100,0%

(1) Capital de Terceiros corresponde à soma das seguintes linhas dos grupos do passivo circulante e não circulante: empréstimos e financiamentos, encargos sobre empréstimos e debêntures.

(2) Capitais Próprios corresponde à soma das seguintes linhas do patrimônio líquido: capital social, gastos com emissões de ações, reserva de capital e prejuízos acumulados.

(*) As demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 sofreram alguns ajustes e reclassificações devido à mudança do auditor independente da Companhia e, portanto, foram reapresentadas e republicadas.

Em 31 de dezembro de 2012, R\$1.208,4 milhões do endividamento total de R\$1.503,5 milhões eram referentes às operações de financiamento de longo prazo na modalidade *Project Finance*, sendo que R\$1.099,8 milhões eram referentes aos projetos eólicos e R\$108,6 milhões eram referentes às PCHs. No mesmo período, R\$307,3 milhões do endividamento eram referentes à emissão das debêntures da Renova Energia S.A. O custo de emissão foi de R\$12,1 milhões.

Em 31 de dezembro de 2011, R\$764,4 milhões do endividamento total de R\$909,2 milhões eram referentes às operações de financiamento de longo prazo na modalidade *Project Finance*, sendo que R\$652,1 milhões eram referentes aos projetos eólicos e R\$112,3 milhões eram referentes às PCHs. No mesmo período, R\$151,0 milhões do endividamento referente à emissão das notas promissórias comerciais com o Banco Votorantim foi contraído pela Renova Energia S.A., que possuía recursos disponíveis suficientes para sua quitação e mantinha posição de caixa e equivalentes de caixa de R\$389,8 milhões. O custo de emissão foi de R\$6,2 milhões.

Em 31 de dezembro de 2010, o endividamento total de R\$132,8 milhões era referente às PCHs, dos quais de R\$116,8 milhões eram provenientes do financiamento com o BNB e R\$16,0 milhões provenientes do financiamento IFC com o Banco Santander. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia mantinha posição de caixa e equivalentes de caixa de R\$18,6 milhões.

i) hipóteses de resgate;

Não existem outras hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além das previstas na Lei das S.A.

ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

Não aplicável, tendo em vista que não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além das previstas na Lei das S.A.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o perfil de endividamento da Companhia, conforme descrito nos itens 10.1.(a) e 10.1.(b), o fluxo de caixa estimado e a posição de liquidez, a Companhia acredita ter liquidez e recursos de capital suficientes para honrar os compromissos financeiros assumidos, tais como investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, conforme detalhado nos itens (a) e (b) acima.

A seguir, é apresentada a posição de ativo circulante contra os compromissos financeiros representados no passivo circulante.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

No final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, a Companhia mantinha uma posição de “caixa e equivalentes de caixa” de R\$608,1 milhões (frente aos R\$ 389,8 milhões em 31 de dezembro de 2011 e R\$18,6 milhões em 31 de dezembro de 2010) e um saldo de “contas a receber de clientes” de R\$21,3 milhões (frente aos R\$ 5,2 milhões em 31 de dezembro de 2011 e R\$3,9 milhões em 31 de dezembro de 2010), montantes suficientes para fazer frente aos compromissos assumidos com “empréstimos e financiamentos” no circulante, no valor de R\$198,2 milhões em 31 de dezembro de 2012 (para fins de comparação, era de R\$155,3 milhões em 31 de dezembro de 2011 e R\$7,2 milhões em 31 de dezembro de 2010), bem como de “fornecedores” no valor de R\$159,4 milhões em 31 de dezembro de 2012 (para fins de comparação, era de R\$19,6 milhões em 31 de dezembro de 2011 e R\$8,1 milhões em 31 de dezembro de 2010) e de demais passivos circulantes de R\$12,7 milhões em 31 de dezembro de 2012 (para fins de comparação, era de R\$3,8 milhões em 31 de dezembro de 2011 e R\$2,1 milhões em 31 de dezembro de 2010). O índice de liquidez corrente em 31 de dezembro de 2012 era de 1,81 (2,30 em 31 de dezembro de 2011 e 8,39 em 31 de dezembro de 2010), isto é, para cada R\$1,00 de passivo circulante, a Companhia possuía R\$1,81 de ativo circulante em 31 de dezembro de 2012, R\$2,30 em 31 de dezembro de 2011 e R\$8,39 em 31 de dezembro de 2010.

d) formas de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Para a implantação dos empreendimentos de geração da Companhia em construção, a Renova captou recursos por meio de contratos financeiros de curto e longo prazos, além de levantar recursos por meio de aumento de capital, conforme descrito acima. Dos recursos captados pela Companhia por meio de financiamentos, a maior parte é alocada em sociedades de propósito específico titulares das autorizações para a exploração do serviço de energia elétrica e dos respectivos contratos de compra e venda dessa energia. Tais financiamentos são obtidos junto a bancos de desenvolvimento e entidades de fomento, tais como o BNDES e BNB, assim como instituições financeiras. Adicionalmente, a Renova Energia S.A. (“Controladora”) emitiu debêntures simples não conversíveis em ações.

A Renova privilegia a contratação de linhas de financiamento denominadas em Reais, de forma a evitar exposição a riscos de câmbio. A Companhia não apresenta investimentos relevantes em ativos não circulantes, não havendo necessidade de capital de giro para tal finalidade.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía o montante de R\$1.208,4 milhões de endividamento para investimentos nos seus empreendimentos de PCH e Eólicos, sendo R\$ 108,6 milhões proveniente do financiamento no BNB e R\$1.099,8 milhões proveniente de financiamento junto ao BNDES.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía o montante de R\$909,2 milhões de endividamento para investimentos nos seus empreendimentos de PCH e Eólicos, sendo R\$151,0 milhões provenientes da emissão de notas promissórias comerciais do Banco Votorantim, R\$112,3 milhões proveniente do financiamento no BNB e R\$652,1 milhões proveniente de financiamento junto ao BNDES.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possuía o montante de R\$132,8 milhões de endividamento para investimentos nos seus empreendimentos de PCH, sendo R\$116,8 milhões proveniente do financiamento no BNB e R\$16,0 milhões provenientes do financiamento IFC – Banco Santander.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia pretende manter a estratégia de captação de financiamentos principalmente de longo prazo, pela Renova ou por meio de suas sociedades de propósito específico titulares das autorizações para a exploração do serviço de geração de energia elétrica e dos respectivos contratos de compra e venda dessa energia junto a bancos de desenvolvimento e entidades de fomento, tais como o BNDES, assim como instituições financeiras e privilegiar a contratação de linhas de financiamento denominadas em Reais, de forma a evitar exposição a riscos de câmbio. A modalidade de *Project Finance* deve continuar a ser a mais importante.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas:

i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes;

A tabela a seguir demonstra a evolução do endividamento consolidado da Companhia nas respectivas datas:

Credor (es)	Custo da Dívida	Consolidado		
		2012	2011	2010
Moeda Nacional				
BNDES	TJLP + 1,92% a.a.	630.836	465.530	-
BNDES	TJLP + 2,18% a.a.	314.625	186.561	-
BNDES - (Subcrédito "C" e "D")	TJLP	4.064	-	-
FNE - Banco do Nordeste do Brasil S.A. - Espra	9,5% a.a.	108.607	112.274	116.848
BNDES - (Ponte)	TJLP + 2,94% a.a.	150.270	-	-
Debêntures - 2ª emissão - Renova Energia S.A.	123,45% CDI	307.257	-	-
Notas promissórias (Banco Votorantim) - Renova Energia S.A.	100,00% CDI + 3,0% a.a.	-	151.031	-
IFC - Banco Santander S.A. - Enerbras	100,00% CDI + 2,5% a.a.	-	-	15.941
Sub total dos empréstimos		1.515.659	915.396	132.789
Custo de captação da operação		(12.137)	(6.181)	-
TOTAL		1.503.522	909.215	132.789

Obs: O montante difere do apresentado no item 3.7 e 3.8 deste Formulário de Referência, pois considera somente as linhas de Empréstimo e Financiamento e Debêntures do balanço. As demais linhas do passivo não são consideradas como empréstimos e financiamentos relevantes.

Contratos BNDES

As controladas Centrais Eólicas Borgo S.A., Centrais Eólicas Dourados S.A., Centrais Eólicas Espigão S.A., Centrais Eólicas Maron S.A., Centrais Eólicas Pilões S.A. e Centrais Serra do Espinhaço S.A., Centrais Eólicas Morrão S.A., Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A., Centrais Eólicas Seraíma S.A., Centrais Eólicas Tanque S.A., Centrais Eólicas Araçás S.A. e Centrais Eólicas da Prata com a interveniência da controlada Renova Eólica Participações S.A., tomaram

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

financiamento ponte junto ao BNDES com desembolso no montante total de R\$150,7 milhões em 28 de dezembro de 2012.

As controladas Centrais Eólicas Pajeú do Vento S.A., Centrais Eólicas Planaltina S.A., Centrais Eólicas Porto Seguro S.A., Centrais Eólicas Nossa Senhora da Conceição S.A., Centrais Eólicas Guirapá S.A., Centrais Eólicas Serra do Salto S.A., Centrais Eólicas Guanambi S.A., Centrais Eólicas Alvorada S.A. e Centrais Eólicas Rio Verde S.A., com a interveniência da controlada Salvador Eólica Participações S.A. tomaram financiamentos junto ao BNDES no montante total de R\$586.677 milhões. Os financiamentos possuem taxas de juros de 1,92% a.a. + TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), e 16 anos de prazo de amortização, vencendo-se a primeira parcela em 15 de maio de 2013 e a última em 15 de abril de 2029. Os nove parques totalizam 195,2MW de capacidade instalada e 84MW médios de energia firme contratada. Em 31 de dezembro de 2012, o montante total liberado foi de R\$578,6 milhões.

O total financiado para os parques Porto Seguro e Serra do Salto inclui o subcrédito “D”, destinado a investimentos sociais, no valor total de R\$6,4 milhões. O financiamento está indexado a TJLP, até dois anos de carência de juros e principal e seis anos de prazo de amortização.

As controladas Centrais Eólicas Candiba S.A., Centrais Eólicas Igaporã S.A., Centrais Eólicas Ilhéus S.A., Centrais Eólicas Licínio de Almeida S.A. e Centrais Eólicas Pindaí S.A., com interveniência da controlada Bahia Eólica Participações S.A., tomaram financiamentos junto ao BNDES no total de R\$297,4 milhões. Os financiamentos possuem taxas de juros de 2,18% a.a. + TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) e 16 anos de prazo de amortização, vencendo-se a primeira parcela em 15 de abril de 2013 e a última em 15 de março de 2029. Os cinco parques totalizam 98,8MW de capacidade instalada e 42,5MW médios de energia firme contratada. Em 31 de dezembro de 2012, o montante total liberado foi de R\$295,4 milhões.

O total financiado para os parques Candiba e Ilhéus inclui o subcrédito “C”, destinado a investimentos sociais, no valor total de R\$3,0 milhões. O financiamento está indexado a TJLP, até dois anos de carência de juros e principal e seis anos de prazo de amortização.

São garantias de todos os contratos do BNDES o penhor de ações, a cessão fiduciária de direitos creditórios e emergentes, alienação fiduciária de bens, fiança bancária durante a construção e 1º ano de operação comercial, e contas reserva no valor de 3 meses de serviço da dívida e 3 meses de operação e manutenção. Esta operação estabelece que o índice ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = [(geração de caixa da atividade + saldo final de caixa do ano anterior) / serviço da dívida] deve ser maior ou igual a 1,3, estando o financiamento atualmente em período de carência.

Contrato BNB

A controlada Energética Serra da Prata S.A. (“Espra”), com interveniência da controlada Enerbrás Centrais Elétricas S.A. (“Enerbrás”), tomou financiamento junto ao BNB em 30 de junho de 2006, no total de R\$120,1 milhões. Os financiamentos possuem taxas de juros de 9,5% a.a. (podendo ser reduzido a 8,08% devido a 15% de bônus de adimplência) exigíveis mensalmente no dia 30 de cada mês. O contrato tem vencimento em 30 de junho de 2026.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

São garantias deste financiamento a hipoteca de imóveis do Complexo Serra da Prata, o penhor de ações, o penhor dos direitos emergentes das Resoluções Autorizativas, o direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, estejam ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo Poder Concedente à Espra, todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos das respectivas Resoluções Autorizativas, fundo de liquidez em conta reserva.

Notas Promissórias Comerciais – Banco Votorantim (quitadas em 12 de março de 2012)

Em 18 de março de 2011, a Companhia emitiu notas promissórias comerciais no valor de R\$150,0 milhões, com vencimento em 12 de março de 2012. A remuneração é de taxa DI acrescida de 3% a.a. e demais comissões e encargos. A fim de garantir o pagamento integral e cumprimento de todas as suas obrigações contratuais, a Companhia deu em garantia aos titulares das notas comerciais todas as ações, presentes ou futuras, de sua titularidade, representativas do capital acionário de sua controlada Enerbrás e seus respectivos direitos. Os detentores das respectivas notas comerciais somente poderão acionar este direito em caso de não cumprimento das cláusulas contratuais pela Companhia. Os valores captados com esta operação foram utilizados para quitação do empréstimo de IFC e o restante para investimentos nos parques eólicos dos empreendimentos do LER 2009. Em 12 de março de 2012 a Companhia quitou essas notas promissórias.

Debêntures simples não conversíveis em ações

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía as seguintes emissões de debêntures:

Controladora					
Forma e Classe	Captado	Saldo em 31/12/2012	Tipo de Garantia	Encargos	Vencimento
Moeda Nacional					
Debêntures da 1ª Série - 2ª emissão	10.063	10.242	Ação	123,45% CDI	17/09/2014
Debêntures da 2ª Série - 2ª emissão	26.163	26.629	Ação	123,45% CDI	17/09/2015
Debêntures da 3ª Série - 2ª emissão	27.169	27.653	Ação	123,45% CDI	17/09/2016
Debêntures da 4ª Série - 2ª emissão	29.182	29.702	Ação	123,45% CDI	17/09/2017
Debêntures da 5ª Série - 2ª emissão	35.220	35.847	Ação	123,45% CDI	17/09/2018
Debêntures da 6ª Série - 2ª emissão	57.358	58.378	Ação	123,45% CDI	17/09/2019
Debêntures da 7ª Série - 2ª emissão	38.238	38.919	Ação	123,45% CDI	17/09/2020
Debêntures da 8ª Série - 2ª emissão	35.220	35.847	Ação	123,45% CDI	17/09/2021
Debêntures da 9ª Série - 2ª emissão	43.270	44.040	Ação	123,45% CDI	17/09/2022
Total	301.883	307.257			

Em 11 de outubro de 2012 ocorreu a liquidação financeira da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia adicional real, em nove séries, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, sob o regime de garantia firme, no valor total de R\$301,9 milhões e prazo total de 10 anos, vencendo a última série em 17 de setembro de 2022.

As debêntures serão remuneradas a uma taxa de juros de 123,45% do CDI. A amortização de principal e juros ocorre apenas no vencimento de cada série (*bullet*). A Companhia poderá resgatar as debêntures a qualquer momento e a seu critério a partir de 17 de setembro de 2014.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os recursos captados através desta emissão serão destinados ao reforço de caixa e/ou investimentos nos projetos do LER 2010 e/ou A-3 2011.

A emissão das debêntures foi realizada nos termos da Instrução CVM 476, com base na deliberação da Reunião de Conselho de Administração da Companhia realizada em 15 de agosto de 2012 e da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 31 de agosto de 2012, nos termos do artigo 59 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”) e do Estatuto Social da Companhia.

ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras;

Em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010, a Companhia não possuía outras relações de longo prazo com instituições financeiras, além das mencionadas no item (i) acima.

iii) grau de subordinação entre as dívidas;

Grau de subordinação entre as dívidas (Exercício social 31/12/2012)					
Tipo de Dívida	Inferior a um ano	Um a tres anos	tres a cinco anos	superior a cinco anos	total
Garantia Real	198.201,00	167.778,00	292.463,00	857.217,00	1.515.659,00
Garantia Flutuante					-
Quirografarias					-
Total	198.201,00	167.778,00	292.463,00	857.217,00	1.515.659,00

Obs: A diferença entre o Total com as linhas do passivo de Empréstimos e financiamentos e Debêntures é o custo de emissão no valor de R\$12,1 milhões.

iv) eventuais restrições importas a Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Os contratos de empréstimos e financiamentos firmados pela Companhia e suas controladas, contemplam cláusulas restritivas (sob a forma de obrigações de não fazer e/ou de hipótese de vencimento antecipado de obrigações), incluindo, dentre outras:

- limitações à capacidade de contrair dívidas financeiras;
- limitações à capacidade de vender, transferir ou dispor de qualquer outra forma de parte de ativos;
- limitações quanto à existência de ônus, penhor, hipoteca, encargo ou outros gravames ou direitos de garantia sobre receitas e patrimônio;
- limitação quanto ao pagamento de dividendos acima dos dividendos mínimos obrigatórios;
- limitações quanto à capacidade da Companhia de realizar reestruturações societárias e alienações de participações acionárias;
- limitações de mudança de controle ou de reorganização societária.

Adicionalmente, os empréstimos e financiamentos contraídos pela Companhia e suas controladas, possuem cláusulas restritivas (*covenants* financeiros), as quais determinam níveis

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

máximos de endividamento e alavancagem, bem como níveis mínimos de cobertura de parcelas a vencer e custos a incorrer.

Eventual descumprimento destas restrições pode levar ao vencimento antecipado de tais obrigações financeiras, bem como de outros contratos financeiros que estipulem, como causa de vencimento antecipado, o vencimento antecipado de outros contratos celebrados pela Companhia ou suas controladas.

Nos termos dos contratos de financiamento com o BNDES, as controladas dos projetos do LER 2009 estão sujeitas ao vencimento antecipado da referida dívida caso deixem de observar o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida Consolidado ("ICSD Consolidado") de, no mínimo, igual ou maior a 1,30, sendo que a apuração do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida Consolidado deverá ocorrer anualmente, relativamente ao ano civil anterior.

O ICSD Consolidado em um determinado ano de referência é calculado a partir da divisão da geração de caixa da atividade no ano de referência somada ao saldo final de caixa do ano anterior pelo serviço da dívida do ano de referência, com base em informações registradas nas demonstrações financeiras anuais consolidadas auditadas da Bahia Eólica S.A. e da Salvador Eólica S.A.

Nos termos da escritura de emissão das debêntures de sua 2ª emissão, a Companhia está sujeita ao vencimento antecipado das debêntures caso deixe de observar o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") da emissão que deverá ser maior ou igual a 1,0x, a ser calculado da seguinte forma: (i) Total de Dividendos recebidos pela Companhia/Serviço da Dívida da Emissão (medição anual, após o depósito dos dividendos na conta vinculada por onde transitarão os recursos).

Visando à adequação do nível de ICSD exigido, a escritura de emissão admite a utilização do saldo de caixa acumulado na Companhia para o cálculo do índice, desde que o montante (devidamente transferido para a conta retro citada) seja utilizado para amortização das referidas debêntures.

O termo "Serviço da Dívida" é definido como o valor da amortização de principal e pagamento de juros da série vincenda em cada ano de verificação do cumprimento do ICSD.

Nos últimos 12 meses, a Companhia apresentou um índice de cobertura da dívida superior ao mínimo exigido pelos seus credores e não infringiu nenhuma cláusula estipulada em seus contratos de financiamento e nas escrituras de emissão.

Para maiores informações, vide 18.5 deste Formulário de Referência.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Os contratos de financiamento na modalidade de *Project Finance* para as quatorze sociedades de propósito específico ("SPEs") que venderam energia no LER 2009 são no valor de R\$884,0 milhões. Durante o ano de 2011, foram desembolsados R\$637,6 milhões, enquanto R\$246,4 milhões foram desembolsados ao longo do ano de 2012. Para as empresas do LER 2010 e LEN 2011, foram liberados financiamentos ponte no montante total R\$150,7 milhões durante o ano de 2012.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

A Companhia passou a adotar, desde 1º de janeiro de 2010, retroativamente a 1º de janeiro de 2009, todos os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis ("CPC"), aplicáveis a suas operações, os quais estão consistentes com as práticas contábeis internacionais (International Financial Reporting Standards - IFRS). Abaixo descrevemos os reflexos decorrentes da adoção.

Comparação dos resultados nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011.

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de				Variação 2012x2011
	2012	AV	2011	AV	
			(reapresentado)		
Receitas	115.639	100,0%	36.553	100,0%	216,4%
Custo do Serviço de energia elétrica custo de operação	-15.876	-13,7%	-5.223	-14,3%	204,0%
Depreciação e amortização	-32.942	-28,5%	-5.667	-15,5%	481,3%
Lucro bruto	66.821	57,8%	25.663	70,2%	160,4%
Despesas Operacionais	-44.138	-38,2%	-40.219	-110,0%	9,7%
Gerais e administrativas	-41.870	-36,2%	-37.563	-102,8%	11,5%
Outras despesas	-1.487	-1,3%	-1.466	-4,0%	1,4%
Depreciações	-781	-0,7%	-1.190	-3,3%	-34,4%
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, equivalência patrimonial e impostos	22.683	19,6%	-14.556	-39,8%	-255,8%
Receitas financeiras	27.423	23,7%	20.078	54,9%	36,6%
Despesas financeiras	-49.994	-43,2%	-14.910	-40,8%	235,3%
Receitas (despesa) financeira líquidas	-22.571	-19,5%	5.168	14,1%	-536,7%
Resultado antes dos impostos	112	0,1%	-9.388	-25,7%	-101,2%
Imposto de renda e contribuição social - correntes	-6.479	-5,6%	-2.673	-7,3%	142,4%
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	350	0,3%	-	-	-
Lucro do período	-6.017	-5,2%	-12.061	-33,0%	-50,1%

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida da Companhia relativa ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$115,6 milhões, representando um aumento de R\$79,1 milhões ou 216,4% em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, no qual foi registrada receita operacional líquida de R\$36,6 milhões. Este aumento ocorreu devido ao início de faturamento dos parques eólicos do LER 2009.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Custos do Serviço de Energia Elétrica

Em 2012, os custos do serviço de energia elétrica da Companhia foram de R\$15,9 milhões, representando um aumento de R\$10,7 milhões ou 204,0% em comparação com os custos do serviço vendido em 2011, de R\$5,2 milhões. Esse aumento corresponde, majoritariamente, ao reajuste dos contratos de TUST (tarifa de uso do sistema de transmissão), das quais a Companhia é parte e custos de manutenção e operação decorrentes dos parques eólicos e das PCH's em operação.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 foram equivalentes a R\$41,9 milhões, apresentando um aumento de R\$4,3 milhões ou 11,5% na comparação com o exercício de 2011, quando as despesas operacionais foram de R\$37,6 milhões. As despesas administrativas consolidadas referem-se majoritariamente à estrutura corporativa da Companhia, que realiza as atividades administrativo-financeiras, contábil-fiscal, legal e regulatória, dentre outras para as sociedades operacionais detentoras dos ativos. As despesas administrativas registradas no período apresentaram um aumento de 11,5%, principalmente devido ao aumento na estrutura da Companhia. No mesmo período, a Companhia aumentou o quadro de colaboradores em 63,9%, passando de 111 em 31 de dezembro de 2011 para 182 no final de 2012.

Receitas (despesas) Financeiras Líquidas

As despesas financeiras líquidas em 31 de dezembro de 2012 foram de R\$22,6 milhões em comparação a receita financeira líquida de R\$5,2 milhões em 2011. A variação de R\$27,7 milhões, ou 536,7%, quando comparada com o ano anterior refere-se especialmente aos encargos de dívida referentes ao financiamento dos projetos eólicos do LER 2009, que antes do início do faturamento eram capitalizados.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social (correntes e diferidos) totalizou R\$ 6,1 milhões em 31 de dezembro de 2012 em comparação a R\$ 2,7 milhões no ano de 2011, representando um aumento de R\$3,5 milhões ou 129,3%. O aumento é referente principalmente pela maior receita gerada em 2012.

Lucro do Período

Em 2012, a Companhia apresentou prejuízo de R\$6,0 milhões, representando redução de R\$6,0 milhões no prejuízo líquido em relação a 2011.

Comparação dos resultados nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010.

Exercícios encerrados em 31 de dezembro de

2011	AV	2010	AV	Variação
------	----	------	----	----------

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

	2011x2010				
		<u>(reapresentado)</u>			
Receitas	36.553	100,0%	35.486	100,0%	3,0%
Custo do Serviço de energia elétrica custo de operação	-5.223	-14,3%	-4.836	-13,6%	8,0%
Depreciação e amortização	-5.667	-15,5%	-5.667	-16,0%	0,0%
Lucro bruto	25.663	70,2%	24.983	70,4%	2,7%
Despesas Operacionais	-40.219	-110,0%	-14.880	-41,9%	170,3%
Gerais e administrativas	-37.563	-102,8%	-14.176	-39,9%	165,0%
Outras despesas	-1.466	-4,0%	-500	-1,4%	193,2%
Depreciações	-1.190	-3,3%	-204	-0,6%	483,3%
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, equivalência patrimonial e impostos	-14.556	-39,8%	10.103	28,5%	-244,1%
Receitas financeiras	20.078	54,9%	5.629	15,9%	256,7%
Despesas financeiras	-14.910	-40,8%	-12.522	-35,3%	19,1%
Receitas (despesa) financeira líquidas	5.168	14,1%	-6.893	-19,4%	-175,0%
Resultado antes dos impostos	-9.388	-25,7%	3.210	9,0%	-392,5%
Imposto de renda e contribuição social - correntes	-2.673	-7,3%	-1.712	-4,8%	56,1%
Lucro do período	-12.061	-33,0%	1.498	4,2%	-905,1%

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida relativa ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$36,6 milhões, representando um aumento de R\$1,1 milhão ou 3,0% em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010. Esta receita é proveniente da controlada Espra e esta variação ocorreu devido ajuste de IGPM do contrato. A tarifa de energia em 2011 era de R\$182,06 por MWh, tendo sido reajustada pelo IGPM em junho de 2011. Antes desse reajuste a tarifa era de R\$165,82 por MWh.

Custos do Serviço de Energia Elétrica

Em 2011, os custos do serviço de energia elétrica foram de R\$10,9 milhões, representando um aumento de R\$0,4 milhão ou 8,0% em comparação com os custos do serviço vendido em 2010, de R\$10,5 milhões. Esse aumento corresponde ao reajuste em nossos contratos de TUST (tarifa do uso de transmissão), e manutenção e operação. Em 2011 os principais gastos foram: R\$5,7 milhões de depreciação, R\$4,1 milhões de custo de operação e R\$1,1 milhão de custo de conexão TUST.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 foram equivalentes a R\$37,6 milhões, apresentando um aumento de R\$23,4 milhões na comparação com o exercício de 2010, quando as nossas despesas operacionais foram de

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

R\$14,2 milhões. As despesas administrativas consolidadas referem-se majoritariamente à estrutura corporativa da Companhia, que realiza as atividades administrativo-financeiras, contábil-fiscal, legal e regulatória, dentre outras para as sociedades operacionais detentoras dos ativos. As despesas administrativas registradas no período apresentaram um aumento de 165,0%, principalmente devido ao aumento na estrutura da Companhia. No mesmo período, a Companhia aumentou o quadro de colaboradores em 63,2%, passando de 68 em 2010 para 111 no final de 2011.

Receitas (despesas) Financeiras Líquidas

As receitas financeiras líquidas foram positivas em R\$5,2 milhões, representando um aumento significativo se comparado ao ano anterior quando registrou despesa líquida de R\$6,9 milhões. Tal variação refere-se basicamente às receitas de aplicações financeiras oriundas do aumento de capital realizado em 17 de agosto de 2011 em decorrência do investimento da Light Energia na Renova e dos minoritários que acompanharam a Light Energia no aumento de capital, no montante de R\$376,0 milhões.

Lucro do Período

Em 2011, a Companhia apresentou prejuízo de R\$12,1 milhões, em comparação a lucro líquido de R\$1,5 milhões em 2010.

Principais Alterações nas Contas Patrimoniais nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011.

ATIVO	31/12/2012	AV	Saldo em 31 de dezembro de		Variação 2012 x 2011
			31/12/2011	AV	
			(reapresentado)		
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	608.122	22,7%	389.846	24,1%	56,0%
Contas a receber de clientes	21.309	0,8%	5.152	0,3%	313,6%
Impostos a recuperar	7.095	0,3%	1.512	0,1%	369,2%
Adiantamentos a fornecedores	4.310	0,2%	13.479	0,8%	-68,0%
Pagamentos antecipados	2.144	0,1%	1.408	0,1%	52,3%
Cauções e depósitos vinculados	25.403	0,9%	40	0,0%	63407,5%
Outros créditos	915	0,0%	393	0,0%	132,8%
Total do ativo circulante	669.298	25,0%	411.830	25,5%	62,5%
NÃO CIRCULANTE					
Partes relacionadas					
Mútuo com controladores	-	-	244	0,0%	-
Títulos de capitalização	25	0,0%	25	0,0%	0,0%
Cauções e depósitos vinculados	82.791	3,1%	11.875	0,7%	597,2%
Impostos diferidos	906	0,0%	-	0,0%-	-
Ágio	119.272	4,5%	119.272	7,4%	0,0%
(-) Provisão do ágio no momento da incorporação	-119.272	-4,5%	-119.272	-7,4%	0,0%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Outros créditos	46	0,0%	-	0,0%	-
Outros investimentos	70	0,0%	70	0,0%	0,0%
Imobilizado em serviço	1.507.775	56,3%	196.337	12,2%	668,0%
Imobilizado em curso	417.128	15,6%	994.200	61,6%	-58,0%
Total do ativo não circulante	2.008.741	75,0%	1.202.751	74,5%	67,0%
TOTAL DO ATIVO	2.678.039	100,0%	1.614.581	100,0%	65,9%

<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>AV</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>AV</u>	<u>Variação</u>
					<u>2012 x 2011</u>
			<u>(reapresentado)</u>		
CIRCULANTE					
Fornecedores	159.391	6,0%	19.566	1,2%	714,6%
Empréstimos e financiamentos	198.201	7,4%	155.345	9,6%	27,6%
Impostos a recolher	6.439	0,2%	2.262	0,1%	184,7%
Salários e férias a pagar	1.546	0,1%	1.413	0,1%	9,4%
Contas a pagar - CCEE/Eletrobrás	4.714	0,2%	-	0,0%	-
Outras contas a pagar	8	0,0%	97	0,0%	-91,8%
Total do passivo circulante	370.299	13,8%	178.683	11,1%	107,2%
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	1.000.126	37,3%	753.870	46,7%	32,7%
Debêntures	305.195	11,4%	-	0,0%	-
Contas a pagar - CCEE/Eletrobrás	10.938	0,4%	-	0,0%	-
Partes relacionadas		0,0%	-	0,0%	-
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	84	0,0%	74	0,0%	13,5%
Total do passivo não circulante	1.316.343	49,2%	753.944	46,7%	74,6%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	1.017.557	38,0%	702.788	43,5%	44,8%
(-) Custos na emissão de ações	-36.112	-1,3%	-34.241	-2,1%	5,5%
Reserva de capital	52.275	2,0%	49.713	3,1%	5,2%
Prejuízos acumulados	-42.323	-1,6%	-36.306	-2,2%	16,6%
Total do patrimônio líquido	991.397	37,0%	681.954	42,2%	45,4%
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.678.039	100,0%	1.614.581	100,0%	65,9%

ATIVO**Circulante**

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo do ativo circulante era de R\$669,3 milhões (25,0% do ativo total) e em 2011 o saldo era de R\$411,8 milhões (25,5% do ativo total).

O aumento de R\$218,3 milhões ou 56,0% em 31 de dezembro de 2012 na conta de Caixa e equivalentes de caixa, em comparação com 31 de dezembro de 2011 deve-se: (i) ao desembolso da segunda emissão de debêntures da Companhia no valor de R\$301,9 milhões; (ii) ao

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

desembolso de R\$150,0 milhões referente ao empréstimo ponte contratado junto ao BNDES no valor de R\$300,0 milhões, e a quitação das notas promissórias com o Votorantim no valor de R\$154,9 milhões.

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo da conta de clientes era de R\$21,3 milhões, um aumento de 313,6% em comparação com o saldo em 31 de dezembro de 2011, no montante de R\$5,2 milhões. Este aumento de R\$16,2 milhões na conta de Clientes é principalmente devido ao início de faturamento a ser pago pela CCEE, referente aos 14 parques do Alto Sertão I.

Em 31 de dezembro de 2012 o saldo da conta de cauções e depósitos vinculados era de R\$25,4 milhões e de R\$0,04 milhão em 2011. O aumento refere-se basicamente às aplicações financeiras de instrumento de renda fixa, vinculadas ao financiamento do BNDES, remunerados a 98% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo era de R\$2.008,7 milhões (75,0% do ativo total) em comparação com o saldo em 31 de dezembro de 2011 de R\$1.202,7 milhões (74,5% do ativo total), o que representa um aumento de R\$806,0 milhões ou 67,0%.

O aumento de R\$70,9 milhões na conta de Cauções e Depósitos em 2012, refere-se basicamente às aplicações financeiras de instrumento de renda fixa, vinculadas ao financiamento do BNDES, remunerados a 98% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e do BNB, remunerado a 97% do CDI.

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de Imobilizado em Serviço era de R\$1.507,8 milhões. O aumento de R\$1.311,4 milhões na conta do Imobilizado em Serviço em relação a 2011 é representado por: (i) R\$937,7 milhões devido a conclusão da montagem e instalação dos projetos eólicos que comercializaram energia no LER 2009, evento que reflete na redução de R\$547,0 milhões na conta do Imobilizado em curso e (ii) R\$373,7 milhões referente a compra de equipamentos contabilizados diretamente na conta de Imobilizado em Serviço.

PASSIVO

Circulante

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo da conta de passivo circulante era de R\$370,3 milhões, representando um aumento de R\$191,6 milhões ou 107,2% em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando o mesmo saldo foi de R\$178,7 milhões. O aumento deve-se principalmente ao aumento de R\$42,9 milhões na conta de Empréstimos e Financiamentos cujo saldo em 31 de dezembro de 2012 era de R\$198,2 milhões, comparados com os R\$155,3 milhões em 31 de dezembro de 2011. Tal aumento na conta de Empréstimos e Financiamentos foi devido ao componente de curto prazo do empréstimo com BNDES relacionado aos parques do Alto Sertão I. Também estão incluídos nessa conta os itens mencionados na linha de Caixa e Equivalentes de Caixa.

O aumento do passivo circulante também é devido ao aumento de R\$139,8 milhões na linha de Fornecedores, que totalizou em 31 de dezembro de 2012 R\$159,4 milhões. O saldo dessa linha

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

refere-se principalmente aos valores restantes dos contratos de fornecimento de equipamentos e materiais contratado para construção dos quatorze parques eólicos do Alto Sertão I, que foram concluídos em julho de 2012.

Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo da conta de passivo não circulante era de R\$1.316,3 milhões, um aumento de R\$562,4 milhões ou 74,6% em comparação com 31 de dezembro de 2011, causado principalmente pelo aumento de R\$551,5 milhões na conta de Empréstimos e Financiamentos e Debêntures do não circulante, que, por sua vez, foi devido à captação de debêntures e empréstimos ponte para os parques eólicos do LER 2010 e LEN 2011.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo da conta do Patrimônio líquido consolidado atingiu R\$991,4 milhões, representando um aumento de R\$309,4 milhões ou 45,4% em relação a 31 de dezembro de 2011, quando o mesmo saldo foi de R\$682,0 milhões. O aumento está relacionado principalmente ao aumento de capital de R\$314,8 milhões deliberado pelo Conselho de Administração da Companhia, para comportar o aporte da BNDESPAR na Companhia.

Principais Alterações nas Contas Patrimoniais nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010.

ATIVO	Saldo em 31 de dezembro de				Variação 2012 x 2011
	31/12/2011	AV	31/12/2010	AV	
	(reapresentado)		(reapresentado)		
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	389.846	24,1%	18.569	6,5%	1999,4%
Contas a receber de clientes	5.152	0,3%	3.918	1,4%	31,5%
Impostos a recuperar	1.512	0,1%	1.274	0,4%	18,7%
Adiantamentos a fornecedores	13.479	0,8%	121.059	42,3%	-88,9%
Pagamentos antecipados	1.408	0,1%	576	0,2%	144,4%
Cauções e depósitos vinculados	40	0,0%	59	0,0%	-32,2%
Outros créditos	393	0,0%	105	0,0%	274,3%
Total do ativo circulante	411.830	25,5%	145.560	50,9%	182,9%
NÃO CIRCULANTE					
Partes relacionadas					
Mútuo com controladores	244	0,0%	164	0,1%	48,8%
Títulos de capitalização	25	0,0%	25	0,0%	0,0%
Cauções e depósitos vinculados	11.875	0,7%	12.019	4,2%	-1,2%
Impostos diferidos	-	0,0%	-	0,0%	-
Ágio	119.272	7,4%	119.272	41,7%	0,0%
(-) Provisão do ágio no momento da incorporação	-119.272	-7,4%	-119.272	-41,7%	0,0%
Outros investimentos	70	0,0%	70	0,0%	0,0%
Imobilizado em serviço	196.337	12,2%	196.310	68,6%	0,0%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Imobilizado em curso	994.200	61,6%	77.390	27,1%	1184,7%
Total do ativo não circulante	1.202.751	74,5%	285.978	100,0%	320,6%
TOTAL DO ATIVO	1.614.581	100,0%	431.538	150,90%	274,15%

<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>31/12/2011</u> (reapresentado)		<u>31/12/2010</u> (reapresentado)		<u>Varição</u> 2012 x 2011
CIRCULANTE					
Fornecedores	19.566	1,2%	8.100	2,8%	714,6%
Empréstimos e financiamentos	155.345	9,6%	7.190	2,5%	27,6%
Impostos a recolher	2.262	0,1%	1.263	0,4%	184,7%
Salários e férias a pagar	1.413	0,1%	652	0,2%	9,4%
Contas a pagar - CCEE/Eletróbrás	-	0,0%	-	0,0%	
Outras contas a pagar	97	0,0%	150	0,1%	-91,8%
Total do passivo circulante	178.683	11,1%	17.355	6,1%	107,2%
		0,0%		0,0%	
NÃO CIRCULANTE		0,0%		0,0%	
Empréstimos e financiamentos	753.870	46,7%	125.599	43,9%	32,7%
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	74	0,0%	-	0,0%	13,5%
Total do passivo não circulante	753.944	46,7%	125.599	43,9%	74,6%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	702.788	43,5%	326.515	114,2%	44,8%
(-) Custos na emissão de ações	-34.241	-2,1%	-13.686	-4,8%	5,5%
Reserva de capital	49.713	3,1%	-	0,0%	165,8%
Prejuízos acumulados	-36.306	-2,2%	-24.245	-8,5%	16,6%
Total do patrimônio líquido	681.954	42,2%	288.584	100,9%	52,1%
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.614.581	100,0%	431.538	150,9%	69,0%

ATIVO

Circulante

O saldo da conta de Disponibilidades passou de R\$18,6 milhões, em 31 de dezembro de 2010, para R\$389,8 milhões, na mesma data de 2011, correspondendo a um aumento de R\$371,3 milhões ou 1.999,4%, principalmente devido à integralização do capital social investido pela Light Energia bem como pelos acionistas minoritários que optaram por acompanhar o aumento de capital (R\$ 376,0 milhões).

O saldo da conta de Adiantamento a Fornecedores passou de R\$121,1 milhões, em 31 de dezembro de 2010, para R\$13,5 milhões, na mesma data de 2011, refletindo os pagamentos realizados aos fornecedores da Companhia referentes aos investimentos em projetos de parques eólicos.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Não Circulante

O saldo da conta de Imobilizado em Serviço apresentou uma pequena variação de 31 de dezembro de 2010, para 31 de dezembro de 2011, quando totalizou R\$196,3 milhões, devido à depreciação ocorrida durante o ano de 2011.

O saldo da conta de Imobilizado em Curso passou de R\$77,4 milhões, em 31 de dezembro de 2010, para R\$994,2 milhões, na mesma data de 2011, um aumento de R\$916,8 milhões ou 1.184,7% refletindo o aumento dos investimentos da Companhia nos empreendimentos eólicos vencedores do LER 2009 e LER 2010 e projetos de PCHs.

PASSIVO

Circulante

O saldo da conta de Fornecedores passou de R\$8,1 milhões, em 31 de dezembro de 2010, para R\$19,6 milhões, na mesma data de 2011, representando um aumento de R\$11,5 milhões ou 141,6%, devido principalmente às compras de ativos imobilizados ocorridos em 2011 para construção dos parques do LER 2009.

O saldo da conta de Empréstimos e financiamentos passou de R\$7,2 milhões, em 31 de dezembro de 2010, para R\$155,3 milhões, na mesma data de 2011, representando um aumento de R\$148,2 milhões ou 2.060,6%, devido aos pagamentos previstos em contratos com o BNB e BNDES.

Não Circulante

O saldo da conta de Empréstimos e Financiamentos passou de R\$125,6 milhões, em 31 de dezembro de 2010, para R\$753,9 milhões, na mesma data de 2011, representando um aumento de R\$628,3 milhões ou 500,3%, devido aos pagamentos incorridos e classificação de parcelas de amortização para curto prazo, conforme previsto nos contratos financeiros da Companhia.

Patrimônio Líquido

O saldo desta conta passou de R\$288,6 milhões, em 31 de dezembro de 2010, para R\$682,0 milhões, na mesma data de 2011, representando um aumento de R\$393,4 milhões ou 136,3%, devido ao aumento de capital para o investimento da Light no valor de R\$376,0 milhões.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

a) resultado das operações da Companhia, em especial:

i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; e

A receita operacional da Renova é gerada unicamente por meio da comercialização de energia elétrica, seja no ambiente regulado, nos leilões organizados pelo Governo ou no ambiente livre, onde a Companhia e o consumidor livre fecham acordos de compra e venda de energia.

A receita operacional líquida da Companhia passou de R\$35,5 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R\$36,6 milhões em 31 de dezembro de 2011, demonstrando um aumento de 3,01% e em seguida aumentou para R\$115,6 milhões em 31 de dezembro de 2012, representando aumento de 216,36% em relação ao período anterior.

O aumento da receita operacional líquida em 2012 refere-se principalmente ao início de faturamento dos parques eólicos do LER 2009 que aconteceu nesse ano.

ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.

A demanda por energia elétrica depende do desempenho dos demais setores produtivos do país, que, por sua vez, estão relacionados à atividade econômica no Brasil. Uma diminuição na atividade econômica poderá afetar a demanda pela energia por gerada pela Companhia.

A Companhia fechou o ano de 2012 com 1,2GW de capacidade instalada contratada, com 702,9 MW contratados no mercado regulado (LER 2009, LER 2010, A-3 2011 e A-5 2012) e 516,0 MW no mercado livre, sendo 400 MW conforme acordo de investimentos firmados com a Light Energia e 116,0 MW contratados no mercado livre. A Companhia acredita ser líder no mercado de energia eólica no Brasil com um aumento de 11,1% em relação à 2011, ano em que a Companhia contou com 1.080,3 MW contratados, e apresentou aumento de 133,8% em relação a 2010, ano em que a Companhia contou com 461,9 MW de capacidade instalada contratada no mercado regulado (LER 2009 e LER 2010).

Os Diretores da Companhia acreditam que tal flexibilidade confere vantagens competitivas face à oscilação de preços, em razão de potenciais cenários de escassez de energia, ao mesmo tempo em que protege a Companhia de uma exposição excessiva às condições de mercado.

Além disso, vale ressaltar que as receitas financeiras da Companhia passaram de R\$5,6 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R\$20,1 milhões em 31 de dezembro de 2011 e para R\$27,4 milhões em 31 de dezembro de 2012, ao passo que as despesas financeiras foram de R\$12,5 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R\$14,9 milhões em 31 de dezembro de 2011 e para R\$50,0 milhões em 31 de dezembro de 2012.

O fator que mais contribuiu para o grande crescimento do resultado operacional apresentado em 2012 em relação a 2011, na avaliação dos Diretores, foi o início do faturamento dos parques eólicos do LER 2009.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

A energia elétrica comercializada pela Companhia, que é a sua única fonte de receita operacional atualmente, tem seu preço fixado nos respectivos contratos de compra e venda de energia, preço esse que não está sujeito a variações durante o prazo de vigência desses contratos, que é de 20 anos, exceto aquelas variações decorrentes de índices de atualização monetária. Desta forma, a receita operacional líquida da Companhia teve variação decorrente apenas de tal atualização monetária, passando de R\$35,5 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R\$36,6 milhões em 31 de dezembro de 2011, representando um aumento de 3,01% em relação ao exercício social anterior.

Em 31 de dezembro de 2012, além da variação referente à atualização monetária, a receita operacional líquida reflete também o início de faturamento do LER 2009, sendo assim, em 31 de dezembro de 2012, a receita operacional líquida da Companhia foi de R\$115,6 milhões, representando um aumento de 216,36% em relação ao exercício social anterior.

Não ocorreram fatores que tenham ou pudessem ter afetado significativamente os resultados operacionais da Companhia nesses períodos.

Adicionalmente, o preço da energia elétrica proveniente das PCHs da Companhia em operação é corrigido anualmente pelo IGPM e o preço da energia elétrica proveniente dos parques eólicos contratados no LER 2009, LER 2010, A-3 2011 e A-5 2012 é corrigido anualmente pelo IPCA.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

A situação financeira da Companhia e o resultado das suas operações são afetados pela inflação, uma vez que as receitas decorrentes de contratos de comercialização de energia elétrica são indexadas a índices de inflação (IGPM e IPCA) e os custos operacionais tendem a seguir tais índices.

Além disso, aumentos nas taxas de inflação afetam o mercado de comercialização de energia elétrica, na medida em que reduzem a atividade econômica, o consumo e o investimento. Os principais fatores e condições que afetam a receita e os resultados operacionais são analisados a seguir:

Inflação

A situação financeira da Companhia e o resultado das operações são afetados pela inflação, uma vez que as receitas decorrentes de contratos de comercialização de energia elétrica são indexadas a índices de inflação (IGPM e IPCA) e os custos operacionais tendem a seguir tais índices. Vide o item 10.2 (b) acima, para verificar a variação pequena que a inflação causou nas receitas.

A maioria dos custos e despesas da Companhia é denominada em Reais e está atrelada aos índices de medição da inflação, tais como o IGPM, o INPC e o IPCA, ou sofre reajuste de acordo com a flutuação medida em índices cambiais.

Taxa de Juros

10.2 - Resultado operacional e financeiro

O resultado das operações também está exposto às variações das taxas de juros. A Companhia contrata empréstimos e financiamentos denominados principalmente em Reais, os quais são reajustados com base na TJLP ou no CDI. Além disso, as taxas de juros praticadas em operações de crédito ao consumidor no mercado financeiro brasileiro afetam indiretamente à Companhia, na medida em que reduções podem levar ao aumento do consumo privado e ao aumento do consumo de energia. Por outro lado, aumentos nas taxas de juros podem levar à diminuição do consumo de energia. Nos exercícios de 2012, 2011 e 2010, as variações das taxas de juros não impactaram os negócios da Companhia.

Taxa de Câmbio

Como a maioria dos custos, incluindo custos relacionados à implementação dos parques eólicos em implementação, bem como a totalidade das receitas da Companhia, é denominada em Reais, a Companhia não está exposta à variação da taxa de câmbio e, portanto, em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010, não houve impacto nos resultados operacionais e financeiros causados por variações em taxas de câmbio.

Tributação

A Companhia está sujeita ao recolhimento do IRPJ e CSLL. A alíquota da contribuição social sobre o lucro é de 9% e do imposto de renda de 25%, representando uma tributação total de 34%. Para empresas cuja receita bruta total, no ano-calendário anterior, tenha sido igual ou inferior a R\$48,0 milhões ou a R\$4,0 milhões multiplicado pelo número de meses de atividade, é facultado a escolha do regime de tributação de IRPJ e CSLL com base no Lucro Presumido. O imposto com base no Lucro Presumido será determinado por períodos de apuração trimestrais, encerrados nos dias 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de cada ano-calendário. Para o cálculo do IRPJ devido, implica na aplicação de alíquota composta equivalente a 25% (sendo 15% da alíquota legal, acrescida de um adicional de 10% sobre as receitas que excederem R\$60,0 mil em um trimestre) sobre uma base equivalente a 8% da Receita Bruta para o cálculo do IR devido, enquanto que no caso da CSLL, aplica-se uma alíquota de 9% sobre uma base equivalente a 12% da Receita Bruta. Ainda, no regime de Lucro Presumido, o regime de apuração de PIS e COFINS é cumulativo, sujeito, à alíquota de 0,65% (no regime não-cumulativo a alíquota é de 1,65%) para PIS e 3% (no regime não-cumulativo a alíquota é de 7,6%) para COFINS, calculados sobre o total das receitas da Companhia. Atualmente, a Companhia e as *subholdings* adotam o regime de tributação do lucro real e as controladas operacionais Espra e as SPEs adotam o regime de tributação pelo Lucro Presumido.

O ICMS incide sobre vendas realizadas para clientes finais, em alíquotas que variam nos diferentes estados da federação. Alguns estados também já incorporam em sua legislação benefícios para o ICMS na compra de equipamentos e pode se beneficiar de mecanismos semelhantes. A Companhia se qualifica para a obtenção do incentivo fiscal “Desenvolve” (Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia), instituído pela Lei Estadual nº 7.980/2001 e aprovado pelo Decreto do Governador do Estado da Bahia nº 8.205/2002, o qual consiste na concessão de dois benefícios fiscais: (i) dilação do prazo de pagamento, de até 90% do saldo devedor mensal do ICMS normal, limitada a 72 meses; e (ii) diferimento do lançamento e pagamento do ICMS devido. A aprovação da concessão do

10.2 - Resultado operacional e financeiro

benefício e a determinação das suas condições de gozo cabe ao Conselho Deliberativo do Desenvolve. Nesse sentido, o Conselho Deliberativo do Desenvolvimento, por meio da Resolução nº 57/2006 e das Resoluções nºs 91 a 112/2009, outorgou à Espra e aos parques eólicos, respectivamente, o direito à fruição do benefício fiscal de diferimento do lançamento e pagamento do ICMS, de forma que todos os bens adquiridos para o ativo fixo que forem (i) importados do exterior; (ii) produzidos no Estado da Bahia; ou (iii) adquiridos em outras unidades da Federação, terão o ICMS relativo às aquisições diferido para o momento em que ocorrer sua desincorporação do ativo fixo.

O Conselho de Política Fazendária (Confaz) estendeu até 31 de dezembro de 2015 o Convênio 101/97, o qual desde 1997 promove a desoneração tributária para as compras de equipamentos e componentes para aproveitamento de energia eólica e solar.

Os 29 projetos eólicos da Companhia foram enquadrados no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), instituído pelo Governo Federal, cujas medidas principais incluem: (i) investimento em Infraestrutura; (ii) estímulo ao crédito e ao financiamento; (iii) melhora do ambiente de investimento; e (iv) medidas fiscais de longo prazo buscando a desoneração e aperfeiçoamento do sistema tributário. O principal benefício fiscal trazido pelo PAC (no caso específico do setor de energia elétrica, REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura, instituído pela Lei nº 11.488/2007) é a suspensão da exigência da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS (mercado interno e importação) que será convertida a alíquota zero após a utilização ou incorporação do bem, material de construção ou serviço nas obras de infraestrutura. A Companhia pretende também recorrer a financiamentos enquadrados no PAC, segundo as condições favoráveis de mercado.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia registrou R\$6,1 milhões de despesas com tributos, valor 129,29% superior aos R\$2,7 milhões registrados em 31 de dezembro de 2011 que, por sua vez, foi 56,13% superior aos R\$1,7 milhão registrados em 31 de dezembro de 2010.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a) introdução ou alienação de segmento operacional

A Companhia foi concebida para desenvolver projetos de geração de energia elétrica proveniente de fontes renováveis.

Em 2008, entraram em operação 3 PCHs, a Cachoeira da Lixa, a Colino 1 e a Colino 2. Em 2012, 14 parques eólicos que comercializaram energia no LER 2009 começaram a faturar. Além disso, em virtude dos resultados dos leilões no ambiente regulado realizados em 2010, 2011 e 2012 e dos contratos firmados no mercado livre de energia, a Companhia tem projetos eólicos a serem entregues até 2017.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

A Companhia não constituiu, adquiriu ou alienou participação societária com impactos nas suas demonstrações financeiras ou resultados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010.

c) eventos ou operações não usuais

- **Capital social**

Em 31 de dezembro de 2010, o capital social da Companhia era de R\$326,5 milhões. Em 17 de março de 2011, através da rerratificação da ata de reunião de Conselho de Administração de 18 de janeiro de 2011, a Companhia outorgou, aos seus administradores e determinados colaboradores, a opção de compra de 360.051 Certificados de Depósitos de Ações ("Units") representativos, cada um, de 1 (uma) ação ordinária nominativa e 2 (duas) ações preferenciais do capital autorizado da Companhia, no valor de exercício de R\$0,34 por opção de compra de Unit, que importará em diluição máxima de 0,77% para os atuais acionistas da Companhia. Nesta data o valor do capital social da Companhia passou de R\$326,5 milhões para R\$326,6 milhões (aumento de R\$122,0 mil).

Em 04 de abril de 2011, a Companhia autorizou o aumento de capital no valor de R\$42,5 mil através da emissão de 375.000 ações na proporção de 1 ação ordinária e 2 ações preferenciais. O capital social da Companhia passou de R\$326,6 milhões para R\$326,7 milhões.

Em 15 de agosto de 2011, a Companhia autorizou o aumento de capital no valor de R\$63,7 mil através da emissão de 562.284 ações na proporção de 1 ação ordinária e 2 ações preferenciais. O capital social da Companhia passou de R\$326,68 milhões para R\$326,74 milhões.

Em 17 de agosto de 2011, o Conselho de Administração da Renova, autorizou o aumento de capital no montante de R\$378,1 milhões, mediante a emissão de 53.108.330 novas ações ordinárias, ao preço de emissão de R\$7,12 por cada ação ordinária.

Os acionistas RR Participações S.A., Infra Brasil Fundo de Investimento em Participações, Fundo de Investimento em Participação Caixa Ambiental - FIP Caixa Ambiental, Banco Santander (Brasil) S.A. e Santa Barbara Fundo de Investimento em Participação renunciaram ao direito de

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

preferência e o cederam à Light Energia S.A. ("Light Energia").

A Light Energia integralizou 50.561.797 ações ordinárias emitidas pela Companhia mediante aporte no valor de R\$360,0 milhões.

O cancelamento do excedente de sobras no total de 293.119 ocorreu em 25 de outubro de 2011 por meio de reunião de Conselho de Administração para homologação do aumento de capital e cancelamento das ações remanescentes.

Em 25 de outubro de 2011 ocorreu a homologação do referido aumento de capital no valor total de R\$ 376,0 milhões e 52.815.211 ações ordinárias.

Em 26 de janeiro de 2012, a Companhia autorizou o aumento de capital no valor de R\$7,8 mil através da emissão de 68.670 ações na proporção de 1 ação ordinária e 2 ações preferenciais. O capital social da Companhia passou de R\$702,79 milhões para R\$702,80 milhões.

Em 01 de março de 2012, a Companhia autorizou o aumento de capital no valor de R\$7,4 mil através da emissão de 66.000 ações na proporção de 1 ação ordinária e 2 ações preferenciais. O capital social da Companhia passou de R\$702,795 milhões para R\$702,803 milhões.

Em 30 de maio de 2012, a Companhia autorizou o aumento de capital no valor de R\$7,6 mil através da emissão de 67.494 ações na proporção de 1 (uma) ação ordinária nominativa e 2 (duas) ações preferenciais. O capital social da Companhia passou de R\$702,803 milhões para R\$702,810 milhões.

Em 13 de julho de 2012, a Companhia autorizou o aumento de capital no valor de R\$314,7 milhões, através da emissão de 24.987.244 ações ordinárias e 8.730.416 ações preferenciais, ao preço de R\$9,3333 por ação. O capital social da Companhia passou de R\$702,8 milhões para R\$1.017,5 milhões. Do total do aumento de capital (R\$ 314,7 milhões), R\$ 260,7 milhões foi subscrito e integralizado pela BNDESPAR.

Em 23 de outubro de 2012, a Companhia autorizou o aumento de capital no valor de R\$1,8 mil através da emissão de 16.500 ações na proporção de 1 ação ordinária nominativa e 2 ações preferenciais. O capital social da Companhia passou de R\$1.017.511 mil para R\$1.017.513 mil.

Em 26 de novembro de 2012, a Companhia autorizou o aumento de capital no valor de R\$43,2 mil através da emissão de 381.957 ações na proporção de 1 ação ordinária nominativa e 2 ações preferenciais. O capital social da Companhia passou de R\$1.017.513 mil para R\$1.017.556 mil.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a) mudanças significativas nas práticas contábeis

A Companhia passou a adotar, a partir de 1º de janeiro de 2010, retroativamente a 1º de janeiro de 2009, todos os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis ("CPC"), aplicáveis a suas operações, os quais estão consistentes com as práticas contábeis internacionais (International Financial Reporting Standards - IFRS).

• **Reconciliação das demonstrações financeiras consolidadas (IFRS) e da controladora (CPC)**

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (CPCs). As demonstrações financeiras individuais da Companhia (controladora) foram preparadas de acordo com os CPCs.

Conforme previsto no CPC 43- R1, o patrimônio líquido e o lucro líquido apresentado nas informações financeiras individuais, em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, divergem do IFRS em função apenas: (i) da adoção do método de equivalência patrimonial na avaliação de investimentos em controladas e (ii) da existência de saldo de ativo diferido ainda não amortizado, também nessas demonstrações.

A reconciliação do patrimônio líquido e dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 está demonstrada como segue:

	Patrimônio líquido			Prejuízo do exercício	
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011	31/12/2012	31/12/2011
		(reapresentado)	(reapresentado)		(reapresentado)
Controladora (CPC)	992.140	654.165	292.353	(7.531)	(13.573)
Baixa do ativo diferido e reversões das respectivas amortizações no resultado	(743)	(2.257)	(3.769)	1.514	1.512
Consolidado (IFRS)	<u>991.397</u>	<u>651.908</u>	<u>288.584</u>	<u>(6.017)</u>	<u>(12.061)</u>

Descrição das diferenças entre as práticas contábeis e respectivos ajustes:

A principal diferença entre a demonstração financeira consolidada (IFRS) e a demonstração financeira da controladora (CPC), está descrita abaixo:

Ativo diferido

Para fins das demonstrações financeiras consolidadas (IFRS), a administração da Companhia baixou contra lucros acumulados na data de transição de 1º de janeiro de 2009 o saldo anteriormente registrado como ativo diferido com base na IAS 38, enquanto foi mantido na posição individual da Companhia, visto que para fins dessas demonstrações a administração optou por manter esse saldo até sua realização total por meio de amortização.

• **Informações por Segmento – CPC 22**

A Companhia apresenta quatro segmentos reportáveis que são suas unidades de negócios estratégicas. Tais unidades oferecem diferentes fontes de energia renovável e são administradas separadamente, pois exigem diferentes tecnologias, desenvolvimentos e características

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

operacionais. A seguir apresentamos um resumo das operações em cada um dos segmentos reportáveis da Companhia. A diferença entre os segmentos e o consolidado refere-se às atividades administrativas desenvolvidas pela Controladora:

a) PCH – Este segmento é responsável pelo desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes hídricas. Este segmento inclui o desenvolvimento de estudos de inventários e projetos básicos e Geração de energia. Este segmento já se encontra em fase de operação para comparabilidade dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

b) Eólico – Este segmento é responsável pelo desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes eólicas. Inclui a medição de ventos, arrendamento de terras, implantação e geração de energia. Os parques vencedores do LER 2009 tornaram-se aptos a operar no segundo semestre de 2012. Os parques vencedores do LER 2010, LEN 2011 e LEN 2012 estão em fase de implantação.

c) Solar – Este segmento é responsável pelo desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fonte solar. Inclui medições, desenvolvimento de projetos solares de geração em larga escala e de geração distribuída e também na venda de equipamentos e serviços.

d) Comercialização – Este segmento é responsável pela comercialização de energia em todas as suas formas.

As informações por segmento em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 para o resultado e para ativos e passivos totais estão apresentadas a seguir:

	2012					
	PCH	Eólico	Solar	Comercialização	Adm	Consolidado
Receita líquida	38.725	76.773	141	-	-	115.639
Gastos não gerenciáveis	(862)	(4.618)	-	-	-	(5.480)
Margem Bruta	37.863	72.155	141	-	-	110.159
Gastos gerenciáveis	(6.006)	(7.529)	(97)	(7.500)	(32.621)	(53.753)
Depreciação	(5.316)	(27.633)	-	-	(774)	(33.723)
Resultado financeiro	(7.011)	(28.325)	-	-	12.765	(22.571)
Imposto de renda e contribuição social	(2.593)	(3.536)	-	-	-	(6.129)
Lucro (prejuízo)	16.937	5.132	44	(7.500)	(20.630)	(6.017)
Ativos totais	262.663	2.011.070	-	-	404.306	2.678.039
Passivos totais	110.234	1.261.948	-	-	314.460	1.686.642

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

	2011			
	(reapresentado)			
	PCH	Eólicas	Adm	Consolidado
Receita líquida	36.553	-	-	36.553
Custos não gerenciáveis	(1.155)	-	-	(1.155)
Margem Bruta	35.398	-	-	35.398
Custos gerenciáveis	(5.397)	(1.908)	(35.792)	(43.097)
Depreciação	(5.674)	(988)	(195)	(6.857)
Resultado financeiro	(8.096)	830	12.434	5.168
Imposto de renda e contribuição social	(2.171)	(502)	-	(2.673)
Lucro (prejuízo)	14.060	(2.568)	(23.553)	(12.061)
Ativos totais	260.653	1.070.978	252.904	1.584.535
Passivos totais	124.921	689.804	117.902	932.627

• Reapresentação das demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011

As demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 sofreram alguns ajustes e reclassificações devido à aprimoramentos das normas contábeis. Os efeitos e ajustes contábeis estão demonstrados em notas explicativas nº 02 das DFPs de 2011 (reapresentadas em 18/03/2013) e 2012 (apresentadas em 18/03/2013).

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

As demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 sofreram algumas reclassificações devido à mudança do auditor independente da Companhia, que foi republicada. No entanto, nenhuma alteração teve efeito significativo.

Desta forma, não houve mudanças significativas nas práticas contábeis adotadas pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2010 que afetem significativamente as demonstrações financeiras dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalvas nos pareceres dos auditores relativos às demonstrações financeiras dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010. O parecer de auditoria da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes relativo ao exercício sociais encerrado em 31 de dezembro de 2012 contém parágrafo de ênfase conforme detalhado abaixo:

Ênfase

"Conforme descrito na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia, essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo; e pela opção da

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

manutenção do saldo de ativo diferido, existente em 31 de dezembro de 2008, que vem sendo amortizado. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto."

"Conforme descrito na nota explicativa nº 2.7, os bens do imobilizado da atividade de geração de energia no regime de produção independente são depreciados pelo seu prazo estimado de vida útil, considerando-se os fatos e circunstâncias que estão mencionados na referida nota. À medida que novas informações ou decisões do órgão regulador ou do poder concedente sejam conhecidas, o atual prazo de depreciação desses ativos poderá ou não ser alterado. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto."

Mais informações no item 2.3 deste Formulário.

10.5 - Políticas contábeis críticas

A Companhia prepara as demonstrações financeiras com base em estimativas e suposições decorrentes da sua experiência e diversos outros fatores que acredita ser razoáveis e relevantes. As práticas contábeis críticas que são adotadas são aquelas que a administração da Companhia acredita serem relevantes para determinar a condição financeira e resultados operacionais, mas a definição de tais práticas é complexa e subjetiva, levando a administração a fazer estimativas sobre eventos futuros ou incertos. A aplicação das práticas e estimativas contábeis críticas geralmente requer que a administração se baseie em julgamentos sobre os efeitos de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

A conclusão de transações envolvendo tais estimativas e julgamentos pode afetar o patrimônio líquido e a condição financeira da Companhia, bem como o resultado operacional, já que os efetivos resultados podem diferir significativamente das estimativas. A Companhia revisa as estimativas e suposições correlatas pelo menos trimestralmente. A discussão abaixo expressa o que a administração entende serem as práticas contábeis críticas.

Deterioração e Depreciação do Ativo Imobilizado e Intangível

A Companhia reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação do imobilizado e à amortização dos intangíveis. As taxas de depreciação e amortização são determinadas com base nas estimativas da Companhia durante o período pelo qual esperamos geração de benefícios econômicos. Além disso, a Companhia monitora o uso de dos ativos fixos e intangíveis para determinar a necessidade de contabilização de sua deterioração. A determinação desta deterioração envolve julgamentos e estimativas quanto ao retorno adequado dado por estes ativos em relação ao seu valor contábil. Caso seja requerido a revisar as estimativas e premissas utilizadas, as despesas de deterioração, depreciação e amortização podem ser maiores e afetar os resultados futuros da Companhia.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto apresentado na posição consolidada refere-se à controlada Espra, que foi apurado com base no lucro presumido.

O imposto de renda e a contribuição social com base no lucro presumido são recolhidos trimestralmente sobre a receita bruta, considerando o percentual de presunção, nas formas e alíquotas previstas na legislação vigente. (Base de estimativa de 8% e 12% sobre as vendas, imposto de renda e contribuição social respectivamente, adicionado a este valor de apuração as outras receitas financeiras).

Provisão para Contingências

A Companhia registra, quando necessário, provisões para contingências legais com base em análise do litígio em andamento. São contabilizados os valores considerados suficientes pela administração e com base no parecer dos advogados internos e externos para cobrir perdas prováveis. Se qualquer dado adicional fizer com que o julgamento da administração ou o parecer dos advogados externos mude, a Companhia deverá reavaliar as obrigações potenciais relacionadas ao litígio em andamento e rever as estimativas.

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor**a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

A diretoria da Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é satisfatório. A Companhia está atenta às novas tecnologias e investe em seus controles a fim de aprimorá-los cada vez mais.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente.

As recomendações dos auditores independentes da Companhia são sobre controles sistêmicos e desenvolvimento de manuais de normas e procedimentos os quais em aderência ao plano de governança da Companhia a cada exercício estão sendo desenvolvidos e aprimorados.

As recomendações sobre controles internos presentes em relatórios dos auditores independentes da Companhia para os anos de 2010 e 2011 tratam dos seguintes temas:

- (i) recomendações destinadas ao aprimoramento dos procedimentos contábeis relacionados a controles sistêmicos (2 recomendações);
- (ii) recomendações destinadas ao aprimoramento de normas e procedimentos de controles internos da Companhia (5 recomendações);
- (iii) recomendações relacionadas ao tratamento tributário de algumas das transações da Companhia (2 recomendações);
- (iv) recomendações relacionadas a normas internas de contratações de terceiros. (1 recomendação).

Até a data de envio para a CVM deste Formulário de Referência a Companhia não havia recebido a carta de controle interno de 2012 do auditor independente.

10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios**a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados**

O total de recursos captados na oferta pública distribuição de debêntures (2ª emissão) realizada em 2012 foi utilizado para o reforço de caixa e/ou investimentos nos projetos do LER 2010 e/ou A-3 2011. Para maiores informações, veja item 18.5 deste Formulário de Referência.

b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição.

Não houve desvios entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas.

c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios.

Não se aplica tendo em vista não ter havido desvios.

10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como: i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv) contratos de construção não terminada; e v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

A Companhia não possui, direta ou indiretamente, ativos ou passivos que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*).

A Companhia não mantém qualquer operação, contrato, obrigação ou outros tipos de compromissos em sociedades cujas demonstrações financeiras não sejam consolidadas ou outras operações passíveis de gerar um efeito relevante, presente ou futuro, nos resultados ou em sua condição patrimonial ou financeira, receitas ou despesas, liquidez, investimentos, caixa ou quaisquer outras não registradas nas demonstrações financeiras.

Não obstante, conforme mencionado no item riscos Relacionados à Geração de Energia acima, a Companhia pode ser obrigados a adquirir energia faltante no mercado de curto prazo (mercado *spot*), no qual o preço da energia costuma ser mais volátil, podendo ser maior do que o seu custo de produção.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010.

10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010.

10.10 - Plano de negócios

a) investimentos, incluindo:

i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos;

Os investimentos nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010 foram destinados, principalmente, à montagem e instalação dos parques eólicos que comercializaram energia nos leilões de energia de reserva de 2009, 2010 e no leilão de energia nova A-3 2011.

A tabela a seguir apresenta os investimentos da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010, 2011 e 2012.

Período	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2012
Investimento (R\$ milhões)	134.953	469.743	760.029

No exercício de 2013, a Companhia planeja investir aproximadamente R\$ 1 bilhão na implantação dos parques eólicos do LER 2010 e A-3 2011.

ii) fontes de financiamento dos investimentos;

A Companhia utiliza linha de financiamento do BNDES, na modalidade *Project Finance*.

iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

A Companhia não realizou desinvestimentos durante os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010.

b) aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

Vide item "a" acima.

c) novos produtos e serviços, indicando: i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não aplicável.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

Todas as informações relevantes pertinentes a este tópico foram descritas nos itens acima.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

a) Objeto das projeções

Demonstrar as expectativas de faturamento baseadas nos contratos de energia vendidos no mercado regulado e no mercado livre. Por sua própria natureza, projeções são expectativas que podem não vir a se concretizar e, portanto, não devem ser entendidas como uma garantia da administração acerca dos resultados futuros da Companhia.

b) Período projetado e o prazo de validade da projeção

As projeções de faturamento apresentadas ao mercado referem-se aos próximos 5 anos. O prazo de validade é de 1 ano ou em período anterior no caso de uma revisão de guidance justificada por fatos que afetem de forma relevante os resultados projetados.

c) Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da Companhia e quais escapam ao seu controle

As projeções de guidance são baseadas em premissas associadas a um cenário conservador.

É importante esclarecer que as projeções ora divulgadas e a serem anualmente atualizadas pela Companhia poderão sofrer alterações devido a uma série de variáveis, uma vez que incluem projeções de macro indicadores, entre outros fatores, que escapam do controle da Companhia e que não constituem promessa de desempenho futuro. Desta forma, os resultados futuros podem sofrer variações com relação a tais projeções.

Principais premissas:

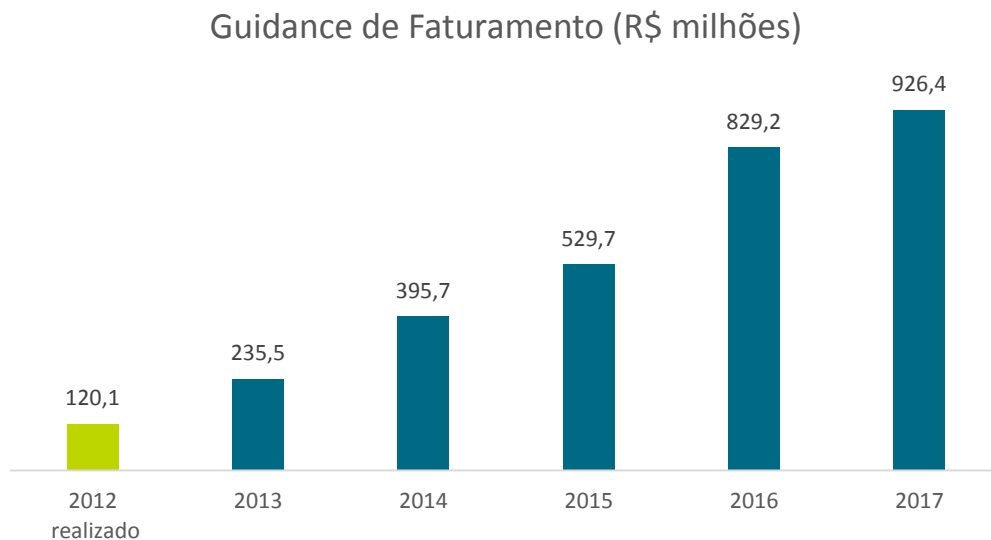
- Faturamento de 41,8 MW de capacidade instalada de energia proveniente das PCHs da Companhia;
- Faturamento referente a 702,9 MW de capacidade instalada de energia eólica contratada no mercado regulado, 294,4 MW no leilão de energia de reserva de 2009 (LER 2009); 167,7 MW no leilão de energia de reserva de 2010 (LER 2010); 218,4 MW no leilão de energia nova em 2011 (A-3 2011) e 22,4 MW no leilão de energia nova de 2012 (A-5 2012);
- Faturamento referente a 400 MW de capacidade instalada de energia eólica contratada no mercado livre conforme compromisso de compra de energia firmada no acordo de investimento com a Light S.A;
- Faturamento de 145,7 MW de capacidade instalada de energia eólica negociada em dois contratos no mercado livre em 2012 e um contrato negociado no mercado livre em 2013;
- Projeções de indicadores macroeconômicos de inflação (IPCA);

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

- Expectativa de geração de energia eólica dos parques conforme certificações anemométricas emitidas pelas consultorias Garrad Hassan e Inova acerca dos projetos eólicos da Companhia. Para as projeções foram utilizadas as gerações em P50.
- Início de suprimento de energia conforme contratação feita no mercado regulado nos leilões de reserva de 2009 e 2010, leilão A-3 de 2011, leilão A-5 de 2012 1 e no mercado livre conforme o acordo de investimentos assinado com a Light S.A e contratos fechados diretamente com as empresas;
- Regras de contabilização do faturamento dos contratos de energia;
- A Companhia só considera nas projeções os contratos já assinados.

d) Valores dos indicadores que são objeto da projeção

A Companhia acredita que seu faturamento (receita bruta) em 2017, com os projetos já contratados, será de R\$ 926,4 milhões.



11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

O ano alvo da projeção da Companhia divulgada em 2011 era 2016, portanto este item não é aplicável para o resultado apurado pela Companhia em 2012.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

a) atribuições de cada órgão e comitê

A administração da Companhia é exercida por um Conselho de Administração e uma Diretoria. A Companhia ainda possui comitês de assessoramento ao Conselho de Administração.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é órgão de deliberação colegiada da Companhia, responsável pelo estabelecimento das políticas e diretrizes gerais de negócio, incluindo a estratégia de longo prazo, o controle e a fiscalização de desempenho. É responsável também, dentre outras atribuições, pela supervisão da gestão dos Diretores.

O Estatuto Social vigente estabelece que o Conselho de Administração será composto por 7 membros e seus respectivos suplentes, dos quais um será o Presidente, não havendo obrigatoriedade de serem acionistas da Companhia. Os conselheiros são eleitos em Assembleia Geral para um mandato unificado de 2 anos, podendo ser reeleitos e destituídos a qualquer momento, devendo permanecer em exercício nos respectivos cargos até a investidura de seus sucessores. Segundo o Regulamento do Nível 2 e o nosso Estatuto Social, no mínimo, 20% de nossos conselheiros deverão ser conselheiros independentes. Nos termos do Estatuto Social, Conselheiro Independente é aquele que:

- (i) não tem qualquer vínculo com a Companhia, exceto participação de capital;
- (ii) não é Acionista Controlador, cônjuge ou parente até segundo grau daquele, ou não é ou não foi, nos últimos 3 anos, vinculado a sociedade ou entidade relacionada ao Acionista Controlador (pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa estão excluídas desta restrição);
- (iii) não foi, nos últimos 3 anos, empregado ou Diretor da Companhia, do Acionista Controlador ou de sociedade controlada pela Companhia;
- (iv) não é fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Companhia, em magnitude que implique perda de independência;
- (v) não é funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Companhia, em magnitude que implique perda de independência;
- (vi) não é cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Companhia;
- (vii) não recebe outra remuneração da Companhia além da de Conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de participação no capital estão excluídos desta restrição).

Serão também considerados Conselheiros Independentes, aqueles eleitos mediante a faculdade prevista no art. 141, §4º e §5º, da Lei das S.A. A posse de novos membros do Conselho de Administração estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores previsto no Regulamento do Nível 2.

O Conselho de Administração reúne-se pelo menos trimestralmente em caráter ordinário, conforme calendário divulgado sempre no primeiro mês de cada exercício social pelo seu Presidente e, em caso de ausência, por 2 membros do Conselho de Administração, com antecedência mínima de 8 dias, podendo ser convocadas em prazo inferior em caso de manifesta urgência. As reuniões do Conselho de Administração somente se instalarão com a presença da maioria de seus membros, sendo que qualquer deliberação deverá ser tomada mediante o voto favorável da maioria absoluta dos seus membros.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações e de nosso Estatuto Social, não poderá ser eleito para o Conselho de Administração, salvo dispensa da Assembleia Geral, aquele que (i) ocupar cargo em sociedades consideradas nossas concorrentes; ou (ii) tiver interesse conflitante com a nossa Companhia.

O Conselho de Administração é formado por 7 membros e seus respectivos suplentes, eleitos na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de agosto de 2011 e na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de fevereiro de 2012, todos com mandato até a Assembleia Geral que aprovar as contas do exercício social a encerrar-se em 31 de dezembro de 2013.

A tabela a seguir apresenta os nomes e cargos dos atuais membros dos Conselho de Administração:

Nome	Cargo	Data de Eleição	Término do Mandato
Ricardo Lopes Delneri	Membro Efetivo	19.08.2011	AGO de 2014
Marcelo Faria Parodi	Suplente	19.08.2011	AGO de 2014
Renato do Amaral Figueiredo	Membro Efetivo	19.08.2011	AGO de 2014
Cargo Vago	Suplente	-	AGO de 2014
Geoffrey David Cleaver	Membro Efetivo	19.08.2011	AGO de 2014
Carlos José Teixeira Correa	Suplente	19.08.2011	AGO de 2014
Rodrigo Matos Huet de Bacellar	Membro independente	19.04.2013	AGO de 2014
Joaquim Dias de Castro	Suplente	19.04.2013	AGO de 2014
Eduardo Munemori	Membro independente	19.08.2011	AGO de 2014
Alexandre Barguetta	Suplente	19.08.2011	AGO de 2014
Evandro Leite Vasconcelos	Membro efetivo	24.02.2012	AGO de 2014
Paulo Roberto Ribeiro Pinto	Suplente	19.08.2011	AGO de 2014
Fernando Henrique Schuffner Neto	Membro efetivo	19.08.2011	AGO de 2014
Gilberto José Cardoso	Suplente	19.08.2011	AGO de 2014

O Conselho de Administração tem a função primordial de orientação geral dos negócios da Companhia, assim como de controlar e fiscalizar o seu desempenho, cumprindo-lhe, especialmente:

- (i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, suas subsidiárias e controladas;
- (ii) aprovar quinquenalmente, revisar anualmente ou modificar a qualquer tempo o Plano de Negócios da Companhia, bem como aprovar anualmente o Orçamento, tal como elaborados pela Diretoria;
- (iii) aprovar a venda, locação, alienação ou qualquer outra forma de disposição de ativos efetuada pela Companhia (incluindo suas subsidiárias e controladas), em valor que ultrapasse R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), com relação a uma transferência isolada de ativos, ou R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), com relação ao valor total das transferências de ativos em qualquer exercício social;
- (iv) quando não prevista no Orçamento da Companhia, aprovar qualquer aquisição de ativos que resulte em uma transferência, para a Companhia e/ou para qualquer das suas subsidiárias e

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

controladas, de parte ou totalidade do fundo de comércio de uma determinada sociedade (i) em valor superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), com relação a uma transferência isolada, ou (ii) em valor superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), com relação ao valor total das transferências em qualquer exercício social;

(v) quando não prevista no Orçamento da Companhia, aprovar a celebração, o aditamento e/ou a rescisão de qualquer contrato ou outro instrumento que crie qualquer responsabilidade ou obrigação para a Companhia e/ou suas subsidiárias e controladas: (i) em valor superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), com relação a um contrato isolado, ou (ii) em valor superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), com relação ao valor total dos contratos (incluindo aditivos) firmados em qualquer exercício social;

(vi) aprovar a celebração, o aditamento ou a rescisão de qualquer acordo, contrato ou compromisso que envolva a Companhia e/ou qualquer das suas subsidiárias e controladas, de um lado, e qualquer acionista (direto ou indireto), diretor, conselheiro ou empregado (ou qualquer parente até o 4º grau de qualquer dessas pessoas) da Companhia e/ou de qualquer das subsidiárias (quando existentes) e/ou controladas, de outro, exceto com relação à aquisição de ativos que resulte em uma transferência, para a Companhia e/ou para qualquer das suas subsidiárias e controladas, de parte ou totalidade do fundo de comércio, cuja competência de deliberação para a aprovação será da Assembleia Geral, nos termos da Cláusula 15, alínea (xxii) acima;

(vii) eleger e destituir, a qualquer momento, aceitar renúncia de, deliberar acerca de pedido de licença temporária de, designar substitutos de, qualquer Diretor; fixar suas atribuições específicas, observado o disposto neste Estatuto Social;

(viii) distribuir a remuneração global dos administradores, fixada pela Assembleia Geral, dentre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia;

(ix) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e documentos da Companhia, suas subsidiárias e controladas, bem como solicitando informações acerca de contratos celebrados ou em via de celebração pela Companhia ou acerca de quaisquer atos da administração;

(x) manifestar-se acerca do relatório da administração, demonstrações financeiras e contas da Diretoria a serem submetidas à Assembleia Geral;

(xi) convocar as Assembleias Gerais nas hipóteses legalmente previstas e quando julgar conveniente, observado o quanto disposto no art. 132 da Lei das S.A. e neste Estatuto Social;

(xii) submeter à Assembleia Geral proposta própria ou da Diretoria, nesse caso com parecer prévio, tendo como objetivo as seguintes matérias: (a) reforma deste Estatuto Social e dos atos constitutivos das subsidiárias e controladas, transformação, fusão, incorporação ou cisão da Companhia ou das suas subsidiárias e controladas; e (b) redução dos dividendos mínimos obrigatórios.

(xiii) aprovar a celebração, por parte da Companhia ou por qualquer das suas subsidiárias e controladas, de qualquer contrato ou outro instrumento em relação a uma operação de mútuo, empréstimo, financiamento, linha de crédito ou outro instituto afim (ou promessa de qualquer um dos anteriores), como meio para que a Companhia ou qualquer das suas subsidiárias e controladas tenha acesso a fundos de terceiros e que consista em uma obrigação de a Companhia ou qualquer das suas subsidiárias e controladas pagar tais fundos acrescidos de juros, cujo valor total da transação (independente dos valores individuais dos instrumentos que a compõem) ultrapasse

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

isoladamente R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ou ainda, cumulativamente, ultrapasse R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) no total, durante o exercício social;

(xiv) deliberar acerca do aumento do capital social dentro dos limites do capital autorizado nos termos do art. 8º deste Estatuto Social, fixando preço das ações a serem emitidas, a forma de subscrição e pagamento, o término e a forma para o exercício dos direitos de preferência e outras condições relativas à respectiva emissão;

(xv) outorgar garantias de qualquer natureza sobre seus bens, direitos, ativos financeiros ou fixos, para garantir obrigações da Companhia ou das suas subsidiárias e controladas (salvo se a garantia for concedida em uma operação que já tenha sido aprovada pelo Conselho de Administração, e desde que em tal aprovação tenha sido expressamente incluída a concessão de tal garantia) ou para garantir obrigações de terceiros;

(xvi) escolher e destituir os auditores independentes da Companhia, suas subsidiárias e controladas;

(xvii) deliberar acerca do pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio aos acionistas, nos termos da legislação aplicável;

(xviii) autorizar o levantamento de balancetes semestrais ou com periodicidade inferior para fins de pagamento de dividendos intermediários ou juros sobre capital próprio da Companhia, suas subsidiárias e controladas, nos termos do art. 204 da Lei das S.A. e deste Estatuto Social;

(xix) deliberar acerca da emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real da Companhia, suas subsidiárias e controladas, assim como deliberar acerca das condições referidas nos incisos VI a VIII do art. 59 da Lei das S.A. e acerca da oportunidade de emissão desse valor mobiliário, nos casos em que a Assembleia Geral tenha delegado esses poderes ao Conselho de Administração;

(xx) deliberar acerca da constituição, alteração ou encerramento de comitês de assessoramento do Conselho de Administração da Companhia, assim como aprovar seus respectivos regimentos internos e eleger seus respectivos membros;

(xxi) deliberar acerca da aquisição e alienação, pela Companhia, suas subsidiárias e controladas, de participação societária em outras sociedades e a constituição de subsidiárias e controladas, bem como a participação em concorrências públicas e a participação em consórcio de empresas;

(xxii) dentro do limite do capital autorizado e de acordo com plano de outorga de opção de compra de ações previamente aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações aos administradores da Companhia, suas subsidiárias e controladas, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia, suas subsidiárias e controladas;

(xxiii) definir e apresentar à Assembleia Geral lista tríplice para a escolha de instituição para a preparação de laudo de avaliação das ações da Companhia, para efeitos da oferta pública de aquisição de ações da Companhia na hipótese de cancelamento do seu registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários, na forma do Capítulo VIII deste Estatuto Social, ou de saída do Nível 2, na forma do Capítulo IX deste Estatuto Social;

(xxiv) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM;

(xxv) deliberar acerca da aquisição de ações e debêntures de emissão da Companhia, suas subsidiárias e controladas, para fins de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como acerca da sua revenda ou recolocação no mercado, observadas as normas expedidas pela CVM e legislação aplicável;

(xxvi) manifestar-se previamente acerca de qualquer assunto a ser submetido à Assembleia Geral da Companhia; e

(xxvii) exercer as demais funções que lhe sejam atribuídas pela Assembleia Geral nos termos da Lei das S.A. e deste Estatuto Social.

Diretoria

Além dos poderes que forem necessários à realização dos fins sociais e ao regular funcionamento da Companhia, compete especialmente à Diretoria:

(i) apresentar à Assembleia Geral, depois de submetidas ao parecer do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, o relatório da administração e as demonstrações financeiras previstas em lei, bem como a proposta de destinação dos lucros do exercício;

(ii) fixar, com base na orientação do Conselho de Administração, a política de investimento e financeira da Companhia;

(iii) representar a Companhia ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, respeitadas as condições do art. 35 deste Estatuto Social;

(iv) transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos, contrair obrigações, confessar dívidas e fazer acordos, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis dentre dos limites previstos neste Estatuto Social e nas deliberações do Conselho de Administração; e

(v) praticar todos os atos visando à consecução do objeto social e do regular funcionamento da Companhia.

Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração

O Conselho de Administração possui atualmente um 1 Comitê de Auditoria e *Compliance*, 1 Comitê Financeiro, 1 Comitê de Talentos e Remuneração, 1 Comitê de Implantação e 1 Comitê de Gestão e 1 Comitê de Novas Tecnologias e Prospecção, os quais exercem funções consultivas, em conformidade com o regimento interno, com o escopo principal de assessorar o Conselho de Administração nas seguintes atividades:

(i) o Comitê de Auditoria e *Compliance* assessorará o Conselho de Administração nas atividades de avaliação e controle das auditorias independente e interna, bem como de revisar as demonstrações financeiras da Companhia;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

(ii) o Comitê Financeiro assessorará o Conselho de Administração nas atividades de avaliação de investimentos e desinvestimentos em negócios que estejam compreendidos no objeto social da Companhia e na identificação de necessidades financeiras e proposição de mecanismos para supri-las;

(iii) o Comitê de Talentos e Remuneração assessorará o Conselho de Administração nas atividades de seleção e contratação de colaboradores, inclusive aqueles que exerçam cargos estatutários, políticas de remuneração e outras atividades relacionadas a recursos humanos;

(iv) o Comitê de Implantação assessorará o Conselho de Administração nas atividades de avaliação do planejamento para implantação dos projetos de geração de energia, de escolha e contratação dos fornecedores e de acompanhamento da construção, dos cronogramas e orçamentos; e

(v) o Comitê de Gestão assessorará o Conselho de Administração nas atividades de formulação das estratégias de atuação da Companhia, na definição do Plano de Negócios e do Orçamento, no estabelecimento das metas e indicadores e no monitoramento do desempenho operacional da Companhia.

(vi) o Comitê de Novas Tecnologias e Prospecção assessorará o Conselho de Administração no acompanhamento e desenvolvimento dos estudos de novas tecnologias e novos modelos de negócios, bem como no acompanhamento do pipeline de projetos eólicos que estiverem em desenvolvimento.

Cada Comitê possui 4 membros em suas composições, com mandatos de 2 (dois) anos, permitida a reeleição. Além dos comitês estatutários, o Conselho de Administração poderá criar comitês adicionais para o seu assessoramento, designando os seus respectivos membros dentre os membros da administração da Companhia ou outras pessoas relacionadas, direta ou indiretamente, à Companhia.

A tabela a seguir apresenta os nomes e cargos dos atuais membros dos comitês:

Comitês	Membros	
	Indicados pela Light e Cemig	Indicados pela RR Participações
Auditoria	André Rocha Mahmoud e Douglas Braga Ferraz de Oliveira	Daniel Famano e Renato Amaral
Gestão	Paulo Roberto Ribeiro Pinto e Gilberto José de Cardoso	Ricardo Delneri e Daniel Famano
Implantação	Luis Fernando Guimarães e Gilberto José Cardoso	Daniel Famano e Renato Amaral
Talentos e Remuneração	Ana Silvia Corso Matte e Douglas Braga Ferraz de Oliveira	Ricardo Delneri e Daniel Famano
Financeiro	Luiz Felipe Negreiros de Sá e Douglas Braga Ferraz de Oliveira	Ricardo Delneri e Daniel Famano
Novas Tecnologias e Prospecção	Heitor Barreto Correa e Douglas Braga Ferraz de Oliveira	Daniel Famano e Renato Amaral

b) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês

O Conselho Fiscal da Companhia não está instalado. Apesar de já haver previsão estatutária, até o momento os comitês não foram criados.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

c) mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê

A Companhia não realiza avaliação de desempenho dos seus órgãos de administração e comitês.

d) em relação aos Membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

A Diretoria é composta por até 5 membros, acionistas ou não, residentes no País, eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de 2 anos, destituíveis a qualquer tempo, sendo permitida a cumulação de cargos e a reeleição de seus membros, sendo: 1 Diretor Presidente; 1 Diretor de Engenharia e Operações; 1 Diretor Financeiro e de Relações com Investidores; 1 Diretor de Sustentabilidade e Comunicação; e 1 Diretor Jurídico e de Compras. Os Diretores deverão permanecer em seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores. A posse de novos membros da Diretoria estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores previsto no Regulamento do Nível 2. Todos os membros da nossa Diretoria possuem endereço comercial na sede da Companhia, com exceção do Diretor de Meio-Ambiente, Sr. Ney Maron de Freitas o qual possui endereço comercial na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, com escritório na Avenida Paulo VI, nº 30, Pituba, CEP 41810-001. O nosso diretor de relação com investidores é o Sr. Pedro Villas Boas Pileggi, sendo seu telefone/fax (11) 3569-6746, seu e-mail ri@renovaenergia.com.br e o nosso website é www.renovaenergia.com.br.

Ainda, a Diretoria é responsável pela administração dos negócios em geral e pela prática de todos os atos necessários ou convenientes para tanto, ressalvados aqueles para os quais seja por lei ou pelo Estatuto Social atribuída competência à Assembleia Geral ou ao Conselho de Administração.

A Diretoria reúne-se sempre que assim exigirem os negócios sociais mediante convocação por qualquer de seus membros, com antecedência mínima de dois dias úteis. Independentemente de convocação, serão válidas as reuniões da Diretoria que contarem com a presença da totalidade dos membros em exercício.

As reuniões da Diretoria serão instaladas, em primeira convocação, com a presença da maioria dos seus membros; e, em segunda convocação com qualquer quorum e as deliberações da Diretoria serão tomadas por maioria dos votos de seus membros.

As responsabilidades individuais dos Diretores são atribuídas pelo Conselho de Administração e pelo Estatuto Social, conforme segue:

Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia: (i) presidir as reuniões da Diretoria; (ii) promover a execução e implementação das políticas, estratégias, orçamentos, projetos de investimento e demais condições do plano de negócios da Companhia; (iii) representar institucionalmente a Companhia; (iv) exercer a supervisão geral das competências e atribuições da Diretoria; (v) manter os membros do Conselho de Administração informados acerca das atividades da Companhia e do andamento de suas operações; (vi) exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Conselho de Administração; e (vii) receber e analisar a possibilidade e viabilidade das solicitações dos acionistas quanto a conversão de ações ordinárias em ações preferenciais, observado o disposto no artigo 6º do estatuto social da Companhia.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Compete ao Diretor de Engenharia e de Operações, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas: (i) Colaborar com o planejamento, engenharia, operação e manutenção dos projetos de geração de energia elétrica da Companhia; (ii) desenvolver e responder tecnicamente pelos projetos de engenharia que serão implementados ou considerados para a tomada de decisão de novos negócios da Companhia; (iii) planejar, coordenar, organizar, supervisionar e dirigir as atividades relativas à implantação de projetos de geração de energia elétrica da Companhia; (iv) responsabilizar-se pela operação e manutenção dos projetos de geração de energia elétrica da Companhia, bem como pela supervisão de empresas contratadas para este objetivo; e (v) demais atividades técnicas e operacionais da Companhia.

Compete ao Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas: (i) planejar, coordenar, organizar, supervisionar e dirigir as atividades relativas às operações de natureza administrativa e financeira da Companhia; (ii) gerir as finanças consolidadas da Companhia; (iii) propor as metas para o desempenho e os resultados das diversas áreas da Companhia, o orçamento da Companhia, acompanhar os resultados da Companhia, preparar as demonstrações financeiras e o relatório anual da administração da Companhia; (iv) coordenar a avaliação e implementação de aplicações financeiras, incluindo financiamentos, no interesse da Companhia; (v) representar a Companhia perante a CVM, acionistas, investidores, bolsas de valores, Banco Central do Brasil e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais; (vi) planejar, coordenar e orientar o relacionamento e a comunicação entre a Companhia e seus investidores, a CVM e as entidades onde os valores mobiliários da Companhia sejam admitidos à negociação; (vii) planejar, coordenar e representar a Companhia em emissões e distribuição de instrumentos de capital; (viii) propor diretrizes e normas para as relações com os investidores da Companhia; (ix) observar as exigências estabelecidas pela legislação do mercado de capitais em vigor e divulgar ao mercado as informações relevantes sobre a Companhia e seus negócios; (x) guardar os livros societários e zelar pela regularidade dos assentamentos neles feitos; (xi) supervisionar os serviços realizados pela instituição financeira depositária das ações relativas ao quadro acionário, tais como, sem se limitar, o pagamento de dividendos e bonificações, compra, venda e transferência de ações; e (xii) zelar pelo cumprimento das regras de governança corporativa e das disposições estatutárias e legais relacionadas ao mercado de valores mobiliários; (xiii) planejar, coordenar, organizar, supervisionar e dirigir as atividades relativas ao desenvolvimento e a implementação dos novos negócios da Companhia; (xiv) coordenar a avaliação, estruturação e implementação de oportunidades de investimentos em outras sociedades (fusões e aquisições); e (xv) coordenar a avaliação, estruturação e implementação de oportunidades de investimentos em projetos de geração ou comercialização de energia.

Compete ao Diretor de Sustentabilidade e Comunicação dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas: (i) planejar, sugerir, definir e coordenar os procedimentos socioambientais a serem adotados pela Companhia; (ii) responsabilizar-se pelos aspectos socioambientais das atividades realizadas pela Companhia; (iii) definir e acompanhar a execução de novas práticas socioambientais nos projetos a serem implementados pela Companhia; (iv) planejar, sugerir, e definir as atividades de comunicação empresarial (inclusive imprensa), sustentabilidade, e relacionamento com as comunidades.

Compete ao Diretor Jurídico e de Compras, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas: (i) coordenar e supervisionar o departamento jurídico e compras da Companhia; (ii) prestar aconselhamento jurídico e de compras nas atividades da Companhia; (iii) coordenar consultores e advogados externos, acompanhando os processos administrativos e judiciais relacionados à Companhia; (iv) conduzir os processos de compras de suprimentos e equipamentos necessários para o desenvolvimentos dos projetos da Companhia; (v) coordenar e acompanhar o relacionamento da Companhia com os seus fornecedores; (vi) promover a

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

manutenção, conservação e modernização das instalações administrativas da Companhia; e (vii) exercer outras funções ou atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor Presidente.

A tabela a seguir apresenta os nomes, cargos e mandato dos atuais membros de nossa Diretoria:

Diretoria	Cargo	Data de Eleição	Prazo do Mandato
Carlos Mathias Aloysius Becker Neto	Diretor Presidente	14.12.2011	AGO de 2014
Pedro Villas Boas Pileggi	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	19.08.2011	AGO de 2014
Ney Maron de Freitas	Diretor de Sustentabilidade e de Comunicação	19.08.2011	AGO de 2014
Ricardo de Lima Assaf	Diretor Jurídico e de Compras	20.12.2013	AGO de 2014
Alexandre Nogueira Machado	Diretor de Engenharia e de Operações	26.11.2012	AGO de 2014

e) mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria

A Companhia não realiza avaliação de desempenho dos membros dos comitês.

O desempenho dos membros do Conselho de Administração e Diretoria é avaliado com base na performance pessoal dos membros, resultados globais da empresa e cumprimento das metas estabelecidas.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

a) prazos de convocação

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, as Assembleias gerais da Companhia são convocadas mediante anúncio publicado por três vezes no Diário Oficial do Estado de São Paulo, bem como em outro jornal de grande circulação. A primeira convocação deve ser feita, no mínimo, quinze dias antes da realização da Assembleia geral, e a segunda convocação deve ser feita com, no mínimo, 8 oito dias de antecedência. A CVM poderá, todavia, a pedido de qualquer acionista e ouvida a Companhia, em determinadas circunstâncias, ampliar o prazo de antecedência da primeira convocação para Assembleias gerais da Companhia para até trinta dias.

b) competências

Além das matérias previstas em lei e no Estatuto Social da Companhia, compete, exclusivamente, à Assembleia Geral:

- (i) deliberar acerca de qualquer alteração do Estatuto Social ou dos atos constitutivos das subsidiárias e controladas da Companhia;
- (ii) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, se instalado;
- (iii) fixar a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como dos membros do Conselho Fiscal, se instalado, observando, quanto à remuneração do Conselho Fiscal, o quanto disposto no § 3º do art. 162 da Lei das S.A.;
- (iv) tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar acerca das demonstrações financeiras da Companhia;
- (v) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, acerca da destinação do lucro do exercício e da distribuição de dividendos;
- (vi) deliberar acerca da avaliação de bens destinados à integralização do capital social da Companhia, das suas subsidiárias e controladas;
- (vii) deliberar acerca da constituição de reservas ou fundos, ressalvados aqueles obrigatórios por força de lei, desde que tais reservas ou fundos possam ter repercussões diretas nos direitos e interesses de eventuais acionistas minoritários;
- (viii) deliberar acerca de qualquer transformação de tipo societário, incorporação (inclusive incorporação de ações), cisão, fusão, resgate de ações e/ou conversão de algum valor mobiliário em ações, desdobramento ou grupamento de ações, que envolva a Companhia, ou as suas subsidiárias e controladas;
- (ix) nomear administrador judicial, liquidação, deliberar acerca da liquidação da Companhia e/ou de qualquer das suas subsidiárias e controladas, eleger e destituir liquidante e julgar-lhes as contas, bem como eleger e destituir o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação;
- (x) deliberar acerca da dissolução ou recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia e/ou de qualquer das suas subsidiárias e controladas, que resulte em um efeito negativo relevante sobre a situação financeira e o desempenho das suas subsidiárias e controladas;

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

- (xi) deliberar acerca de ajuizamento de pedido de falência, insolvência ou recuperação judicial ou de homologação de plano de recuperação extrajudicial pela Companhia ou por qualquer de suas subsidiárias e controladas;
- (xii) aprovar operação de reestruturação, recuperação, ou a celebração de qualquer outro acordo, que tenha efeito similar a qualquer das matérias previstas nos itens (ix), (x) e (xi) acima;
- (xiii) deliberar acerca da emissão de ações e bônus de subscrição, observado o quanto disposto no art. 8º deste Estatuto Social;
- (xiv) autorizar a emissão de debêntures, exceto debêntures não conversíveis em ações da Companhia, suas subsidiárias e controladas, que caberá ao Conselho de Administração deliberar, nos termos do art. 25, inciso (xix) deste Estatuto.
- (xv) suspender o exercício dos direitos do acionista que deixar de cumprir obrigações impostas por lei ou por este Estatuto Social;
- (xvi) atribuir a administradores ou empregados da Companhia e/ou das suas subsidiárias e controladas de participação nos lucros da Companhia e/ou das suas subsidiárias e controladas;
- (xvii) aprovar planos de outorga de opção de compra de ações aos administradores ou empregados da Companhia e/ou de suas subsidiárias e controladas, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia e/ou às suas subsidiárias e controladas;
- (xviii) deliberar acerca do cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM;
- (xix) deliberar sobre a emissão de debêntures não conversíveis em ações da Companhia, suas subsidiárias e controladas, assim como deliberar acerca das condições referidas nos incisos VI a VIII do art. 59 da Lei das S.A.”
- (xx) escolher a empresa especializada para determinação do valor econômico da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Nível 2;
- (xxi) deliberar acerca da celebração, o aditamento ou a rescisão de qualquer acordo, contrato ou compromisso que envolva a Companhia e/ou qualquer das suas subsidiárias e controladas, de um lado, e qualquer acionista (direto ou indireto), diretor, conselheiro ou empregado (ou qualquer parente até o 4º grau de qualquer dessas pessoas) da Companhia e/ou qualquer das suas subsidiárias e controladas, que envolva a aquisição de ativos que resulte em uma transferência, para a Companhia e/ou qualquer das suas subsidiárias e controladas, de parte ou totalidade do fundo de comércio; e
- (xxii) deliberar acerca de qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

c) endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à Assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise:

Físico: Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Roque Petroni Júnior, nº 999, 4º andar, Vila Gertrudes, CEP 04707-910.

Eletrônicos: www.renovaenergia.com.br; www.cvm.gov.br; www.bmfbovespa.com.br.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

d) identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia não desenvolveu uma política estruturada específica para a identificação e administração de conflitos de interesses, aplicando-se as disposições da legislação societária.

e) solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

A Companhia e sua administração não solicitou e não terá por política solicitar procurações para o exercício do direito de voto.

f) formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se a Companhia admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

A Companhia admite que, desde que o representante esteja validamente constituído na forma da legislação societária, este representante pode votar em nome do acionista. A Companhia não admite a outorga de procurações por meio eletrônico. A Companhia usualmente recomenda a seus acionistas que depositem a documentação necessária para participação em assembleias, inclusive procurações, sejam depositadas na sede social com, pelo menos, 72 horas de antecedência.

g) manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das Assembleias

A Companhia não mantém fóruns e páginas na Internet para receber e compartilhar informações e comentários sobre as pautas das Assembleias.

h) transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das Assembleias

A Companhia não transmite ao vivo suas Assembleias.

i) mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas

A Companhia ainda não adotou uma política ou mecanismos para permitir a inclusão de propostas de acionistas na ordem do dia das suas Assembleias Gerais.

12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76

Exercício Social	Publicação	Jornal - UF	Datas
31/12/2012	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - SP	19/03/2013
		Valor Econômico - SP	19/03/2013
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - SP	19/03/2013
		Valor Econômico - SP	19/03/2013
31/12/2011	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - SP	02/03/2012
		Valor Econômico - SP	02/03/2012
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - SP	02/03/2012
		Valor Econômico - SP	02/03/2012
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - SP	04/05/2012
		Valor Econômico - SP	04/05/2012
31/12/2010	Demonstrações Financeiras	Diário do Comércio Indústria & Serviços - SP	18/03/2011
		Valor Econômico - SP	18/03/2011
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - SP	22/03/2011
		Valor Econômico - SP	22/03/2011
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - SP	17/05/2011
			17/05/2011

12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Companhia será composto por 7 membros e seus respectivos suplentes, acionistas ou não, residentes ou não no País, eleitos pela Assembleia Geral para um mandato unificado de 2 anos, permitida a reeleição. Independentemente da data da eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia, os respectivos mandatos terminarão na data da Assembleia Geral que examinar as contas relativas ao último exercício de suas gestões. O conselho de Administração será composto por, no mínimo, 20% (vinte por cento) de conselheiros independentes. Para maiores esclarecimentos sobre eleição de membros independentes do Conselho de Administração, vide item 12.1.

a) frequência das reuniões

O Estatuto Social da Companhia prevê que o Conselho de Administração reunir-se-á pelo menos trimestralmente em caráter ordinário, conforme calendário divulgado sempre no primeiro mês de cada exercício social pelo seu Presidente e, sempre que necessário, mediante convocação do seu Presidente, ou em caso de ausência ou impedimento temporário, por dois membros do Conselho de Administração, com antecedência mínima de 8 dias em primeira convocação, podendo ser convocadas em prazo inferior em caso de manifeste urgência.

b) se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Os membros do Conselho de Administração nomeados pelos acionistas participantes do bloco de controle (no caso da Renova, a Light Energia S.A. e RR Participações S.A.), deverão votar em bloco, conforme orientação definida em Reunião Prévia de Acionistas que ocorre antes de cada Reunião do Conselho de Administração, nos termos do item 4.2.1 do Acordo de Acionistas.

c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses

A Lei das Sociedades por Ações não permite que seja eleito para o Conselho de Administração, salvo dispensa da Assembleia Geral, aquele que (i) ocupar cargo em sociedade considerada concorrente da Companhia; ou (ii) tiver interesse conflitante com a Companhia. Não poderá ser exercido o direito de voto pelo membro do Conselho de Administração caso se configurem, posteriormente, os fatores de impedimento indicados acima. A Companhia não tem mecanismos específicos para a identificação e administração de conflitos de interesse além dos previstos na legislação societária, porque entende que tais mecanismos legais são suficientes para este fim.

12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo CMN, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Listagem do Nível 2, do Contrato de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Pedro Villas Boas Pileggi	37	Pertence apenas à Diretoria	19/08/2011	até AGO de 2014
205.859.708-74	Advogado	12 - Diretor de Relações com Investidores	19/08/2011	Sim
Diretor Financeiro e de RI				
Ney Maron de Freitas	46	Pertence apenas à Diretoria	19/08/2011	até AGO de 2014
405.146.175-00	Advogado	Diretor de Sustentabilidade e Comunicação	19/08/2011	Sim
Carlos Mathias Aloysius Becker Neto	41	Pertence apenas à Diretoria	14/12/2012	até AGO de 2014
809.607.829-15	Engenheiro	10 - Diretor Presidente / Superintendente	23/12/2012	Sim
Alexandre Nogueira Machado	38	Pertence apenas à Diretoria	26/11/2013	até AGO de 2014
008.571.686-30	Engenheiro	Diretor de Engenharia e Operações	26/11/2013	Sim
Ricardo de Lima Assaf	35	Pertence apenas à Diretoria	20/12/2013	Até AGO de 2014
283.393.748-26	Advogado	Diretor Jurídico e de Compras	06/01/2014	Sim
Ricardo Lopes Delneri	42	Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/08/2011	até AGO de 2014
157.602.498-94	Administrador	20 - Presidente do Conselho de Administração	19/08/2011	Sim
Renato do Amaral Figueiredo	42	Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/08/2011	até AGO de 2014
146.623.258-70	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	19/08/2011	Sim
Carlos José Teixeira Corrêa	46	Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/08/2011	até AGO de 2014
844.493.577-87	Economista	23 - Conselho de Administração (Suplente)	19/08/2011	Sim
Geoffrey David Cleaver	50	Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/08/2011	até AGO de 2014
063.631.758-79	Administrador	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	19/08/2011	Não
Marcelo Faria Parodi	40	Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/08/2011	até AGO de 2014

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
148.097.068-93	Administrador	23 - Conselho de Administração (Suplente)	19/08/2011	Não
Rodrigo Matos Huet de Bacellar	38	Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/04/2013	até AGO de 2013
068.386.827-61	Engenheiro	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	22/04/2013	Não
Joaquim Dias de Castro	34	Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/04/2013	até AGO de 2014
909.933.140-15	Economista	28 - Conselho de Adm. Independente (Suplente)	22/04/2013	Não
Eduardo Munemori	43	Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/08/2011	até AGO de 2014
247.250.798-47	Administrador	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	19/08/2011	Não
Alexandre Braguetta	45	Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/08/2011	até AGO de 2014
136.417.308-56	Engenheiro	28 - Conselho de Adm. Independente (Suplente)	19/08/2011	Não
Evandro Leite Vasconcelos	57	Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/08/2011	até AGO de 2014
251.704.146-68	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	19/08/2011	Sim
Paulo Roberto Ribeiro Pinto	62	Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/08/2011	até AGO de 2014
126.023.707-97	Contador	23 - Conselho de Administração (Suplente)	19/08/2011	Sim
Fernando Henrique Schuffner Neto	53	Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/08/2011	até AGO de 2014
320.008.396-49	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	19/08/2011	Sim
Gilberto José Cardoso	54	Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/08/2011	até AGO de 2014
278.407.606-78	Engenheiro	23 - Conselho de Administração (Suplente)	19/08/2011	Sim
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações				

Pedro Villas Boas Pileggi - 205.859.708-74

O Sr. Pedro Pileggi é graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP e possui MBA pela Kellogg School of Management (Northwestern University / Chicago). Atuou por cinco anos no Banco Santander nas áreas de Corporate & Investment Banking, como responsável pela cobertura de empresas dos setores de energia elétrica e papel e celulose, e de Operações Estruturadas, como responsável pela venda de produtos estruturados de ações. Foi consultor na prática de estratégia da Accenture em 2001 e foi executivo do Corporate do Banco BBA Creditanstalt entre 1995 e 2000. Ingressou na Companhia em abril de 2011.

O Sr. Pedro Pileggi não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional, empresarial ou comercial qualquer.

Ney Maron de Freitas - 405.146.175-00

O Sr. Ney Maron é graduado em Engenharia Civil pela Universidade Federal da Bahia – UFBA em 1989 e em Direito pela Universidade Católica de Salvador – UCSAL em 2005, e possui especialização em Negócios Imobiliários pela Universidade Salvador e especialização em Direito Ambiental pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. O Sr. Ney Maron atuou como Técnico em Recursos Naturais no Centro de Recursos Ambientais do Estado da Bahia, quando exerceu as funções de Diretor de Licenciamento Ambiental e de Chefe de Gabinete, entre 2003 e 2006, tendo ainda trabalhado na Braskem S.A., na área de Qualidade, Produtividade, Saúde Segurança e Meio Ambiente da Unidade Insumos Básicos – UNIB. O Sr. Ney Maron atua como membro-colaborador da Comissão de Meio Ambiente da OAB-BA. Ingressou na Companhia em setembro de 2007.

O Sr. Ney Maron não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional, empresarial ou comercial qualquer.

Carlos Mathias Aloysius Becker Neto - 809.607.829-15

O Sr. Carlos Mathias Aloysius Becker Neto é graduado em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Paraná e concluiu MBA na MIT Sloan School of Management. Atuou na Volvo Caminhões (1995 a 1997), Renault Automóveis (1997 a 2000), McKinsey & Company (2000 a 2002), Fidelity Investments (2003) e em 2004 voltou a atuar na McKinsey & Company, como sócio, na qual permaneceu até 20 de janeiro de 2012, antes de sua posse como Diretor Presidente da Companhia.

O Sr. Carlos Mathias não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional, empresarial ou comercial qualquer.

Alexandre Nogueira Machado - 008.571.686-30

O Sr. Alexandre Nogueira Machado possui 15 anos de experiência em empresas de Engenharia no Brasil e na Alemanha. Atuou em empresas como a Voith Hidro de 2001 a 2011, e Siemens de 1998 a 2000.

Alexandre é mestre em Engenharia Elétrica com ênfase em Sistemas de Potência, pela USP – Universidade de São Paulo, Brasil; possui MBA em Gestão Internacional pela University of Stuttgart, Germany, e é graduado em Engenharia Elétrica com ênfase em Sistemas de Potência, Universidade Federal de Itajubá, Brasil.

O Sr. Alexandre Machado não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional, empresarial ou comercial qualquer.

Ricardo de Lima Assaf - 283.393.748-26

Ricardo de Lima Assaf é advogado formado pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, com especialização em direito público pela Fundação Getúlio Vargas. Atua há mais de 10 anos no setor de energia elétrica, com foco em regulação setorial, financiamento de projetos e operações de fusão e aquisição. Antes de ingressar na Renova, Ricardo Assaf foi sócio do escritório Machado Meyer Sendacz e Opice, no qual permaneceu por mais de 7 anos, após ter iniciado a carreira no escritório Felsberg e Associados.

Ricardo Lopes Delneri - 157.602.498-94

O Sr. Ricardo Delneri é sócio-fundador da Renova e Presidente do Conselho de Administração. Graduou-se em Administração de Empresas pela Fundação Armando Alvares Penteado – FAAP em 1992. Desde sua graduação, tem sido um empreendedor, tendo fundado e administrado uma das primeiras administradoras de recursos independente do Brasil, a Tudor Asset Management, que chegou a administrar US\$80,0 milhões em renda variável em 1999, ano em que o Sr. Ricardo Delneri alienou sua participação na Tudor Asset Management. Em 2000, o Sr. Ricardo Delneri começou a atuar no setor elétrico brasileiro através da criação da Enerbras Centrais Elétricas S.A. O Sr. Ricardo Delneri é Diretor da Associação dos Pequenos e Médios Produtores de Energia – APMPE e participa ativamente da instituição e aprimoramento dos marcos regulatório das fontes renováveis de energia no Brasil.

O Sr. Ricardo Delneri não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional, empresarial ou comercial qualquer.

Renato do Amaral Figueiredo - 146.623.258-70

O Sr. Renato Amaral é sócio-fundador da Renova. Graduiu-se em Engenharia Elétrica pela Fundação Armando Alvares Penteado – FAAP em 1993. Desde sua graduação, tem sido um empreendedor, tendo fundado e administrado uma das primeiras administradoras de recursos independente do Brasil, a Tudor Asset Management, que chegou a administrar US\$80milhões em renda variável em 1999, ano em que o Sr. Renato Amaral alienou sua participação na Tudor Asset Management. Em 2000, o Sr. Renato Amaral começou a atuar no setor elétrico brasileiro através da criação da Enerbras Centrais Elétricas S.A., na qual foi responsável por todas as etapas da implantação do Complexo Hidrelétrico Serra da Prata, com a implantação de PCHs que totalizam 42MW de capacidade instalada, tendo adquirido experiência na prospecção e desenvolvimento de tais projetos. O Sr. Renato atua como Diretor de Energia na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP, Vice-Presidente do Conselho da Associação Brasileira de Energia Eólica – ABEEÓLICA e como conselheiro na Câmara Técnica de Energia – Conselho de Desenvolvimento Industrial – CDI do estado da Bahia.

O Sr. Renato Amaral não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional, empresarial ou comercial qualquer.

Carlos José Teixeira Corrêa - 844.493.577-87

O Sr. Carlos José formou-se em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), possuindo MBA Executivo pelo IBMEC SP. O Sr. Carlos José foi funcionário do Banco Real S/A, onde atuou como Gerente de Relacionamento e na área de operações estruturadas da Diretoria de Comércio Exterior, e do Wholesale Bank – Segmento Químico e Petroquímico. Participou da equipe Corporate Local do Banco ABN AMRO Real S/A, oportunidade na qual realizou o desenvolvimento do seguimento de Energia Renovável, sendo o responsável no Brasil pela avaliação e estruturação de todos os projetos originados na área comercial. Ao final do ano de 2006 passou a integrar a equipe de Gestão do Fundo de Investimentos em Participações InfraBrasil, onde exerce a posição de Superintendente de Investimentos. É membro do Grupo de Trabalho em Infraestrutura ABDIB/ABVCAP e Coordenador do Comitê Executivo de Infraestrutura da Associação Brasileira de Venture Capital – ABVCAP.

O Sr. Carlos Correa não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional, empresarial ou comercial qualquer.

Geoffrey David Cleaver - 063.631.758-79

Superintendente Executivo do Banco Santander (Brasil) S.A, onde é responsável, desde 2004, pela área de gestão de FIPs do Banco Santander (Brasil). Nesta função responde pela administração do InfraBrasil – Fundo de Investimento em Participações S.A. e pela gestão do Fundo de Investimento em Participações Caixa Ambiental, ambos os fundos dedicados para setores de infraestrutura. O Sr. Geoffrey Cleaver é formado em administração pela FAAP em 1984. Ingressou no Banco Real (sucedido por incorporação pelo Banco Santander (Brasil) S.A.) no final de 2004, após ter trabalhado por mais de oito anos no Latin America Enterprise Fund Managers, um gestor de fundos de private equity para a América Latina. No Latin America Enterprise Fund Managers, o Sr. Geoffrey Cleaver foi co-responsável pela carteira de investimentos dos fundos LAEF I e LAEF II no Brasil, que detinham participações nas seguintes empresas: Drogasil, Microlite, Cinemark Brasil, Tecto, Officenet e Mastersaf. Anteriormente, o Sr. Geoffrey Cleaver trabalhou por dez anos no Banco J.P. Morgan S.A., nas áreas de investment banking e private equity.

O Sr. Geoffrey Cleaver não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional, empresarial ou comercial qualquer.

Marcelo Faria Parodi - 148.097.068-93

O Sr. Marcelo Faria Parodi é administrador de empresas formado pela EAESP-FGV, em 1993, com MBA pelo International Institute for Management Development (IMD) em Lausanne, Suíça. O Sr. Marcelo Faria Parodi é sócio-fundador da Compass Comercializadora de Energia Elétrica Ltda., da Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda. e da Comerc Energia S.A. Anteriormente, o Sr. Marcelo Faria Parodi atuou nos setores financeiro, industrial e de energia, respectivamente, no Banco Nacional (1991 a 1994), Anglo American (1994 a 1996), CSN (1998) e Enron (1999 a 2001). O Sr. Marcelo Faria Parodi também é membro do conselho de administração da Eucatex S.A. Indústria e Comércio e diretor da Fundação Estudar.

O Sr. Marcelo Parodi não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional, empresarial ou comercial qualquer.

Rodrigo Matos Huet de Bacellar - 068.386.827-61

Brasileiro, casado, engenheiro pela de Produção, formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, com pós-graduação em finanças pela FGV e MBA pela Coppead/UFRJ, 37 anos, exerce a função de Superintendente da Área de Insumos Básicos do BNDES, responsável pelos financiamentos aos setores de Petróleo e Gás; Bens de Capital sob Encomenda; Siderurgia, Mineração e Cimento; Química e Petroquímica; Papel e Celulose. Foi analista financeiro do Banco BBM Investimentos, no Rio de Janeiro. Ingressou no BNDES por concurso público, em março de 2000, e desde então exerceu diversos cargos executivos, com atuação voltada à indústria de base e ao setor de petróleo e gás. Foi chefe do departamento de operações por Internet, responsável pelo Cartão BNDES, durante quatro anos. Não exerce qualquer mandato em Conselho Fiscal ou Conselho de Administração de nenhuma empresa.

O Sr. Rodrigo Bacellar não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional, empresarial ou comercial qualquer.

Joaquim Dias de Castro - 909.933.140-15

Brasileiro, casado, economista pela UFRGS graduado em 2000 e mestre em economia pela EPGE-FGV/RJ com formação em janeiro de 2008, 34 anos, exerce a função de Gerente na Área de Mercado de Capitais do BNDES desde 2007, no qual atuou também entre 2004 e 2006 no Departamento de Recuperação de Créditos. Atualmente exerce mandato de Conselho Fiscal nas seguintes companhias: (i) AES Eletropaulo como Efetivo desde abril de 2011; (ii) AES Tiete como Suplente desde abril de 2012 e (iii) Lupatech S.A. como Suplente desde abril de 2012. Anteriormente exerceu os seguintes cargos em outras companhias abertas: (i) Tele Norte Leste Participações S.A. e Telemar Participações S.A.: membro do Comitê de Finanças e dos Conselhos de Administração de abril de 2008 até abril de 2011; (ii) CTX Participações S.A.: membro do Conselho de Administração de abril de 2008 até fevereiro de 2011; (iii) Rede Energia S.A.: membro do Conselho de Administração e do Comitê de Gestão de abril de 2008 até fevereiro de 2012; (iv) Light Energia S.A.: membro do Conselho de Administração de abril de 2008 até abril de 2012.

O Sr. Joaquim de Castro não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional, empresarial ou comercial qualquer.

Eduardo Munemori - 247.250.798-47

O Sr. Eduardo Munemori é graduado em Administração de Empresas pela Faculdade Getúlio Vargas. É sócio fundador e gestor da Explora Investimentos desde 2007. Foi sócio fundador e gestor da Constellation Asset Management (2002-2007) onde foi co-gestor dos fundos FIA e Long Short. Previamente foi gestor do family office dos controladores da Anheuser Busch – Inbev e Lojas Americanas (1999-02). Iniciou sua carreira como analista no Banco Pactual (1993-1999) onde seu time foi ranqueado entre os 3 melhores no setor de telecomunicações entre 1995 e 1998.

O Sr. Eduardo Munemori não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional, empresarial ou comercial qualquer.

Alexandre Braguetta - 136.417.308-56

O Sr. Alexandre Braghetta é sócio e membro do Comitê de Investimentos da Explora Investimentos Gestão de Recursos Ltda., com 18 anos de experiência em análise. Anteriormente, foi Analista Sênior de Equity Research no Citigroup e Legg Masson Asset Management nos quais ele era responsável por cobrir os setores de Commodities e Utilities nos mercados emergentes. Durante seus nove anos no time de Global Research no Citigroup, trabalhou em Nova Iorque, Londres e São Paulo. Anteriormente, trabalhou por cinco anos como Analista no Banco Santander em São Paulo. Alexandre é formado em Engenharia Metalúrgica pela Universidade de São Paulo (USP), e fez MBA Executivo na Fundação Getúlio Vargas (FGV).

O Sr. Alexandre Braguetta não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional, empresarial ou comercial qualquer.

Evandro Leite Vasconcelos - 251.704.146-68

O Sr. Evandro Leite Vasconcelos é Diretor de Energia da Light, Foi professor de física do Sistema Pitágoras de Ensino e professor de Hidrologia no curso de Engenharia Civil do Instituto Politécnico da PUC-Minas. Trabalhou na Cemig de 1983 a 2010, ocupando a Gerência da Divisão de Hidrometeorologia Operacional e também a do Departamento de Planejamento Energético, foi Superintendente de Coordenação de Geração e Transmissão e também Superintendente de Transmissão, Superintendente de Geração, Superintendente de Planejamento e Operação de Geração e Transmissão. Foi Diretor de Geração e Diretor-Presidente da Empresa Rosal Energia S.A., empresa subsidiária da CEMIG. Graduado em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Minas Gerais (1980), Mestre em Engenharia de Recursos Hídricos pela COPPE/UFRJ (1989) e MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (1999).

O Sr. Evandro Vasconcelos não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional, empresarial ou comercial qualquer.

Paulo Roberto Ribeiro Pinto - 126.023.707-97

O Sr. Paulo Roberto Ribeiro Pinto é Diretor de Novos Negócios e Institucional da Light S.A. Atuou como Diretor Financeiro de Furnas; Diretor de Gestão Corporativa e Financeira da Eletrobrás; Diretor Econômico-Financeiro da CHESF; Vice-Diretor Econômico-Financeiro do DNAEE, do MME, Diretor responsável pela área financeira e de relações com os investidores da Light S.A.. Graduação: Bacharel em Ciências Contábeis – Faculdade de Economia e Finanças do Rio de Janeiro; Especialização em Engenharia Econômica e Administração Industrial – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Participação em Conselhos de Administração de diversas empresas do Setor Elétrico.

O Sr. Paulo Pinto não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional, empresarial ou comercial qualquer.

Fernando Henrique Schuffner Neto - 320.008.396-49

O Sr. Fernando Henrique Schuffner Netor nasceu em 03 de janeiro de 1960 em Teófilo Otoni – MG. Graduiu-se em Engenharia Elétrica em 1982 na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), com mestrado em Automação e Controle pela Universidade Estadual de Campinas – SP (UNICAMP) (1984). Cursos MBA em Gestão de Negócios pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC). Participou de diversos programas de educação executiva, dentre os quais o Finance for Executives, INSEAD – França. É funcionário da CEMIG tendo exercido os seguintes cargos: Gerente de Operação e Manutenção de Governador Valadares, Gerente Regional de Teófilo Otoni, Superintendente da Coordenação de Planejamento e Gestão da Distribuição, Superintendente de Coordenação, Planejamento e Expansão da Distribuição, Superintendente de Planejamento da Expansão da Distribuição e Mercado. Obteve os seguintes destaques em suas funções: Superintendente da Coordenação Executiva do Programa Luz para Todos da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig (2004/2006). Professor do curso de Engenharia Elétrica da PUC – MG (1985/1986 e 2003/2005). Membro do Conselho do CREA – MG (1999/2001). Membro do Conselho Deliberativo da Sociedade Mineira de Engenheiros – Desde Março/2005. Membro do Conselho de Administração da Cemig (2002/2004 e desde 2007). Membro do Conselho de Administração do Operador Nacional do Sistema – ONS (desde 2008). Membro do Conselho de Administração da Light (desde 2010). Presidente do Clube de Investimentos dos Empregados da Cemig – Clic (2002/2005). Diretor de Geração e Transmissão da Cemig (2007 – 2008). Diretor de Distribuição e Comercialização da Cemig (2008 – 2010). E desde 2010 é Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas da CEMIG. O Sr. Fernando Schuffner Neto não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional, empresarial ou comercial qualquer.

Gilberto José Cardoso - 278.407.606-78

O Sr. Gilberto José Cardoso é engenheiro eletricitista, graduado em 1983 pela Universidade Federal de Minas Gerais. Em 1997 foi graduado em direito pela Faculdade de Direito do Sul de Minas e em 2006 concluiu MBA em Gestão de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas. Iniciou a vida profissional em 1977 como técnico em eletrônica, pela Escola Técnica Federal de Minas Gerais, na PETROBRÁS – Refinaria Gabriel Passos no Setor de Instrumentação Eletrônica. De 1978 a 1983 trabalhou na USIMINAS S.A. – Setor de Laminação; Mineração Morro Velho S.A. – Setor de Manutenção Elétrica; Philco Indústria Brasileira de Semicondutores S.A. – Departamento de Engenharia do Produto; Burroughs Computadores S.A., como Analista de Sistemas para mainframes e Gênesis Automação e Sistemas Ltda., como engenheiro diretor técnico. É empregado da CEMIG desde 1983, tendo exercido os cargos de engenheiro eletricitista na divisão de apoio técnico às grandes instalações de produção e transformação; engenheiro chefe de seção de operação e manutenção de pequenas centrais hidrelétricas; gerente regional de usinas hidrelétricas; superintendente de engenharia de manutenção e de expansão da geração e transmissão e superintendente de desenvolvimento de negócios de geração. Participou de diversos programas de treinamento executivo, com destaque para o Curso de Liderança para Executivos pela Fundação Dom Cabral em 2007; Conselheiros de Administração pelo IBGC em 2009 e Trilhas Internacionais pelo INSEAD em 2010. É membro dos Conselhos de Administração da Light S.A. e Santo Antônio Energia S.A. O Sr. Gilberto Cardoso não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional, empresarial ou comercial qualquer.

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Idade	Data posse	
Outros cargos/funções exercidas no emissor		Experiência Profissional / Declaração de Eventuais Condenações			
Luiz Felipe Negreiros de Sá 013.620.317-55	Comitê Financeiro	Membro do Comitê (Efetivo)	Economista 37	30/05/2012 30/05/2012	2 anos
Ana Silvia Matte 263.636.150-20	Outros Comitês Comitê de Talentos e Remuneração	Membro do Comitê (Efetivo)	Advogada 55	30/05/2012 30/05/2012	2 anos
André Rocha Mahmoud 851.819.517-91	Outros Comitês Comitê de Auditoria e Compliance	Membro do Comitê (Efetivo)	Contador 47	30/05/2012 30/05/2012	2 anos
Daniel Teruo Famao 299.262.938-32	Outros Comitês Gestão, Financeiro, Talentos e Remuneração, Auditoria e Compliance, Novas Tecnologias e Implantação	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro 33	18/03/2013 18/03/2013	até 30/05/2014
Douglas Braga Ferraz de Oliveira 788.887.516-53	Outros Comitês Comitê de Auditoria e Compliance, Financeiro, Talentos e Remuneração, Novas Tecnologias e Prospecção	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro 39	30/05/2012 30/05/2012	2 anos
Evandro Leite Vasconcelos 251.704.146-68 Membro Efetivo do Conselho de Administração	Outros Comitês Comitê de Gestão	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro 56	21/09/2012 21/09/2012	até 30/05/2014
Gilberto José Cardoso 278.407.606-78 Membro Suplente do Conselho de Administração	Outros Comitês Comitê de Gestão e Comitê de Implantação	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro 53	30/05/2012 30/05/2012	2 anos
Luiz Fernando de Almeida Guimarães 267.314.447-15	Outros Comitês Comitê de Novas Tecnologias e Prospecção	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro 55	17/12/2012 17/12/2012	até 30/05/2014

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Idade	Data posse	
Outros cargos/funções exercidas no emissor		Experiência Profissional / Declaração de Eventuais Condenações			
Luíz Fernando de Almeida Guimarães	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro	30/05/2012	2 anos
267.314.447-15	Comitê de Implantação		55	30/05/2012	
Renato do Amaral Figueiredo	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro	30/05/2012	2 anos
146.623.258-70	Comitê de Auditoria e Compliance, Implantação e Novas Tecnologias e Prospecção		42	30/05/2012	
Membro efetivo do Conselho de Administração.					
Ricardo Lopes Delneri	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador	30/05/2012	2 anos
157.602.498-94	Comitê Financeiro, Talentos e Remuneração e Gestão		42	30/05/2012	
Presidente do Conselho de Administração.					

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui relações familiares entre seus administradores e controladores.

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/12/2012			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Joaquim Dias de Castro	909.933.140-15	Subordinação	Credor
Membro Suplente Independente do Conselho de Administração da Companhia.			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	33.657.248/0001-89		
Gerente de Mercado de Capitais			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Rodrigo Matos Huet de Bacellar	068.386.827-61	Subordinação	Credor
Membro Efetivo Independente do Conselho de Administração da Companhia.			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	33.657.248/0001-89		
Superintendente de Insumos Básicos			
<u>Observação</u>			

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

A Companhia possui uma apólice de seguro de Responsabilidade Civil Geral dos Administradores (D&O), contratada com a Ace Seguradora S.A., com cobertura extensiva às suas controladas para reparação de danos causados a terceiros, decorrentes da má conduta dos diretores, acionistas, controladores e administradores no exercício das atividades. Referida apólice de seguro D&O possui limite máximo de indenização fixado em R\$30,0 milhões e vigência até 18 de dezembro de 2013.

12.12 - Outras informações relevantes

Atuação dos Membros da Administração em Outras Organizações:

O Sr. **Renato do Amaral Figueiredo** atua como Diretor de Energia na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP, Vice-Presidente na Associação Brasileira de Energia Eólica – ABEEÓLICA, conselheiro na Câmara Técnica de Energia – Conselho de Desenvolvimento Industrial – CDI do estado da Bahia e presidente na Brasinco Incorporações Ltda - Brasinco.

O Sr. **Ricardo Lopes Delneri** é membro efetivo do Conselho de Administração da Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa – ABRAGEL.

O Sr. **Carlos José Teixeira Correa** atua como Superintendente na Mantiq Investimentos Ltda e é Conselheiro na Companhia Brasileira de Participações em Bioeletricidade S/A;

O Sr. **Geoffrey David Cleaver** atua como Diretor Presidente na Mantiq Investimentos Ltda. e é Conselheiro da Haztec Investimentos e Participações SA. Também atua como membro da diretoria do Hospital Samaritano de São Paulo.

O Sr. **Olavo Fortes Campos Rodrigues Junior** atua como Conselheiro Fiscal da Gafisa S.A. e da Construtora Tenda S.A.

O Sr. **Marcelo Parodi** atua no Conselho de Administração da Eucatex S.A. Indústria e Comércio e no Conselho de Administração da BRIX Energia e Futuros S.A.

O Sr. **Eduardo Munemori** ocupa o cargo de Diretor na Explora Investimentos Gestão de Recursos Ltda.

O Sr. **Alexandre Braguetta** é membro do comitê de Investimentos da Explora Investimentos Gestão de Recursos Ltda.

O Sr. **Paulo Roberto Ribeiro Pinto** é diretor de Novos Negócios e institucional da Light S.A.

O Sr. **Fernando Henrique Schuffner Neto** é membro do Conselho Deliberativo da Sociedade Mineira de Engenheiros, membro do Conselho de Administração da CEMIG, membro do Conselho de Administração do Operador Nacional do Sistema (ONS), membro do Conselho de Administração da Light S.A. e desde 2010 é diretor de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas da CEMIG.

O Sr. **Gilberto Jose Cardoso** é membro dos Conselhos de Administração da Lightger S.A. e Santo Antonio energia S.A.

O Sr. **Joaquim Dias de Castro** é empregado do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, credor relevante da Companhia.

O Sr. **Rodrigo Matos Huet de Bacellar** é empregado do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, credor relevante da Companhia.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

13.1. Política e prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) objetivos da política ou prática da remuneração;

A prática de remuneração da Companhia tem por objetivo: (i) alinhar os interesses dos administradores e empregados aos interesses dos acionistas; (ii) alinhar os interesses dos administradores e empregados aos interesses e objetivos da Companhia; e (iii) atrair e reter profissionais de qualidade.

b) composição da remuneração, inclusive:

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles;

A composição da remuneração da Diretoria Estatutária é formada por: (i) uma remuneração fixa mensal com o objetivo de incentivar os diretores e consequentemente gerar valor para a Companhia, bem como otimizar o investimento da Companhia em recursos humanos para atrair e a reter profissionais capacitados e considerados fundamentais para a sustentabilidade de seus negócios; e (ii) remuneração variável por meio de opção de compra de ações da Companhia, com o objetivo de manter um compromisso de longo prazo, alinhando os interesses da administração com os interesses dos acionistas da Companhia. Os benefícios recebidos pelos Diretores são assistência médica, odontológica e seguro de vida. A Companhia não remunera seus administradores e empregados por participação em comitês.

A composição da remuneração dos membros do Conselho de Administração é formada por: (i) membros independentes: (x) remuneração fixa mensal; (y) não fazem jus a benefícios diretos ou indiretos e não recebem remuneração variável; (ii) membros efetivos: não recebem remuneração fixa ou variável e não fazem jus a benefícios diretos ou indiretos.

Conforme previsto no Plano de Opção, os membros do Conselho de Administração, na qualidade de administradores, poderão ser selecionados como participantes, além de empregados, Diretores e pessoas físicas que prestam serviços à Companhia ou a controladas. Para o caso de eventual outorga de opções a membros do Conselho de Administração, a fim de evitar a existência de conflitos de interesse, a matéria seria levado para deliberação da Assembleia Geral da Companhia.

Isso porque, conforme dispõe o item 3.4 do Plano de Opção, tratando-se esse de um caso omissivo e passível de conflito de interesse caso seja regulado pelo próprio Conselho de Administração, é permitido ao Conselho de Administração consultar a Assembleia Geral sobre qualquer tema que entenda necessário.

Ainda, a Companhia esclarece que até a presente data não foram realizadas outorgas de opções para membros do Conselho de Administração da Companhia.

A Companhia não possui um Conselho Fiscal instaurado.

A Companhia não possui diretores não estatutários.

(ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total;

A tabela abaixo apresenta as proporções médias de cada elemento da remuneração dos

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

administradores da Companhia em relação ao exercício social encerrado em 2012, considerando nossa política de remuneração em vigor:

Órgão	Fixo	Benefícios	Bônus	Ações
Diretoria Estatutária	35%	8%	N/A	57%
Conselho de Administração	100%	N/A	N/A	N/A
Comitês Estatutários	N/A	N/A	N/A	N/A
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração;

A remuneração fixa dos administradores da Companhia é reajustado anualmente tendo como base a variação aplicada pelos acordos coletivos e mediante a *performance* no caso dos diretores estatutários.

Não há uma regra específica de reajuste para os demais elementos da remuneração, uma vez que são reajustados de acordo com os valores do mercado.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração.

Conforme exposto no item (i) acima, a composição da remuneração nesse modelo visa alinhar os interesses e reter profissionais de qualidade. A composição da remuneração considera as responsabilidades de cada cargo e tem como parâmetro os valores praticados pelo mercado para os profissionais que exercem funções com complexidade similar.

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração;

A remuneração fixa não considera indicadores de desempenho.

A remuneração variável (opção de compra de ações) é estabelecida com base na *performance* pessoal dos membros da administração, resultados globais da empresa e cumprimento das metas estabelecidas.

O indicador de desempenho que é levado em consideração na definição da remuneração variável dos membros da administração é a geração de valor para Companhia, por meio da evolução na implantação de empreendimentos de geração de energia.

d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho; e

Embora a Companhia considere índices de desempenho para a determinação da remuneração variável, conforme indicado no item "C" acima, a Companhia não adota mecanismos formais e estruturados para avaliar a evolução de referidos indicadores de desempenho. Como regra geral, são regularmente realizadas reuniões de nosso Comitê de Talentos e Remuneração, o qual assessora o Conselho de Administração inclusive em relação à política de remuneração.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo.

A política de remuneração variável da Companhia se alinha com os objetivos de longo prazo da Companhia uma vez que as outorgas das ações ocorrem a partir de eventos específicos da vida dos projetos de geração de energia, tais como a homologação do resultado do leilão, a assinatura de financiamento, a entrada em operação comercial e o aniversário de 1 (um) ano da entrada em operação do projeto.

f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

Os administradores da Companhia não recebem remuneração de suas subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como alienação do controle societário da Companhia.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2013 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7,00	5,00		12,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	131.200,00	3.026.811,75		3.158.011,75
Benefícios direto e indireto	0,00	295.323,89		295.323,89
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	36.800,00	369.413,00		406.213,00
Descrição de outras remunerações fixas	Outras Remunerações Fixas significam o INSS recolhido.	Outras Remunerações Fixas significam o INSS recolhido.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	16.000,00	0,00		16.000,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações	0,00	7.927.667,08		7.927.667,08
Observação				
Total da remuneração	184.000,00	11.619.215,72		11.803.215,72

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2012 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	13,91	4,91		18,82
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	164.000,00	1.399.585,67		1.563.585,67
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	326.613,00		326.613,00

Descrição de outras remunerações fixas	Outras Remunerações Fixas significam o INSS recolhido.	Outras Remunerações Fixas significam o INSS recolhido.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	32.000,00	680.783,41		712.783,41
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações	0,00	3.493.893,30		3.493.893,30
Observação	Durante o exercício social de 2012, a Companhia possuía 2 membros remunerados no Conselho de Administração.			
Total da remuneração	196.000,00	5.900.875,38		6.096.875,38

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2011 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	9,33	5,83		15,16
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	70.800,00	1.575.204,40		1.646.004,40
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	24.000,00	0,00		24.000,00
Outros	25.200,00	214.732,00		239.932,00
Descrição de outras remunerações fixas	Outras Remunerações Fixas significam o INSS recolhido.	Outras Remunerações Fixas significam o INSS recolhido.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	105.000,00		105.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações	0,00	9.227.900,40		9.227.900,40
Observação	Durante o exercício social de 2011, a Companhia possuía 2 membros remunerados no Conselho de Administração.			
Total da remuneração	120.000,00	11.122.836,80		11.242.836,80

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2010 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7,25	5,00		12,25
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	80.800,00	1.613.666,48		1.694.466,48
Benefícios direto e indireto	0,00	30.021,98		30.021,98
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	27.200,00	0,00		27.200,00
Descrição de outras remunerações fixas	Outras Remunerações Fixas significam o INSS recolhido.	Outras Remunerações Fixas significam o INSS recolhido.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	684.861,08		684.861,08
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	28.000,00	0,00		28.000,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações	0,00	0,00		0,00
Observação	Em janeiro, novembro e dezembro de 2010 a Renova possuía 3 membros do Conselho de Administração remunerados e nos meses de fevereiro à outubro de 2010 a Renova possuía 2 membros do Conselho de Administração remunerados.			
Total da remuneração	136.000,00	2.328.549,54		2.464.549,54

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal2013

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	14	5	N/A	19
Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

2012

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	14	5	N/A	19
Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

2011

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	14	7	N/A	21
Bônus	N/A	105.000,00	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

2010

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	11	5	N/A	16
Bônus	N/A	684.861,08	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

* - Vide item 13.1 para informações sobre as opções outorgadas aos administradores da Companhia no âmbito de seu plano de opção de ações.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

a) Termos e condições gerais

A Companhia poderá outorgar, a critério do Conselho de Administração, opção de compra de ações àqueles indicados pela Diretoria. As opções são outorgadas nos termos do Plano de Opção de Compra de Ações (“Plano”) aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 18 de janeiro de 2010.

b) Principais objetivos do plano

O Plano tem como principal objetivo atrair e reter profissionais qualificados e estimular a expansão e a consecução dos objetivos sociais da Companhia, alinhando interesses de seus acionistas e administradores.

c) Forma como o plano contribui para esses objetivos

O Plano contribui para esses objetivos alinhando interesses de administradores, Companhia e seus acionistas. Atribui aos administradores remuneração variável atrelada à criação de valor e à expansão da capacidade instalada da Companhia.

d) Como o plano se insere na política de remuneração da Companhia

O Plano constitui instrumento de incentivo para o melhor desempenho individual e para o comprometimento dos administradores da Companhia, estimulando o cumprimento das metas determinadas pelo Conselho de Administração. O plano de remuneração baseado em opções de ações privilegia a meritocracia e as metas estabelecidas pelo Conselho de Administração.

e) Como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo

O Plano alinha os interesses de administradores, Companhia e acionistas por meio de atribuição de remuneração aos administradores de acordo com a criação de valor e a expansão da capacidade instalada da Companhia. Por meio do Plano, incentivamos a permanência dos executivos da Companhia em seus respectivos cargos e o comprometimento com resultados de longo prazo, para que tais resultados possam se reverter em favor desses administradores em forma de remuneração variável. Com a possibilidade de acordo com a sua *performance*, a Companhia passa a ter recursos para manter executivos qualificados e comprometidos com a Companhia e com o seu desenvolvimento.

f) Número máximo de ações abrangidas

O plano pode abranger até 5% das ações de emissão da Companhia.

g) Número máximo de opções a serem outorgadas

Observado o número máximo de ações abrangidas pelo Plano, não há número máximo de opções a serem outorgadas.

h) Condições de aquisição de ações

As condições para aquisição de ações são definidas pelo Conselho de Administração quando da assinatura do contrato de outorga com o respectivo participante.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

i) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

As opções já outorgadas tiveram seu preço de aquisição fixada com base no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2008. As condições para exercício das opções são definidas pelo Conselho de Administração quando da assinatura do contrato de outorga com o respectivo participante.

j) Critérios para fixação do prazo de exercício

O prazo de exercício é definido pelo Conselho de Administração quando da assinatura do contrato de outorga com o respectivo participante.

k) Forma de liquidação

A liquidação é feita à vista, no ato da aquisição ou na forma determinada pelo Conselho de Administração para cada Contrato, preferencialmente em dinheiro, podendo o Conselho de Administração, ao seu exclusivo critério, estabelecer nos respectivos Contratos outras formas, condições e prazos de pagamento.

l) Restrições à transferência das ações

O beneficiário só poderá vender, locar, transferir, onerar ou, de qualquer forma, alienar as Ações da Companhia adquiridas no âmbito do Plano, desde que sejam respeitadas todas as condições previstas no contrato, no Plano, na Política de Negociação de Valores Mobiliários e na legislação e regulamentação aplicáveis.

m) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Conselho de Administração da Companhia poderá, a qualquer tempo, alterar ou extinguir o Plano ou ainda estabelecer a regulamentação aplicável aos casos omissos.

n) Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Exceto na hipótese de desligamento do administrador por justa causa:

(i) em caso de desligamento por iniciativa do participante ou da companhia, o participante perderá, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, todas as opções que lhe tenham sido concedidas e que ainda não sejam exercíveis na data do desligamento; e

(ii) o participante poderá exercer as opções que forem exercíveis na data do desligamento, exclusivamente no prazo de 1 (um) ano contado da data do desligamento, mediante entrega de comunicação por escrito.

Na hipótese de o desligamento ter ocorrido por iniciativa da Companhia e tiver sido sem justa causa, o participante terá direito a exercer parte das opções que já lhe tenham sido outorgadas, em proporção a ser determinada de acordo com deliberação do Conselho de Administração.

Nas hipóteses de desligamento do participante da companhia, as opções outorgadas nos termos do Plano voltarão a estar disponíveis para outorga a outros participantes, nos termos do Plano.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

No caso de falecimento ou invalidez permanente, o participante:

(i) perderá imediatamente as opções outorgadas, mas que ainda não forem exercíveis na data do falecimento ou da verificação da invalidez permanente, voltando tais opções a estar novamente disponíveis para outorga sob os termos e condições do Plano; e

(ii) as opções que já forem exercíveis na data do falecimento ou da invalidez permanente do participante poderão ser exercidas pelos herdeiros ou sucessores do participante, por sucessão legal ou por disposição testamentária, ou pelo inventariante, no caso de morte do participante, ou pelo próprio participante, no caso de invalidez permanente, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da morte do participante ou da regular constatação, nos termos da legislação aplicável, do seu estado de invalidez permanente.

No caso de aposentadoria do participante, o Conselho de Administração decidirá caso a caso o tratamento que será dado às opções já outorgadas, mas ainda não exercíveis. Já as opções que forem exercíveis na data da aposentadoria do participante poderão ser exercidas no prazo a ser determinado pelo Conselho de Administração.

Além dessas regras gerais disciplinadas pelo Plano, os contratos de cada participante podem prever algumas situações específicas, conforme determinado pelo Conselho de Administração.

13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

A tabela abaixo indica a quantidade de ações detidas diretamente pelos Conselheiros e Diretores da Companhia, e o percentual que suas participações individuais representam na quantidade total de ações emitidas, em 31 de dezembro de 2012:

Órgão	Quantidade de Ações em 31/12/2012			
	ON	% ON	PN	% PN
Conselho de Administração	13.467	0,01%	25.930	0,04%
Diretoria	167.112	0,11%	334.219	0,46%

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2013):

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/12/2013

Diretoria Estatutária				
Nº de membros de tiveram opções outorgadas	3	5	4	5
Data da outorga	30/04/2013	31/05/2013	31/08/2013	31/10/2013
Quantidade de opções outorgadas	20.758 units	45.178 units	151.740 units	33.996 units
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	imediato após a outorga	imediato após a outorga	imediato após outorga	imediato após outorga
Prazo máximo para exercício das opções	n/a	n/a	n/a	n/a
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a	n/a	n/a
Preço médio ponderado de exercício:				
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	n/a	n/a	n/a	n/a
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	n/a	n/a	n/a	n/a
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	R\$ 0,34/ unit	R\$ 0,34/ unit	R\$ 0,34/ unit	R\$ 0,34/ unit
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor justo das opções na data da outorga	R\$ 0,34/ unit	R\$ 0,34/ unit	R\$ 0,34/ unit	R\$ 0,34/ unit
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

* Não haverá opções a serem outorgadas a membros do Conselho de Administração

Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 31/12/2012:

Diretoria Estatutária			
Nº de membros que tiveram opções outorgadas	1	1	3
Data da outorga	26/01/2012	01/03/2012	30/05/2012
Quantidade de opções outorgadas	22.890	54.000 units	3.144 units
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	imediato após a outorga	10.000 units em 01/03/2012 e 5.500 units do restante (44.000) a cada 6 meses a partir de 14.01.2012	imediato após outorga
Prazo máximo para exercício das opções	n/a	n/a	n/a
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a	n/a
Preço médio ponderado de exercício:			
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	n/a	n/a	n/a
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	n/a	n/a	n/a
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	R\$ 0,34/ unit	R\$ 0,34/ unit	R\$ 0,34/ unit
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	n/a	n/a	n/a
Valor justo das opções na data da outorga	R\$ 0,34/ unit	R\$ 0,34/ unit	R\$ 0,34/ unit
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,00%	0,00%	0,00%

* Não houve opções outorgadas a membros do Conselho de Administração

Remuneração baseada em ações - exercícios sociais encerrados em 31/12 de 2011 e 2010:

Diretoria Estatutária				
Nº de membros que tiveram opções outorgadas	3	1	1	4
Data da outorga	10/08/2011 ⁽¹⁾	09/06/2011	04/04/2011	08/12/2010
Quantidade de opções outorgadas	62.847 units	48.000 units	125.000 units	147.450 units
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	imediato após outorga	25% do total a cada 6 meses a partir de 04.04.2011	imediato após outorga	imediato após outorga
Prazo máximo para exercício das opções	n/a	n/a	n/a	n/a
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a	n/a	n/a
Preço médio ponderado de exercício:				
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	n/a	n/a	n/a	n/a
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	n/a	n/a	n/a	n/a
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	R\$ 0,34/ unit	R\$ 0,34/ unit	R\$ 0,34/ unit	R\$ 0,34/ unit
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor justo das opções na data da outorga	R\$ 0,34/ unit	R\$ 0,34/ unit	R\$ 0,34/ unit	R\$ 0,34/ unit
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

⁽¹⁾ Quantidade de units outorgadas rratificadas em RCA de 15/08/2011.

13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2012

Diretoria Estatutária	
Nº de membros	2
Opções ainda não exercíveis	
Quantidade	50.500 units ⁽¹⁾
Data em que se tornarão exercíveis	(2)
Prazo máximo para exercício das opções	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A
Preço médio ponderado de exercício	R\$0,34/unit
Valor justo das opções no último dia do exercício social	R\$0,34/unit
Opções exercíveis ⁽³⁾	
Quantidade	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	N/A

⁽¹⁾ Quantidade restante das 48.000 units outorgadas em RCA 09.06.2011. Vide item 13.6. + restantes das 54.000 units outorgadas em RCA 01.03.2012.

⁽²⁾ Conforme regras das outorgas realizadas em RCA 09.06.2011 e RCA 01.03.2012, por se tratar da continuação destas. Vide item 13.6.

⁽³⁾ Não houve opções exercíveis ao final do exercício social encerrado em 31.12.2012.

13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Opções exercidas – exercício social encerrado em 31/12/2012

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	--	5
Opções exercidas	--	
Número de ações	--	106.847 ONs 213.694 PNs
Preço médio ponderado de exercício	--	R\$0,34/ unit
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	--	R\$31,45
Ações entregues	--	
Número de ações entregues	--	106.847 ONs 213.694 PNs
Preço médio ponderado de aquisição	--	R\$0,34/ unit
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	--	R\$31,45

Opções exercidas – exercício social encerrado em 31/12/2011

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	--	4
Opções exercidas	--	
Número de ações	--	335.297 ONs 670.594 PNs
Preço médio ponderado de exercício	--	R\$ 0,34/ unit
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	--	26,34
Ações entregues	--	
Número de ações entregues	--	335.297 ONs 670.594 PNs
Preço médio ponderado de aquisição	--	R\$ 0,34/ unit
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	--	26,34

Não foram exercidas opções, tampouco ações foram entregues relativas à remuneração baseada em ações no exercício social de 2010.

13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções

A Companhia não utiliza modelos de precificação para as opções de compra de ações. Vide item 13.4.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

A Companhia não oferece planos de previdência aos membros do conselho de administração ou aos diretores estatutários.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária		Conselho de Administração	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Nº de membros	5,83	5,00	9,33	7,25
Valor da maior remuneração(Reais)	4.252.500,00	408.333,24	60.000,00	60.000,00
Valor da menor remuneração(Reais)	119.700,00	90.000,00	60.000,00	4.000,00
Valor médio da remuneração(Reais)	1.906.771,85	465.709,91	60.000,00	60.444,44

Observação

Diretoria Estatutária

Conselho de Administração	
31/12/2011	Para calcular o valor médio da remuneração, a Companhia considerou somente 2 membros, visto que os demais não são remunerados.
31/12/2010	Para calcular o valor médio da remuneração, a Companhia considerou somente 2,25 membros (3 membros em janeiro, novembro e dezembro e 2 membros de março à outubro), visto que os demais não são remunerados.

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

A Companhia não possui arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Órgão	dez/12	dez/11	dez/10
Diretoria Estatutária	0%	31%	22%
Conselho de Administração*	0%	0%	0%
Conselho Fiscal	-	-	-

* Os membros independentes da Companhia são os únicos membros do Conselho de Administração que são remunerados.

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não existem valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Não existem valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia.

13.16 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

14.1 - Descrição dos recursos humanos

a) Número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica):

Em 31 de dezembro de 2012, A Companhia possuía, em bases consolidadas, 174 funcionários. A tabela a seguir indica o número de empregados por localização geográfica e atividade desempenhada nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010, 2011 e 2012.

Localização Geográfica	Atividade Desempenhada	Número de funcionários em			Total da localização geográfica em		
		31.12.2010	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2012
SP	Administração	22	45	88	25	53	93
	Operacional	-	2	1			
	Diretoria	3	6	4			
BA	Administração	30	56	63	36	62	77
	Operacional	4	5	13			
	Diretoria	2	1	1			
MG	Administração	9	7	4	9	7	4
	Operacional	-	-	-			
	Diretoria	-	-	-			
TO	Administração	1	1	-	1	1	0
	Operacional	-	-	-			
	Diretoria	-	-	-			
Total Geral		71	123	174	71	123	174

b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica):

No ano de 2012, contávamos com 192 prestadores de serviços terceirizados, que assessoram os seguintes departamentos internos:

- desenvolvimento de novos projetos de PCHs e centrais geradoras eólicas
- Implantação dos Parques Eólicos
- Prospecção de terras/Relacionamento Proprietários
- Compras
- Meio Ambiente/Sustentabilidade

c) índice de rotatividade:

0,35%

d) exposição do emissor a passivos e contingências trabalhista:

Na data deste Formulário existiam trinta e quatro reclamações trabalhistas em que a Renova é 2ª ou 3ª reclamada, ou seja, respondendo de forma subsidiária. Por essa razão, os processos não estão provisionados por ser considerada remota a chance de perda. Nos termos do

14.1 - Descrição dos recursos humanos

contrato, as empresas contratadas deverão defender, indenizar e manter indene as Pessoas Beneficiárias de Indenidade da Proprietária (Renova e suas empresas controladas) quanto a todos e quaisquer prejuízos, danos, penalidades, custos e despesas de qualquer natureza (inclusive despesas legais, contábeis, de consultoria, engenharia para conclusão da obra, investigação e outras despesas), decorrentes de quaisquer demandas, incluindo autuações, notificações judiciais ou extrajudiciais, ações judiciais e procedimentos arbitrais. A Companhia não é ré em qualquer reclamação trabalhista movida por seus ex-funcionários.

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

O crescimento do quadro de colaboradores nos últimos três exercícios sociais deu-se, em especial, pelo crescimento das atividades de prospecção de novos projetos e do desenvolvimento do portfólio de projetos eólicos e implantação dos parques eólicos do LER 2009 e LER 2010. Esse desenvolvimento demandou o aumento do corpo técnico e do corpo administrativo de apoio. Em 2010 a Companhia possuía 71 funcionários, em 2011 possuía 123 funcionários e em 31 de dezembro de 2012 a Companhia contava com 174 funcionários em seu quadro.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

a) Política de salários e remuneração variável

A Companhia considera sua política de recursos humanos como parte integrante de sua estratégia empresarial. Por isso, a Companhia pratica uma administração de recursos humanos transparente, na qual o foco principal é a constante valorização e desenvolvimento dos talentos.

A área de recursos humanos mantém foco na contratação de profissionais éticos, qualificados e com disposição para enfrentar e superar desafios. A Companhia busca incentivar condições de desenvolvimento contínuo a todos os seus colaboradores através de programas de capacitação, desenvolvimento e qualificação profissional, além de oferecer uma remuneração variável atrelada ao atingimento de metas e resultados, por meio da outorga de opções no âmbito do plano de opção de ações. A remuneração fixa dos colaboradores, organizados por plano de cargos, busca refletir padrões de mercado para outras empresas do mesmo setor e empresas consideradas *benchmark* pelo RH da Companhia.

Anualmente a Companhia realiza um estudo de mercado com empresas selecionadas pelos executivos da Renova, onde é levado em consideração as seguintes características de empresas:

- empresas do setor de energia, construção e bens de consumo;
- empresas com filosofia de remuneração atrelada a performance;
- empresas com direcionamento para condução de projetos;
- empresas que possuem práticas e políticas estruturadas de Recursos Humanos/Remuneração

Nesse estudo, são avaliadas as práticas de remuneração total tais como: salário base, benefícios, programas de incentivo de curto e longo prazo.

b) Política de benefícios

A Companhia oferece a os empregados um pacote de benefícios, que inclui: vale-refeição/alimentação, vale transporte, auxílio creche, assistência médica hospitalar e dentária e seguro de vida, os quais são integralmente custeados pela Companhia, além de subsídio de parte do custo com academia para exercícios físicos e subsídio de cursos idiomas, graduação e pós graduação.

c) Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando: (i) grupo de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preço de exercício; (iv) prazo de exercício; e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano:

A Companhia possui um Plano de Opção de Compra de Ações aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 18 de janeiro de 2010, segundo o qual

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

pode outorgar opção de compra ou subscrição de ações ou *Units*, sem direito de preferência para os acionistas, em favor de administradores e empregados da Companhia, bem como de pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou às sociedades sob seu controle, respeitando sempre o limite máximo de 5% do total de ações representativas do capital social da Companhia.

Para obter mais informações sobre o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, consulte a seção “Remuneração dos Administradores”, contida no item “13” deste Formulário de Referência.

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

A Companhia foi sindicalizada em 2012 e possui acordos coletivos distintos para cada região onde atua (Bahia e São Paulo). A Companhia acredita que possui um bom relacionamento com os sindicatos que representam seus funcionários, que são os Sindicatos dos Eletricitários da Bahia, Minas Gerais e São Paulo. Nunca houve greve nas empresas do grupo.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Santa Bárbara Fundo de Investimento em Participações - FIP Santa Bárbara						
12.907.121/0001-09	brasileira-SP	Não	Não	03/05/2011		
4.655.782	3,000000%	9.311.560	12,500000%	13.967.342	6,000000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
Light Energia S.A						
01.917.818/0001-36	brasileira-RJ	Sim	Sim	17/08/2011		
50.561.797	32,230000%	0	0,000000%	50.561.797	21,860000%	
BNDESPAR						
00.383.281/0001-09	brasileira-SP	Sim	Não	06/11/2012		
9.311.425	5,930000%	18.622.850	25,000000%	27.934.275	12,100000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
Fundo de Investimento em Participações Caixa Ambiental - FIP Caixa Ambiental						
08.576.668/0001-93	brasileira-SP	Não	Não	12/08/2010		
5.470.293	3,490000%	10.940.586	14,700000%	16.410.879	7,100000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
RR Participações S.A						
09.207.533/0001-13	brasileira-SP	Sim	Sim	14/02/2011		
69.121.890	44,060000%	0	0,000000%	69.121.890	29,900000%	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Infrabrasil Fundo de Investimento S.A						
07.452.281/0001-62	brasileira-SP	Não	Não	12/08/2010		
11.651.467	7,430000%	23.302.933	31,300000%	34.954.400	15,100000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
Banco Santander S.A						
90.400.888/0001-42	brasileira-SP	Não	Não	24/02/2011		
2.269.804	1,450000%	4.539.608	6,100000%	6.809.412	2,900000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
OUTROS						
3.856.754	2,410000%	7.691.277	10,400000%	11.548.031	5,040000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
AÇÕES EM TESOOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%	
TOTAL						
156.899.212	100,000000%	74.408.814	100,000000%	231.308.026	100,000000%	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista			Composição capital social
Light Energia S.A			01.917.818/0001-36			
Light S.A.						
03.378.521/0001-75	brasileira-RJ	Sim	Sim	30/11/2005		
77.421.581	100,000000	0	0,000000	77.421.581	100,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
TOTAL						
77.421.581	100,000000	0	0,000000	77.421.581	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
RR Participações S.A			09.207.533/0001-13		
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Renato do Amaral Figueiredo					
146.623.258-70	brasileiro-SP	Não	Não		
1.519.957	35,000000	0	0,000000	1.519.957	35,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Ricardo Lopes Delneri					
157.602.498-94	brasileira-SP	Não	Não		
2.822.778	65,000000	0	0,000000	2.822.778	65,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
4.342.735	100,000000	0	0,000000	4.342.735	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Light S.A.			03.378.521/0001-75		
Alliance Bernstein L.P.					
	brasileira	Não	Não	31/12/2011	
10.413.567	5,106340	0	0,000000	10.413.567	5,106340
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
BNDESPAR					
00.383.281/0001-09	brasileira-RJ	Não	Não	30/06/2010	
29.008.782	14,224589	0	0,000000	29.008.782	14,224589
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG)					
17.155.730/0001-64	brasileira-MG	Sim	Sim	25/03/2010	
53.152.298	26,063473	0	0,000000	53.152.298	26,063473
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Luce Empreendimentos eParticipações S.A (Lepsa)					
11.429.117/0001-01	brasileira-RJ	Sim	Sim	25/03/2010	
26.576.149	13,031736	0	0,000000	26.576.149	13,031736
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		Composição capital social
Light S.A.			03.378.521/0001-75		
OUTROS					
58.207.114	28,542125	0	0,000000	58.207.114	28,542125
RME - Rio Minas Energia Participações S.A					
07.925.628/0001-47	brasileira-RJ	Sim	Sim	25/03/2010	
26.576.150	13,031737	0	0,000000	26.576.150	13,031737
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
203.934.060	100,000000	0	0,000000	203.934.060	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		Composição capital social
BNDESPAR			00.383.281/0001-09		
BNDES					
33.657.248/0001-89	brasileira	Não	Não	30/06/2010	
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG)				17.155.730/0001-64		
Ações em Tesouraria						
17.155.730/0001-64	brasileira-MG	Não	Não	31/12/2011		
0	0,000000	290.920	0,075732	290.920	0,042631	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
Andrade Gutierrez (AGC) Energia S.A.						
11.221.326/0001-65	brasileira-MG	Não	Não	30/06/2010		
98.321.592	32,963993	0	0,000000	98.321.592	14,407897	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
BlackRock, Inc.						
		Não	Não	31/12/2011		
0	0,000000	36.104.343	9,398626	36.104.343	5,290676	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
Estado de Minas Gerais e outras entidades do Estado						
	brasileira-MG	Não	Sim	30/06/2010		
151.993.292	50,958347	0	0,000000	151.993.292	22,272867	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG)				17.155.730/0001-64	
Lazard Asset Management LLC					
		Não	Não	31/12/2011	
0	0,000000	28.673.232	7,464171	28.673.232	4,201732
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
47.954.784	16,077660	319.076.419	83,061471	367.031.203	53,784197
TOTAL					
298.269.668	100,000000	384.144.914	100,000000	682.414.582	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Luce Empreendimentos eParticipações S.A (Lepsa)			11.429.117/0001-01		
Andre Fernandes Bereguer					
		Não	Não		
1	0,000001	0	0,000000	1	0,000001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Cesar Vaz de Melo Fernandes					
		Não	Não		
1	0,000001	0	0,000000	1	0,000001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Cristiano Correa de Barros					
		Não	Não		
1	0,000001	0	0,000000	1	0,000001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Luce Brasil FIP					
07.665.283/0001-30	brasileira	Não	Não	30/06/2010	
177.328.389	99,999996	0	0,000000	177.328.389	99,999996
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		
Luce Empreendimentos eParticipações S.A (Lepsa)			11.429.117/0001-01		
Mario Antonio Thomazi					
		Não	Não		
1	0,000001	0	0,000000	1	0,000001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
177.328.393	100,000000	0	0,000000	177.328.393	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
RME - Rio Minas Energia Participações S.A			07.925.628/0001-47		
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Redentor Energia					
12.126.500/0001-53	brasileira	Não	Não	30/06/2010	
709.309.572	100,000000	0	0,000000	709.309.572	100,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
709.309.572	100,000000	0	0,000000	709.309.572	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Andrade Gutierrez (AGC) Energia S.A.			11.221.326/0001-65		
AGC Participações Ltda.					
03.601.304/0001-00	brasileira-MG	Não	Não	30/06/2010	
25	0,500000	25	0,500000	50	0,500000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
Andrade Gutierrez (AG) Concessões S.A					
03.601.314/0001-38	brasileira-MG	Sim	Sim	30/06/2010	
4.975	99,500000	4.975	99,500000	9.950	99,500000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
5.000	100,000000	5.000	100,000000	10.000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
BNDES			33.657.248/0001-89		
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
6.273.711.452	100,000000	0	0,000000	6.273.711.452	100,000000
União					
	brasileira	Não	Não	30/06/2010	
6.273.711.452	100,000000	0	0,000000	6.273.711.452	100,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Luce Brasil FIP			07.665.283/0001-30		
Luce LLC					
	estrangeira	Não	Não	07/07/2011	
133.067.080	75,000000	0	0,000000	133.067.080	75,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Parati S.A - Participações em ativos de energia elétrica					
10.478.616/0001-26	brasileira	Não	Não	29/07/2011	
44.355.693	25,000000	0	0,000000	44.355.693	25,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
177.422.773	100,000000	0	0,000000	177.422.773	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Redentor Energia			12.126.500/0001-53		
OUTROS					
49.809.263	45,920000	0	0,000000	49.809.263	45,920000
Parati S.A - Participações em ativos de energia elétrica					
10.478.616/0001-26	brasileira	Não	Não	23/05/2011	
58.671.565	54,080000	0	0,000000	58.671.565	54,080000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
108.480.828	100,000000	0	0,000000	108.480.828	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		Composição capital social
Estado de Minas Gerais e outras entidades do Estado					
OUTROS					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000
TOTAL					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
AGC Participações Ltda.				03.601.304/0001-00		
Andrade Gutierrez (AG) Concessões S.A						
03.601.314/0001-38	brasileira-MG	Sim	Sim	30/06/2010		
29.170.181	99,999825	0	0,000000	29.170.181	99,999825	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Andrade Gutierrez S.A						
17.262.197/0001-30	brasileira-MG	Não	Não	30/06/2010		
51	0,000175	0	0,000000	51	0,000175	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
TOTAL						
29.170.232	100,000000	0	0,000000	29.170.232	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Andrade Gutierrez (AG) Concessões S.A				03.601.314/0001-38		
AG Invest Fundo de Investimento em Participações						
	brasileira-MG	Não	Não	30/06/2010		
4.806.293	8,656029	4.806.294	8,626032	9.612.587	8,656031	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
Andrade Gutierres Participações S.A						
03.601.314/0001-38	brasileira-MG	Não	Não	30/06/2010		
42.464.341	76,477355	40.634.482	73,211826	83.098.823	74,829590	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
IFC - International Finance Corporation						
	americana	Não	Não	30/06/2010		
8.246.717	14,852158	8.246.717	14,852160	16.493.434	14,852159	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
OUTROS						
8.028	0,014458	1.837.880	3,309982	1.845.908	1,662220	
TOTAL						
55.525.379	100,000000	55.525.373	100,000000	111.050.752	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		Composição capital social
Luce LLC					
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Parati S.A - Participações em ativos de energia elétrica					
10.478.616/0001-26	brasileira	Não	Não	07/07/2011	
3.849	100,000000	0	0,000000	3.849	100,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
3.849	100,000000	0	0,000000	3.849	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Parati S.A - Participações em ativos de energia elétrica				10.478.616/0001-26	
Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG)					
17.155.730/0001-64	brasileira-MG	Sim	Sim	23/05/2011	
101.913.408	50,000000	0	0,000000	101.913.408	25,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Redentor Fundo de Investimento em Participações					
11.547.888/0001-01	brasileira	Sim	Sim	23/05/2011	
101.913.408	50,000000	203.826.816	100,000000	305.740.224	75,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
TOTAL					
203.826.816	100,000000	203.826.816	100,000000	407.653.632	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Andrade Gutierrez Participações S.A			03.601.314/0001-38		
Andrade Gutierrez S.A					
17.262.197/0001-30	brasileira-MG	Não	Não	30/06/2010	
233.761.338	99,999998	467.522.687	100,000000	701.284.025	99,999999
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
5	0,000002	0	0,000000	5	0,000001
TOTAL					
233.761.343	100,000000	467.522.687	100,000000	701.284.030	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Redentor Fundo de Investimento em Participações			11.547.888/0001-01		
Banco BTG Pactual S.A					
		Não	Não	23/05/2011	
142	14,285800	0	0,000000	142	14,285800
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Banco Santander Brasil S.A					
90.400.888/0001-42	brasileira	Não	Não	23/05/2011	
285	28,571400	0	0,000000	285	28,571400
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Banco Votorantim S.A					
		Não	Não	23/05/2011	
285	28,571400	0	0,000000	285	28,571400
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
BB Banco de Investimento S.A					
	brasileira	Não	Não	23/05/2011	
285	28,571400	0	0,000000	285	28,571400
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Redentor Fundo de Investimento em Participações			11.547.888/0001-01		
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
997	100,000000	0	0,000000	997	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Andrade Gutierrez (AG) Concessões S.A			03.601.314/0001-38		
OUTROS					
55.525.379	100,000000	55.525.373	100,000000	111.050.752	100,000000
TOTAL					
55.525.379	100,000000	55.525.373	100,000000	111.050.752	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG)			17.155.730/0001-64		
OUTROS					
271.154.243	100,000000	349.222.649	100,000000	620.376.892	100,000000
TOTAL					
271.154.243	100,000000	349.222.649	100,000000	620.376.892	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Andrade Gutierrez S.A			17.262.197/0001-30		
Adiminstradora São Estevão S.A					
	brasileira-MG	Não	Não	30/06/2010	
238.663.827	33,340000	477.336.173	33,340000	716.000.000	33,340000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
Administradora Santana Ltda.					
16.741.134/0001-01	brasileira-MG	Não	Não	30/06/2010	
238.663.826	33,330000	477.336.173	33,330000	715.999.999	33,330000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
Administradora São Miguel Ltda.					
19.135.623/0001-08	brasileira-MG	Não	Não	30/06/2010	
238.663.826	33,330000	477.336.173	33,330000	715.999.999	33,330000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
715.991.479	100,000000	1.432.008.519	100,000000	2.147.999.998	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista			Composição capital social
Adiminstradora São Estevão S.A						
OUTROS						
13.776	0,280000	0	0,000000	13.776	0,280000	
Sergio Lins Andrade						
	brasileiro	Não	Não			
4.986.587	99,720000	0	0,000000	4.986.587	99,720000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
TOTAL						
5.000.363	100,000000	0	0,000000	5.000.363	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Administradora Santana Ltda.			16.741.134/0001-01		
Angela Gutierrez					
	brasileira	Não	Não		
99.998	33,330000	0	0,000000	99.998	33,330000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Cristina Gutierrez					
	brasileira	Não	Não		
99.998	33,330000	0	0,000000	99.998	33,330000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Espólio de Roberto Gutierrez					
	brasileiro	Não	Não		
99.970	33,320000	0	0,000000	99.970	33,320000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
34	0,020000	0	0,000000	34	0,020000
TOTAL					
300.000	100,000000	0	0,000000	300.000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		Composição capital social
Administradora São Miguel Ltda.			19.135.623/0001-08		
Água Branca Participações Ltda.					
07.151.347/0001-84	brasileira	Não	Não	30/06/2010	
1.392.800	7,334387	0	0,000000	1.392.800	7,334387
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Alvaro Furtado de Andrade					
		Não	Não		
1.376.400	7,248025	0	0,000000	1.376.400	7,248025
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Cristalia Participações Ltda.					
07.147.738/0001-25	brasileira	Não	Não	30/06/2010	
1.431.200	7,536598	0	0,000000	1.431.200	7,536598
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Flavio Furtado de Andrade					
		Não	Não		
1.203.600	6,338073	0	0,000000	1.203.600	6,338073
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Administradora São Miguel Ltda.			19.135.623/0001-08		
Gabriel Donato de Andrade					
		Não	Não		
200	0,001503	0	0,000000	200	0,001503
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Guvidala participações Ltda.					
07.154.488/0001-50	brasileira	Não	Não	30/06/2010	
1.497.200	7,884150	0	0,000000	1.497.200	7,884150
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Heloisa Furtado de Andrade					
		Não	Não		
1.320.000	6,951027	0	0,000000	1.320.000	6,951027
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Laura Furtado de Andrade					
		Não	Não		
1.320.000	6,951027	0	0,000000	1.320.000	6,951027
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Administradora São Miguel Ltda.			19.135.623/0001-08		
Luciana Furtado de Andrade					
		Não	Não		
1.368.000	7,203791	0	0,000000	1.368.000	7,203791
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Marília Furtado de Andrade					
		Não	Não		
1.261.200	6,641390	0	0,000000	1.261.200	6,641390
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Marrote Participações Ltda.					
07.154.654/0001-19	brasileira	Não	Não	30/06/2010	
1.196.000	6,298052	0	0,000000	1.196.000	6,298052
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Nadja Participações Ltda.					
07.154.477/0001-70	brasileira	Não	Não	30/06/2010	
1.404.800	7,397126	0	0,000000	1.404.800	7,397126
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		Composição capital social
Administradora São Miguel Ltda.			19.135.623/0001-08		
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Paulo Furtado de Andrade					
		Não	Não		
1.390.800	7,323855	0	0,000000	1.390.800	7,323855
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
18.990.000	100,000000	0	0,000000	18.990.000	100,000000
Travessia Participações Ltda.					
07.154.469/0001-24	brasileira	Não	Não	30/06/2010	
1.455.200	7,662981	0	0,000000	1.455.200	7,662981
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Vera Furtado de Andrade					
		Não	Não		
200	0,001053	0	0,000000	200	0,001053
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		
Administradora São Miguel Ltda.			19.135.623/0001-08		
Verdigris Participações Ltda.					
07.149.689/0001-60	brasileira	Não	Não	30/06/2010	
1.372.400	7,226962	0	0,000000	1.372.400	7,226962
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Agua Branca Participações Ltda.			07.151.347/0001-84		
Camila da Cunha Pereira					
		Não	Não		
5	0,000359	0	0,000000	5	0,000359
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Gabriel Donato de Andrade					
		Não	Não		
1	0,000072	0	0,000000	1	0,000072
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Gabriela Andrade da Cunha Pereira					
		Não	Não		
5	0,000359	0	0,000000	5	0,000359
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Laura Furtado de Andrade					
		Não	Não		
1.392.780	99,998492	0	0,000000	1.392.780	99,998492
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Agua Branca Participações Ltda.			07.151.347/0001-84		
Mariana da Cunha Pereira					
		Não	Não		
5	0,000359	0	0,000000	5	0,000359
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Rafael Andrade da Cunha Pereira					
		Não	Não		
5	0,000359	0	0,000000	5	0,000359
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
1.392.801	100,000000	0	0,000000	1.392.801	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Cristalia Participações Ltda.			07.147.738/0001-25		
Gabriel Donato de Andrade					
		Não	Não		
1	0,000070	0	0,000000	1	0,000070
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Heloísa Furtado de Andrade					
		Não	Não		
1.431.200	99,999930	0	0,000000	1.431.200	99,999930
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
1.431.201	100,000000	0	0,000000	1.431.201	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Guvidala participações Ltda.			07.154.488/0001-50		
Alvaro Furtado de Andrade					
		Não	Não		
1.497.000	99,999933	0	0,000000	1.497.000	99,999933
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Gabriel Donato de Andrade					
		Não	Não		
1	0,000067	0	0,000000	1	0,000067
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
1.497.001	100,000000	0	0,000000	1.497.001	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Marrote Participações Ltda.			07.154.654/0001-19		
Flavio Furtado de Andrade					
		Não	Não		
1.196.000	99,999916	0	0,000000	1.196.000	99,999916
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Gabriel Donato de Andrade					
		Não	Não		
1	0,000084	0	0,000000	1	0,000084
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
1.196.001	100,000000	0	0,000000	1.196.001	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Nadja Participações Ltda.			07.154.477/0001-70		
Gabriel Donato de Andrade					
		Não	Não		
1	0,000071	0	0,000000	1	0,000071
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Lluciana Furtado de Andrade					
		Não	Não		
1.404.800	99,999929	0	0,000000	1.404.800	99,999929
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
1.404.801	100,000000	0	0,000000	1.404.801	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Travessia Participações Ltda.			07.154.469/0001-24		
Gabriel Donato de Andrade					
	brasileira	Não	Não		
1	0,000069	0	0,000000	1	0,000069
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Paulo Furtado de Andrade					
		Não	Não		
1.455.200	99,999931	0	0,000000	1.455.200	99,999931
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
1.455.201	100,000000	0	0,000000	1.455.201	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Verdigris Participações Ltda.			07.149.689/0001-60		
Gabriel Donato de Andrade					
		Não	Não		
1	0,000073	0	0,000000	1	0,000073
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Marilia Furtado de Andrade					
		Não	Não		
1.372.401	99,999927	0	0,000000	1.372.401	99,999927
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
1.372.402	100,000000	0	0,000000	1.372.402	100,000000

15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	19/04/2013
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	332
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	11
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	37

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	36.537.620	23,300000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	72.950.434	99,200000%
Total	109.488.054	47,600000%

15.4 - Organograma dos acionistas

Bloco de Controle 64,7% ON 44,0% total		RR Participações ¹	BNDESPAR	FIP InfraBrasil	FIP Caixa Ambiental	FIP Santa Bárbara	Outros
RR Participações	Light Energia						
32,3% ON 0,0 % PN 22,0% total	32,3% ON 0,0% PN 22,0% total	12,0% ON 0,8% PN 8,4% total	5,9% ON 25,3% PN 12,1% total	7,4% ON 31,7% PN 15,2% total	3,5% ON 14,9% PN 7,1% total	3,0% ON 12,7% PN 6,1% total	3,6% ON 14,6% PN 7,1% total

Data base: Abr/13

¹ Ações da RR Participações fora do bloco de controle.

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte**Acordo de acionistas entre Light Energia S.A. e RR Participações S.A.****a) parte e b) data de celebração**

Tendo em vista o ingresso da Light Energia S.A. no capital da Companhia por meio de aumento de capital realizado em 17.08.2011, a RR Participações S.A. e a Light Energia S.A. celebraram um Acordo de Acionistas visando a definição de regras de compartilhamento de controle societário da Companhia, o qual foi aditado pelas partes em 31 de agosto de 2012 ("Acordo Light e RR").

c) prazo de vigência

O prazo é de 15 anos contados da data da assinatura (19.08.2011).

d) cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle

Haverá realização de reunião prévia, entre os Acionistas, antes de toda e qualquer Assembleia Geral da Companhia, e de toda e qualquer reunião do Conselho de Administração da Companhia, de forma a definir e vincular o teor do voto uniforme e em bloco a ser proferido pelos Acionistas em Assembleia Geral ou pelos Conselheiros em reunião do Conselho de Administração.

e) cláusulas relativas à indicação de administradores

Cada Acionista exercerá seus direitos de acionista para fazer com que o Conselho atue sempre em nome dos interesses da Companhia e, compromete-se a não requerer a eleição dos membros do Conselho de Administração por meio de voto múltiplo. O Conselho será composto por sete membros. A Light Energia S.A. e a RR Participações S.A. terão o direito de nomear, cada uma, dois membros do Conselho, e o Infrabrazil Fundo de Investimentos em Participação, em conjunto com Fundo de Investimento em Participações Caixa Ambiental, terá o direito de nomear um membro do Conselho. Adicionalmente, dois conselheiros deverão ser Conselheiros Independentes (cada um, designado o "Conselheiro"). Os Conselheiros serão eleitos para um mandato unificado de dois anos, permitida a reeleição.

f) cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las

Não obstante qualquer disposição em contrário prevista no Acordo de Acionistas, os Acionistas não poderão Transferir quaisquer Ações Vinculadas (conforme definido no Acordo) durante o período de quatro anos a contar da data de sua celebração, exceto: (i) por Transferências a Afiliadas e desde que o Acionista permaneça solidariamente responsável com sua Afiliada pelo cumprimento das obrigações previstas neste Acordo; e (ii) conforme disposto na Cláusula 5.3.3 do Acordo.

g) cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Vide item d) acima.

Acordo BNDESPAR e RR Participações**a) parte e b) data de celebração**

Tendo em vista o ingresso da BNDES Participações S. A. – BNDESPAR, subsidiária integral do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES no capital da Companhia por meio de aumento de capital realizado em 13.07.2012, a RR Participações S.A., a Light Energia S.A., A Light S.A., o Sr. Ricardo Lopes Delneri, o Sr. Renato do Amaral Figueiredo e a BNDESPAR celebraram um Acordo de Acionistas em 06.11.2012 (“Acordo BNDESPAR”). O referido acordo não altera o controle da Companhia, que permanece regulado conforme o Acordo Light e RR.

O Acordo BNDESPAR assegura à BNDESPAR os seguintes direitos: (i) eleição de um membro no Conselho de Administração da Companhia; (ii) direito de venda conjunta em caso de alienação direta ou indireta das ações da Companhia detidas pela RR e pela Light Energia; e (iii) direito de aderir à ofertas públicas secundárias da Companhia.

c) prazo de vigência

O prazo é de 15 anos contados da data da assinatura (06.11.2012).

d) cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle

Não há cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle.

e) cláusulas relativas à indicação de administradores

A BNDESPAR terá o direito de eleger um membro independente do Conselho de Administração e, se for o caso, seu respectivo suplente. Para fins do exercício de tal direito, a BNDESPAR informará o nome de seu indicado aos acionistas controladores da Companhia.

f) cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las

Caso quaisquer dos acionistas controladores deseje transferir direta ou indiretamente, quaisquer de suas ações vinculadas, a BNDESPAR terá o direito de, a seu exclusivo critério, transferir até a totalidade de suas *Units* ao adquirente, na mesma transação e nas mesmas condições da operação que ensejou o exercício do direito de venda conjunta, conforme disposto no Acordo BNDESPAR.

Caso haja alienação do controle da RR, a BNDESPAR terá o direito de, a seu exclusivo critério, transferir até a totalidade de suas *Units* ao adquirente, na mesma transação e nas mesmas

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

condições da alteração que ensejou o exercício do direito de venda conjunta, conforme disposto no Acordo BNDESPAR.

g) cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração

Não há cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Em 17.08.2011, a Light Energia S.A., por meio de aumento de capital, subscreveu 50.561.797 ações ordinárias da Companhia e em 19.08.2011, nos termos do Fato Relevante publicado na mencionada data, integralizou referida quantidade de ações mediante aporte de R\$359.999.994,64, passando, desta forma, a fazer parte do bloco de controle da Companhia juntamente com a RR Participações S.A.

Com isso, a Light Energia S.A. passou a deter 34,4% das ações ordinárias da Companhia e 25,8% de seu capital total. Em abril de 2013 a Light Energia S.A. possuía 32,3% das ações ordinárias da Companhia e 22,0% de seu capital total.

Com relação a alterações relativas aos administradores do emissor, vide itens 12.1 e subitem "e" do item 15.5.

Em 2012, não houve alterações no bloco de controle da Companhia.

15.7 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

Conforme previsto no nosso Estatuto Social da Companhia, compete ao seu Conselho de Administração deliberar sobre a celebração de contratos com partes relacionadas.

Em observância ao Estatuto Social da Companhia e ao artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, os membros do Conselho de Administração da Renova devem abster-se de votar com relação a qualquer matéria com a qual tenham interesse conflitante com o da Companhia.

Em linhas gerais, todos os termos e condições de contratos celebrados com partes relacionadas estão de acordo com os termos e condições que normalmente são praticados em contratação com bases de mercado, refletindo o cenário que seria verificado caso a contratação tivesse ocorrido com um terceiro, sem qualquer relação com a Companhia, seus acionistas ou administradores.

Assim, a Companhia negocia individualmente os contratos a serem celebrados com partes relacionadas, analisa seus termos e condições à luz dos termos e condições usualmente praticados pelo mercado, bem como diante das particularidades de cada operação, incluindo prazos, valores e atendimento de padrões de qualidade, dentre outros.

São firmados contratos de mútuo e de adiantamento para futuro aumento de capital com partes relacionadas (subsidiárias e/ou controladas), em decorrência de operações de gerenciamento de caixa da Companhia, visando conciliar o cumprimento de suas obrigações com os prazos para obtenção dos recursos decorrentes dos financiamentos que a Companhia contrata.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
RR Participações S.A.	27/05/2009	255.000,00	R\$ 0	R\$ 255.000,00	Até 28/12/2013	SIM	0,500000
Relação com o emissor	Controlador Direto						
Objeto contrato	Empréstimo da emissora ao controlador						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Empréstimo realizado para suprir necessidade de caixa. Taxa de Juros: TJLP + 0,5% a.a. Contrato celebrado com o valor de até 100 mil e aditivo celebrado em 12.07.2010 aumentando o valor para até 255 mil.						
Enerbrás Centrais Elétricas S.A.	02/01/2008	10.000.000,00	10.006,12	10.006,12	Até 28/12/2013	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Empréstimo da emissora à controlada						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Empréstimo realizado para suprir necessidade de caixa. Taxa de Juros: TJLP + até 0,5% a.a.						
Centrais Elétricas Morrão S.A.	15/07/2011	253.748,36	Não aplicável por se tratar de AFAC	Não aplicável por se tratar de AFAC	Até 31/05/2012	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Contrato de adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Contrato extinto por ter sido convertido em aumento de capital						
Natureza e razão para a operação	Adiantamento realizado para suprir necessidade de caixa						
Centrais Eólicas dos Araçás Ltda.	20/09/2010	884.599,08	Não aplicável por tratar-se de AFAC	Não aplicável por tratar-se de AFAC	270 dias	SIM	0,250000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Contrato de adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Contrato extinto por ter sido convertido em aumento de capital						
Natureza e razão para a operação	Adiantamento realizado para suprir necessidade de caixa						
Bahia Eólica Participações S.A.	17/10/2011	8.000.000,00	R\$ 8.578.850,10	R\$ 8.000.000,00	Até 27/03/2012	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Empréstimo da emissora à controlada.						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Empréstimo realizado para suprir necessidade de caixa. Taxa de Juros: TJLP + até 0,5% a.a.						
Salvador Eólica Participações S.A.	27/05/2011	15.000.000,00	15.695.261,63	15.695.261,63	Até 27/05/2012	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Empréstimo da emissora à controlada.						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Empréstimo realizado para suprir necessidade de caixa. Taxa de Juros: TJLP + até 0,5% a.a.						
Centrais Eólicas Guanambi S.A.	27/05/2011	3.510.000,00	R\$ 0	R\$ 3.510.000,00	Até 27/05/2012	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Empréstimo da emissora à controlada.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Empréstimo realizado para suprir necessidade de caixa. Taxa de Juros: TJLP + até 0,5% a.a.						
Renova Eólica Participações S.A.	15/09/2009	200.000,00	R\$ 21.666,73	R\$ 200.000,00	Até 31/12/2013	SIM	0,250000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Empréstimo da emissora à controlada.						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Empréstimo realizado para suprir necessidade de caixa. Taxa de Juros: TJLP + 0,25% a.a.						
Centrais Elétricas Serra do Espinhaço Ltda.	30/04/2010	200.000,00	163.148,40	163.148,40	Até 30/04/2013	SIM	0,250000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Empréstimo da emissora à controlada						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Empréstimo realizado para suprir necessidade de caixa. Taxa de Juros: TJLP + 0,25% a.a.						
Centrais Eólicas Ametista Ltda.	25/09/2009	200.000,00	151.057,00	151.057,00	Até 25/09/2012	SIM	0,250000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Empréstimo da emissora à controlada						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Empréstimo realizado para suprir necessidade de caixa. Taxa de Juros: TJLP + até 0,5% a.a.						
Centrais Elétricas Borgo Ltda.	30/04/2010	200.000,00	144.174,87	144.174,87	Até 30/04/2013	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Empréstimo da emissora à controlada						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Empréstimo realizado para suprir necessidade de caixa. Taxa de Juros: TJLP + até 0,5% a.a.						
Centrais Elétricas Botuquara Ltda.	30/04/2010	200.000,00	R\$ 10.307,54	R\$ 200.000,00	Até 31/12/2013	SIM	0,250000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Empréstimo da emissora à controlada						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Empréstimo realizado para suprir necessidade de caixa. Taxa de Juros: TJLP + até 0,5% a.a.						
Centrais Eólicas Caetité Ltda.	25/09/2009	200.000,00	R\$ 0	R\$ 200.000,00	Até 31/12/2013	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Empréstimo da emissora à controlada						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Empréstimo realizado para suprir necessidade de caixa. Taxa de Juros: TLJP + até 0,5% a.a.						
Centrais Elétricas Dourados Ltda.	30/04/2010	200.000,00	R\$ 0	R\$ 200.000,00	Até 30/04/2013	SIM	0,250000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Empréstimo da emissora à controlada						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Empréstimo realizado para suprir necessidade de caixa. Taxa de Juros: TJLP+ até 0,5% a.a.						
Centrais Eólicas Espigão Ltda.	25/09/2009	200.000,00	R\$ 0	R\$ 200.000,00	Até 31/12/2013	SIM	0,250000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Empréstimo da emissora à controlada						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Empréstimo realizado para suprir necessidade de caixa. Taxa de Juros: TJLP + até 0,5% a.a.						
Centrais Elétricas Itaparica Ltda.	30/04/2010	200.000,00	R\$ 10.307,52	R\$ 200.000,00	Até 31/12/2013	SIM	0,250000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Empréstimo da emissora à controlada						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Empréstimo realizado para suprir necessidade de caixa. Taxa de Juros: TJLP + até 0,5% a.a.						
Centrais Elétricas Maron Ltda.	30/04/2010	200.000,00	R\$ 0	R\$ 200.000,00	Até 30/04/2012	SIM	0,250000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Empréstimo da emissora à controlada						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Empréstimo realizado para suprir necessidade de caixa. Taxa de Juros: TJLP + até 0,5% a.a.						
Centrais Eólicas Pelourinho Ltda.	30/04/2010	200.000,00	R\$ 0	R\$ 200.000,00	Até 30/04/2013	SIM	0,250000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Empréstimo da emissora à controlada						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Empréstimo realizado para suprir necessidade de caixa. Taxa de Juros: TJLP + até 0,5% a.a.						
Centrais Eólicas Pilões Ltda.	25/09/2009	200.000,00	R\$ 0	R\$ 200.000,00	Até 25/09/2012	SIM	0,250000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Empréstimo da emissora à controlada						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Empréstimo para suprir necessidade de caixa. Taxa de Juros: TJLP + até 0,5% a.a.						
Centrais Eólicas São Salvador Ltda.	25/09/2009	200.000,00	R\$ 11.543,10	R\$ 200.000,00	Até 31/12/2013	SIM	0,250000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Empréstimo da emissora à controlada						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Empréstimo realizado para suprir necessidade de caixa. Taxa de Juros: TJLP + até 0,5% a.a.						
Centrais Eólicas Igaporã S.A.	28/12/2011	1.500.000,00	Não aplicável por se tratar de AFAC	Não aplicável por se tratar de AFAC	270 dias	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Contrato de adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Adiantamento realizado para suprir necessidade de caixa.						
Enerbrás Centrais Elétricas S.A.	18/03/2011	15.319.333,27	Não aplicável por se tratar de AFAC	Não aplicável por se tratar de AFAC	270 dias	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Contrato de adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Contrato expinto por ter sido convertido em aumento de capital						
Natureza e razão para a operação	Adiantamento para suprir necessidade de caixa.						
Centrais Eólicas da Prata S.A.	20/09/2010	652.844,48	Não aplicável por se tratar de AFAC	Não aplicável por se tratar de AFAC	270 dias	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Contrato de adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Contrato extinto por ter sido convertido em aumento de capital						
Natureza e razão para a operação	Adiantamento realizado para suprir necessidade de caixa						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Centrais Elétricas Morrão Ltda.	20/09/2010	883.179,19	Não aplicável por se tratar de AFAC	Não aplicável por se tratar de AFAC	270 dias	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Contrato de adiantamento para futuri aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Contrato extinto por ter sido convertido em aumento de capital						
Natureza e razão para a operação	Adiantamento realziado para suprir necessidade de caixa						
Centrais Elétricas Seraíma Ltda.	20/09/2010	883.179,19	Não aplicável por se tratar de AFAC	Não aplicável por se tratar de AFAC	270 dias	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Contrato de adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Contrato extinto por ter sido convertido em aumento de capital						
Natureza e razão para a operação	Adiantamento realizado para suprir necessidade de caixa						
Centrais Elétricas Tanque Ltda.	20/09/2010	790.465,49	Não aplicável por se tratar de AFAC	Não aplicável por se tratar de AFAC	270 dias	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Contrato de adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Contrato extinto por ter sido convertido em aumento de capital						
Natureza e razão para a operação	Adiantamento realizado para suprir necessidade de caixa						
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste Ltda.	20/09/2010	652.844,48	Não aplicável por se tratar de AFAC	Não aplicável por se tratar de AFAC	270 dias	SIM	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Empréstimo da emissora à controlada						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Adiantamento realizado para suprir necessidade de caixa.						
Energética Serra da Prata S.A.	26/08/2009	13.000.000,00	12.087.208,40	12.087.208,40	Até 28/12/2013	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Empréstimo a controlada à emissora. Contrato original celebrado com o valor global de R\$10.000.000,00 e aditivo celebrado em 01/12/2011 aumentando o o valor em R\$3.000.000,00.						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Empréstimo realizado para suprir necessidade de caixa. Taxa de Juros: TJLP + até 0,5% a.a.						
Renova PCH Ltda.	30/04/2010	200.000,00	R\$ 19.809,60	R\$ 200.000,00	Até 31/12/2013	SIM	0,250000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Empréstimo da emissora à controlada						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Empréstimo realizado para suprir necessidade de caixa. Taxa de Juros: TJLP + até 0,5% a.a.						
Nova Renova Energia S.A.	30/04/2010	200.000,00	R\$ 16.735,34	R\$ 200.000,00	Até 31/12/2013	SIM	0,500000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Empréstimo da emissora à controlada						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Empréstimo realizado para suprir necessidade de caixa. Taxa de Juros: TJLP + até 0,5% a.a.						
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste Ltda.	15/07/2011	428.533,47	Não aplicável por se tratar de AFAC	Não aplicável por se tratar de AFAC	Até 31/05/2012	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Contrato de adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Contrato extinto por ter sido convertido em aumento de capital						
Natureza e razão para a operação	Adiantamento realizado para suprir necessidade de caixa						
Centrais Eólicas da Prata Ltda.	15/07/2011	234.637,08	Não aplicável por se tratar de AFAC	Não aplicável por se tratar de AFAC	Até 31/05/2012	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Contrato de adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Contrato extinto por ter sido convertido em aumento de capital						
Natureza e razão para a operação	Adiantamento realizado para suprir necessidade de caixa						
Centrais Eólicas Alvorada S.A.	27/05/2011	1.700.000,00	R\$ 0	R\$ 1.700.000,00	até 27/05/2012	SIM	0,000000
Relação com o emissor	controlada indireta						
Objeto contrato	Empréstimo da emissora à controlada						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Empréstimo realizado para suprir necessidade de caixa. Taxa de Juros: TJLP + até 0,5% a.a.						
Centrais Eólicas Planaltina S.A.	27/05/2011	3.850.000,00	R\$ 0	R\$ 3.850.000,00	até 27/05/2012	SIM	0,000000
Relação com o emissor	controlada indireta						
Objeto contrato	Empréstimo da emissora à controlada						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Empréstimo realizado para suprir necessidade de caixa. Taxa de Juros: TJLP + até 0,5% a.a.						
Centrais Eólicas Rio Verde S.A.	27/05/2011	4.850.000,00	R\$ 0	R\$ 4.850.000,00	até 27/05/2012	SIM	0,000000
Relação com o emissor	controlada indireta						
Objeto contrato	empréstimo da emissora à controlada						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Empréstimo realizado para suprir necessidade de caixa. Taxa de Juros: TJLP + até 0,5% a.a.						
Centrais Eólicas Guirapá S.A.	27/05/2011	4.320.000,00	R\$ 0	R\$ 4.320.000,00	até 27/05/2012	SIM	0,000000
Relação com o emissor	controlada indireta						
Objeto contrato	Empréstimo da emissora à controlada						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Empréstimo realizado para suprir necessidade de caixa. Taxa de Juros: TJLP + até 0,5% a.a.						
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A.	30/04/2010	200.000,00	R\$ 0	R\$ 200.000,00	até 20/04/2013	SIM	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	controlada indireta						
Objeto contrato	Empréstimo da emissora à controlada						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Empréstimo realizado para suprir necessidade de caixa. Taxa de Juros: TJLP + até 0,5% a.a.						
Centrais Eólicas Nossa Senhora da Conceição S.A.	27/05/2011	4.150.000,00	R\$ 0	R\$ 4.150.000,00	até 27/05/2012	SIM	0,000000
Relação com o emissor	controlada indireta						
Objeto contrato	Empréstimo da emissora à controlada						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Empréstimo realizado para suprir necessidade de caixa. Taxa de Juros: TJLP + até 0,5% a.a.						
Centrais Eólicas Pajeu do Vento S.A.	27/05/2011	3.500.000,00	R\$ 0	R\$ 3.500.000,00	até 27/05/2012	SIM	0,000000
Relação com o emissor	controlada indireta						
Objeto contrato	Empréstimo da emissora à controlada						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Empréstimo realizado para suprir necessidade de caixa. Taxa de Juros: TJLP + até 0,5% a.a.						
Salvador Eólica Participações S.A.	27/05/2011	15.000.000,00	R\$ 16.643.810,75	R\$ 15.000.000,00	até 31/12/2013	SIM	0,000000
Relação com o emissor	controlada indireta						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Empréstimo da emissora à controlada						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Empréstimo realizado para suprir necessidade de caixa. Taxa de Juros: TJLP + até 0,5% a.a.						

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado**a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses**

Em relação ao conjunto de transações mencionadas no quadro 16.2 deste Formulário de Referência e conforme as regras, políticas e práticas indicadas no quadro 16.1 deste Formulário de Referência, a Companhia não adota uma política específica para transações com partes relacionadas, além das já previstas na legislação e nas normas regulatórias da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), inclusive com relação às práticas de governança previstas no Regulamento do Nível 2 da BM&FBOVESPA ("Regulamento do Nível 2"), bem como no Código de Ética e Conduta, que contém regras a respeito de conflitos de interesses.

O Código de Ética da Companhia determina:

- Os representantes da Renova devem agir tendo em vista o melhor interesse da Companhia. Considerações pessoais ou relacionamentos externos não devem interferir nos interesses da Companhia e, portanto, não se deve utilizar da posição ocupada na Companhia em benefício próprio, de parentes ou de amigos.
- Ao identificar um conflito real ou potencial, tal conflito deve ser imediatamente relatado ao gestor da área envolvida, o qual deverá se encarregar de solucioná-lo. Adicionalmente, o Colaborador que identificar tal conflito real ou potencial deve se ausentar das discussões e não deve participar das decisões a respeito, exceto se solicitado pelo gestor, visando proporcionar mais detalhes sobre o caso em tela e as partes envolvidas, abstendo-se, contudo, de qualquer deliberação sobre a matéria.
- Caso algum Colaborador que possa ter um potencial ganho privado decorrente de algum conflito não manifeste seu conflito de interesse, qualquer outro Colaborador que tenha conhecimento da situação deverá fazê-lo. Neste caso, a não manifestação voluntária do Colaborador em situação de conflito será considerada uma violação da política de conflitos de interesse da Companhia.
- A Companhia não fará restrições às atividades político-partidárias e os Colaboradores da Renova terão o direito de livre associação. Contudo, o exercício de atividades políticas ou a filiação a qualquer partido político deverá ser comunicado à Diretoria da Companhia. Os Colaboradores, se filiados a partidos políticos, não deverão utilizar o seu horário de trabalho ou recursos da Companhia.
- É terminantemente proibido o exercício de atividades político-partidárias no ambiente de trabalho e que envolvam, sob qualquer forma, recursos da Renova, bem como é proibida a veiculação de qualquer forma de propaganda política nas instalações da Renova.
- O Colaborador da Renova que participar de atividade política o fará como cidadão e nunca como representante da Renova. Desta forma, qualquer opinião política dos Colaboradores jamais deverá ser exteriorizada como uma posição política da Renova.

Nos termos do Regulamento do Nível 2, os acionistas, administradores e membros do conselho fiscal e a BM&FBOVESPA obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles,

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de valores mobiliários em geral, além daquelas constantes deste Regulamento de Listagem, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no Nível 2 de Governança Corporativa.

Adicionalmente, a decisão acerca de todas as operações com partes relacionadas da Companhia é submetida à apreciação dos seus órgãos de administração, conforme competência descrita pelo Estatuto Social da Companhia. Havendo possibilidade de conflito de interesses entre as matérias sob análise e algum membro dos órgãos deliberativos da Companhia, o respectivo membro deverá abster-se de votar, ficando a decisão cabível aos demais membros que não possuem qualquer relação com a matéria em exame.

b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

Em relação às transações mencionadas no quadro 16.2 deste Formulário de Referência, foram considerados os critérios de melhor preço, prazo, sinergia, melhor capacitação técnica e encargos financeiros compatíveis com as práticas usuais de mercado. Nesse sentido, o caráter comutativo das transações pode ser comprovado observando-se os termos e condições apresentados nos contratos descritos no quadro 16.2 deste Formulário de Referência, inclusive no que se refere à natureza e razões para a operação e as taxas de juros aplicadas, nos casos de empréstimo.

As operações e negócios com partes relacionadas serão sempre pautadas em políticas da Companhia e na legislação e normas vigentes, que nos determinam a observância dos padrões de mercado que exigem que tais operações e negócios sejam pautadas pelas devidas avaliações prévias de suas condições e do estrito interesse da Companhia em sua realização.

Em relação às operações de empréstimo da Companhia com suas subsidiárias, que representam o volume relevante das operações descritas no quadro 16.2 deste Formulário de Referência, esclarecemos que ocorrem em função da necessidade de caixa destas subsidiárias para o desenvolvimento das suas respectivas atividades, sendo sujeitas aos encargos financeiros descritos no quadro 16.2 acima, os quais a Companhia entende ser compatíveis e de acordo com as práticas usuais de mercado.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Emitido				
20/12/2013	1.017.714.480,79		156.899.212	74.408.814	231.308.026
Tipo de capital	Capital Subscrito				
20/12/2013	1.017.714.480,79		156.899.212	74.408.814	231.308.026
Tipo de capital	Capital Integralizado				
20/12/2013	1.017.714.480,79		156.899.212	74.408.814	231.308.026
Tipo de capital	Capital Autorizado				
19/11/2013	5.002.000.000,00		0	0	0

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
29/05/2009	Assembléia Geral	29/05/2009	131.465.592,73	Subscrição particular	284.616	0	284.616	26,20238000	0,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão			O preço de emissão foi determinado com base na perspectiva de rentabilidade futura da Companhia, tendo sido destinado o valor de R\$ 12.193.574,80 ao aumento de capital e R\$ 119.272.017,93 destinado À conta de reserva de ágio da Companhia.							
Forma de integralização			Dinheiro e direitos (debêntures da Enerbrás)							
07/05/2010	Assembléia Geral	07/05/2010	0,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
08/07/2010	Conselho de Administração	08/07/2010	150.000.000,00	Subscrição pública	10.000.000	20.000.000	30.000.000	27,61866360	5,00	R\$ por Unidade
Capital social por classe ações										
Classe ação preferencial			Quantidade ação por classe (Unidades)							
PNA			20.000.000							
Critério para determinação do preço de emissão			O preço de emissão foi determinado com base no resultado processo de procedimento de coleta de intenções de investimento (processo de bookbuilding)							
Forma de integralização			dinheiro							
09/08/2010	Conselho de Administração	09/08/2010	10.707.000,00	Subscrição pública	713.800	1.427.600	2.141.400	1,54477421	5,00	R\$ por Unidade
Capital social por classe ações										
Classe ação preferencial			Quantidade ação por classe (Unidades)							
PNA			1.427.600							
Critério para determinação do preço de emissão			O preço de emissão foi determinado cpm base no resultado do procedimento de coleta de inteções de investimento (processo de bookbuilding)							
Forma de integralização			dinheiro							

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
14/02/2011	Conselho de Administração	14/02/2011	123.113,32	Subscrição particular	362.098	724.196	1.086.294	0,00037705	0,34	R\$ por Unidade

Capital social por classe ações

Classe ação preferencial	Quantidade ação por classe (Unidades)
PNA	724.196

Critério para determinação do preço de emissão O preço de emissão das ações foi fdeterminado pela divisão do patrimônio líquido e quantidade de ações referentes ao exercício social de 2008.

Forma de integralização dinheiro

04/04/2011	Conselho de Administração	04/04/2011	42.500,00	Subscrição particular	125.000	250.000	375.000	0,00013000	0,34	R\$ por Unidade
------------	---------------------------	------------	-----------	-----------------------	---------	---------	---------	------------	------	-----------------

Capital social por classe ações

Classe ação preferencial	Quantidade ação por classe (Unidades)
PNA	250.000

Critério para determinação do preço de emissão O preço de emissão das ações foi determinado pela divisão do patrimônio líquido e quantidade de ações referentes ao exercício social de 2008.

Forma de integralização dinheiro

15/08/2011	Conselho de Administração	15/08/2011	63.725,52	Subscrição particular	187.428	374.856	562.284	0,00019500	0,34	R\$ por Unidade
------------	---------------------------	------------	-----------	-----------------------	---------	---------	---------	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão O preço de emissão das ações foi determinado pela divisão do patrimônio líquido e quantidade de ações referentes ao exercício social de 2008

Forma de integralização dinheiro

25/10/2011	Conselho de Administração	17/08/2011	376.044.302,32	Subscrição particular	52.815.211	0	52.815.211	0,36990354	7,12	R\$ por Unidade
------------	---------------------------	------------	----------------	-----------------------	------------	---	------------	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão O critério para determinação do preço de emissão foi estabelecido levando em consideração a perspectiva de rentabilidade da Companhia, em que a Administração entende ser compatível com seu valor econômico, conforme laudo de avaliação anexo à ata da RCA de 17/08/2011.

Forma de integralização dinheiro

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
26/01/2012	Conselho de Administração	26/01/2012	7.782,60	Subscrição particular	22.890	45.780	68.670	0,00001107	0,34	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		O preço de emissão das ações foi determinado pela divisão do patrimônio líquido e quantidade de ações referentes ao exercício social de 2008.								
Forma de integralização		dinheiro								
01/03/2012	Conselho de Administração	01/03/2012	7.480,00	Subscrição particular	22.000	44.000	66.000	0,00001064	0,34	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		O preço de emissão das ações foi determinado pela divisão do patrimônio líquido e quantidade de ações referentes ao exercício social de 2008.								
Forma de integralização		dinheiro								
30/05/2012	Conselho de Administração	30/05/2012	7.649,32	Subscrição particular	22.498	44.996	67.494	0,00001088	0,34	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		O preço de emissão das ações foi determinado pela divisão do patrimônio líquido e quantidade de ações referentes ao exercício social de 2008.								
Forma de integralização		dinheiro								
13/07/2012	Conselho de Administração	13/07/2012	314.700.407,84	Subscrição particular	24.987.244	8.730.416	33.717.660	0,44777388	9,33	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Laudo Contábil								
Forma de integralização		Moeda Corrente Nacional								
23/10/2012	Conselho de Administração	23/10/2012	1.870,00	Subscrição particular	5.500	11.000	16.500	0,00007189	0,34	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		O preço de emissão das ações foi determinado pela divisão do patrimônio líquido e quantidade de ações referentes ao exercício social de 2008.								
Forma de integralização		dinheiro								
26/11/2012	Conselho de Administração	26/11/2012	43.288,46	Subscrição particular	127.319	254.638	381.957	0,00004254	0,34	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		O preço de emissão das ações foi determinado pela divisão do patrimônio líquido e quantidade de ações referentes ao exercício social de 2008.								
Forma de integralização		dinheiro								

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
18/03/2013	Conselho de Administração	18/03/2013	13.298,08	Subscrição particular	39.112	78.224	117.336	0,00051008	0,34	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		O preço de emissão das ações foi fdeterminado pela divisão do patrimônio líquido e quantidade de ações referentes ao exercício social de 2008.								
Forma de integralização		dinheiro								
12/08/2013	Conselho de Administração	12/08/2013	121.328,66	Subscrição particular	356.849	713.698	1.070.547	0,00001192	0,34	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		O preço de emissão das ações foi fdeterminado pela divisão do patrimônio líquido e quantidade de ações referentes ao exercício social de 2008.								
Forma de integralização		dinheiro								
19/09/2013	Conselho de Administração	19/09/2013	212.691,90	Subscrição particular	62.535	125.070	187.605	0,08111250	0,34	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		O preço de emissão das ações foi fdeterminado pela divisão do patrimônio líquido e quantidade de ações referentes ao exercício social de 2008.								
Forma de integralização		dinheiro								
20/12/2013	Conselho de Administração	01/01/0001	2.041,02	Subscrição particular	6.003	12.006	18.009	0,00000002	0,34	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		O preço de emissão das ações foi determinado pela divisão do patrimônio líquido e quantidade de ações referentes ao exercício social de 2008.								
Forma de integralização		em dinheiro								

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação (Unidades)			Quantidade de ações depois da aprovação (Unidades)		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações
Desdobramento						
25/02/2010	1.086.222	0	1.086.222	108.622.200	0	108.622.200

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve redução de capital nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010.

17.5 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes referentes ao capital social da Companhia foram descritas nos itens anteriores.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	Direito ao dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, equivalente a 25% do lucro líquido do respectivo exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Sim
Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social	Há a possibilidade de conversão de ações ordinárias em ações preferenciais, com os mesmos direitos e características das ações preferenciais já existentes, à razão de 1 (uma) ação ordinária para cada ação preferencial, desde que integralizadas e observado o limite de 50% de ações emitidas pela Companhia para as ações preferenciais sem voto ou com voto restrito, sendo referida conversão sujeita à ratificação da Administração da Companhia. A conversão das ações ordinárias em ações preferenciais se dará mediante solicitação do seu titular, por escrito ao Diretor Presidente, que analisará a possibilidade e viabilidade da solicitação.
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	No caso de liquidação da Companhia, os acionistas titulares receberão os pagamentos relativos a reembolso do capital, após o recebimento integral por parte dos acionistas titulares de ações preferenciais.
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Ações ordinárias não serão negociadas isoladamente.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Aplicam-se à Companhia as disposições do artigo 136 da Lei 6.404/76 e do Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa - Nível 2, instituído pela BMF&Bovespa S.A - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.
Espécie de ações ou CDA	Preferencial
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	Direito ao dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, equivalente a 25% do lucro líquido do respectivo exercício, ajustados nos termos do artigo 202 das Lei das Sociedades por Ações. Para as ações preferenciais é assegurada a participação nos lucros distribuídos em igualdade com as ações ordinárias.
Direito a voto	Restrito
Descrição de voto restrito	As ações preferenciais conferem direito a voto nas deliberações da Assembléia Geral, quanto às seguintes matérias: (a) transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia; (b) aprovação da celebração de contratos entre a Companhia e seu Acionista Controlador, conforme definido no Regulamento do Nível 2 e no Estatuto Social; (c) avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia; (d) escolha da empresa especializada para determinação do valor econômico da Companhia, nos termos do Capítulo VIII do Estatuto Social; e (e) alteração ou revogação de dispositivos estatutários que alterem ou modifiquem quaisquer das exigências previstas no item 4.1 do Regulamento do Nível 2, ressalvado que esse direito a voto prevalecerá apenas enquanto estiver em vigor o Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2.
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	As ações preferenciais têm prioridade no reembolso de capital, sem prêmio.
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Ações Preferenciais não serão negociadas isoladamente.

18.1 - Direitos das ações

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Aplicam-se à Companhia as disposições do artigo 136 da Lei 6.404/76 e do Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa - Nível 2, instituído pela BMF&Bovespa - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.
Espécie de ações ou CDA	Certificados de Depósito de Valores Mobiliários
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	Direito ao dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, equivalente a 25% do lucro líquido do respectivo exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.
Direito a voto	Sem Direito
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Não
Restrição a circulação	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Aplicam-se à Companhia as disposições do artigo 136 da Lei 6.404/76 e do Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa - Nível 2, instituído pela BMF&Bovespa S.A - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.
Outras características relevantes	A UNIT é o ativo mobiliário da Companhia negociado na BM&FBovespa composta por 1 ação ordinária e 2 ações preferenciais.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Nos termos do artigo 38 do Estatuto Social da Companhia, a Alienação de Controle, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente do Poder de Controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das demais ações dos outros acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Nível 2 da BM&FBOVESPA, de forma a assegurar que os acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais recebam tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador Alienante, inclusive que recebam um valor por ação correspondente a 100% do valor pago por ação ao Acionista Controlador Alienante.

A oferta pública de aquisição de ações, acima descrita, também deverá ser efetivada: (i) quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações emitidas pela Companhia, que venha a resultar na Alienação de Controle da Companhia; e (ii) em caso de Alienação de Controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Companhia, sendo que, nesse caso, o Acionista Controlador Alienante ficará obrigado a declarar à BM&FBOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que o comprove.

Também estará obrigado a efetivar a oferta pública o acionista que possuir ações da Companhia e que vier a adquirir o seu Poder de Controle em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações. Nessa hipótese, o Adquirente deverá pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em bolsa nos 6 (seis) meses anteriores à data da aquisição do Poder de Controle, devidamente atualizado até a data do pagamento. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações da Companhia nos pregões em que o Adquirente realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à BM&FBOVESPA operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos.

Em qualquer hipótese o Acionista Controlador Alienante e o Comprador deverão entregar à BM&FBOVESPA declaração contendo o preço e demais condições da operação de Alienação de Controle da Sociedade na data de fechamento de referida operação. Havendo divergência quanto à caracterização de Alienação de Controle da Companhia, quanto à obrigatoriedade de realização de oferta pública de aquisição de ações ou relativa às condições dessa oferta, esta divergência será dirimida por meio de arbitragem. O Acionista Controlador Alienante não transferirá a propriedade de suas ações e a Companhia não registrará qualquer transferência de ações ao Comprador do Poder de Controle, ou àquele(s) que vier(em) a deter o Poder de Controle da Companhia, enquanto este(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores.

A Companhia não arquivará em sua sede qualquer acordo de acionistas que disponha sobre o exercício do Poder de Controle enquanto os seus signatários não subscreverem o Termo de Anuência dos Controladores acima referido, que deverá ser imediatamente enviado à BM&FBOVESPA.

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

O Estatuto Social da Companhia não prevê cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados

Exercício social	31/12/2012								
Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
31/03/2012	Certificados de Depósito de Valores Mobiliários-Units			Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	9.381.568	33,50	25,50	R\$ por Unidade
30/06/2012	Certificados de Depósito de Valores Mobiliários-Units			Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	12.605.536	34,80	29,61	R\$ por Unidade
30/09/2012	Certificados de Depósito de Valores Mobiliários-Units			Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	27.751.736	31,99	26,00	R\$ por Unidade
31/12/2012	Certificados de Depósito de Valores Mobiliários-Units			Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	7.959.932	31,98	27,81	R\$ por Unidade
Exercício social	31/12/2011								
Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
31/03/2011	Certificados de Depósito de Valores Mobiliários-Units			Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	40.821.284	35,97	21,50	R\$ por Unidade
30/06/2011	Certificados de Depósito de Valores Mobiliários-Units			Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	21.815.731	38,50	27,29	R\$ por Unidade
31/12/2011	Certificados de Depósito de Valores Mobiliários-Units			Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	10.469.384	32,00	23,87	R\$ por Unidade
30/09/2011	Certificados de Depósito de Valores Mobiliários-Units			Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	15.716.383	32,93	23,00	R\$ por Unidade
Exercício social	31/12/2010								
Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
30/09/2010	Certificados de Depósito de Valores Mobiliários-Units			Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	12.905.965	16,10	13,45	R\$ por Unidade

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados

Exercício social		31/12/2010							
Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
31/12/2010	Certificados de Depósito de Valores Mobiliários-Units			Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	8.052.430	22,70	14,10	R\$ por Unidade

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Valor mobiliário	Nota Comercial
Identificação do valor mobiliário	Notas Promissórias Comerciais da 1ª emissão
Data de emissão	18/03/2011
Data de vencimento	12/03/2012
Quantidade (Unidades)	15
Valor total (Reais)	150.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Notas Comerciais foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, destinada a investidores qualificados.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Todas as Notas Comerciais estavam sujeitas a resgate antecipado pela Companhia, a qualquer tempo após a data de subscrição e integralização, desde que observados os procedimentos descritos na cártula.
Características dos valores mobiliários	<p>Vencimento: 12/03/2012</p> <p>Hipótese de Resgate Antecipado: a Companhia poderá resgatar antecipadamente a totalidade das Notas Comerciais a qualquer tempo após a data de subscrição e integralização.</p> <p>Juros: correspondente à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, "extra-grupo", expressas na forma de percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP, incidentes sobre o valor nominal unitário desde a data de emissão, acrescida de um spread anual de 3% calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos desde a data de subscrição e integralização até a data do efetivo pagamento ou do resgate antecipado. Garantia: alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da Enerbrás Centrais Elétricas S.A. e todos os bens e direitos decorrentes ou relacionados a essas ações.</p> <p>Agente Fiduciário: Pentágono S/A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, cuja remuneração compreende parcela única de R\$12.000,00 devida no dia quinto dia útil após a assinatura das Notas Promissórias. Principais deveres e atribuições contratuais do Agente Fiduciário: (i) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções; (ii) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas em todos os contratos relacionados à emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento; (iii) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os titulares de Notas Promissórias acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações; e (iv) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições da emissão.</p> <p>Hipóteses de Vencimento Antecipado: A cártula estipula, ainda, certas hipóteses de vencimento antecipado, tais como (i) mudança, direta ou indireta, de controle acionário da Companhia, tal como definido no artigo 116 da Lei 6.404/76; (ii) inadimplemento, pela Companhia, do pagamento de principal ou de qualquer obrigação pecuniária relativa às Notas Comerciais; e (iii) pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio pela Companhia sem a prévia anuência dos titulares das Notas Comerciais.</p>
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não há previsões específicas para a alteração dos direitos assegurados. Vide item 18.10.
Outras características relevantes	Em 12/03/2012 essas Notas Promissórias foram integralmente liquidadas.

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	Debêntures simples, da segunda emissão, não conversíveis em ações
Data de emissão	17/09/2012
Data de vencimento	17/09/2022
Quantidade (Unidades)	30.000
Valor total (Reais)	300.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Emissão e oferta pública de distribuição de debêntures com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da CVM número 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	<p>A escritura prevê que a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, a partir de 17 de setembro de 2014, (i) a amortização antecipada facultativa parcial, limitada a 95% do valor nominal unitário das debêntures ou (ii) o resgate antecipado facultativo da totalidade das debêntures conforme a seguir (a) do início do 25º mês até o final do 36º mês da Data de Emissão: 1,75% sobre o valor a ser resgatado ou amortizado; (b) do início do 37º mês até o final do 48º mês da Data de Emissão: 1,50% sobre o valor a ser resgatado ou amortizado; (c) do início do 49º mês até o final do 60º mês da Data de Emissão: 1,25% sobre o valor a ser resgatado ou amortizado;</p> <p>(d) do início do 61º mês até o final do 72º mês da Data de Emissão: 1,00% sobre o valor a ser resgatado ou amortizado; (e) do início do 73º mês até o final do 84º mês da data de Emissão: 0,75% sobre o valor a ser resgatado ou amortizado; (f) do início do 85º mês até o final do 96º mês da Data de Emissão: 0,50% sobre o valor a ser resgatado ou amortizado; (g) do início do 97º mês até o final do 108º mês da Data de Emissão: 0,25% sobre o valor a ser resgatado ou amortizado; e (h) do início do 109º mês até o final do 120º mês da Data de Emissão: não será pago prêmio sobre o valor a ser resgatado ou amortizado.</p>

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Características dos valores mobiliários

Vencimento: 17/09/2022 e possibilidade de resgate antecipado a partir de 17/09/2014.
 Juros: correspondentes à variação acumulada de 123,45% das taxas médias diárias dos DI - depósitos interfinanceiros de um dia, over extra-grupo, expressa em forma percentual ao ano, base 252 dias úteis.
 Garantia: as debêntures são da espécie quirografária com garantia adicional real; (i) alienação fiduciária de 100% das ações da Enerbrás Centrais Elétricas S.A. e (ii) cessão fiduciária de bens e direitos e quaisquer recursos depositados em conta vinculada mantida no Banco do Brasil S.A. na qual serão depositados o (a) fluxo de dividendos distribuídos pela Enerbrás à Companhia, proveniente dos dividendos recebidos da Energética Serra da Prata S.A.; e (b) fluxo de dividendo distribuídos pela Nova Renova Energia S.A. à Companhia proveniente dos dividendos recebidos das empresas Salvador Eólica Participações S.A. e Bahia Eólica Participações S.A..
 Agente Fiduciário: Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários cuja remuneração corresponde à R\$7.000,00 anuais, devida no quinto dia útil contado a partir de 03 de setembro de 2012 e as demais no mesmo dia dos anos subsequentes, até o resgate total das debêntures.
 A cláusula 4.3 da escritura de emissão das debêntures prevê ainda, certas hipóteses de vencimento antecipado, tais como (i) distribuição de recursos na forma de dividendos, juros sobre o capital próprio, redução de capital social, partes beneficiárias, amortização de ações, bonificações em dinheiro ou qualquer outra modalidade de remuneração que seja devida aos acionistas, cujo valor, isoladamente ou em conjunto, exceda o percentual de 25% do lucro líquido, sem que haja anuência prévia dos titulares das Debêntures representando 75% das Debêntures em circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim. Fica admitida a distribuição de dividendos até o limite de 75% do lucro líquido desde que: (a) comprovada a capitalização mínima de R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões) na Companhia; (b) atingido ICSD conforme definido na escritura, e (c) a Companhia esteja adimplente quanto às obrigações assumidas nos termos da escritura; (ii) saída da Light Energia S.A. da gestão operacional da Companhia ou perda do poder de gestão em função de alterações no bloco de controle; (iii) redução da atual participação de 50% da Light Energia S.A. no bloco de controle da Companhia; entre outras.

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Alterações nas condições das debêntures (prazos, valor, forma de remuneração das debêntures, garantia, quora, e eventos de vencimento antecipado) deverão ser aprovadas em assembleia geral de debenturistas e dependerão de aprovação de 90% das debêntures em circulação.

Outras características relevantes

Em 30 de novembro de 2010 foi celebrada a escritura da Primeira Emissão Privada de Debêntures Simples da Espécie Quirografária da Companhia registrada em 13 de janeiro de 2011 na Junta Comercial do estado de São Paulo. Apesar de celebrada e registrada, a referida emissão não foi efetivamente subscrita e integralizada. A data da subscrição e integralização das debêntures de 2ª emissão da Companhia foi em 11 de outubro de 2012.

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

Os ativos da Companhia estão listadas no Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA.

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

A Companhia não possui valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Em 08 de julho de 2010, foi anunciado o início de distribuição pública primária de ações da Companhia, onde foram inicialmente ofertadas 10.000.000 Units, onde cada uma é formada por 1 (uma) ação ordinária e 2 (duas) ações preferenciais.

A Oferta compreendeu a distribuição pública primária de 10.713.800 Units ao preço de R\$ 15,00 (quinze reais) por Unit, sendo 713.800 Units referentes ao exercício parcial da opção outorgada ao Banco Merrill Lynch de Investimentos S.A. para atender a um eventual excesso de demanda constatado no decorrer da Oferta, por meio da qual captamos um montante total de R\$160.707.000,00. As Units foram ofertadas no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, e foram também realizados, simultaneamente, com esforços de colocação das Units no exterior, nos Estados Unidos da América, para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), conforme definidos na Regra 144A do *Securities Act of 1933* dos Estados Unidos da América, com base em isenções de registro previstas no *Securities Act*, e a investidores nos demais países, exceto no Brasil e nos Estados Unidos da América, em conformidade com os procedimentos previstos no Regulamento S do *Securities Act*, observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor e, em qualquer caso, que invistam no Brasil por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pela legislação brasileira aplicável, especialmente pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM.

A Oferta foi submetida à análise da CVM em 04 de junho de 2010 e foi registrada na CVM em 12 de julho de 2010, sob o número CVM/SRE/REM/2010/014. A Oferta foi encerrada em 13 de agosto de 2010.

18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

Não aplicável, uma vez que a Companhia não realizou ofertas públicas relativas a ações de emissão de terceiros.

18.10 - Outras informações relevantes

Além das informações prestadas nos itens anteriores deste Formulário de Referência, outras características estão destacadas abaixo.

Ordinárias

Nos termos do artigo 38 do Estatuto Social, a Alienação de Controle, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente do Poder de Controle se obrigue a efetivar a oferta pública de aquisição das demais ações dos outros acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento de Listagem do Nível 2 da BMF&BOVESPA, de forma a assegurar que os acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais recebam tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador Alienante, inclusive que recebam um valor por ação correspondente a 100% (cem por cento) do valor pago por ação ao Acionista Controlador Alienante.

Preferenciais

Nos termos do artigo 38 do Estatuto Social, a Alienação de Controle, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente do Poder de Controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das demais ações dos outros acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento de Listagem do Nível 2 da BMF&BOVESPA, de forma a assegurar que os acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais recebam tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador Alienante, inclusive que recebam um valor por ação correspondente a 100% (cem por cento) do valor pago por ação ao Acionista Controlador Alienante.

Para os titulares de ações preferenciais é assegurado o direito ao recebimento de um valor por ação preferencial correspondente a 100% do valor pago aos acionistas titulares de ações ordinárias na hipótese de alienação do controle da Companhia nos termos do Capítulo VII do Estatuto Social.

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui plano de recompra de ações.

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui valores mobiliários mantidos em tesouraria.

19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui valores mobiliários mantidos em tesouraria.

19.4 - Outras informações relevantes**19.4 - Outras informações relevantes**

A Companhia não possui, na data deste Formulário de Referência, e nem nos últimos três exercícios sociais, valores mobiliários mantidos em tesouraria.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Data aprovação	22/02/2010
Cargo e/ou função	Acionistas Controladores Diretos ou Indiretos Diretores Membros do Conselho de Administração

Principais características

A Companhia em sua Política de Negociação de Valores Mobiliários firmada em 18 de fevereiro de 2010 fixou determinados parâmetros e limites específicos para a negociação de valores mobiliários de sua emissão, ou a eles referenciados, por parte de determinadas pessoas, em atenção ao disposto no artigo 15 da Instrução CVM 358.

Esta Política de Negociação deve ser aplicada em conformidade com o disposto na Política de Divulgação de Informações da Companhia, aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de maio de 2008, na mencionada Instrução CVM 358 da Comissão de Valores Mobiliários, na Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 e Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 da BMF&BOVESPA, especialmente quanto ao dever dos Acionistas Controladores, Administradores, Conselheiros e Ex-Administradores de guardar sigilo sobre qualquer informação relevante que ainda não tenha sido divulgada, obtida em razão de cargo e capaz de influir de modo ponderável na cotação de valores mobiliários, sendo vedado valer-se da informação de obter, para si ou para outrem, vantagem no mercado de valores mobiliários.

As obrigações previstas na Política de Negociação alcançam para fins de adesão, (i) Companhia, (ii) Acionistas Controladores, (iii) Administradores, (iv) Conselheiros, (v) Ex-Administradores, (vi) Colaboradores que o Diretor de Relações com Investidores venha a indicar, a seu exclusivo critério, como Pessoas Sujeitas à Restrição para Negociação, conforme listagem divulgada de tempos em tempos.

Essas pessoas não podem negociar com Valores Mobiliários no período de 15 dias corridos que antecede a divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP) da Companhia, independentemente da existência, ou não, de Ato ou Fato Relevante a ser divulgado pela Companhia.

Excepcionalmente, os Administradores e Conselheiros da Companhia, das Sociedades Controladas e das Sociedades Coligadas poderão negociar com Valores Mobiliários no período de 15 dias corridos que antecede a divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP) da Companhia se observadas as disposições do Capítulo VI da presente Política de Negociação.

Estão abrangidas nas vedações desta Política de Negociação as negociações realizadas de forma direta ou indireta por Pessoas Sujeitas à Restrição para Negociação, definidas como: (a) Negociação Direta: negociação com Valores Mobiliários que ocorra por conta e ordem de Pessoa Sujeita à Restrição para Negociação ou a beneficie diretamente, tais como aquelas efetuadas em bolsa de valores ou mercado de balcão, cujo comitente final seja Pessoa Sujeita à Restrição para Negociação; e (b) Negociação Indireta: negociação com Valores Mobiliários que tenha como beneficiária indireta Pessoa Sujeita à Restrição para Negociação, tais como aquelas realizadas por sociedades controladas por Pessoa Sujeita à Restrição para Negociação, fundo de investimento exclusivo de Pessoa Sujeita à Restrição para Negociação ou por intermédio de terceiros com quem alguma Pessoa Sujeita à Restrição para Negociação tenha contrato de fidúcia ou administração de carteira ou ações, observadas as hipóteses de negociação autorizada, conforme abaixo descrita.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização

As vedações estabelecidas na Política de negociação não se aplicam (i) no caso de as negociações com valores mobiliários da Companhia serem realizadas por fundos de investimento de que as Pessoas Sujeitas à Restrição para Negociação sejam quotistas, desde que tais fundos de investimento não sejam exclusivos e as decisões de negociação do administrador dos fundos de investimento não sejam influenciados pelos quotistas; e/ ou (ii) nas operações com ações da Companhia que se encontrem em tesouraria, por meio de negociação privada, vinculadas ao exercício de opção de compra de acordo com plano de outorga de opção de compra de ações aprovado pela Companhia e nas recompras dessas ações pela Companhia, também mediante negociação privada.

Os Administradores e Conselheiros da Companhia, bem como das Sociedades Controladas e Sociedades Coligadas, podem adquirir Valores Mobiliários de emissão da Companhia no período de 15 dias corridos que antecede a divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP), desde que (i) a aquisição seja realizada em conformidade com o Plano Individual de Investimento, nos termos do Capítulo VIII da Política de Negociação de Valores Mobiliários; e (ii) a Companhia tenha aprovado cronograma definindo datas específicas para a divulgação de formulários ITR e DFP.

As Pessoas Sujeitas à Restrição para Negociação que desejarem negociar com Valores Mobiliários deverão observar as seguintes limitações: (a) abster-se de negociar Valores Mobiliários sempre que assim determinado pelo Diretor de Relações com Investidores, pelo período por este fixado, independente de apresentação de justificativa; (b) não realizar negociações com Valores Mobiliários de forma privada, salvo se expressamente autorizadas pelo Diretor de Relações com Investidores; (c) informar previamente À Companhia, na pessoa do Diretor de Relações com Investidores, a corretora a ser utilizada em qualquer negociação envolvendo Valores Mobiliários de emissão da Companhia, das Sociedades Controladoras, Controladas e Coligadas; (d) orientar e enviar os melhores esforços para que (i) o cônjuge ou companheiro; (ii) o descendente; e (iii) qualquer outro dependente incluído na declaração anual de imposto de renda somente negociem Valores Mobiliários nos períodos em que esteja autorizado a negociar Valores Mobiliários; e (e) abster-se de negociar com Valores Mobiliários sempre que a referida negociação puder interferir nas condições dos negócios relacionados, em prejuízo dos acionistas da Companhia ou dela própria, ou de suas Sociedades Controladas e Coligadas ainda que (i) após a divulgação de Ato ou Fato Relevante; ou (ii) de acordo com o Plano Individual de Investimento.

20.2 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes pertinentes a este tópico foram divulgadas nos item 20.1 deste Formulário.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

Conforme Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada (“ICVM 358”), a Companhia estabeleceu uma Política de Divulgação de Informação de Atos ou Fatos Relevantes da Companhia (“Política de Divulgação”), que consiste em regras sobre divulgação de informações relevantes e na manutenção de sigilo acerca das informações que ainda não tenham sido divulgadas ao público. A Política de Divulgação foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 26 de maio de 2008.

Enquanto o Ato ou Fato Relevante não for divulgado, todos aqueles alcançados pela Política de Divulgação deverão guardar completo sigilo a seu respeito e, quando necessária para o desenvolvimento dos negócios da Companhia, dar difusão restrita, sempre em caráter de confidencialidade e zelando para que todos aqueles que tenham acesso a tal informação saibam de seu caráter confidencial e de sua forma limitada de divulgação, nos termos da Política de Divulgação. Conforme estabelece o artigo 8º da ICVM 358, os Destinatários (conforme definidos na Política de Divulgação) respondem solidariamente com seus subordinados e terceiros de sua confiança pelo descumprimento do dever de guardar sigilo aqui mencionado.

Quando tratarem de informação sigilosa ou potencialmente relevante ainda não divulgada, os Destinatários, obrigatoriamente, devem: (a) reportá-las imediatamente ao Diretor de Relações com Investidores; (b) certificar-se de que todos os documentos relacionados a essas informações circulem com aviso de confidencialidade e/ou de restrição de acesso e, ainda, que as correspondências, convencionais ou eletrônicas, tenham como destinatário pessoas de confiança, que estejam cientes de que as informações são prestadas em caráter sigiloso, observando os padrões da Companhia sobre a segurança de correspondência eletrônica; (c) encaminhar ao Diretor de Relações com Investidores relação indicando nome, cargo e função das pessoas às quais foram franqueadas tais informações, formal ou informalmente, se de seu conhecimento; e (d) comunicar imediatamente ao Diretor de Relações com Investidores sobre suspeita ou ocorrência de vazamento dessas informações do seu círculo restrito e determinável.

O Diretor de Relações com Investidores é o primeiro responsável pela divulgação de Ato ou Fato Relevante. Ele deve dar eficaz cumprimento à difusão de Ato ou Fato Relevante, promovendo sua imediata divulgação e comunicação à CVM e ao(s) mercado(s) em que seja admitida a negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Os Destinatários que tenham conhecimento pessoal de Ato ou Fato Relevante que já deveria ter sido divulgado têm responsabilidade subsidiária.

Observado o procedimento estabelecido no item (a) acima e constatada pelos Acionistas Controladores, Administradores ou Conselheiros a ocorrência de omissão na divulgação do Ato ou Fato Relevante por parte do Diretor de Relações com Investidores, devem aqueles cientificar imediatamente os demais membros da Diretoria da Companhia para que apreciem a matéria relativa à eventual divulgação, sem prejuízo do dever de informar o Ato ou Fato Relevante à CVM, consoante o parágrafo 2º do artigo 3º da ICVM 358. A Diretoria da Companhia dará ciência ao Destinatário comunicante, de imediato e por escrito, dessa deliberação.

O Ato ou Fato Relevante deve ser imediatamente divulgado, salvo quando sua manutenção sob sigilo for indispensável para preservar legítimos interesses da Companhia. O Ato ou Fato Relevante poderá, em caráter excepcional, não ser divulgado quando os Acionistas

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

Controladores ou os Administradores entenderem que sua divulgação porá em risco interesse legítimo da Companhia, observando-se, adicionalmente, o que segue: (a) os Acionistas Controladores ou Administradores que decidirem pela manutenção do sigilo em benefício da Companhia deverão cientificar imediata e formalmente o Diretor de Relações com Investidores do ato ou fato tido como relevante em estado sigiloso, dando conhecimento das informações necessárias ao seu correto entendimento para que, por si só, sejam capazes de subsidiar eventual divulgação nos termos da ICVM 358; (b) o Diretor de Relações com Investidores ou, ainda, os demais Administradores ou Acionistas Controladores da Companhia poderão solicitar a apreciação da manutenção de sigilo à CVM. Caso esta decida pela divulgação ao mercado do Ato ou Fato Relevante, determinará aos interessados, ou ao Diretor de Relações com Investidores, conforme o caso, que o comunique, imediatamente à bolsa de valores e entidade do mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários sejam admitidos à negociação, e o divulgue na forma do artigo 3º da ICVM 358; e (c) em qualquer hipótese de manutenção do sigilo de Ato ou Fato Relevante, ocorrendo situações anômalas ou quando a situação escapar ao controle dos Destinatários, o Diretor de Relações com Investidores deve ser informado imediatamente e este deverá adotar os procedimentos previstos no item (b) acima ou divulgar imediatamente o respectivo Ato ou Fato Relevante, caso que não eximirá os Acionistas Controladores e os Administradores de sua responsabilidade pela divulgação.

A Política de Divulgação de Informação de Atos ou Fatos Relevantes da Companhia encontra-se disponível na íntegra no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site da Companhia (www.renovaenergia.com.br).

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

O Ato ou Fato Relevante deve ser imediatamente divulgado, salvo, em caráter excepcional, quando, no interesse dos Acionistas Controladores ou dos Administradores, sua manutenção sob sigilo for indispensável para preservar legítimos interesses da Companhia, observando-se, adicionalmente, o que segue: (a) os Acionistas Controladores ou Administradores que decidirem pela manutenção do sigilo em benefício da Companhia deverão cientificar imediata e formalmente o Diretor de Relações com Investidores do ato ou fato tido como relevante em estado sigiloso, dando conhecimento das informações necessárias ao seu correto entendimento para que, por si só, sejam capazes de subsidiar eventual divulgação nos termos da ICVM 358; (b) o Diretor de Relações com Investidores ou, ainda, os demais Administradores ou Acionistas Controladores da Companhia poderão solicitar a apreciação da manutenção de sigilo à CVM, e caso esta decida pela divulgação ao mercado do Ato ou Fato Relevante, determinará aos interessados, ou ao Diretor de Relações com Investidores, conforme o caso, que o comunique imediatamente à bolsa de valores e entidade do mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários sejam admitidos à negociação, e o divulgue na forma do artigo 3º da ICVM 358; e (c) em qualquer hipótese de manutenção do sigilo de Ato ou Fato Relevante, ocorrendo situações anômalas ou quando a situação escapar ao controle dos Destinatários, o Diretor de Relações com Investidores deve ser informado imediatamente e este deverá adotar os procedimentos previstos no item (b) acima ou divulgar imediatamente o respectivo Ato ou Fato Relevante, caso que não eximirá os Acionistas Controladores e os Administradores de sua responsabilidade pela divulgação.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

O Diretor de Relações com Investidores é o primeiro responsável pela divulgação de Ato ou Fato Relevante. Ele deve dar eficaz cumprimento à difusão de Ato ou Fato Relevante, promovendo sua imediata divulgação e comunicação à CVM e ao(s) mercado(s) em que seja admitida a negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Os Destinatários que tenham conhecimento pessoal de Ato ou Fato Relevante que já deveria ter sido divulgado têm responsabilidade subsidiária.

21.4 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não houve operações de aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia.

22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não aplicável, tendo em vista que não houve contratos relevantes celebrados pela Companhia e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

22.4 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.